



FACULDADE DE VIÇOSA - FDV **ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2024**



“Biomias do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais”

Viçosa-MG, 7 a 9 de novembro de 2024

Evento integrante da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia

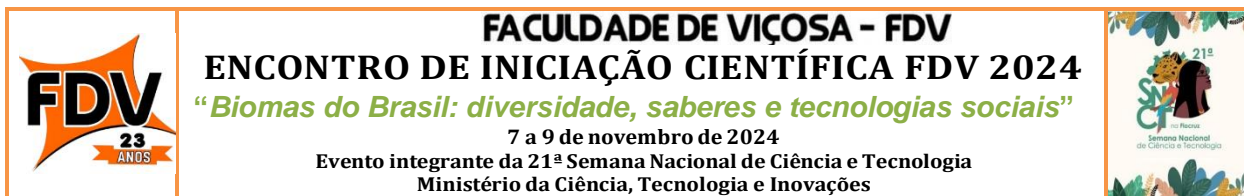


ENIC FDV

Encontro de Iniciação Científica

2024

ANAIS...



Anais do Encontro de Iniciação Científica 2024 da Faculdade de Viçosa - ENIC FDV 2024

Anais do Encontro de Iniciação Científica da Faculdade de Viçosa, FDV - 7 a 9 de novembro de 2024 (Editores: Roberto Santos Barbiéri, Alan de Freitas Barbieri, Carla Cristina da Silva, Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira e Rajá Reda Zorkot Sant'Anna;).

Anual

ISSN 2527-1520

1. Anais do Encontro de Iniciação Científica da FDV - Periódico. I. FDV - Faculdade de Viçosa Anais 2024.

ASSOCIAÇÃO VIÇOSENSE DE ENSINO E PESQUISA LTDA. - AVEP

Prof. **Geraldo Magela da Silveira** - Presidente

FACULDADE DE VIÇOSA, FDV

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri** - Diretor Geral

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva** - Coordenadora dos Cursos de **Administração e Ciências Contábeis**

Profa. Ms. **Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira** - Coordenadora do Curso de **Direito**

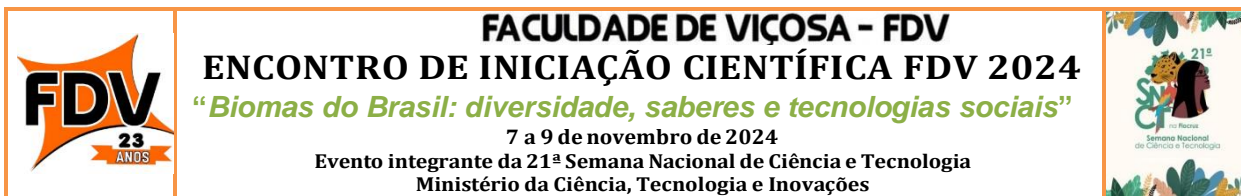
Prof. Dr. **Pedro Zavagli Suarez** - Coordenador do Curso de Bacharelado **Educação Física**

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva** - Coordenadora dos Cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia de Produção

Profa. Ms. **Rajá Reda Zorkot Sant'Anna** - Coordenadora do Curso de **Pedagogia**

Prof. Ms. **Alan de Freitas** - Coordenador do Curso de **Publicidade e Propaganda**

Prof. Dr. **Márcio Balduino Saraiva** - Coordenador do Curso de **Sistemas de Informação**



COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2024

Prof. Ms. Alan de Freitas Barbieri

Profa. Dra. Carla Cristina da Silva

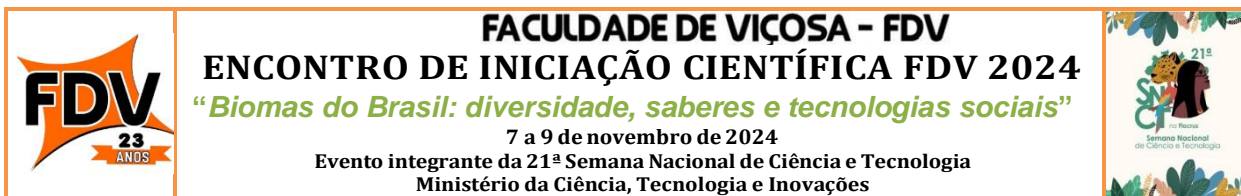
Prof. Dr. Márcio Balduino Saraiva

Prof. Dr. Pedro Zavagli Suarez

Profa. Ms. Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira

Profa. Ms. Rajá Reda Zorkot Sant'Anna

Prof. Dr. Roberto Santos Barbiéri



COMISSÃO CIENTÍFICA DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2024

Prof. Dr. **Raphael Campos Cusati**

Prof. Ms. **Alan de Freitas Barbieri**

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva**

Prof. Dr. **Márcio Balduino Saraiva**

Prof. Dr. **Pedro Zavagli Suarez**

Profa. Ms. **Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira**

Profa. Ms. **Rajá Reda Zorkot Sant'Anna**

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri**



MENSAGEM AOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2024 E AOS DEMAIS INTERESSADOS

Nos últimos anos, de 2017 a 2024, em uma produção coletiva de alunos e professores da FDV e de outras Instituições de Educação Superior, com o apoio de seus funcionários, aconteceram os **ENCONTROS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FDV**, os **ENICs FDV**, realizados a cada ano como parte integrante das **SEMANAS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** do **MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**.

Como registros de cada evento a FDV fez publicar os respectivos *Anais...*, organizados na forma de periódico, o qual está registrado na Biblioteca Nacional sob o ISSN 2527-1520.

Já considerado como uma constatação qualitativa nos *Anais...* anteriores, a maior parte das publicações dessa natureza não costuma passar de um ou dois anos, diferentemente dos *Anais... do ENIC FDV*, que nesse ano de 2024, chega à sua oitava edição. Em cada um desses oito anos as publicações dos *Anais...* sempre ocorreram de forma pontual no primeiro dia do respectivo evento.

No conjunto das oito edições dos *Anais... do ENIC* foram publicados mais de 1.300 trabalhos, o que representa uma significativa atividade da FDV em propiciar a alunos, professores e pesquisadores a visibilidade a seus trabalhos e o enriquecimento dos seus currículos.

Além de desejar que sejam bem-vindos ao **ENIC FDV 2024**, já vimos convidar os interessados a prepararem seus trabalhos para a nona edição do evento, o **ENIC FDV 2025**.

Viçosa, 7 de novembro de 2024.

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri**
Diretor Geral da FDV



RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2024

1. Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA – Viçosa-MG
2. Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - Muriaé-MG
3. Faculdade de Sabará - Sabará-MG
4. Faculdade de Viçosa - FDV - Viçosa-MG
5. Faculdade Docketor - FADOCKTOR - Muriaé-MG
6. Faculdade IPGMCC - Rio de Janeiro-RJ
7. Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FNSA - Luziânia-GO
8. Faculdade Santa Casa de Montes Claros - FASCMC - Montes Claros-MG
9. Instituto Federal do Sul de Minas - IF Sul de Minas - Varginha-MG
10. Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL - Santa Rita do Sapucaí-MG
11. Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Passos-MG
12. Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Ubá-MG
13. Universidade Federal de Viçosa - UFV - Viçosa-MG
14. Universidade FUMEC – Belo Horizonte-MG



SUMÁRIO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS NO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2024

RELAÇÃO DE TRABALHOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - CET

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|---|---------|
| ANÁLISE DE TENDÊNCIA DO ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MUCURI - MINAS GERAIS, BRASIL Mateus de Freitas SILVA Raphael Campos CUSATI | CET-001 |
| SEQUESTANTE DO SULFETO DE HIDROGÊNIO (H ₂ S) NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO Stefania Andrade ANTUNES Raphael Campos CUSATI Aline Santana de OLIVEIRA | CET-002 |
| FERRAMENTA DE AUXÍLIO À GERAÇÃO DO XML DO DIPLOMA DIGITAL Arthur Machado Schittini RUBIM Margareth Machado DUARTE | CET-003 |
| TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS NA IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO DIGITAL NA FDV Filipe Silva de CASTRO Margareth Machado DUARTE | CET-004 |
| FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO DO VALIDADOR DO DIPLOMA DIGITAL Arthur Machado Schittini RUBIM Margareth Machado DUARTE | CET-005 |
| FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO DO VALIDADOR DO HISTÓRICO DIGITAL Felipe Batista da SILVA Margareth Machado DUARTE | CET-006 |
| ANÁLISE DE VULNERABILIDADE EM SISTEMAS DE IoT: INOVAÇÕES NA SEGURANÇA DE DADOS Felipe Batista da SILVA Margareth Machado DUARTE | CET-007 |
| IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO GERENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO Eric Mansur Botelho FREITAS Márcio Balduino SARAIVA | CET-008 |
| DEMANDA DO SETOR FITNESS: SOFTWARES DE ACOMPANHAMENTO PARA TREINAMENTOS PERSONALIZADOS, CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS EM VIÇOSA-MG Victor Antonio de Souza COSTA Davidson Rezende VIANA | CET-009 |
| ROBÓTICA NA PRESERVAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS Uarley Miranda MAGALHÃES Margareth Machado DUARTE | CET-010 |
| BLOCKCHAIN: IMPULSIONANDO TRANSAÇÕES E PRESERVANDO BIOMAS NA ERA DIGITAL Uarley Miranda MAGALHÃES Margareth Machado DUARTE | CET-011 |

| | |
|---|----------------|
| BARRAGINHAS COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DE ENCHENTES Arthur Castro de Souza RODRIGUES Mario Fernando RODRIGUES JUNIOR | CET-012 |
| BARRAGINHAS EM CURVAS DE NÍVEL: SOLUÇÃO PARA MITIGAR ENCHENTES Arthur Castro de Souza RODRIGUES Mario Fernando RODRIGUES JUNIOR | CET-013 |
| LOCKS OTIMISTAS vs. LOCKS PESSIMISTAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM SISTEMAS DE BANCOS DE DADOS Arthur Gomides GODOY Márcio Balduino SARAIVA | CET-014 |
| PROCESSADORES RISC VS. CISC: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM ARQUITETURA DE COMPUTADORES Arthur Gomides GODOY Márcio Balduino SARAIVA | CET-015 |
| AUTOMATIZAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES: MELHORIAS OPERACIONAIS E SUSTENTABILIDADE Felipe do Carmo CAMPOS Michel Lopes DUARTE | CET-016 |
| APLICAÇÃO DE AUTOMAÇÃO EM UM SETOR EM INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS Felipe do Carmo CAMPOS João Victor Ribeiro SANTOS | CET-017 |
| MÉTODOS DE DESINFECÇÃO DE EFLUENTES SANITÁRIOS Wagner Cardoso CALDEIRA Michel Lopes DUARTE | CET-018 |
| INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Luan Almeida BARBOSA Heleno do Nascimento SANTOS Márcio Balduino SARAIVA | CET-019 |
| DESAFIOS DA SEGURANÇA CIBERNÉTICA NA ERA DA CONECTIVIDADE Luan Almeida BARBOSA Heleno do Nascimento SANTOS Márcio Balduino SARAIVA | CET-020 |
| BIG DATA E A ANÁLISE DE DADOS Melquiades Barbosa de OLIVEIRA Michel Lopes DUARTE Márcio Balduino SARAIVA | CET-021 |
| INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Melquiades Barbosa de OLIVEIRA Michel Lopes DUARTE Márcio Balduino SARAIVA | CET-022 |
| ADOÇÃO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM: BENEFÍCIOS E RISCOS PARA PEQUENAS EMPRESAS Eric Mansur Botelho FREITAS Márcio Balduino SARAIVA | CET-023 |

RELAÇÃO DE TRABALHOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CBS

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|--|----------------|
| APLICAÇÃO DA ANÁLISE SWOT NA CLÍNICA DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS Glaucele Macedo OLIVEIRA Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA | CBS-001 |
| SANEAMENTO BÁSICO: PRÁTICAS EDUCATIVAS Pedro Mendes DIAS Allan Kardec Carlos DIAS Roberto Santos BARBIÉRI | CBS-002 |
| IMPACTOS DA ABERTURA DE NOVOS CURSOS DE MEDICINA NO BRASIL Arthur Castro de Souza RODRIGUES Mario Fernando RODRIGUES JUNIOR | CBS-003 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|--|----------------|
| INFECÇÃO FÁGICA EM INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS: UM PROBLEMA AINDA NÃO BEM RESOLVIDO Pedro Mendes DIAS Allan Kardec Carlos DIAS Roberto Santos BARBIÉRI | CBS-004 |
| BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO DE FORÇA PARA ADULTOS Júlio Felipe Gonçalves COUTO Pedro Zavagli SUAREZ | CBS-005 |

**RELAÇÃO DE TRABALHOS DA ÁREA DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CHS**

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|--|----------------|
| UBERIZAÇÃO: FLEXIBILIDADE OU EXPLORAÇÃO? Lucas do Carmo de PAULA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-001 |
| LEI MARIA DA PENHA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER Valéria Gomes SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-002 |
| ENSINO DE CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E ÍNDIGENA NO FUNDAMENTAL I Hellen Glenda Mendes MARTINS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-003 |
| ATUAÇÃO DE UMA PEDAGOGA JUNTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL Uly Aroeira Braga Duarte FERREIRA Alan de Freitas BARBIERI Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-004 |
| USO DO MAPEAMENTO DE PROCESSOS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO EM UMA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE MOURÕES DE CONCRETO DE MINAS GERAIS Marina Aparecida Mafra ALVES Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA | CHS-005 |
| IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS Uly Aroeira Braga Duarte FERREIRA Alan de Freitas BARBIERI Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-006 |
| IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL Mariana Cândida Acacio dos REIS Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-007 |
| EDUCAÇÃO EM AMBIENTE HOSPITALAR Uly Aroeira Braga Duarte FERREIRA Alan de Freitas BARBIERI Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-008 |
| INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A CONFUSÃO PATRIMONIAL Karine Brandão FERREIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-009 |
| FAMÍLIA E ESCOLA JUNTAS PARA A APRENDIZAGEM DO ALUNO DEFICIENTE Uly Aroeira Braga Duarte FERREIRA Alan de Freitas BARBIERI Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-010 |
| DESFRALDE: COMO E ONDE COMEÇAR Bárbara CRUZ Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-011 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|---|----------------|
| INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NAS ESCOLAS Maria Eduarda Floresta Silva VICENTE Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-012 |
| EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS Bárbara CRUZ Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-013 |
| ANÁLISE DE CUSTOS DE UMA REDE DE MERCADOS DA ZONA DA MATA MINEIRA Ana Luiza Romão LOPES Carla Cristina da SILVA | CHS-014 |
| CONTRIBUIÇÃO DE JOGOS MATEMÁTICOS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I Gisele Maria Fernandes Chamhum SALOMÃO Rita de Cassia Monteiro de Castro FINAMORE Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-015 |
| IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM UMA MÉDIA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO. Gustavo Valente da SILVA Carla Cristina da SILVA | CHS-016 |
| IDEOLOGIA: UMA PERSPECTIVA MARXISTA Janderson Jose Rodrigues da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-017 |
| MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Janderson Jose Rodrigues da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-018 |
| AUTISMO: CONCEITO E PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL Jaqueline Lopes VILELA Denise Maria PINTO Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-019 |
| CRIAÇÃO DE VALOR PARA UMA EMPRESA DO RAMO HOTELEIRO Gustavo Valente da SILVA Paulo Lima VERARDO | CHS-020 |
| INCONSTITUCIONALIDADE SOBRE A PROIBIÇÃO DE DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMENS HOMOSSEXUAIS Karine Brandão FERREIRA Maria Aparecida de Castro Monteiro SANT'ANNA | CHS-021 |
| VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS Tayná de Moura Silva de PAULA Carmem Inêz de OLIVEIRA Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-022 |
| LICENCIAMENTO AMBIENTAL: INTERSEÇÕES ENTRE DIREITO AMBIENTAL E DIREITO ADMINISTRATIVO PARA A PROTEÇÃO SUSTENTÁVEL Gabriel Abatti da Silva COSTA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-023 |
| COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ENTRE A LEI ORGÂNICA DE VILHENA-RO E VIÇOSA-MG Gabriel Abatti da Silva COSTA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA | CHS-024 |
| LIBERDADE RELIGIOSA E O DIREITO À RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE Gabriel Abatti da Silva COSTA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-025 |
| IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO ADVOGADO Larissa Gabrieli dos SANTOS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-026 |
| EDUCAÇÃO DOMICILIAR Tayná de Moura Silva de PAULA Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-027 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|--|----------------|
| ENSINO HÍBRIDO NA GRADUAÇÃO: POSSÍVEIS DESAFIOS Juliana Soares Pio PAIVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-028 |
| USUCAPIÃO DE BEM DE HERANÇA: QUANDO O TEMPO E A POSSE TRANSFORMAM DIREITOS FAMILIARES Janderson José Rodrigues da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-029 |
| MERENDA ESCOLAR: BENEFÍCIOS DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, SOBRETUDO EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS Débora de Cássia Venâncio CEZAR Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-030 |
| CONTRATO DE NAMORO E SEUS REQUISITOS. Karine Brandão FERREIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-031 |
| CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA Débora de Cássia Venâncio CEZAR Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-032 |
| COMO UMA LIDERANÇA PODE IMPACTAR NO DIA A DIA E NOS RESULTADOS DE UMA ORGANIZAÇÃO. Gustavo Valente da SILVA Alan de Freitas BARBIERI | CHS-033 |
| TERRORISMO CLIMÁTICO E A EFETIVIDADE DAS LEIS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DOS INCÊNDIOS EM MINAS GERAIS Janderson Jose Rodrigues da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-034 |
| LEGISLAÇÃO DOS AUTISTAS NO AMBIENTE ESCOLAR Mara Lopes FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-035 |
| CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DA RÚSSIA Marcel Dias NACIF Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA | CHS-036 |
| IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Vitória Aparecida Teixeira do CARMO Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-037 |
| ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) Karina Gonçalves de ASSIS Denise Maria PINTO Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-038 |
| PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO FRENTE AO TRABALHO ESCRAVO Lucas do Carmo de PAULA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-039 |
| INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO Karine Brandão FERREIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-040 |
| POLIARQUIA CONFORME ROBERT DAHL Lucas do Carmo de PAULA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA | CHS-041 |
| ANEXAÇÃO DA CRIMEIA PELA RÚSSIA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL Marcel Dias NACIF Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA | CHS-042 |
| MEDIAÇÃO E A ARBITRAGEM COMO ALTERNATIVA PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS: EFICÁCIA E LIMITES Marcos Túlio Santos SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-043 |
| CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE Mara Lopes FIALHO Poliana Aroeira BRAGA | CHS-044 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|---|----------------|
| DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA Alex Idelfonso SOUZA Sara FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-045 |
| IMPACTOS DA ANSIEDADE PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL Adelaine Aparecida da SILVA Carmem Inêz de OLIVEIRA Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-046 |
| DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DIANTE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Alex Idelfonso SOUZA Sara FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-047 |
| RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO PROFESSOR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO Adelaine Aparecida da SILVA Carmem Inêz de OLIVEIRA Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-048 |
| DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DIANTE NA JUSTIÇA DO TRABALHO Alex Idelfonso SOUZA Sara FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-049 |
| FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E SUA RELAÇÃO COM OS ALUNOS Vitória Caroline de SOUZA Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-050 |
| PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E A REINCIDÊNCIA Alex Idelfonso SOUZA Sara FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-051 |
| RESPONSABILIDADE DE INFLUENCIADORES DIGITAIS NA PUBLICIDADE DE JOGOS DE AZAR Natália Eduarda Rosa MURTINHO Sara FIALHO | CHS-052 |
| LIMITES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS DISCURSOS DE ÓDIO NA INTERNET Natália Eduarda Rosa MURTINHO Sara FIALHO | CHS-053 |
| TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Lucas do Carmo de PAULA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-054 |
| CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: CAUSAS Marcel Dias NACIF Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA | CHS-055 |
| TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E SUA APLICABILIDADE NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS Marcos Túlio Santos SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-056 |
| IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Maria Eduarda Floresta Silva VICENTE Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-057 |
| IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO PESSOAL PARA MELHOR DESEMPENHO DOS COLABORADORES DE UM ESCRITÓRIO CONTÁBIL DA CIDADE DE VIÇOSA MG Maria Luisa Fagundes PAIVA Alan de Freitas BARBIERI | CHS-058 |
| ASPECTOS JURÍDICOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM PLATAFORMAS DIGITAIS: CONTRATOS E DIREITOS DO CONSUMIDOR ONLINE Marcos Túlio Santos SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-059 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|---|----------------|
| APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A PARTIR DA ANÁLISE SWOT: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR Vitória Larissa da Conceição SILVA Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA | CHS-060 |
| PLANO DE MARKETING: ALPHA PRIME Marina Aparecida Mafra ALVES Carla Cristina da SILVA | CHS-061 |
| VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO LEITEIRA FAMILIAR Igor Brunelle da SILVA Márcio Balduino SARAIVA Carla Cristina da SILVA | CHS-062 |
| DIREITOS SUCESSÓRIOS DO EMBRIÃO Marcos Túlio Santos SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-063 |
| ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS (OSM): ANÁLISE ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRESA DO SETOR CONTÁBIL NA CIDADE DE VIÇOSA. Maria Luisa Fagundes PAIVA Paulo Lima VERARDO | CHS-064 |
| ARTE DA CONSULTORIA E MENTORIA PARA RESULTADOS Arthur Castro de Souza RODRIGUES Mario Fernando RODRIGUES JUNIOR | CHS-065 |
| GESTÃO DE QUADRAS DE BEACH TENNIS - MODISMO OU REALIDADE DURADOURA? Arthur Castro de Souza RODRIGUES Mario Fernando RODRIGUES JUNIOR | CHS-066 |
| DESAFIO DE TRABALHAR A ORTOGRAFIA EM SALA DE AULA Raquel Maria QUEIROZ Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-067 |
| DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO ORGANOGRAMA EM UMA EMPRESA FAMILIAR Vitória Larissa da Conceição SILVA Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA | CHS-068 |
| PRÁTICAS DE LEITURA PARA FORMAÇÃO DE UM LEITOR ATIVO Vitória Caroline de SOUZA Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-069 |
| MACUNAÍMA: HEROI SEM NENHUM CARÁTER - MARIO DE ANDRADE E JOAQUIM PEDRO DE ANDRADE Niquele Bianca Cesário MIRANDA Roberto Santos BARBIÉRI | CHS-070 |
| JOGOS E BRINCADEIRAS COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS Vitória Aparecida Teixeira do CARMO Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-071 |
| EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ENTRE 2018 E 2022 Erik Eduardo Augusta da SILVA Carla Cristina da SILVA | CHS-072 |
| ANÁLISE DE CUSTOS DE UMA PRODUÇÃO DE QUEIJO ARTESANAL FAMILIAR Igor Brunelle da SILVA Carla Cristina da SILVA | CHS-073 |
| CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS Pedro Mendes DIAS Allan Kardec Carlos DIAS Roberto Santos BARBIÉRI | CHS-074 |
| PAPEL DO PEDAGOGO DENTRO SISTEMA PRISIONAL Lorena do Carmo de SOUZA Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-075 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|---|----------------|
| UM PASSADO AINDA PRESENTE: A NECESSIDADE DO COMBATE AO TRABALHO ÁNALOGO À ESCRAVIDÃO Augusto Gouveia COLATINO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-076 |
| JUSTIÇA RESTAURATIVA: A VÍTIMA MERECE UMA MAIOR ATENÇÃO NO CONTEXTO CRIMINAL? Anna Carolina Rodrigues COSTA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-077 |
| IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA Anna Carolina Rodrigues COSTA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-078 |
| (IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM CRIMES COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Anna Carolina Rodrigues COSTA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-079 |
| LEI MARIA DA PENHA: A INEFICÁCIA E/OU EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO MEIO DE PROTEÇÃO À MULHER Rúbia Sabrine Lopes MOREIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-080 |
| DIREITO À VIDA E A LIBERDADE RELIGIOSA NOS CASOS DE TRANSFUSÃO DE SANGUE PARA AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ Rúbia Sabrine Lopes MOREIRA Poliana Aroeira Braga Ferreira DUARTE | CHS-081 |
| LITERATURA INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Aparecida de Fátima Martins Da SILVA Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-082 |
| INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM SALA DE AULA Regiliane Maria Inácia COELHO Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-083 |
| ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O ENSINO DE HISTÓRIA Regiliane Maria Inácia COELHO Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-084 |
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA Dayane Rousis de Souza MARCELINO Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-085 |
| DESAFIOS INTERPRETATIVOS DAS NORMAS DAS OSC: IMPACTOS E EFEITOS NO CONTEXTO BRASILEIRO Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-086 |
| PARCERIAS MROSC: UM NOVO MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-087 |
| DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MROSC: BREVE ANÁLISE DA BAIXA ADEÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-088 |
| A CURIOSA PROIBIÇÃO DE NASCIMENTO EM FERNANDO DE NORONHA Larissa Paiva PINHEIRO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-089 |
| ARQUITETURA HOSTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO URBANÍSTICO. Larissa Paiva PINHEIRO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-090 |
| DESAFIOS DA GUARDA COMPARTILHADA APÓS O FIM DO CASAMENTO Maria Alice Caetano FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-091 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|--|-----------------|
| EFEITOS DAS NOVAS PORTARIAS NO ESPORTE DO TIRO ESPORTIVO NO BRASIL Arthur Castro de Souza RODRIGUES Mario Fernando RODRIGUES JUNIOR | CHS-092 |
| DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO Maria Alice Caetano FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-093 |
| IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL Thays Silva PIMENTEL Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-094 |
| MATERNIDADE BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES Maria Alice Caetano FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-095 |
| BAÚ DE SALA DE AULA E O ENSINO DE HISTÓRIA Thays Silva PIMENTEL Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-096 |
| ADOÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS Maria Alice Caetano FIALHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-097 |
| LUDICIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE COIMBRA-MG Lília Aparecida de SALLES Renato Salles MATTOS Rajá Reja Zorkot SANT'ANNA | CHS-098 |
| TRABALHO INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS Valéria Gomes SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-099 |
| EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL: UMA ANÁLISE TEMPORAL Erik Eduardo Augusta da SILVA Carla Cristina da SILVA | CHS-100 |
| EDUCAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE Adriane Gouveia COLATINO Moisés Albuquerque da Costa FREITAS | CHS-101 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS NO BRASIL Valéria Gomes SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS- 102 |
| AMOR E SEXO: A LIBERDADE SEXUAL FEMININA VERSUS O PATRIARCADO Carolina Caldeira VALENTE Valéria Aroeira BRAGA Roberto Santos BARBIÉRI | CHS-103 |
| USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO CIVIL: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES Valéria Gomes SILVA Wilza Nara Teixeira CARNEIRO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-104 |
| CONJUNTURA DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DA MACONHA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 Carolina Caldeira VALENTE Valéria Aroeira BRAGA Roberto Santos BARBIÉRI | CHS-105 |
| CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO Vinícius Aparecido LUCAS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-106 |
| IMPACTO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NA ACADEMIA STUDIO KELVIM MARTINS - PORTO FIRME-MG - NO ENGAJAMENTO DOS SEGUIDORES EM SUA CONTA NO INSTAGRAM Hiago de Oliveira FIGUEIREDO Alan de Freitas BARBIERI | CHS-107 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|--|-----------------|
| EFICÁCIA NO USO ORINTADO DAS CORES NA ESTRUTURAÇÃO DE UMA IDENTIDADE VISUAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA PUBLICIDADE DE UMA MARCA Isabela DUARTE Alan de Freitas BARBIERI | CHS-108 |
| RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA NA GESTÃO PLANEJADA DO PROCESSO CRIATIVO PARA A EFICÁCIA DA PUBLICIDADE Maria Eduarda de Lima ALVES Alan de Freitas BARBIERI | CHS-109 |
| COMUNICAÇÃO EM MODA MASCULINA Gabriel dos Santos VIANA Maiara Couto BARRETO Alan de Freitas BARBIERI | CHS-110 |
| FOTOGRAFIA DE MODA COMO EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Gabriel dos Santos VIANA Alan de Freitas BARBIERI | CHS-111 |
| DA RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO OCULTO DO PRODUTO NO ÂMBITO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Alessandro Costa da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS- 112 |
| DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA E SUAS CONSEQUÊNCIAS Alessandro Costa da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-113 |
| PERCEPÇÃO DO TIPO DE CONTEÚDO POSTADO E MAIS ACESSADOS EM UM PERFIL DE TATUAGEM NO INSTAGRAM: A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTRATÉGICA NO ALCANCE DOS RESULTADOS PRETENDIDOS Hygor Silva NASCIBEM Alan de Freitas BARBIERI | CHS-114 |
| EXPLORANDO O USO DA COMUNIDADE LGBTQIA+ EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS: APOIO GENUÍNO OU TUDO PELO HYPE? Anna Carollyne M. BRUNHARA Alan de Freitas BARBIERI | CHS-115 |
| NEUROCIÊNCIA E PERSUAÇÃO PUBLICITÁRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA Luiz Felipe Rodrigues COSTA Maiara Couto BARRETO Alan de Freitas BARBIERI | CHS-116 |
| ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG Taynara Aparecida GOMES Alan de Freitas BARBIERI Carla Cristina da SILVA | CHS-117 |
| CONCEITOS E ESPÉCIES DE POLÍTICAS PÚBLICAS Daniela de Cássia TEIXEIRA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA | CHS-118 |
| TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO ÂMBITO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Luís Gustavo VIANA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-119 |
| ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 14.230/2021) Luís Gustavo VIANA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-120 |
| DIREITO A EDUCAÇÃO DOMICILIAR Luís Gustavo VIANA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-121 |
| ORTOTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO Luís Gustavo VIANA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-122 |

| TÍTULOS E AUTORES | CÓDIGO |
|---|----------------|
| APLICAÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO NA REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO AUDIOVISUAL Bernardo Rezende LOPES Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-123 |
| DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Alessandro Costa da SILVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA | CHS-124 |
| IMPACTO DA FALTA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 1 Mariana Cândida Acacio dos REIS Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA | CHS-125 |
| COMUNICAÇÃO DENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVAS PERSPECTIVAS José Francisco dos SANTOS JÚNIOR Alan de Freitas BARBIERI | CHS-126 |
| TEORIA DO AGENDAMENTO: MANIPULAÇÃO DA MÍDIA X AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO Mariana Vitória Quintão CALAZANS Alan de Freitas BARBIERI | CHS-127 |
| PERCEPÇÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE E INSIGHTS ESTRATÉGICOS NA MANUTENÇÃO DO CERCAMENTO DO e-COMMERCE NO BRASIL EMERGENTE DO CENÁRIO DE PANDEMIA DE COVID-19: VAREJO E ALIMENTOS Joice Kamila Cândido JERÔNIMO Alan de Freitas BARBIERI | CHS-128 |
| CARTOLA FC: MUITO MAIS QUE UM JOGO Samuel Brangioni FIGUEIREDO Alan de Freitas BARBIERI Lays Pereira FONSECA | CHS-129 |
| ANÁLISE SOBRE OS CONFLITOS DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS Ana Larissa Silva VIEIRA Carolina Almeida de Paula FREITAS | CHS-130 |
| ANAIS DO ENIC FDV: OITO ANOS DE PUBLICAÇÃO ININTERRUPTA Niquele Bianca Cesário MIRANDA Roberto Santos BARBIERI | CHS-131 |
| ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO APÓS PANDEMIA DE COVID-19, DA EMPRESA DO RAMO DE VESTUÁRIO "LOJA DA LEDIR" DA CIDADE VIÇOSA-MG Emely Santos MACEDO Alan de Freitas BARBIERI | CHS-132 |



TRABALHOS DA ÁREA

CET

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

CET-001

ANÁLISE DE TENDÊNCIA DO ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MUCURI - MINAS GERAIS, BRASIL

Mateus de Freitas SILVA

(Pós-Graduação em Gestão Ambiental - IF Sul de Minas)

Raphael Campos CUSATI (Orientador, FDV, UEMG)

Palavras-chave: Estatística multivariada; Monitoramento; Recursos hídricos.

Agência de fomento: IF Sul de Minas.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A qualidade da água superficial de uma bacia hidrográfica é uma preocupação mundial devido ao seu importante papel na sociedade. Proteger os mananciais é necessário para garantir a qualidade da água para o bem-estar humano e a saúde do ecossistema. No entanto, o uso da água vem se intensificando nos últimos anos, o que acarreta problemas na qualidade da água devido a poluição (UDDIN et al., 2021). A bacia do rio Mucuri está localizada na região Sudeste do Brasil e faz parte da região hidrográfica do Atlântico Leste incluindo dois importantes estados: Minas Gerais e Bahia, com área de drenagem na bacia de 95% e 5%, respectivamente. Além disso, abrange 18 municípios, sendo 13 com sede na bacia, comprovando assim sua importância como bacia hidrográfica (CORREIA, 2016). O Índice de Qualidade da Água (IQA) é um indicador prático que sintetiza as informações fornecidas por um conjunto de parâmetros em uma expressão simples, para gerar um valor numérico que permite avaliar a qualidade da água de um rio (NAZEER, et al. 2017). **OBJETIVOS:** Avaliar a qualidade das águas da bacia do rio Mucuri por meio de testes de tendência temporal e espacial dos parâmetros que compõem o índice de qualidade da água. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foram aplicados testes de estatísticas multivariadas como análise de Cluster, análise de componentes principais e teste de Man-Kandall para verificar as tendências dos parâmetros que compõe o IQA no período de 2010 a 2020. Para analisar a qualidade da água nas estações de monitoramento, foi realizado o cálculo do índice de qualidade da água desenvolvido pela *National Sanitation Foundation* (NSF) nos Estados Unidos, composto pelas variáveis: Oxigênio Dissolvido (OD), Coliformes Termotolerantes (CT), pH, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Nitrogênio Total (NTotal), Fósforo Total (PTotal), Temperatura da água, Turbidez e Sólidos Totais (ST). O IQA-NSF foi escolhido por ser um índice mundialmente utilizado e que reflete a contaminação das águas em decorrência das nove variáveis consideradas como mais representativas para a caracterização da qualidade das águas (WANG et al., 2022). **RESULTADOS:** A partir das análises estatísticas realizadas no estudo, todas com resultados parecidos, foi possível confirmar uma maior degradação e uma pior qualidade da água na estação MU007 localizada na UHP do Rio Todos os Santos. Os impactos antrópicos negativos causados pela cidade de Teófilo Otoni influenciam fortemente na qualidade da água dos recursos hídricos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O índice de qualidade da água (IQA) é a melhor ferramenta para fornecer os detalhes do grau geral da água. Com a análise de cluster pode-se concluir que o uso e ocupação do solo influencia diretamente na qualidade da água e as estações se agruparam por apresentarem características semelhantes de uso e ocupação do solo. A ACP mostrou que os parâmetros fortemente relacionados a esgoto doméstico foram destaques na bacia. As análises de estatística multivariada são extremamente importantes para avaliar a condição dos corpos hídricos e das bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica do rio Mucuri precisa de uma maior atenção, planejamento e gestão dos recursos hídricos de acordo com as especificidades regionais, principalmente na estação MU007.

REFERÊNCIAS:

1. CORREIA, L. R. de S. *Diagnóstico da qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Mucuri*, 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia, Tecnologia e Gestão) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, MG, 104p, 2016.
2. NAZEER, M.; BILAL, M.; ALSAHLI, M. M. M.; SHAHZAD, M. I. Evaluation of empirical and machine learning algorithms for estimation of coastal water quality parameters. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, v. 6, n. 11, p. 360, 2017.
3. UDDIN, M. D. G.; NASH, S.; OLBERT, A. I. A review of water quality index models and their use for assessing surface water quality. *Ecological Indicators*, v. 122, 2021.
4. WANG, Q.; LI, Z.; XU, Y.; LI, R.; ZHANG, M. Analysis of spatio-temporal variations of river water quality and construction of a novel cost-effective assessment model: a case study in Hong Kong. *Environmental Science and Pollution Research (ESPR)*, Apr, 29(19): 28241-28255, 2022.

Áreas de conhecimento do CNPq: 3.07.00.00-0 - Engenharia Sanitária; e 3.07.01.00-7 - Recursos Hídricos

CET-002

SEQUESTRANTE DO SULFETO DE HIDROGÊNIO (H₂S) NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Stefania Andrade ANTUNES (Curso de Engenharia de Produção, FDV)

Raphael Campos CUSATI (Orientador, FDV)

Aline Santana de OLIVEIRA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Sulfeto de hidrogênio; Sequestrante; Petróleo.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A composição química do petróleo é bastante complexa devido à diversidade de compostos, sendo majoritária a presença de hidrocarbonetos, compostos que apresentam em sua estrutura apenas carbono e hidrogênio. Como a formação do petróleo ocorre entre os grãos da rocha, entre pequenas fendas com intercomunicação ou mesmo cavidades interligadas existem também a formação de gases, onde se pode verificar a existência do gás natural. Segundo Silva Filho (2013), o gás natural presente é composto por hidrocarbonetos leves, porém em sua composição também existem gases tóxicos como CO₂ (dióxido de carbono) e H₂S (sulfeto de hidrogênio). Nos campos de petróleo onde esses gases são detectados, o tratamento é indispensável, evitando problemas operacionais, de segurança, de equipamentos e instalações. O gás sulfeto de hidrogênio provoca uma grande variedade de efeitos para a saúde. Esses efeitos dependem da quantidade e por quanto tempo esse gás é respirado. Os trabalhadores na exploração de petróleo estão expostos através da respiração, no qual em grandes quantidades como em um vazamento ou "blowout" (fluxo descontrolado de hidrocarbonetos), poderá bloquear o sentido do olfato, iniciando com irritações nos olhos, nariz, garganta e pulmões, podendo interromper o centro respiratório no cérebro, por isso levando à morte. **OBJETIVOS:** Analisar a forma mais eficaz de diminuir a incidência da produção de gás H₂S em plataformas de petróleo. Comparar o melhor sequestrante para o H₂S na produção de petróleo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** De acordo com Gil (2008) quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, pois, é desenvolvida com base em materiais já formulados, constituído de artigos, tese e livros. Para a seleção da tecnologia adequada devem-se levar em conta as condições de concentração, vazão e temperatura em que o gás residual é emitido, e a capacidade de tratamento requerida. Relacionando-se a questões financeiras, o método deve ter baixo custo de instalação e operação (ROCHA et al., 2004). **RESULTADOS:** Os principais tratamentos para o H₂S são: os Físicos (adsorção, com o uso de adsorventes; lavadores com água pura; membranas seletivas e separação criogênica). Os Químicos (adsorção com substâncias químicas; oxidação térmica; oxidação catalítica e ozonização). E os Biológicos (biofiltro; biopercolador; biolavador e tratamento com iodo ativado). A literatura aponta os processos químicos como o sistema mais empregado atualmente, devido ao maior conhecimento tecnológico do processo, as experiências em plantas em escala industrial e pelas altas eficiências obtidas, que permitem atingir concentrações finais de sulfeto de hidrogênio muito baixas (COLTURATO et al., 2016). Estes mesmos autores afirmam que diversos compostos químicos têm sido estudados e empregados mundialmente, com destaque para os óxidos de ferro, hidróxidos de ferro, carvão ativado e zeólitas impregnadas, soluções alcalinas, hidróxido de sódio e quelato férrico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dentre as várias técnicas analisadas, os processos de adsorção química, como nos casos de adsorção com óxido de ferro e sílica gel, se mostraram mais eficientes. Dentre esses dois exemplos, o método com o óxido de ferro sobressai pela regeneração do Fe (III) por oxidação, em que ele funciona como um pseudo-catalisador. Este método oferece uma remoção seletiva, alta eficiência, baixo consumo de produtos químicos e ainda produz enxofre elementar, composto passível de comercialização. Considerando que a proposta desse trabalho era determinar o método mais eficiente para a remoção do sulfeto de hidrogênio dos produtos de exploração petrolífera, e de forma sustentável, acredita-se que a adsorção química que utiliza soluções de Fe (III) para a oxidação com o H₂S seja a melhor opção.

REFERÊNCIAS:

1. COLTURATO, L. F. D. B.; FARIA, J. P. de O.; MOTTA, V. S.; SANTOS, L. L. dos; CHERNICHARO, C. A. de L. *Avaliação de lavador de gases do tipo Venturi, operando com solução de hidróxido de sódio, para dessulfuração de biogás com altas concentrações de H₂S*. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 21, n. 1, p.65-76, 2016.
2. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 176 p. 2008.
3. ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. *Introdução à Química Ambiental*. 1 ed. Bookman, Porto Alegre, 154 p. 2004.
4. SILVA FILHO, L. F., *Avaliação e modelagem da absorção de H₂S do gás natural em coluna de leito estagnado*. Tese de Doutorado. Natal, RN. 118 p. 2013.

Área de conhecimento do CNPq: 3.08.00.00-5 - Engenharia de Produção

CET-003

FERRAMENTA DE AUXÍLIO À GERAÇÃO DO XML DO DIPLOMA DIGITAL

Arthur Machado Schittini **RUBIM** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado **DUARTE** (Orientadora, FDV/UFV)

Palavras-chave: Diploma digital; Script Python; XML

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Ministério da Educação (MEC) emitiu a portaria nº 330, de 5 de abril de 2018, que regulamenta a emissão de diplomas digitais em instituições de ensino superior do sistema federal de ensino. Na FDV, a implementação do diploma digital envolveu o estudo da legislação e tecnologias associadas, com o diploma sendo um arquivo XML assinado digitalmente pela instituição emissora e pela instituição registradora. O arquivo XML segue regras definidas em um arquivo XSD. Além disso, é permitida a representação visual do diploma digital, semelhante à versão física, mas com um QRCode no verso que remete a um site de validação da autenticidade do diploma. Contribui para a promoção da inclusão social e educacional, possibilitando que indivíduos de áreas remotas, muitas vezes localizadas em biomas como a Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, entre outros, tenham acesso mais fácil à comprovação de suas qualificações. Pode incentivar o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, ao fortalecer a educação e as práticas sustentáveis nos biomas brasileiros.

OBJETIVOS: Implementar uma rotina para facilitar a geração do XML do diploma digital pela secretaria da FDV. A digitação dos dados diretamente no sistema do diploma é bastante trabalhosa e sujeita a erros, portanto vislumbrou-se como possibilidade esta implementação ajudando assim a secretaria acadêmica da FDV e acelerando o processo de emissão.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Estudar o layout do XML do diploma; Entender a API do sistema de diploma e implementar uma rotina que, a partir do sistema acadêmico da FDV gera um arquivo JSON com os dados do diploma. Esse JSON é enviado para a API e recebe como retorno o XML do diploma.

RESULTADOS: Para a implementação da rotina foi necessário estudar a linguagem de programação Python bem como a forma como ela permite conectar com o SGBD SqlServer utilizado para armazenar os dados acadêmicos da FDV. Entender o que é uma API, sistema que permite a comunicação entre diferentes sistemas convertendo os dados para o formato JSON. Estudou-se os parâmetros de entrada e saída da API de geração do XML do diploma digital. A rotina desenvolvida engloba quatro módulos principais: **a)** Recuperação dos dados acadêmicos do diplomado no banco de dados da FDV; **b)** Conversão desses dados gerando um arquivo no formato JSON de acordo com o layout esperado pela API, tendo sido esta a atividade mais complexa de todas; **c)** Envio do arquivo JSON para API de acordo com os parâmetros necessários; **d)** Receber da API o arquivo XML do diploma digital a ser complementado com demais dados necessários no sistema do diploma digital. Esta rotina começou a ser usada para emissão dos diplomas da colação de fevereiro de 2024 com grande sucesso. A figura 1 ilustra a arquitetura da rotina. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sempre que o MEC atualizar as regras do XML, será necessário revisar e atualizar a rotina de geração do JSON para se adequar às novas exigências.

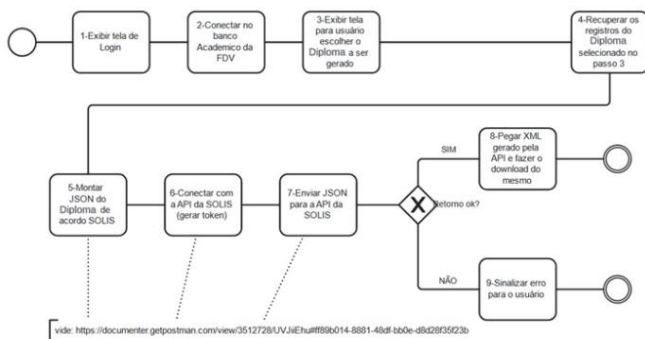


Figura 1. Arquitetura da rotina

REFERÊNCIAS:

- Ministério da Educação (MEC). Diplomas Digitais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/diplomadigital/>. Acesso: 8 out. 2023.
- XML (Extensible Markup Language) <https://pt.wikipedia.org/wiki/XML>. Acesso: 8 out. 2023
- "O que é XSD?" <https://www.filetypadvisor.com/pt/extension/xsd>. Acesso em: 8 out. 2023
- "O que é uma API?" Disponível em: <https://www.techinfosource.com/o-que-e-uma-api>. Acesso: 8 out. 2023.
- "Introdução a Python" Disponível em: <https://docs.python.org/pt-br/3/reference/introduction.html>. Acesso: 15 jun. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-004

TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS NA IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO DIGITAL NA FDV

Filipe Silva de **CASTRO** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado **DUARTE** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: API; Python; XML; SQL Server.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A implantação do currículo digital eletrônico na FDV envolve diversas tecnologias fundamentais para garantir sua funcionalidade e integração com sistemas. Dentre essas tecnologias destacam-se as APIs, Python, JSON, XML, SQL Server e o sistema Solis nas quais podem se inspirar em princípios de sustentabilidade e inclusão social, promovendo uma gestão educacional que respeite e destaque a diversidade biológica e cultural brasileira. Além disso, tecnologias sociais, desenvolvidas a partir dos saberes dos biomas, podem ser aplicadas como exemplo de inovação nas práticas acadêmicas, incentivando uma educação mais conectada com os contextos locais e a conservação dos recursos naturais. A API permite a comunicação entre diferentes sistemas, garantindo que o currículo digital possa ser acessado e manipulado de forma segura e eficiente. Python é utilizado para desenvolver scripts e automações necessárias para a manipulação dos dados do currículo. JSON e XML são formatos de dados que permitem a troca de informações estruturadas de forma clara e padronizada. O SQL Server é o sistema de gerenciamento de banco de dados responsável por armazenar e gerenciar os dados do currículo. O sistema Solis faz a gestão de documentos digitais como diploma, histórico, sendo essencial integrar o currículo digital a este sistema para assegurar a consistência e a eficiência dos processos acadêmicos. Cada uma dessas tecnologias desempenha um papel crucial na criação de um sistema robusto e eficiente para o gerenciamento do currículo digital na FDV. **OBJETIVOS:** Estudar e integrar as tecnologias necessárias para a implantação do currículo digital na FDV através das seguintes atividades: Estudo das APIs disponíveis e suas funcionalidades; Desenvolvimento de scripts em Python para manipulação e automação de dados; Uso de JSON para a troca de dados entre sistemas; Implementação do currículo em formato XML; Configuração e gestão do banco de dados no SQL Server; Integração do currículo digital com o sistema Solis; Elaboração de um manual técnico para a Secretaria Acadêmica operar e manter o sistema de currículo digital.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Desenvolver um estudo de caso, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, utilizando como instrumento o diagnóstico da situação vigente da implantação do currículo digital na FDV. Será analisado o processo de integração das tecnologias mencionadas e seu impacto na gestão acadêmica. **RESULTADOS:** O primeiro resultado será a integração das tecnologias na implantação do currículo digital, assegurando a conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MEC. O segundo resultado será a criação de um manual operacional detalhado para a Secretaria Acadêmica da FDV. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A solução proposta envolve a utilização de APIs para facilitar a comunicação entre sistemas, Python para desenvolver ferramentas de automação e manipulação de dados, JSON e XML para garantir a troca eficiente de informações estruturadas, SQL Server para armazenar e gerenciar os dados do currículo, e o sistema Solis para integrar e gerenciar os processos acadêmicos. A integração dessas tecnologias resultará em um sistema de currículo digital eficiente, reduzindo a carga de trabalho manual e minimizando erros. Futuramente, será necessário evoluir a solução para incluir novas funcionalidades e otimizações, como a automação completa dos processos através de integração mais avançada com APIs e melhorias na gestão de dados no SQL Server.

REFERÊNCIAS:

- Impacta. O que é Banco de Dados SQL Server? Disponível em: <https://www.impacta.com.br/blog/entenda-de-uma-vez-por-todas-o-banco-de-dados-sql-server/>
- FreeCodeCamp. Como criar e manipular banco de dados SQL com Python. Disponível em: <https://www.freecodecamp.org/portuguese/news/como-criar-e-manipular-bancos-de-dados-sql-com-python/>
- Ministério da Educação (MEC). Diplomas Digitais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/diplomadigital/>. Acesso: 29 set. 2023.
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Currículo Digital. Disponível em: <https://quiacurriculos.ufsc.br/curriculo/>. Acesso: 29 set. 2023.
- Tecnoblog. O que é uma API? Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-uma-api-guia-para-iniciantes/>. Acessado: 29 set. 2023.
- Tecnoblog. O que é XML? Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-xml-guia-para-iniciantes/>. Acessado: 29 set. 2023.

Área do conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO DO VALIDADOR DO DIPLOMA DIGITAL

Arthur Machado Schittini **RUBIM** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado **DUARTE** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Diploma digital; Script Python; Validação.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Ministério da Educação (MEC) emitiu a portaria nº 330, de 5 de abril de 2018, que regulamenta a emissão de diplomas digitais em instituições de ensino superior do sistema federal de ensino. Na FDV, a implementação do diploma digital envolveu o estudo da legislação e tecnologias associadas, com o diploma sendo um arquivo XML assinado digitalmente pela instituição emissora e pela instituição registradora. O arquivo XML segue regras definidas em um arquivo XSD. Além disso, é permitida a representação visual do diploma digital, semelhante à versão física, mas com um QRCode no verso que remete a um site de validação da autenticidade do diploma. Contribui para a promoção da inclusão social e educacional, possibilitando que indivíduos de áreas remotas, muitas vezes localizadas em biomas como a Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, entre outros, tenham acesso mais fácil à comprovação de suas qualificações. Pode incentivar o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, ao fortalecer a educação e as práticas sustentáveis nos biomas brasileiros. **OBJETIVOS:** Implementar uma rotina para atualizar o banco de dados do sistema de validação do diploma digital. Sem essa rotina a atualização dos dados do diploma digital teria que ser feita por um profissional de TI e desta forma a própria secretaria acadêmica da FDV consegue fazê-lo.

ABORDAGEM

METODOLÓGICA: Estudar o layout do XML do diploma; entender o banco de dados MySQL utilizado pela rotina de validação do diploma digital; implementar a atualização deste banco de dados a partir de um XML de diploma registrado.

RESULTADOS: Para a implementação da rotina foi necessário estudar a linguagem de programação Python bem como a forma como ela se conecta com o SGBD MySQL utilizado para armazenar os dados de validação do diploma digital da FDV. A rotina desenvolvida engloba três módulos principais: **a)** Recuperação dos dados do diploma digital no XML registrado na UFV; **b)** Conexão com SGBD MySQL; **c)** Atualizar o banco de dados do validador do diploma digital inserindo um novo registro com os dados do diploma em questão. Esta rotina será usada para atualização, no validador, dos diplomas da colação de fevereiro de 2024. A seguir um exemplo do link de validação de diploma que fica no verso do mesmo e consta no QRCODE:

<https://fdvmg.edu.br/validacao/1721.8.4d19769e81bb>. O link do sistema de validação é <https://fdvmg.edu.br/validacao/> e cada diploma terá seu código de validação. Este código é gerado pela instituição registradora e está contido no XML do diploma digital. No exemplo anterior, o código é: 1721.8.4d19769e81bb. A Figura 1 mostra um exemplo de tela de validação de um diploma digital da FDV. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sempre que o MEC atualizar as regras do XML, será necessário revisar e atualizar a rotina de atualização dos dados do validador.

REFERÊNCIAS:

- Ministério da Educação (MEC). Diplomas Digitais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/diplomadigital/>. Acesso: 8 out. 2023
- XML (Extensible Markup Language) <https://pt.wikipedia.org/wiki/XML>. Acesso: 8 out. 2023
- "O que é XSD?" <https://www.filetypeadvisor.com/pt/extension/xsd>. Acesso em: 8 out. 2023
- "Introdução a Python" Disponível em: <https://docs.python.org/pt-br/3/reference/introduction.html>. Acesso: 15 jun. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO DO VALIDADOR DO HISTÓRICO DIGITAL

Felipe Batista da **SILVA** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado **DUARTE** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Python; Automação de dados; Banco de dados.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Com a crescente digitalização de dados, a manipulação de arquivos XML tornou-se uma prática comum em diversas áreas, como negócios, tecnologia e pesquisa. No entanto, a extração manual de dados desses arquivos pode ser ineficiente e sujeita a erros, especialmente quando se trata de grandes volumes de informações. Este trabalho propõe a criação de um sistema automatizado em Python que facilita a abertura de arquivos XML. Utilizando bibliotecas como customtkinter e filedialog, a interface gráfica desenvolvida não só melhora a interação do usuário, mas também torna o processo mais ágil e confiável. Com essa abordagem, buscamos otimizar a gestão de dados estruturados, tornando-a mais acessível e eficiente.

OBJETIVOS: O sistema tem como objetivo automatizar a extração e inserção de dados de arquivos XML em um banco de dados relacional. O fluxo compreende: 1) criação de uma tela de login com customtkinter, 2) seleção de arquivos XML usando filedialog, 3) extração de dados como nome, nacionalidade e data de nascimento, 4) construção de comandos SQL no formato INSERT INTO, e 5) execução desses comandos para garantir a correta inserção dos dados. Um validador de histórico foi implementado para garantir a consistência dos dados. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O desenvolvimento seguiu uma abordagem incremental. O primeiro passo foi criar a tela de login, garantindo a segurança do acesso ao sistema. Em seguida, a funcionalidade de seleção de arquivos foi implementada, permitindo que o usuário escolha os arquivos diretamente no ambiente gráfico. A biblioteca xml.etree.ElementTree foi utilizada para extrair dados dos arquivos XML, organizando informações como nome e nacionalidade. Os dados foram formatados em comandos SQL INSERT, que foram executados automaticamente, integrando todo o processo de forma eficiente.

RESULTADOS: O sistema é capaz de abrir e processar arquivos XML de maneira eficaz, extraindo informações essenciais e inserindo-as diretamente em um banco de dados. A interface gráfica, proporciona uma experiência amigável, e a utilização de filedialog facilita a seleção dos arquivos. O validador de histórico assegura a integridade dos dados inseridos, enquanto a automação dos comandos SQL INSERT minimiza a necessidade de intervenção humana, reduzindo erros e aumentando a produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O sistema desenvolvido representa uma inovação significativa na forma como arquivos XML são processados e armazenados em bancos de dados. Ao automatizar o processo de extração, validação e inserção de dados, o sistema oferece uma solução eficiente e escalável para o tratamento de grandes volumes de informações estruturadas. A combinação de uma interface gráfica amigável, bibliotecas modernas e validações de dados contribui para uma solução robusta, aplicável em diversos contextos

REFERÊNCIAS:

- MAIA, R. F.; GOMES, L. F. Automação da extração de dados de arquivos XML utilizando Python e suas aplicações em ciência da informação. Ciência da Informação, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/ci/a/QQ3HX7JLBTfG3gpvPdfGK9j/?format=html&stop=previos>. Acesso: 27 ago. 2024.
- HOFFMANN, E.; FISCHER, M. XML-based automated data extraction for data analysis and reporting in clinical trials. IEEE Transactions on Information Technology in Biomedicine, vol. 11, no. 4, pp. 399-404, 2007. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/4418773>. Acesso: 28 ago. 2024.
- PYTHON SOFTWARE FOUNDATION. xml.etree.ElementTree — The ElementTree XML API. Python 3 Documentation, 2023. Disponível em: <https://docs.python.org/3/library/xml.etree.elementtree.html>. Acesso: 3 set. 2024.
- AWARI. XML: aprenda a ler e manipular arquivos XML com Python. 2023. Disponível em: <https://awari.com.br/xml-aprenda-a-ler-e-manipular-arquivos-xml-com-python/>. Acesso: 8 set. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

ANÁLISE DE VULNERABILIDADE EM SISTEMAS DE IoT: INOVAÇÕES NA SEGURANÇA DE DADOS

Felipe Batista da SILVA (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado DUARTE (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Internet das coisas; Segurança; Inovação; Vulnerabilidade; IoT.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Internet das Coisas (IoT) representa um avanço significativo na conectividade de dispositivos, permitindo a comunicação entre objetos físicos e a internet. Essa inovação transforma a forma como interagimos com a tecnologia, trazendo benefícios em setores como saúde, transporte e automação residencial. No entanto, essa expansão rápida e abrangente também acarreta um aumento alarmante nas vulnerabilidades associadas a esses dispositivos. Estudos têm revelado que muitos dispositivos IoT são projetados sem padrões de segurança adequados, tornando-se alvos frequentes de ataques cibernéticos. O resultado disso é uma variedade de ameaças, que vão desde a exploração de falhas de segurança e invasões de privacidade até a manipulação de sistemas críticos. Esses ataques não apenas comprometem dados sensíveis, mas também podem resultar em consequências devastadoras, como a interrupção de serviços essenciais em setores críticos, incluindo saúde e infraestrutura.

OBJETIVOS: O objetivo deste estudo é analisar as vulnerabilidades em dispositivos IoT, destacando a evolução das ameaças e as soluções inovadoras de segurança que surgiram recentemente. Além disso, o trabalho pretende explorar novas regulamentações, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e suas implicações na segurança dos dados, com o intuito de promover um ambiente mais seguro para os usuários e organizações que utilizam esses dispositivos conectados. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa seguirá uma abordagem descritiva e qualitativa, utilizando estudos de caso recentes sobre falhas de segurança em sistemas IoT, aliada à análise da LGPD e outras normas internacionais. Serão realizadas entrevistas com especialistas em cibersegurança, além de revisões de literatura científica, para identificar as práticas mais eficientes e as tecnologias emergentes voltadas à mitigação de riscos. A coleta de dados será complementada por análises de incidentes de segurança documentados, fornecendo uma visão abrangente do cenário atual.

RESULTADOS: A pesquisa preliminar indica um aumento significativo nos ataques de ransomware voltados a dispositivos IoT, além da exploração de vulnerabilidades em firmware desatualizado. Inovações, como redes de blocos (blockchain) e criptografia avançada, têm se mostrado promissoras na mitigação de ameaças. O uso de inteligência artificial para a detecção de anomalias em redes IoT também emergiu como uma solução eficaz. A adoção dessas tecnologias, aliada ao fortalecimento das regulamentações de segurança, pode reduzir substancialmente os riscos associados ao uso massivo de dispositivos IoT e garantir a integridade e a confidencialidade dos dados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A continuidade dos estudos sobre a vulnerabilidade em sistemas IoT revela a necessidade urgente de inovações em segurança. A medida que a adoção de dispositivos conectados se expande em diversas áreas, como saúde, transporte e cidades inteligentes, a proteção contra ameaças cibernéticas se torna uma prioridade. A exploração de técnicas avançadas, como o uso de criptografia robusta, inteligência artificial (IA) e normas de segurança mais rigorosas, pode transformar significativamente o panorama da segurança da informação no ambiente IoT. Essas abordagens não apenas melhoram a proteção dos dados, mas também promovem a detecção e resposta a incidentes de segurança de forma mais eficiente e proativa.

REFERÊNCIAS:

1. PAOLA, Diana. *A segurança dos documentos digitais*. 2015. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/Diana-Paola-4/publication/267235920_A_SEGURANCA_DOS_DOCUMENTOS_DIGITAIS/links/579120f608ae108aa0402287/A-SEGURANCA-DOS-DOCUMENTOS-DIGITAIS.pdf. Acesso: 8 ago. 2024.
2. RODRIGUES, Andréia; SILVA, Luciana. A segurança da informação e a proteção de dados pessoais: uma análise da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). *Revista de Informação e Comunicação*, v. 12, n. 1, p. 69-84, 2022. Disponível: <https://seer.ufq.br/index.php/reic/article/view/88790/55009>. Acesso: 1 out. 2024.
3. BORGES, Gilmar; SILVA, Juliana. Gestão de segurança da informação: um estudo sobre a proteção de dados pessoais. *Revista de Sistemas e Gestão*, v. 10, n. 1, p. 87-101, 2022. Disponível: <http://periodicos.unifacel.com.br/resigset/article/view/2871278>. Acesso: 1 out. 2024.
4. GONÇALVES, Thayná. A segurança da informação na era digital: desafios e perspectivas. *Revista de Informação e Comunicação*, v. 22, n. 2, p. 115-130, 2023. Disponível: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/21203/23548>. Acesso: 1 out. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO GERENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Eric Mansur Botelho FREITAS (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino SARAIVA (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Inteligência artificial; Gerenciamento; Sistemas de informação.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O avanço da Inteligência Artificial (IA) tem gerado transformações significativas em diversos setores da economia e da tecnologia, e o gerenciamento de sistemas de informação não é exceção. A utilização de IA em sistemas de informação, que envolvem a coleta, armazenamento e processamento de dados para apoiar a tomada de decisões, está reconfigurando as operações organizacionais. Esses sistemas, fundamentais para o controle e a gestão eficaz de processos, têm se tornado mais eficientes, precisos e preditivos com a adoção de IA.

OBJETIVOS: O objetivo deste artigo é investigar e analisar os principais impactos da IA no gerenciamento de sistemas de informação, com foco em como as tecnologias de IA estão aprimorando processos, otimizando operações e influenciando decisões empresariais. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: A metodologia utilizada para este estudo é baseada em uma revisão bibliográfica e documental. Foram selecionadas publicações acadêmicas, artigos científicos e relatórios de grandes empresas de tecnologia que tratam da interação entre IA e sistemas de informação. A análise qualitativa dessas fontes foi realizada com o intuito de identificar padrões, benefícios e dificuldades enfrentadas na implementação da IA em sistemas de gerenciamento de informações. **RESULTADOS:** Os resultados da análise indicam que a Inteligência Artificial está transformando significativamente o gerenciamento de sistemas de informação. A seguir, destacamos os principais impactos observados. Automação de Processos:

a IA tem permitido a automação de processos anteriormente manuais, como análise de grandes volumes de dados e a criação de relatórios de desempenho. Ferramentas de IA podem processar dados em tempo real e gerar *insights* acionáveis sem a intervenção humana, reduzindo erros e otimizando o tempo de resposta. Outro fator é a tomada de decisão baseada em dados: com a capacidade da IA de analisar vastas quantidades de dados, o processo de tomada de decisão se torna mais informado e baseado em evidências. Algoritmos de aprendizado de máquina conseguem identificar padrões e prever resultados com precisão, permitindo decisões mais rápidas e acertadas. Outro impacto é a personalização e recomendação: em sistemas de gerenciamento de clientes e produtos, a IA tem sido utilizada para personalizar experiências e recomendar ações específicas, aumentando a eficiência nas áreas de marketing, vendas e atendimento ao cliente. Outro impacto importante é a segurança e gestão de riscos: sistemas de IA conseguem identificar ameaças em tempo real, utilizando análise preditiva para detectar padrões anômalos que indicam fraudes ou ataques cibernéticos. Esse tipo de monitoramento é crucial para a segurança das informações e a integridade dos dados. Por fim, a otimização de recursos e eficiência operacional: a IA permite que os sistemas de informação otimizem o uso de recursos, ajustando automaticamente processos internos, como a distribuição de tarefas e a gestão de estoques. Isso resulta em um aumento da eficiência operacional, com menor desperdício de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IA já se estabeleceu como uma ferramenta essencial no gerenciamento de sistemas de informação, proporcionando automação, inteligência analítica e maior segurança. No entanto, a implementação dessa tecnologia também apresenta desafios, como a necessidade de infraestrutura robusta, treinamento especializado e a gestão ética do uso de dados. Empresas que desejam se beneficiar plenamente da IA precisam estar preparadas para enfrentar essas barreiras, buscando soluções que promovam a integração eficaz da tecnologia aos seus sistemas.

REFERÊNCIAS:

1. ALMEIDA, João. *Inteligência artificial e seu impacto nos sistemas de informação*. São Paulo: ABC, 2023.
2. GONZÁLEZ, Maria. *Automação inteligente em sistemas empresariais*. Rio de Janeiro: XYZ, 2022.
3. SMITH, John; LEE, Kevin. Machine learning em sistemas de gerenciamento de informação. *Journal of Information Systems*, v. 45, n. 2, p. 145-160, 2021.
4. TAYLOR, Robert. Segurança e IA: proteção de dados em sistemas inteligentes. *Journal of AI and Security*, v. 10, n. 1, p. 87-102, 2020.

Área do conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-009

DEMANDA DO SETOR FITNESS: SOFTWARES DE ACOMPANHAMENTO PARA TREINAMENTOS PERSONALIZADOS, CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS EM VIÇOSA-MG

Victor Antonio de Souza **COSTA** (Curso de Sistemas de Informação, FDU)
Davidson Rezende **VIANA** (Orientador, FDU)

Palavras-chave: Tecnologia da informação; Mercado fitness; *Software*; *Personal trainer*.

Agência de fomento: FDU

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho tem como objetivo expor uma pequena exposição da percepção, uso e necessidades sentidas pelos profissionais do setor *fitness* de Viçosa-MG que consomem softwares disponíveis no mercado. Esta pesquisa enfatiza a importância de se ter um *software* para que um profissional possa acompanhar seus alunos e verifica, em um público seleto, o número de *softwares* que precisam ser contratados para que profissionais autônomos possam administrar carteiras de clientes. É de conhecimento geral que os exercícios físicos, prescritos e acompanhados por profissionais capacitados são de extrema importância para a sociedade, segundo MACIEL (2007). Uma das principais demandas dos usuários (*personal trainers*) é a integração de ferramentas em um mesmo *software*, sejam elas: realização de avaliações, prescrição de exercícios, armazenamento e comparação de dados, captação de novos alunos e controle financeiro, de maneira ágil, consistente e intuitiva, para o cuidado com a saúde de seus alunos e gestão de seu negócio. Nos últimos anos, o setor *fitness* tem visto uma transformação significativa com o avanço da tecnologia. *Softwares* de acompanhamento para treinamentos personalizados surgem como uma ferramenta indispensável para treinadores e praticantes. A demanda por soluções que ofereçam planos de treino adaptados às necessidades individuais só cresce. Esses *softwares* prometem melhorar a eficiência e a eficácia dos treinos. Este trabalho é uma investigação que exibe informações sobre o uso de softwares por alguns profissionais na cidade de Viçosa. **OBJETIVOS:** Como principal proposta, este trabalho visa expor a visão dos usuários (*personal trainers*) em relação a real necessidade de *softwares* para auxílio de suas demandas, tendo em vista que adquirir mais de um deles pode ou não atingir o nível de demanda do setor *fitness* no contexto de mercado consumidor de tecnologia.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Visando uma pesquisa de pequena amostra (reduzida por limitação de dados na cidade), foi elaborado um formulário do *Google forms* abordando as seguintes questões: 1. O quanto julga importante um *software* para auxílio da prescrição, avaliação e administração da carteira de clientes/alunos? 2. Atualmente, você utiliza algum recurso digital para acompanhar seus clientes? 3. Quantos aplicativos/*softwares*/plataformas, você usa para avaliar, prescrever, controlar histórico de progresso e administrar a carteira de clientes? 4. Com relação aos atendimentos (presenciais ou on-line) aos clientes. Ao todo 13 pessoas responderam aos questionamentos. **RESULTADOS:** Para a primeira questão, 92,3% julgaram 5- muito importante ter um *software* que o auxilie, enquanto os 7,7% restantes julgaram 4- importante. Para a segunda questão, 53,8% dos participantes afirmaram utilizar *software* para auxiliar no atendimento aos clientes, seguidos de 46,2% afirmaram não ter, sendo dos que não utilizam, 7,7% afirmaram que apesar de não possuir, tem o interesse em adquirir em breve. Para a terceira questão, 46,2% não utilizam nenhum, 30,8% utilizam apenas um *software* e, por fim, 23,1% dos participantes utilizam até 2 *softwares*. Para a quarta questão, 46,2% dos participantes atendem apenas presencialmente, 30,8% maioria presencialmente e por fim 23,1% afirmaram atender em maioria seus clientes virtualmente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com os resultados deste breve levantamento, o grupo escolhido para coleta de dados tem maioria dos participantes afirmando a importância de se ter um *software* que possa ajudá-los a administrar os seus atendimentos. Uma vez que a demanda para o atendimento virtual é elevada, a escassez de integração de ferramentas se faz presente, levando a tornar a administração mais onerosa, forçando aquisição de até dois *softwares* para além de prescrever, avaliar e controlar o fluxo financeiro de clientes, configurando assim uma carência de ferramentas que possuam uma maior integração.

REFERÊNCIAS:

- MACIEL, E. da S. *Atividade física e alimentação adequada para a promoção da saúde*. 2007. Disponível em: https://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/saude_coletiva_cap15.pdf. Acesso: 29 set. 2024.
- SILVA, Emanuel Brunio Santana. *GymFast*: protótipo de aplicativo que busca conectar pessoas ligadas a atividades físicas. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/eaceb151-2805-4547-a08f-d11eef793b86/content>. Acesso: 29 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-010

ROBÓTICA NA PRESERVAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

Uarley Miranda **MAGALHÃES** (Curso de Sistemas de Informação, FDU)
Margareth Machado **DUARTE** (Orientadora, FDU)

Palavras-chave: Robótica; Inteligência artificial; Conservação dos biomas; Tecnologias sociais.

Agência de fomento: FDU

RESUMO

INTRODUÇÃO: A robótica e a inteligência artificial (IA) têm desempenhado um papel crucial na conservação e preservação dos biomas do Brasil. Desde suas origens antigas até os avanços modernos, essas disciplinas têm contribuído para a compreensão, monitoramento e proteção da diversidade biológica, promovendo uma abordagem interdisciplinar que integra tecnologia, ciência e saberes tradicionais. **OBJETIVOS:** O objetivo deste estudo é explorar como a robótica e a inteligência artificial contribuem para a conservação e preservação dos biomas do Brasil, destacando sua capacidade de integrar diversidade biológica, saberes tradicionais e tecnologias sociais. Além disso, busca-se analisar os benefícios dessas abordagens interdisciplinares para a promoção da sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para alcançar os objetivos propostos foi adotada uma abordagem metodológica abrangente que combina revisão bibliográfica, análise de estudos de caso e diálogo com comunidades locais. Consulta de fontes acadêmicas, artigos científicos e materiais de divulgação para obter uma compreensão aprofundada das contribuições da robótica e da inteligência artificial para a conservação dos biomas do Brasil.

RESULTADOS: Destaque da contribuição essencial da robótica e da inteligência artificial para a preservação dos biomas brasileiros. Por exemplo, o uso de drones permite monitorar ecossistemas de maneira eficiente, detectando desmatamento e atividades ilegais. Já os robôs são empregados na restauração de áreas degradadas, agilizando o processo de recuperação e protegendo a biodiversidade local. Além disso, algoritmos de IA analisam grandes volumes de dados ambientais, oferecendo percepções valiosas para a tomada de decisões em políticas de conservação. Essas tecnologias não apenas promovem a sustentabilidade ecológica, mas também impulsionam o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais ao criar oportunidades de emprego e fomentar práticas sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Em conclusão, a robótica e a inteligência artificial representam ferramentas poderosas para a conservação e preservação dos biomas do Brasil. Ao integrar diversidade biológica, saberes tradicionais e tecnologias sociais, essas disciplinas promovem uma abordagem interdisciplinar que contribui para a sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. No entanto, é essencial garantir que essas abordagens sejam desenvolvidas e aplicadas de forma ética e responsável, com consideração pelos impactos sociais e ambientais. Portanto, é imperativo que essas abordagens sejam continuamente refinadas e implementadas com o devido cuidado, garantindo não apenas a preservação dos ecossistemas, mas também o bem-estar das comunidades humanas que dependem deles.

REFERÊNCIAS:

- SOUZA, C. M.; SHIMBO, J. Z.; ROSA, M. R.; PARENTE, L. L.; ALENCAR, A. A.; RUDORFF, B. F. T.; MATSUMOTO, M. (2020). Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. Remote Sensing, v. 12, n. 17, 2735. <https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735>
- UOL. "Robô é usado para tentar salvar Cerrado do desmatamento; entenda." <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2020/07/05/robo-e-usado-para-tentar-salvar-cerrado-do-desmatamento-entenda.htm>
- AMARAL, S.; Reis, L.; CÂMARA, G. (2020). "reconstructing three decades of land use and land cover changes in brazilian biomes with landsat archive and earth engine." PeerJ. <https://peerj.com/articles/14276/>.

Área do conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

BLOCKCHAIN: IMPULSIONANDO TRANSAÇÕES E PRESERVANDO BIOMAS NA ERA DIGITAL

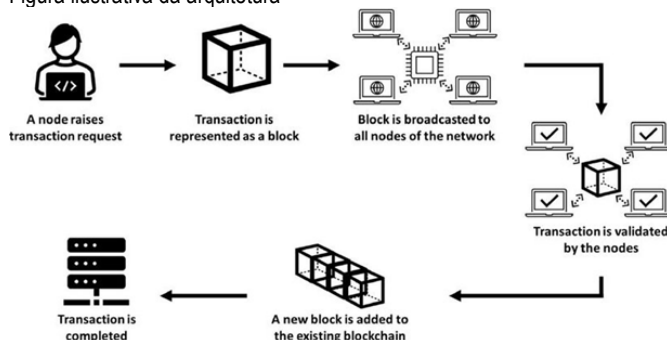
Uarley Miranda **MAGALHÃES** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado **DUARTE** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Blockchain, Segurança; Economia; Descentralização.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O blockchain é uma estrutura de dados descentralizada que registra transações de forma segura e transparente. Cada transação é verificada e registrada em blocos encadeados, formando uma cadeia imutável. Esses blocos são validados e armazenados em uma rede distribuída de computadores, garantindo segurança e transparência. Isso desafia os modelos tradicionais, promovendo eficiência nas transações. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo principal analisar a aplicação da tecnologia blockchain em transações financeiras e contratuais, além de explorar seu potencial para promover a descentralização, segurança e contribuir para a preservação dos biomas brasileiros. Ao destacar as oportunidades oferecidas pelo blockchain, buscou-se ampliar a compreensão sobre seu papel na transformação dos modelos econômicos e na proteção do meio ambiente. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem metodológica abrangente que combina revisão bibliográfica e análise de casos de uso da tecnologia blockchain. Consultou-se fontes acadêmicas, livros e artigos científicos teóricos e práticos da blockchain, além de investigarmos exemplos reais de implementação da tecnologia em diferentes contextos. O que permite uma compreensão ampla e aprofundada das implicações do blockchain nas transações e na preservação dos biomas. **RESULTADOS:** A tecnologia blockchain possui vantagens significativas em diversos domínios, incluindo transações financeiras, contratos inteligentes e gestão de recursos naturais. Ao promover a segurança, transparência e eficiência nessas áreas, oferece um potencial transformador que pode impulsionar não apenas a economia, mas também a conservação ambiental. Onde a tecnologia pode ser aplicada para rastrear e monitorar o comércio ilegal de produtos da flora e fauna, contribuindo para a proteção dos biomas brasileiros. Além disso, o blockchain oferece uma nova abordagem para a realização de transações, eliminando a necessidade de intermediários e reduzindo custos associados. Ao facilitar a implementação de contratos inteligentes, o blockchain também pode promover acordos transparentes entre partes interessadas na conservação dos biomas, incentivando práticas sustentáveis de uso da terra. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O blockchain emerge como uma tecnologia disruptiva com o potencial de redefinir os padrões de segurança, eficiência e sustentabilidade em diferentes setores. Seu papel na preservação dos biomas brasileiros destaca-se como uma aplicação particularmente promissora, demonstrando como a inovação tecnológica pode ser aliada à conservação ambiental.

Figura ilustrativa da arquitetura



REFERÊNCIAS:

1. Proof. (s/d). "Blockchain: uma visão completa sobre a tecnologia". Disponível: <https://www.proof.com.br/blog/blockchain/#:~:blockchain%20%C3%A9%20uma%20tecnologia%20que%20%C3%B3diqo%20aberto%20para%20o%20p%C3%BAblico>.
2. Olhar Digital. (s/d). "Blockchain: a tecnologia que pode ir muito além da Bitcoin". Disponível: https://olhardigital.com.br/fique_seguro/noticia/blockchain-a-tecnologia-que-pode-ir-muito-alem-da-bitcoin/88120.
3. Senior. (s/d). "Blockchain: 5 aplicações no dia a dia". Disponível: <https://www.senior.com.br/blog/blockchain-5-aplicacoes-no-dia-a-dia#:~:blockchain%20pode%20ser%20usado%20para%20os%20alimentos%20at%C3%A9%20os%20consumidores>.
4. CPQD. (s/d). "Comercialização de energia é o foco de novo projeto envolvendo o uso de tecnologia blockchain". Disponível: <https://www.cpqd.com.br/noticias/comercializacao-de-energia-e-o-foco-de-novo-projeto-envolvendo-o-uso-de-tecnologia-blockchain/>.

Área do conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

BARRAGINHAS COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DE ENCHENTES

Arthur Castro de Souza **RODRIGUES**
(Curso de Medicina, UNIFAMINAS, Muriaé-MG)
Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR**

(Orientador, FADOCKTOR, Muriaé; Faculdade IPGMCC, Rio de Janeiro;
FASCMC - Faculdade Santa Casa de Montes Claros)

Palavras-chave: Barraginhas; Mitigação de enchentes; Infiltração de água; Erosão do solo; Recarga de aquíferos.

RESUMO

INTRODUÇÃO: As enchentes representam um grande desafio para áreas rurais, especialmente em regiões semiáridas, onde a variabilidade hídrica agrava os problemas relacionados à erosão do solo e ao abastecimento de água. As barraginhas, pequenas bacias de captação de água escavadas no solo, surgem como uma tecnologia simples e eficaz para mitigar esses problemas. Este trabalho apresenta uma análise do uso de barraginhas como ferramenta para reduzir enchentes e promover a infiltração da água da chuva no solo, contribuindo também para a recarga de aquíferos e a redução da erosão. **OBJETIVOS:** O objetivo principal do estudo foi avaliar a eficácia das barraginhas na mitigação de enchentes em áreas rurais, através da análise de sua capacidade de armazenamento e dos impactos na dinâmica hídrica local. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Metodologicamente, foram instaladas barraginhas em diferentes propriedades rurais, sendo monitorados os volumes de água retidos, a redução do escoamento superficial e os efeitos na contenção de enchentes em períodos chuvosos intensos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados indicam que as barraginhas são capazes de reter volumes significativos de água da chuva, promovendo sua infiltração no solo, o que reduz consideravelmente o escoamento superficial que contribui para enchentes em áreas vulneráveis. Em média, as barraginhas foram responsáveis por uma redução de 90% no volume de água escoada em comparação com áreas sem a presença dessa tecnologia. Além disso, foi constatado que, em solos compactados, as barraginhas auxiliam na descompactação, melhorando a permeabilidade do solo e aumentando a infiltração em até 40%. A implantação de barraginhas também promoveu a recarga de aquíferos, contribuindo para o aumento da disponibilidade de água subterrânea em áreas onde a escassez hídrica é recorrente. Esse aumento foi particularmente relevante em períodos de seca, onde a água retida pelas barraginhas se mostrou uma importante fonte de abastecimento para pequenas propriedades e para a agricultura de subsistência. Outra vantagem observada foi a redução da erosão do solo, já que o escoamento superficial reduzido pela presença das barraginhas diminui a perda de sedimentos e nutrientes, favorecendo a conservação do solo e a manutenção da fertilidade em áreas agrícolas. Em termos de custo-benefício, as barraginhas se destacam como uma alternativa de baixo custo, que pode ser implementada de forma escalável em diferentes tipos de solo e regiões. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As barraginhas representam uma solução eficaz e sustentável para a mitigação de enchentes em áreas rurais, com benefícios adicionais como a recarga de aquíferos e a conservação do solo. Recomenda-se, portanto, que essa tecnologia seja incentivada por políticas públicas voltadas para o manejo de recursos hídricos e a adaptação às mudanças climáticas, especialmente em regiões semiáridas, onde o impacto das chuvas intensas é mais severo.

BIBLIOGRAFIA:

1. COSTA, L. F.; OLIVEIRA, M. E. recuperação de áreas degradadas com técnicas de captação de água: as barraginhas. *Revista de Conservação do Solo e Água*, v. 12, n. 2, 45-58. 2018.
2. SANTOS, A. P.; LIMA, J. R. Efeitos das barraginhas na redução de enchentes urbanas e rurais: um estudo de caso no semiárido brasileiro. *Engenharia Ambiental*, v. 7, n. 4, p. 123-136, 2020.
3. SILVA, P. H.; SOUZA, T. V. Manejo de recursos hídricos e controle de enchentes com o uso de barraginhas em curvas de nível. *Revista Brasileira de Recursos Naturais*, v. 5, n. 1, 32-45, 2019.
4. ANDRADE, G. M.; PEREIRA, F. C. Barraginhas: tecnologia social para captação de água da chuva e sustentabilidade no campo. *Revista Agroecologia*, v. 9, n. 3, 67-80, 2021.
5. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Manual Técnico de Barraginhas para Conservação do Solo e da Água*. Brasília: MMA, 2019.

Área do conhecimento do CNPq: 3.07.01.00-7 - Recursos Hídricos

CET-013

BARRAGINHAS EM CURVAS DE NÍVEL: SOLUÇÃO PARA MITIGAR ENCHENTES

Arthur Castro de Souza **RODRIGUES**
(Curso de Medicina, UNIFAMINAS, Muriaé-MG)
Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR**
(Orientador, FADOCKTOR, Muriaé; Faculdade IPGMCC, Rio de Janeiro; FSCMC - Faculdade Santa Casa de Montes Claros)

Palavras-chave: Barraginhas; Mitigação de enchentes; Infiltração de água; Erosão do solo; Recarga de aquíferos.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O aumento das enchentes urbanas e rurais, em grande parte impulsionado pelo crescimento desordenado das cidades e pela degradação ambiental, exige soluções eficientes que combinem sustentabilidade e controle hídrico. Nesse contexto, as barraginhas, técnicas simples e de baixo custo, têm se destacado como uma alternativa viável para mitigar os efeitos das enchentes e, ao mesmo tempo, promover a recarga de aquíferos. **OBJETIVO:** Este artigo explora a técnica das barraginhas construídas em curva de nível e suas vantagens na retenção de água, combate à erosão e melhoria da infiltração no solo. **METODOLOGIA:** As barraginhas consistem em pequenas bacias escavadas no solo, com a finalidade de captar e armazenar temporariamente a água das chuvas. A técnica tem sido amplamente utilizada em áreas rurais, mas também pode ser adaptada para zonas urbanas com o intuito de reduzir o escoamento superficial, minimizando os danos causados pelas enchentes. Sua construção em curva de nível segue a topografia do terreno, o que aumenta a eficiência na interceptação da água que desce pelas encostas, evitando a formação de enxurradas e a erosão do solo. **DESENVOLVIMENTO:** A implantação desta metodologia as das barraginhas em curva de nível é a sua simplicidade de implementação e o baixo custo de manutenção, o que as torna acessíveis para pequenos e médios proprietários rurais. Além disso, essa solução proporciona benefícios ecológicos importantes, como a recarga do lençol freático, a melhoria da qualidade da água subterrânea e o aumento da disponibilidade de água para as culturas em períodos de seca. Ao reter a água no solo, as barraginhas contribuem para o equilíbrio hídrico da região, ajudando a combater a desertificação e promovendo a sustentabilidade da agricultura. A importância da conscientização e capacitação das comunidades para a correta implantação das barraginhas é fator preponderante de sucesso. Sem um manejo adequado, o sistema pode se tornar ineficaz ou até prejudicial, aumentando o risco de assoreamento. Portanto, é essencial que os agricultores e demais interessados compreendam a necessidade de seguir as diretrizes técnicas para a localização e dimensionamento das barraginhas. Estudos de caso analisados mostram que a implantação de barraginhas em curvas de nível pode reduzir significativamente o volume de água escoada em áreas críticas, com diminuição do risco de enchentes e melhora da qualidade do solo. Em zonas semiáridas, como no nordeste brasileiro, essa prática tem demonstrado ser uma estratégia eficiente para a convivência com longos períodos de estiagem, armazenando água da chuva que seria desperdiçada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A adoção em larga escala das barraginhas em curva de nível pode contribuir não apenas para a mitigação das enchentes, mas também para o desenvolvimento sustentável das regiões afetadas pela escassez de água. Essa solução, aliada a outras práticas de conservação do solo e da água, como o terraceamento e a recuperação de matas ciliares, pode transformar a paisagem rural e aumentar a resiliência das comunidades diante das mudanças climáticas.

BIBLIOGRAFIA:

1. COSTA, L. F.; OLIVEIRA, M. E. Recuperação de áreas degradadas com técnicas de captação de água: as barraginhas. *Revista de Conservação do Solo e Água*, v. 12, n. 2, p. 45-58, 2018.
2. SANTOS, A. P.; LIMA, J. R. Efeitos das barraginhas na redução de enchentes urbanas e rurais: um estudo de caso no semiárido brasileiro. *Engenharia Ambiental*, v. 7, n. 4, p. 123-136, 2020.
3. SILVA, P. H.; SOUZA, T. V. Manejo de recursos hídricos e controle de enchentes com o uso de barraginhas em curvas de nível. *Revista Brasileira de Recursos Naturais*, v. 5, n. 1, p. 32-45, 2019.
4. ANDRADE, G. M.; PEREIRA, F. C. Barraginhas: tecnologia social para captação de água da chuva e sustentabilidade no campo. *Revista Agroecologia*, v. 9, n. 3, p. 67-80, 2021.
5. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Manual técnico de barraginhas para conservação do solo e da água*. Brasília: MMA, 2019.

Área do conhecimento do CNPq: 3.07.01.00-7 - Recursos Hídricos

CET-014

LOCKS OTIMISTAS vs. LOCKS PESSIMISTAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM SISTEMAS DE BANCOS DE DADOS

Arthur Gomides **GODOY** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Locks otimistas; Locks pessimistas; Controle de concorrência; Sistemas de banco de dados.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A concorrência em sistemas de banco de dados é um dos principais desafios enfrentados na garantia da integridade e consistência dos dados. As estratégias de controle de concorrência, como locks otimistas e locks pessimistas, desempenham um papel crucial no gerenciamento de múltiplas transações que acessam os mesmos recursos simultaneamente (MENASCÉ; NAKANISHI, 1982). Em um mundo cada vez mais informatizado o uso dessas abordagens se torna fator crucial para garantir a funcionalidade e confiança em sistemas. **OBJETIVOS:** O objetivo deste artigo é analisar comparativamente as abordagens de locks otimistas e locks pessimistas em sistemas, identificando suas características, vantagens, desvantagens e aplicações práticas. A análise visa fornecer uma base sólida para desenvolvedores e administradores de sistemas na escolha da estratégia mais adequada para suas necessidades específicas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, analisando artigos acadêmicos e estudos de caso que discutem as abordagens de locks otimistas e locks pessimistas. Além disso, foram considerados exemplos práticos de aplicações dessas técnicas em sistemas reais, com foco em bancos de dados e sistemas distribuídos. **RESULTADOS:** Os locks otimistas operam sob a premissa de que conflitos entre transações são raros. Nessa abordagem, as transações são realizadas sem restrições até o momento da confirmação. Caso um conflito seja detectado durante a validação final, a transação é revertida (AKINTOLA et al., 2005). As principais vantagens incluem maior performance em cenários de baixa contenção e redução no tempo de espera das transações. No entanto, essa abordagem pode levar a um aumento no número de rollbacks, impactando negativamente a performance em ambientes de alta concorrência. Por outro lado, os locks pessimistas assumem que os conflitos entre transações são prováveis e, portanto, impõem restrições imediatas ao acesso aos recursos. Isso é feito através da aquisição de locks que impedem outras transações de modificar os mesmos dados até que o lock seja liberado. Embora essa abordagem minimize a probabilidade de rollback, pode causar maior latência e reduzir a taxa de throughput do sistema, especialmente em cenários de baixa contenção. Em termos de aplicação prática, locks otimistas são geralmente mais adequados para sistemas onde o conflito entre transações é raro, como em ambientes de leitura intensiva. Já os locks pessimistas são preferidos em sistemas onde a integridade dos dados é crítica e os conflitos são frequentes (MENASCÉ; NAKANISHI, 1982). A escolha entre essas abordagens depende fortemente do perfil de uso do sistema e dos requisitos de performance e consistência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Locks otimistas e locks pessimistas oferecem soluções distintas para o problema de controle de concorrência em sistemas de banco de dados. A escolha entre essas abordagens deve ser guiada pelos padrões de uso do sistema e pela necessidade de equilibrar performance e integridade dos dados. Em sistemas onde a contenção é baixa, a abordagem otimista pode ser mais eficiente, enquanto em ambientes de alta concorrência, a abordagem pessimista pode garantir maior confiabilidade e consistência dos dados.

REFERÊNCIAS:

1. AGRAWAL, R.; DeWITT, D. J. Integrated concurrency control and recovery mechanisms: design and performance evaluation. *ACM Transactions on Database Systems (TODS)*, v. 10, n. 4, p. 529-564, 1985.
2. AKINTOLA, A.; ADEROUNMU, G.; OSAKWE, A.; ADIGUN, M. Performance modeling of an enhanced optimistic locking architecture for concurrency control in a distributed database system. *Journal of Research and Practice in Information Technology*, v. 37, n. 4, p. 365-380, 2005. Disponível: <<https://search.informit.org/doi/10.3316/ielapa.015681719834867>>. Acesso: 16 set. 2024.
3. Daniel A. Menascé, Tatuo Nakanishi; Optimistic versus pessimistic concurrency control mechanisms in database management systems. *Science Direct*, v. 7, n. 1, 1982. Disponível: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0306437982900035>>. Acesso: 16 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

PROCESSADORES RISC VS. CISC: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM ARQUITETURA DE COMPUTADORES

Arthur Gomides **GODOY** (Curso de Engenharia da Computação - FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: RISC; CISC; Arquitetura de computadores; Eficiência.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A arquitetura de processadores é um dos pilares fundamentais da computação moderna, com destaque para as abordagens RISC (*Reduced Instruction Set Computing*) e CISC (*Complex Instruction Set Computing*). Essas duas arquiteturas apresentam características distintas que influenciam a performance, a eficiência e a flexibilidade dos sistemas computacionais. À medida que a demanda por sistemas mais rápidos e eficientes cresce, é crucial entender as implicações dessas arquiteturas na prática (CAIXETA; VILARINHO; SANTOS, 2009). **OBJETIVOS:** O objetivo deste artigo é realizar uma análise comparativa das arquiteturas RISC e CISC, destacando suas características, vantagens, desvantagens e aplicações práticas. Este estudo visa fornecer uma base sólida para a escolha da arquitetura mais adequada às necessidades específicas de desenvolvimento, considerando diferentes cenários de uso e requisitos de performance. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, que incluiu a análise de artigos acadêmicos, livros e estudos de caso sobre RISC e CISC. Foram examinados exemplos práticos de implementação dessas arquiteturas em sistemas reais, com foco em suas aplicações em dispositivos móveis, sistemas embarcados, computadores pessoais e servidores. Adicionalmente, *benchmarks* de desempenho foram considerados para contextualizar a eficiência de cada arquitetura em diferentes cenários. **RESULTADOS:** Processadores RISC são caracterizados pelo uso de um conjunto reduzido de instruções, o que permite a execução em ciclos de *clock* mais curtos. Essa abordagem simplificada resulta em maior eficiência durante operações de pipeline e potencializa a paralelização, levando a um desempenho superior em determinadas aplicações (HENNESSY; PATTERSON, 2019). No entanto, a dependência de mais instruções para executar tarefas complexas pode resultar em um aumento no tamanho do código gerado, o que pode ser uma desvantagem em sistemas onde a memória é limitada. Por outro lado, os processadores CISC apresentam um conjunto de instruções mais amplo, permitindo a execução de operações complexas com menos linhas de código. Essa característica é particularmente útil em aplicações que requerem a execução frequente de tarefas complexas, como em sistemas de gerenciamento de banco de dados e em *software* de automação industrial. Contudo, a complexidade do conjunto de instruções em CISC pode levar a uma maior latência e complicações na implementação do pipeline, resultando em uma eficiência reduzida em cenários de alta demanda. A escolha entre RISC e CISC depende do contexto de aplicação. Processadores RISC são frequentemente preferidos em sistemas onde a velocidade e a eficiência são críticas, como em dispositivos embarcados e aplicações de tempo real. Já os processadores CISC podem ser mais vantajosos em ambientes onde a densidade de código e a capacidade de executar instruções complexas são prioridades, como em computadores pessoais que realizam uma variedade de tarefas simultaneamente. Além disso, a escolha entre essas arquiteturas pode ser influenciada por fatores como custo de implementação, disponibilidade de recursos de *hardware* e os requisitos específicos do *software*. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As arquiteturas RISC e CISC oferecem soluções distintas para o design de processadores, cada uma com suas vantagens e desvantagens. A decisão sobre qual arquitetura utilizar deve considerar o perfil de uso do sistema, as necessidades de performance e a eficiência do código gerado. Em aplicações que exigem rapidez e alta performance, a arquitetura RISC pode ser mais eficaz; enquanto, em cenários que envolvem complexidade e eficiência de espaço, a arquitetura CISC pode se destacar. À medida que a tecnologia continua a evoluir, novas abordagens híbridas podem emergir, oferecendo ainda mais opções para desenvolvedores e engenheiros.

REFERÊNCIAS:

1. BLEM, E.; MENON, J.; SANKARALINGAM, K. Power struggles: revisiting the RISC vs. CISC debate on contemporary ARM and x86 architectures. In: *IEEE 19th International Symposium on High Performance Computer Architecture (HPCA)*, 2013, Shenzhen, China. Proceedings [...]. Shenzhen: IEEE, 2013.
2. CAIXETA, D.F.; VILARINHO, A.K.M.; SANTOS, E.A. Estudo de performance das arquiteturas RISC e CISC: um breve histórico da evolução das principais arquiteturas de hardware. Disponível: <https://www.academia.edu/37514249/ESTUDO_DE_PERFORMANCE_DAS_ARQUITETURAS_RISC_E_CISC_UM_BREVE_HIST%C3%93RICO_DA_EVOLU%C3%87%C3%83O_DAS_PRINCIPAIS_ARQUITETURAS_DE_HARDWARE>. Acessado: out. 2024.
3. ISEN, C.; JOHN, L.K.; JOHN, E. A tale of two processors: revisiting the RISC-CISC debate. In: KAEI, D.; SACHS, K. (Eds.). *Computer performance evaluation and benchmarking*. SBW 2009. *Lecture Notes in Computer Science*, v. 5419. Berlin, Heidelberg: Springer, 2009.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

AUTOMATIZAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES: MELHORIAS OPERACIONAIS E SUSTENTABILIDADE

Felipe do Carmo **CAMPOS** (Curso Engenharia de Produção, FDV)
Michel Lopes **DUARTE** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Automação; Sustentabilidade.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A crescente conscientização sobre a importância da preservação ambiental e a necessidade de tratar adequadamente os resíduos líquidos gerados por indústrias tomaram conscientização da necessidade de tratamento e controle de poluentes - por volta da década de 1970, segundo Rogério e Ferraz (2014). Então as comunidades buscam desenvolver tecnologias avançadas na área de tratamento de efluentes. Uma das abordagens mais eficientes para aprimorar o desempenho das Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) é a automação de processos. Este trabalho busca explorar a aplicação da automação em ETEs, destacando os benefícios, os desafios e as soluções inovadoras que podem ser implementadas para melhorar a eficiência e a sustentabilidade das instalações de tratamento de efluentes. Serão analisados, técnicas de automação, sistemas de controle e econômicos dessa abordagem. Neste trabalho, será pesquisado como a automação de processos pode revolucionar a operação das ETEs, minimizando erros humanos, aumentando a conformidade com regulamentações ambientais e contribuindo para um futuro mais limpo e sustentável. **OBJETIVO:** O objetivo deste trabalho é explorar a implementação da automação em uma ETE e compreender de forma abrangente como essa automação é planejada, projetada e executada. **METODOLOGIA DE PESQUISA:** Este estudo seguirá uma abordagem qualitativa e exploratória para avaliar a viabilidade da automação em ETEs. Na pesquisa, realizaremos uma revisão bibliográfica para compreender o funcionamento das ETEs e os potenciais benefícios da automação. Foi realizada visitas técnicas a ETEs reais para identificar etapas específicas que podem ser automatizadas. Durante essas visitas, também foram coletados dados qualitativos por meio de entrevistas com profissionais do setor. A análise dos dados nos permitirá identificar as principais oportunidades e desafios da automação, bem como seu impacto na mão de obra. Essa metodologia combina revisão bibliográfica e pesquisa empírica por meio de visitas técnicas e entrevistas, permitindo uma compreensão abrangente das implicações da automação nas ETEs. Além disso, a consideração de aspectos éticos e a elaboração de um cronograma ajudarão a garantir a qualidade e a integridade da pesquisa. A coleta de dados foi por dados secundários. **RESULTADO DA PESQUISA:** Nesta seção, foram apresentados os resultados o estudo de caso sobre a automação de ETEs. A abordagem qualitativa e exploratória incluiu visitas técnicas a ETEs e estudo de casos do setor, visando identificar oportunidades e desafios relacionados à automação e compreender seu impacto na eficiência operacional. As visitas técnicas revelaram diversas oportunidades para a automação em ETEs, sendo a mais relevante a: Manutenção Preditiva: A automação possibilita sistemas de manutenção preditiva, evitando paradas não programadas. Além da oportunidade, foram identificados desafios na implementação da automação em ETEs, incluindo: a) Custos Iniciais: aquisição e implementação de sistemas de automação podem ser dispendiosos, mas podem resultar em economias a longo prazo; b) Treinamento de Pessoal: a transição para a automação requer treinamento para garantir que os funcionários estejam preparados. Os resultados apontam para um impacto positivo na eficiência operacional e sustentabilidade das ETEs. A redução de erros humanos, o monitoramento contínuo e a otimização de processos contribuem para um tratamento de efluentes mais eficaz e compatível com regulamentações ambientais rigorosas. **CONCLUSÃO:** Em síntese, a automação emerge como uma solução vital para aprimorar as operações das ETEs, contribuindo para a eficiência operacional e sustentabilidade ambiental. Este trabalho explorou os benefícios e desafios da automação, destacando a importância da manutenção preditiva. Embora haja considerações financeiras e necessidade de treinamento, os resultados indicam um impacto positivo substancial na redução de erros humanos, no monitoramento contínuo e na otimização de processos. A automação não apenas melhora o tratamento de efluentes, mas também assegura a conformidade com regulamentações ambientais, tomando-se essencial para um futuro ambientalmente responsável. À medida que avançamos, é imperativo continuar pesquisando e desenvolvendo soluções inovadoras, garantindo um progresso contínuo em direção a um ambiente mais limpo e sustentável para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS:

1. Rogério, B. L., & Ferraz, R. C. (2014). *Projeto de Automação da Estação de Tratamento de Efluentes em Bertoga - São Paulo*. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Departamento Acadêmico de Eletrotécnica - DAELT, Cursos Superiores de Tecnologia em Automação Industrial e Tecnologia em Eletrotécnica.

Área de conhecimento do CNPq: 3.08.00.00-5 - Engenharia de Produção

APLICAÇÃO DE AUTOMAÇÃO EM UM SETOR EM INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS

Felipe do Carmo **CAMPOS** (Curso Engenharia de Produção, FDV)
João Victor Ribeiro **SANTOS** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Automação; Sustentabilidade.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, a indústria de cosméticos enfrenta desafios crescentes relacionados à sustentabilidade e eficiência operacional. A busca por inovação e qualidade levou as empresas a adotarem novas tecnologias e processos automatizados para otimizar suas operações. Conforme ALVES, a automação, desde o século XVII, aumentou significativamente a eficiência produtiva e revolucionou processos, marcando a Revolução Industrial. Este estudo examina a relevância da automação na economia de água e na agilidade operacional na indústria de cosméticos. **OBJETIVO:** O objetivo é investigar como a automação pode economizar água e aumentar a agilidade operacional, otimizando processos de produção e reduzindo tempos e consumo de recursos. Este estudo é relevante devido à crescente preocupação global com a conservação de recursos hídricos, essenciais em processos industriais, e à necessidade de agilidade operacional para a competitividade no mercado atual. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Adotou-se um estudo de caso exploratório, permitindo uma investigação aprofundada da aplicação da automação em um setor específico de uma empresa de cosméticos. Os dados foram coletados e analisados sistematicamente para garantir a validade e confiabilidade dos resultados. Embora uma limitação seja a generalização dos resultados devido ao foco em uma única empresa, o objetivo é oferecer alternativas para uma compreensão mais ampla do impacto da automação no setor. A metodologia permitiu explorar a relevância da automação na economia de água e agilidade operacional, fornecendo insights valiosos que contribuirão para o avanço do conhecimento na área. **RESULTADOS:** A análise dos dados coletados revelou que a automação desempenha um papel crucial na evolução da indústria de cosméticos, promovendo práticas sustentáveis e aumentando a eficiência operacional. A automação surge como uma força motriz por trás da inovação e evolução do setor, impulsionando o crescimento, promovendo a sustentabilidade e atendendo às demandas dos consumidores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este estudo investigou a aplicação da automação na indústria de cosméticos, focando na economia de água e agilidade operacional. Os resultados mostram que a automação é essencial para práticas sustentáveis, eficiência operacional e qualidade dos produtos. Empresas como Natura e O Boticário demonstram que tecnologias automatizadas, como o sistema CIP (*Cleaning in Place*), otimizam processos de limpeza, reduzem o consumo de água e melhoram a eficiência geral. Os achados confirmam que a automação pode contribuir significativamente para a economia de água e aumento da agilidade operacional, alinhando-se com a teoria existente sobre automação e sustentabilidade. Este estudo reforça a importância da automação no setor de cosméticos, tanto em termos de sustentabilidade quanto de eficiência. Apesar dos resultados positivos, surgiram questões sobre as barreiras à implementação de práticas automatizadas em pequenas e médias empresas de cosméticos. Pesquisas futuras podem explorar essas barreiras e desenvolver estratégias para superá-las, permitindo a adoção eficaz da automação por mais empresas. Além disso, investigar os impactos a longo prazo da automação em diferentes contextos industriais seria benéfico. A automação na indústria de cosméticos facilita a adoção de práticas sustentáveis e eficientes, garantindo a qualidade dos produtos. À medida que o setor enfrenta novos desafios, a automação oferece uma base sólida para promover o crescimento sustentável e atender às demandas por produtos de alta qualidade e ambientalmente responsáveis. A contínua exploração e implementação de tecnologias automatizadas serão essenciais para a competitividade e sustentabilidade da indústria no futuro.

| Autores | Conteúdo |
|-----------|---|
| FERREIRA | A primeira pesquisa destacou de forma convincente como as empresas líderes do setor de cosméticos, como Natura e O Boticário, estão incorporando de maneira proativa e estratégica os princípios do desenvolvimento sustentável em suas operações e comunicações. Essa integração não apenas reflete uma resposta sensível às crescentes demandas dos consumidores por marcas social e ambientalmente conscientes, mas também sugere uma abordagem visionária por parte das empresas em antecipação às tendências futuras. A automação, neste contexto, emerge como uma ferramenta poderosa para capacitar essas iniciativas sustentáveis, permitindo a implementação eficiente de tecnologias e práticas que seja boa para o meio ambiente em toda a cadeia de produção, desde a obtenção de matérias-primas até a fabricação e distribuição de produtos acabados. |
| BAHIA | A segunda pesquisa ressaltou a importância a importância crítica da eficiência operacional na indústria de cosméticos, particularmente no que diz respeito à higienização dos equipamentos de produção. Ao investigar a implementação e os benefícios do sistema <i>cleaning in place</i> (CIP), ficou claro que a automação desempenha um papel fundamental na padronização e otimização desses processos de limpeza. Além de oferecer eficiência e redução de custos, o sistema CIP garante a conformidade com os mais rigorosos padrões de higiene e segurança, minimizando o risco de contaminação e assegurando a qualidade dos produtos finais. Esses avanços tecnológicos não apenas melhoram a eficiência operacional das empresas, mas também promovem a confiança do consumidor e fortalecem a reputação da marca no mercado. |
| ADDOBBATI | A terceira pesquisa enfatizou a importância crítica da higiene e sanitização na indústria de cosméticos para garantir a qualidade e segurança dos produtos finais. Ao destacar a necessidade de conformidade com regulamentos sanitários e a seleção cuidadosa de métodos de higiene, ficou evidente que a automação desempenha um papel indispensável nesse contexto. A implementação de tecnologias automatizadas, como o sistema CIP, não apenas simplifica e otimiza os processos de limpeza, mas também elimina qualquer chance de contaminação, garantindo a integridade e pureza dos produtos finais. Essa garantia de qualidade é essencial não apenas para a satisfação do cliente, mas também para a segurança e bem-estar dos usuários finais dos produtos cosméticos. |

REFERÊNCIAS

- ALVES, Diego. **Processo de automação em reuso de água**. 2022 Dissertação (Graduação em Engenharia Elétrica) - Universidade Anhanguera de Guarulhos, 2022.
- FERREIRA, Bianca. **Métodos de limpeza de equipamento industriais**: destaque para o sistema CIP. Dissertação (Bacharel em Engenharia Química) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2023.
- BAHIA, Maira. **Os processos de apropriação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pela publicidade brasileira de cosméticos**: análise da Natura e o Boticário. Dissertação (Pós- Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades) - Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2023.
- ADDOBBATI, Luana. **Higienização de indústrias de alimentos**. Dissertação (Graduação em Engenharia Química) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2023.

Área de conhecimento do CNPq: 3.08.00.00-5 - Engenharia de Produção

MÉTODOS DE DESINFECÇÃO DE EFLUENTES SANITÁRIOS

Wagner Cardoso **CALDEIRA** (Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)
Michel Lopes **DUARTE** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Desinfecção; Efluentes; Microrganismos; ETE.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A suposição de que o esgoto coletado e tratado deixa de ser um agente contaminante, não é correta, isto porque os efluentes das estações de tratamento de esgoto (ETE) são potencialmente nocivos à saúde humana, uma vez que, os tratamentos convencionais não são suficientes para a inativação significativa dos organismos patogênicos (CAVALLINI et al, 2012). Neste sentido, a prática da desinfecção dos efluentes sanitários, tem como objetivo o controle da qualidade microbiológica das águas. O cloro é o desinfetante mais usado no Brasil e no mundo. Entretanto, a partir da década de 1970, foi identificado que a cloração das águas de abastecimento e esgoto contendo compostos orgânicos podia levar a formação de trihalometanos (THMs), sobre os quais há indicação da produção de efeitos prejudiciais à saúde (SILVA; DANIEL, 2015). Este trabalho objetiva encontrar alternativas para desinfecção de efluentes sanitários, que sejam eficientes no controle dos microrganismos patogênicos e ao mesmo tempo não gerem subprodutos tóxicos. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:** Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e tem natureza descritiva. Os dados foram coletados de artigos científicos dos anos de 2012 a 2021. Foram coletados dados das análises microbiológicas de efluentes e os estudos estatísticos sobre estas análises. A presente pesquisa é classificada como bibliográfica, uma vez que foi realizada em artigos, revistas e demais materiais produzidos sobre o tema. Vergara (2010), explica a pesquisa bibliográfica como estudo desenvolvido em material acessível ao público geral. **RESULTADOS:** Na Tabela 1, elaborada por Voltolini et al. (2021), apresenta-se a eficiência da desinfecção do efluente submetido a radiação ultravioleta. Observou-se uma grande variação de inativação de microrganismos, devido a qualidade do efluente antes e depois do tratamento. A turbidez e a presença de sólidos reduzem a eficácia da radiação, por não atingir inteiramente os microrganismos (PEDROSO et al., 2018). Porém, mesmo com a interferência de fatores relacionados à qualidade do efluente, observou-se uma eficiência satisfatória de 85,83% para coliformes totais e 74,43% para coliformes termotolerantes. Na Tabela 2, elaborada por Pedroso et al. (2018), tem-se a eficiência da desinfecção do efluente submetido a radiação ultravioleta e considerando a altura (em cm) da lâmina de líquido do efluente sob um tempo de exposição de 30 segundos. Assim como no estudo anterior, a qualidade final do efluente interferiu no resultado da desinfecção. Níveis elevados de turbidez, influenciam negativamente na desinfecção. O melhor desempenho de desinfecção foi com uma lâmina de efluente de 2 cm, quando se obteve a eficiência de 95% para os coliformes totais e 97% para os coliformes termotolerantes. A eliminação da carga microbiológica, bem como a qualidade do efluente, podem ser otimizados através de um manejo mais adequado do deste efluente, sobretudo em relação a diminuição da turbidez (SOUZA et al., 2012). **CONCLUSÕES:** A partir dos resultados dessa pesquisa, conclui-se que a radiação ultravioleta pode ser uma ótima alternativa na desinfecção de efluentes. Porém, a qualidade do efluente final tem importante influência nesta eficiência. Parâmetros como a turbidez e a presença de sólidos, precisam ser controlados para não prejudicar a ação da radiação ultravioleta.

Tabela 1. Valores médios do efluente antes e depois da radiação UV durante o período de monitoramento, eficiência de redução dos parâmetros

| Parâmetro | A/UV | D/UV | Eficiência da Redução (%) |
|---|------------------------|------------------------|---------------------------|
| CT (NMP ² 100 mL ⁻¹) | 5,38 x 10 ⁶ | 7,62 x 10 ⁵ | 85,83 |
| CTermo (NMP ² 100 mL ⁻¹) | 3,52 x 10 ⁵ | 9 x 10 ⁴ | 74,43 |

CT: Coliformes Totais; CTermo: Coliformes Termotolerantes; ² Número Mais Provável

Tabela 2. Eficiência de inativação (%) para o tempo de exposição de 30 s.

| Altura da lâmina líquida (cm) | Eficiência de desinfecção CT (%) | Eficiência de desinfecção CTermo (%) |
|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| 2 | 95 | 97 |
| 4 | 85 | 68 |
| 6 | 70 | 45 |

CT: Coliformes Totais; CTermo: Coliformes Termotolerantes

REFERÊNCIAS

- VOLTOLINI, L. C.; GARAY, D. F. A.; SOUZA, C. F. Esterilizador ultravioleta em estação de tratamento de esgoto visando o reuso agrícola. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, vol. 11, e11190, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2359-664311190>>. Acesso: 26 set. 2024.
- PEDROSO, C. R.; SOUSA, J. B.; KOVALSKI, T.; VIDAL, C. M. S.; MARINS, C. R. Inativação e microrganismos indicadores de contaminação fecal por radiação ultravioleta e avaliação dos fenômenos de fotoreativação e recuperação no escuro. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 23, n. 5, p. 987-994, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-41522018164557>>. Acesso: 26 set. 2024.
- SOUZA, J. B.; VIDAL, C. M. de S.; CAVALLINI, G. S.; QUARTAROLI, L.; MARCON, I. R. C. (2012). Avaliação do emprego da radiação ultravioleta na desinfecção de esgoto sanitário. **Seminário: Ciências Exatas e Tecnológicas**, v. 33, n. 2, p. 117-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/1679-0375.2012v33n2p117>>. Acesso: 26 set. 2024.
- SILVA, G. H. R.; DANIEL, L. A. Desinfecção de efluente anaeróbio com uso de ozônio/cloro. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 20, n. 2, p. 279-288, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-4152201502000083662>>. Acesso: 26 set. 2024.
- CAVALLINI, G. S.; CAMPOS, S. X. de.; SOUZA, J. B. de.; VIDAL, C. M. de S. Utilização do ácido peracético na desinfecção de esgoto sanitário: uma revisão. **Seminário: Ciências Exatas e Tecnológicas**, v. 33, n. 1, p. 27-40, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/1679-0375.2012v33n1p27>>. Acesso: 26 set. 2024.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Áreas de conhecimento do CNPq: 3.00.00.00-9 – Engenharias; 3.07.00.00-0 – Engenharia Sanitária

CET-019

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Luan Almeida **BARBOSA**

(Curso de Sistemas de Informação, FDV)

Heleno do Nascimento **SANTOS** (Orientador, FDV)Márcio Balduino **SARAIVA** (Coorientador, FDV)**Palavras-chave:** IA; Aprendizado de máquina; Ciência da computação.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: A Inteligência Artificial (IA) é um campo da ciência da computação que busca desenvolver máquinas capazes de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como raciocínio, aprendizagem e percepção. Nos últimos anos, a IA tem sido amplamente utilizada em diversas aplicações práticas, revolucionando a maneira como as pessoas interagem com a tecnologia e mudando a forma como as empresas conduzem seus negócios. Uma das principais aplicações da IA é no campo do reconhecimento de voz e imagem. Além disso, a IA tem sido utilizada na análise de dados, permitindo que as empresas tomem decisões mais informadas com base em *insights* valiosos extraídos de grandes conjuntos de dados. **OBJETIVOS:** O objetivo deste artigo é explorar algumas das principais aplicações práticas da IA e as implicações éticas e de privacidade que devem ser consideradas ao usá-las.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Pesquisa exploratória, de natureza descritiva e a abordagem qualitativa, utilizando a apresentação e descrição do tema Inteligência Artificial.

RESULTADOS: A ideia de criar máquinas inteligentes remonta a séculos atrás, mas a inteligência artificial (IA) como disciplina científica formal foi estabelecida na década de 1950. O termo "inteligência artificial" foi cunhado por John McCarthy, um dos pioneiros da IA, em 1956, durante uma conferência na qual se discutiu como "fazer com que uma máquina se comporte de maneira inteligente. À medida que a IA se torna cada vez mais integrada em nossas vidas, a quantidade de dados pessoais coletados aumenta exponencialmente. Isso inclui informações sensíveis, como histórico médico e financeiro, informações de localização e histórico de navegação na Internet. A inteligência artificial (IA) tem sido cada vez mais utilizada em diversas áreas, desde a saúde até a indústria, mudando a forma como as pessoas interagem com a tecnologia e conduzem seus negócios. Uma das principais aplicações da IA é no campo do reconhecimento de voz e imagem. Como também para aperfeiçoar a gestão de estoque, permitindo que as empresas prevejam a demanda de seus produtos e, assim, possam manter seus níveis de estoque adequados e evitar a falta ou excesso de produtos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A ética e privacidade na IA são questões críticas que devem ser abordadas à medida que a tecnologia continua a avançar. A proteção da privacidade dos dados, a equidade e justiça, a responsabilidade e transparência são apenas algumas das questões éticas importantes que devem ser consideradas. À medida que continuamos a desenvolver e implementar tecnologias de IA, é importante que essas questões sejam abordadas para garantir que a IA seja desenvolvida e usada de maneira responsável e ética. Em conclusão, a inteligência artificial já é uma realidade em diversas áreas do nosso cotidiano e suas aplicações práticas só tendem a crescer.

REFERÊNCIAS:

- FLORIDI, L.; COWLS, J. *The ethics of artificial intelligence*. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível: <https://plato.stanford.edu/entries/ethics-ai/>. Acesso: fev. 2024.
- IBM. *What is artificial intelligence (AI)?* Disponível em: <https://www.ibm.com/topics/artificial-intelligence>. Acesso: fev. 2024.
- INVESTOPEDIA. *Applications of artificial intelligence*. Disponível: <https://www.investopedia.com/terms/a/artificial-intelligence-ai.asp>. Acesso: fev. 2024.
- McCorduck, P. *Machines who think: a personal inquiry into the history and prospects of artificial intelligence*. A. K. Peters, 2004.
- RUSSELL, S.J.; NORVIG, P. *Artificial intelligence: a modern approach*. Pearson Education, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-020

DESAFIOS DA SEGURANÇA CIBERNÉTICA NA ERA DA CONECTIVIDADE

Luan Almeida **BARBOSA**

(Curso de Sistemas de Informação, FDV)

Heleno do Nascimento **SANTOS** (Orientador, FDV)Márcio Balduino **SARAIVA** (Coorientador, FDV)**Palavras-chave:** IoT; Segurança; Cibernética; Sistemas de computadores.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Vivemos em uma era altamente conectada, onde a tecnologia permeia todos os aspectos de nossas vidas. A conectividade expandiu-se para além dos computadores e alcançou dispositivos inteligentes, redes de Internet das Coisas (IoT) e sistemas críticos, trazendo consigo inúmeras possibilidades, mas também desafios significativos em relação à segurança cibernética. A atualidade é marcada pela dependência cada vez maior da tecnologia. Desde o uso generalizado de dispositivos móveis até a integração de tecnologias avançadas em setores como saúde, transporte e infraestrutura, a conectividade tornou-se um elemento essencial em nosso cotidiano. **OBJETIVOS:** O objetivo deste artigo é explorar os desafios da segurança cibernética na era da conectividade, examinando as ameaças emergentes e as medidas que podem ser adotadas para proteger nossos sistemas e informações.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Pesquisa exploratória, de natureza descritiva e a abordagem qualitativa, utilizando a apresentação e descrição do tema sobre os Desafios da Segurança Cibernética na era da conectividade. **RESULTADOS:** Em 2020, houve uma transformação significativa no ambiente corporativo, com as organizações tendo que se adaptar a novos modelos de trabalho, garantindo ao mesmo tempo produtividade, sustentabilidade e segurança para seus colaboradores. Com a expansão dos horizontes de trabalho além das fronteiras geográficas, surgiram novos desafios que precisaram ser considerados. A virtualização do ambiente de trabalho trouxe mudanças na rotina das empresas, e a segurança dos dispositivos já não contava com as mesmas garantias do ambiente de trabalho tradicional, como *firewalls*, VPNs e antivírus corporativos. Dentre os vetores de ataque mais comuns, destacam-se o uso de *malwares*, vírus, anexos de e-mail, páginas da web, *pop-ups*, mensagens instantâneas, mensagens de texto e engenharia social. Essas técnicas são utilizadas pelos cibercriminosos para atrair e enganar as vítimas, a fim de obter acesso aos seus sistemas e informações. A proteção da privacidade é um desafio contínuo na era da conectividade, mas com a conscientização adequada e a adoção de medidas adequadas, é possível equilibrar a utilização dos dados com a garantia da privacidade das pessoas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Além disso, é fundamental que as organizações implementem medidas de segurança e privacidade robustas. Isso inclui a adoção de políticas claras de privacidade, o uso de criptografia de dados, a implementação de controles de acesso e a realização de auditorias regulares para garantir a conformidade com as regulamentações de privacidade. A proteção da segurança cibernética requer uma abordagem colaborativa e multidisciplinar. Ao adotar medidas de proteção podemos mitigar os riscos e garantir um ambiente digital seguro e confiável para todos.

REFERÊNCIAS:

- COMPUGRAF. *Quais os principais vetores de ataques cibernéticos*. Disponível: <https://www.compugraf.com.br/principais-vetores-de-ataques-ciberneticos/>. Acesso: jan. 2024.
- CYBERTECH REPORT. *Desafios da cibersegurança no Brasil*. Disponível: https://www.cisco.com/c/dam/global/pt_br/solutions/pdfs/report1-distrato.pdf. Acesso: fev. 2024.
- FLEMING CONSULTORIA EMPRESARIAL. *A importância da conscientização sobre proteção de dados*. 2021. Disponível: <https://www.flemingconsultoria.com.br/artigo-sobre-protecao-de-dados>. Acesso: fev. 2024.
- RABISCO DA HISTÓRIA. *Protegendo a sociedade: a importância da segurança digital*. Disponível em: <https://rabiscodahistoria.com/a-seguranca-digital-e-suas-implicacoes-sociais>. Acesso: jan. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

CET-021

BIG DATA E A ANÁLISE DE DADOS

Melquiades Barbosa de OLIVEIRA
(Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Michel Lopes DUARTE (Orientador, FDV)
Márcio Balduino SARAIVA (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: *Big data*; Análise de dados; Tomada de decisões.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Na era digital, o *Big Data* se destaca como um fenômeno que gera imensos volumes de dados complexos, difíceis de serem processados com ferramentas convencionais. Esse cenário representa tanto desafios quanto oportunidades para empresas, que podem usar esses dados para gerar *insights* estratégicos, promovendo crescimento e inovação. Uma abordagem metodológica estruturada, que abrange desde a definição de objetivos até o monitoramento, é fundamental para que as empresas aproveitem o potencial do *Big Data* e mantenham uma vantagem competitiva. Este trabalho explora o conceito de *Big Data* e sua aplicação no apoio à tomada de decisões empresariais. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho é demonstrar como a Análise de Dados pode transformar o *Big Data* em valor tangível para organizações, permitindo a identificação de padrões e tendências, a otimização de processos, a personalização de produtos e serviços, e a previsão de comportamentos, visando apoiar decisões estratégicas empresariais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem metodológica deste artigo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória, com uma abordagem quantitativa. **RESULTADOS:** Os resultados deste estudo evidenciam a importância de uma abordagem estruturada na implementação de projetos de *Big Data* e Análise de Dados. O primeiro passo consiste em definir claramente os objetivos do projeto, que podem variar desde a otimização de processos operacionais até a melhoria da experiência do cliente e a identificação de oportunidades de inovação. Em seguida, a seleção de fontes de dados relevantes, como informações de clientes, transações passadas e dados de mídias sociais, se mostra crucial. A aquisição desses dados frequentemente requer parcerias com empresas que distribuem e vendem dados, tanto passados quanto em tempo real. Após a coleta e separação dos dados, uma análise aprofundada é realizada para detectar padrões e tendências preliminares. Essas análises iniciais servem como base para investigações mais complexas, utilizando técnicas de *machine learning*, como regressão, classificação, clusterização e análise de séries temporais, permitindo prever comportamentos futuros, identificar segmentos de clientes e detectar anomalias. Os dados coletados são, então, validados e avaliados para assegurar sua relevância em relação aos objetivos estabelecidos, por meio de comparações com dados históricos e análises de sensibilidade. Por fim, os *insights* obtidos são implementados nas operações empresariais, com o desempenho sendo monitorado continuamente para garantir a sustentabilidade dos resultados. Isso pode incluir a integração dos resultados em sistemas existentes, o treinamento de equipes e a realização de ajustes com base no feedback do usuário e nas mudanças do ambiente de negócios. Ao seguir essa abordagem metodológica, as organizações são capacitadas a aproveitar o poder do *Big Data* e da Análise de Dados, impulsionando a inovação, melhorando a eficiência operacional e mantendo uma vantagem competitiva em um mundo cada vez mais orientado por dados. **CONCLUSÃO:** Ao seguir essas etapas, as organizações podem aproveitar o poder do *Big Data* e da Análise de Dados para transformar seus negócios, impulsionando a inovação, melhorando a eficiência operacional e mantendo uma vantagem competitiva em um mundo cada vez mais orientado por dados.

REFERÊNCIAS:

1. CHE, D.; SAFRAN, M.; PENG, Z. From big data to big data mining: challenges, issues, and opportunities. In: Database Systems for Advanced Applications: 18th International Conference, DASFAA 2013. Berlin: Springer, 2013.
2. FAN, Jianqing; HAN, Fang; LIU, Han. **Challenges of big data analysis**. National Science Review, 2014.
3. WU, X. et al. Data mining with big data. *IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering*, 2013.
4. YAQOOB, Ibrar et al. Big data: from beginning to future. *International Journal of Information Management*, v. 36, n. 6, p. 1231-1247, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

CET-022

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Melquiades Barbosa de OLIVEIRA
(Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Michel Lopes DUARTE (Orientador, FDV)
Márcio Balduino SARAIVA (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Inteligência artificial; IA; Turing.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Inteligência Artificial (IA) é uma das tecnologias mais proeminentes da atualidade, amplamente influenciada por obras de ficção científica em diversas mídias. Embora traga benefícios significativos, a IA também apresenta desafios éticos e riscos se não for desenvolvida adequadamente. Este artigo visa explorar como a IA impacta o mundo, sua evolução, origem e funcionamento. A IA, uma área da ciência da computação, busca criar sistemas que realizem tarefas que requerem inteligência humana. Desde os conceitos teóricos iniciais, como o "Teste de Turing" proposto por Alan Turing, até os avanços práticos atuais, a IA tem sido fundamental na revolução tecnológica em vários setores da sociedade, impulsionada por melhorias na capacidade computacional, disponibilidade de dados e algoritmos avançados. **OBJETIVOS:** O objetivo deste artigo é explicar de forma simples o conceito de Inteligência Artificial (IA) e suas funcionalidades, incentivando os leitores a se interessarem mais pelo tema e a reconhecerem sua importância. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem metodológica deste artigo é caracterizada por uma pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa. A natureza da pesquisa consiste na revisão de literatura histórica e contemporânea sobre Inteligência Artificial, examinando desde os primeiros conceitos e desenvolvimentos, até as aplicações práticas da IA em diversos setores. **RESULTADOS:** Os resultados deste artigo evidenciam a evolução da inteligência artificial (IA) desde suas bases teóricas, estabelecidas por Warren McCulloch e Walter Pitts em 1943, até suas aplicações modernas. O trabalho de Alan Turing em 1950 sobre a capacidade das máquinas de simular inteligência humana, exemplificado pelo "Jogo da Imitação", também foi crucial. Atualmente, a IA impacta diversos setores, como a medicina, onde melhora diagnósticos e reduz erros, e a indústria, onde otimiza processos e previne falhas. No setor automobilístico, a IA está impulsionando o desenvolvimento de veículos autônomos, além de contribuir para cidades inteligentes. Entretanto, a evolução da IA traz desafios éticos, como privacidade de dados e desigualdade digital. É essencial que se desenvolvam políticas que assegurem o uso responsável da tecnologia, além de investimentos em educação para preparar a sociedade para essas mudanças. A operação da IA envolve técnicas como árvores de decisão e aprendizado de máquina, permitindo que as máquinas reconheçam padrões e tomem decisões. Exemplos práticos, como jogos e sistemas de reconhecimento de imagem, destacam tanto as oportunidades quanto as responsabilidades associadas ao avanço da inteligência artificial. **CONCLUSÃO:** A inteligência artificial diferente do que muitos pensam já é algo que está não só sendo usada na atualidade como está difundido nas mais diversas áreas e é de suma importância para várias delas e irá revolucioná-las futuramente, obviamente essa tecnologia trás diversas questões éticas importantes e que devem ser tratadas com seu devido cuidado, porém não é algo que deve ser apenas temido, pois caso sigamos o caminho correto será um tecnologia que promete alterar o mundo para melhor.

REFERÊNCIAS:

1. ABDULJABBAR, R.; DIA, H.; LIYANAGE, S.; BAGLOEE, S. A. **Applications of artificial intelligence in transport: an overview**. Sustainability, [S.l.], v. 11, 2019.
2. HAMET, P.; TREMBLAY, J. **Artificial intelligence in medicine**. Metabolism, v. 69, 2017.
3. HUNT, E. B. **Artificial intelligence**. Academic Press, 2014.
4. SABA, D.; DIAS, H.; LIYANAGE, S.; BAGLOEE, S. A. **Towards artificial intelligence: concepts, applications, and innovations**. In: Enabling AI Applications in Data Science. 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

ADOÇÃO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM: BENEFÍCIOS E RISCOS PARA PEQUENAS EMPRESAS

Eric Mansur Botelho **FREITAS** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Computação em nuvem; Benefícios; Riscos; Pequenas empresas.

Agência de fomento: FDV

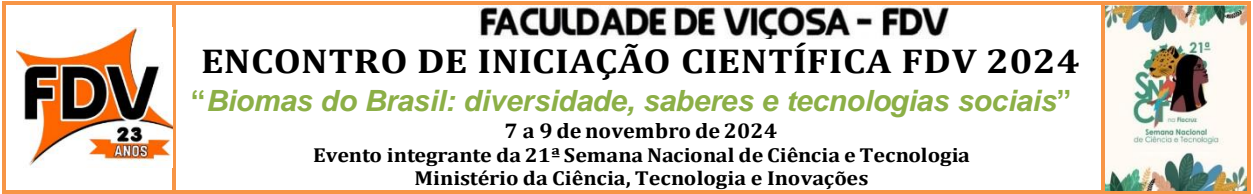
RESUMO

INTRODUÇÃO: A computação em nuvem tem sido amplamente adotada por empresas de diversos tamanhos, principalmente pela promessa de flexibilidade, escalabilidade e redução de custos operacionais. Pequenas empresas, em especial, podem se beneficiar de um acesso facilitado a tecnologias que antes eram exclusivas de grandes corporações, possibilitando maior competitividade no mercado. No entanto, a adoção dessa tecnologia também traz desafios e riscos que precisam ser considerados. **OBJETIVOS:** Este artigo tem como objetivo analisar os principais benefícios e riscos da adoção da computação em nuvem por pequenas empresas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A metodologia utilizada neste estudo é baseada em uma revisão de literatura e análise qualitativa de fontes secundárias, como artigos científicos, relatórios de mercado e estudos de caso publicados em periódicos e revistas especializadas. A seleção de fontes se concentrou em trabalhos publicados nos últimos cinco anos, garantindo a atualidade e relevância das informações. Além disso, foram analisados dados provenientes de consultorias renomadas no setor de tecnologia, como Gartner e a International Data Corporation (IDC), a fim de reforçar as discussões teóricas com dados empíricos. **RESULTADOS:** A análise das fontes revisadas revela que os principais benefícios da computação em nuvem para pequenas empresas incluem a redução de custos iniciais: a nuvem elimina a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura física, como servidores e licenças de software, substituindo-os por um modelo de pagamento conforme o uso. Além disso, a escalabilidade: pequenas empresas podem ajustar seus recursos de TI conforme a demanda cresce ou diminui, permitindo uma maior flexibilidade operacional e evitando gastos excessivos. Outro fator está relacionado ao acesso facilitado a tecnologias avançadas: plataformas em nuvem oferecem acesso a ferramentas de inteligência artificial, análise de dados e armazenamento de grandes volumes de informações, o que amplia a capacidade tecnológica de empresas com orçamentos limitados. Por fim, a mobilidade e colaboração: a nuvem possibilita o acesso remoto a dados e sistemas, facilitando o trabalho remoto e a colaboração entre equipes distribuídas geograficamente. No entanto, foram identificados riscos que pequenas empresas devem considerar, a segurança de dados: a transferência e armazenamento de dados sensíveis na nuvem podem aumentar a exposição a violações de segurança, ataques cibernéticos e roubo de informações. Empresas menores, geralmente, possuem menos recursos para implementar medidas robustas de segurança. Além disso, há a dependência de fornecedores: pequenas empresas podem se tornar excessivamente dependentes de fornecedores de serviços em nuvem. Questões como mudanças nos preços, interrupções no serviço e baixa qualidade de suporte técnico podem impactar negativamente as operações de negócios. Ademais, outro fator é a conformidade regulamentar: a conformidade com normas legais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, pode ser complexa ao usar a nuvem, especialmente quando os dados são armazenados em servidores fora do país. Por fim, deve-se considerar o desempenho e latência: apesar da alta disponibilidade prometida pelos provedores de nuvem, interrupções nos serviços ou problemas de latência podem impactar negativamente o desempenho de operações críticas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A adoção da computação em nuvem por pequenas empresas oferece uma série de vantagens competitivas, como redução de custos, flexibilidade e acesso a tecnologias avançadas. No entanto, os riscos de segurança, conformidade e dependência de fornecedores não devem ser subestimados. É crucial que os gestores dessas empresas façam uma análise criteriosa dos provedores de serviços e invistam em medidas de segurança e treinamento para mitigar os possíveis riscos. Uma adoção planejada e estratégica da computação em nuvem pode, sem dúvida, contribuir para o crescimento e sucesso das pequenas empresas, mas requer cuidado e atenção aos detalhes operacionais e regulatórios.

REFERÊNCIAS:

1. ALVES, J. et al. Computação em nuvem: um estudo de caso em pequenas empresas brasileiras. *Revista de Tecnologia da Informação*, v. 12, n. 3, p. 45-56, 2023.
2. GARTNER, Inc. *Top 10 Strategic Technology Trends for 2024*. Disponível: <<https://www.gartner.com>>. Acesso: 15 set. 2024.
3. IDC. Cloud computing and small business: opportunities and risks. *IDC Report*, 2022.
4. SOUZA, P. Segurança de dados na nuvem: desafios para pequenas empresas. *Revista Brasileira de Segurança da Informação*, v. 9, n. 1, p. 78-90, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação



TRABALHOS DA ÁREA

CBS

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CBS-001

APLICAÇÃO DA ANÁLISE SWOT NA CLÍNICA DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

Glauciele Macedo **OLIVEIRA** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
 Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)
 Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavra-chave: Análise SWOT; Ferramenta; Doenças respiratórias.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO:

A análise SWOT é uma ferramenta muito utilizada entre as empresas, que buscam ter o melhor desenvolvimento e resultados entre os colaboradores. Na visão de Teixeira e Alonso (2014), a análise SWOT é visto como ferramenta que pode ser usada para direcionar a instituição a possíveis oportunidades e ameaças presentes no espaço em que a empresa exerce suas atividades. E através da análise SWOT, consegue-se identificar o F.O.F.A que pode ser utilizada para tomada de decisões da empresa. Deste modo, propõe-se a analisar o planejamento estratégico da Clínica de Doenças Respiratórias. **OBJETIVO:** Esta pesquisa tem como objetivo geral demonstrar como utilizar a ferramenta SWOT para atender as novas exigências e obter liderança no mercado de cunho mercadológico da empresa. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza descritiva. Os dados foram coletados na Clínica de Doenças Respiratórias com dois funcionários da empresa.

RESULTADOS: O Quadro 1 apresenta pontos fortes e fracos, oportunidades e fraquezas da empresa. Os resultados da análise SWOT possibilitam identificar quais são os pontos positivos que auxilia no desenvolvimento competitivo da empresa, como a baixa concorrência na cidade, está entre os poucos médicos pneumologistas que atende por convênio e realiza exame de Prova de Função Pulmonar (PFP) no local e também tem os pontos negativos que mostra os maiores problemas enfrentados pela empresa, como o marketing da empresa, que é muito antigo e pouco explorado; comentários negativos dos pacientes influenciam bastante a imagem que a clínica busca passar, causando até mesmo perda de pacientes; e a falta de estacionamento para clientes no prédio. Este tipo de análise permite a organização entender qual a sua força no mercado, identificando os fatores internos e externos que podem influenciar nos resultados e objetivos dos colaboradores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a partir dos resultados desta pesquisa identifica-se que a Clínica tem como fatores internos e externos forças e oportunidades sobre o oponente e tem suas fraquezas e ameaças. Assim, a Clínica pode superar bastante suas ameaças com o marketing, mas é uma decisão do dono da clínica, ser mais tradicional e optar por fazer marketing em redes sócias, apenas o básico mesmo. Portanto no que se refere as forças da Clínica ela tem como diferencial apenas a Prova de Função Pulmonar (PFP), enquanto os demais, apenas o básico é realizado com excelência.

Quadro 1: Fatores internos: força e fraqueza, fatores externos: oportunidades e ameaças.

| FATORES INTERNOS | |
|---|--|
| FORÇAS | FRAQUEZAS |
| Qualidade no atendimento | Falta de estacionamento no local. |
| Realiza Prova de Função Pulmonar (PFP) no local. | Tecnologia recém-lançadas. |
| Realiza atendimentos através de convênios e particulares. | Espaço com pouca ventilação. |
| Espaço adequado para pessoas com deficiências. | Área de espera pequena. |
| Tradição na cidade e boa localização. | Pouca habilidade no marketing. |
| FATORES EXTERNOS | |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| Baixa concorrência próxima. | Novas estratégias adquiridas pelo concorrente. |
| Novas parcerias (Clínicas e Convênios). | Aumento de concorrências mais capacitado. |
| Explorar público-alvo. | Comentários negativos de pacientes. |
| Expandir a área de espera. | Marketing do concorrente. |
| Fonte: Dados da pesquisa. | |

REFERÊNCIAS:

- CRUZ, Diogenes Marco De Brito; NERIS, Lucas Magno; BOAS, Lucas Gomes Vilas; MENEZES, Jeanne Denise de Souza. **Aplicação do planejamento estratégico a partir da análise SWOT:** de um estudo em uma empresa de tecnologia da informação. IX simpósio de Engenharia de Produção de Sergipe (2017). Disponível: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/7595>. Acesso: 4 abr. 2023.

Área do conhecimento do CNPq: 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde; e
 6.03.00.00-6 Administração

CBS-002

SANEAMENTO BÁSICO: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Pedro Mendes **DIAS**
 (Curso de Engenharia de Telecomunicações, INATEL, Santa Rita do Sapucaí-MG)
 Allan Kardec Carlos **DIAS**
 (Orientador, Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FNSA -, Luziânia-GO)
 Roberto Santos **BARBIÉR**
 (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Saneamento básico; Práticas educativas
Agência de fomento: FNSA

RESUMO

INTRODUÇÃO: O saneamento básico compreende os serviços de abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; limpeza urbana, coleta e destinação do lixo; e drenagem e manejo da água das chuvas. Os serviços de saneamento básico são considerados um direito dos cidadãos, imprescindível para melhoria da qualidade de vida. Desde as primeiras intervenções de saneamento nas grandes cidades, no fim do século XIX, houve uma significativa redução em indicadores como a mortalidade infantil e a ocorrência de epidemias. (Andreazzi, Barcellos e Hacon (2007). A necessidade de fornecer água com quantidade, qualidade e pressão adequadas e, ao mesmo tempo, recolher, tratar e realizar a destinação correta dos resíduos, é consequência direta do processo de urbanização e do adensamento populacional, sendo ainda um dos maiores desafios da gestão dos serviços públicos essenciais. Até 2023, as atividades com a coleta de informações da prestação dos serviços de todos os componentes do saneamento básico eram realizadas pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS). A partir de 2024, o SINISA entra em atividade como o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, dando continuidade ao legado do SNIS, atendendo ao disposto na Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), atualizada pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento. De acordo com o SNIS, que foi substituído pelo SINISA, os dados que o setor apresenta são realmente desafiadores: mais de 32 milhões de brasileiros não possuem acesso ao serviço de abastecimento de água tratada (BRASIL, 2017), sendo que a água encanada distribuída a 7,5% das crianças e dos adolescentes não é filtrada ou procedente de fonte segura (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018). **OBJETIVOS:** Dar uma visão sobre saneamento básico, como um assunto de interesse nacional, pois impacta diretamente a vida dos cidadãos. As atividades que englobam esse serviço são essenciais para a prevenção de doenças, redução da mortalidade infantil, melhorias nos índices de educação e empregabilidade, expansão do turismo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para a realização deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico sobre saneamento básico, bem como elaboradas propostas educativas sobre o assunto, tais como: mural de fotografia / recorte de imagens; aula de campo em estação de tratamento de água (ETA); confecção de bonecos com material reciclável para discussão de vulnerabilidades; construção de maquetes para tratar de bacias de escoamento; preparo de cultura de bactérias no ambiente escolar; produção de artefatos de papel reaproveitado. Elaboração de questionários sobre saneamento básico e maneiras de como implantar estas práticas educativas. **RESULTADOS:** Observou-se que o tema saneamento básico, para melhor entendimento e compreensão dos alunos, torna-se importância aliar a teoria e a prática. Com isto, a implantação de práticas educativas torna-se um meio adequado e eficiente para o preparo do aluno/cidadão para a compreensão de questão vital para uma comunidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pelo levantamento bibliográfico sobre este assunto de interesse geral, de interesse de saúde pública, verificou-se a necessidade premente de implantar práticas educativas para tratar com mais eficácia o assunto.

REFERÊNCIAS:

- ANDREAZZI, Marco Antonio Ratzsch; BARCELLOS, Christovam; HACON, Sandra. Velhos indicadores para novos problemas: a relação entre saneamento e saúde. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington (USA), v. 22, p. 211-217, 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso: 15 fev. 2020.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. Saneamento é saúde: principais estatísticas no Brasil sobre a água, esgoto, saúde e meio ambiente, 2018. **Trata Brasil**. Disponível: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua>. Acesso: 20 out. 2018.

Área do conhecimento do CNPq: 3.07.04.00-6 - Saneamento Ambiental

CBS-003

IMPACTOS DA ABERTURA DE NOVOS CURSOS DE MEDICINA NO BRASIL

Arthur Castro de Souza **RODRIGUES**
(Curso de Medicina, UNIFAMINAS, Muriaé-MG)

Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR**
(Orientador, - FADOCKTOR, Muriaé; - Faculdade IPGMCC, Rio de Janeiro; FASCMC - Faculdade Santa Casa de Montes Claros)

Palavras-chave: Cursos de medicina; Programa mais médicos; Vagas de medicina.

Agência de fomento: ---

RESUMO

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, o Brasil está vivenciando uma expressiva expansão de cursos de medicina. Tal movimento, impulsionado por políticas públicas como o Programa Mais Médico, de 2013, visa aumentar o número de profissionais e melhorar a distribuição dos médicos no país. A justificativa para a criação de cursos de medicina está baseada na demanda por profissionais da saúde, essencial para a oferta de cuidados adequados à população, especialmente no contexto do SUS. No entanto, há preocupação com o impacto dessa expansão na qualidade da formação médica e dos serviços de saúde. Este trabalho visa analisar os efeitos da abertura de cursos de medicina no Brasil, sob os pontos de vista de formação acadêmica e inserção dos médicos no mercado de trabalho.

METODOLOGIA: Baseia-se em uma revisão bibliográfica no período 2010-2023, focando-se na qualidade do ensino médico, na infraestrutura das instituições e na distribuição de médicos no território nacional.

DESENVOLVIMENTO: A abertura de cursos de medicina no Brasil gerou um aumento significativo no número de vagas disponíveis. Segundo o MEC, o país passou de 127 cursos de medicina em 2010, para mais de 340 em 2020, expansão que foi acompanhada por uma interiorização das faculdades, esperando-se a formação de médicos em regiões com menores ofertas de vagas. No entanto, essa política trouxe desafios quanto à qualidade do ensino e a distribuição e fixação de médicos. A maior parte dos cursos novos foi aberta em instituições privadas, muitas vezes sem a infraestrutura adequada para atender às exigências dos cursos de medicina, que demandam hospitais universitários, laboratórios e professores qualificados. Estudos indicam que, em algumas regiões, a carência de docentes especializados tem levado à sobrecarga dos poucos profissionais capacitados, comprometendo a qualidade do ensino. É crítica ainda a fixação de médicos nas regiões mais remotas do Brasil, mesmo com a interiorização dos cursos. Além da não fixação de médicos em regiões menos favorecidas, boa parte deles busca oportunidades em grandes centros após a graduação. As Regiões Norte e Nordeste ainda apresentam déficits maiores de profissionais médicos. Ainda assim, a expansão de cursos traz também preocupação quanto à absorção dos novos médicos pelo mercado. Embora o Brasil apresente uma densidade médica inferior à de países desenvolvidos, há receios sobre uma possível saturação em determinadas especialidades. Além disso, aumentar o número de médicos não garante uma melhora proporcional na qualidade dos serviços prestados, pois uma formação precária certamente comprometerá a preparação desses profissionais. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: A abertura de cursos de medicina no Brasil promove benefícios evidentes, como o aumento do número de médicos formados e a interiorização da oferta de ensino. No entanto, os desafios relacionados à qualidade da formação e à fixação dos médicos em áreas carentes permanecem relevantes. São essenciais políticas públicas que busquem, mais que aumentar a quantidade de médicos, garantias de formação de qualidade e que haja distribuição equitativa de médicos pelo território nacional. Medidas como o fortalecimento da regulação e avaliação dos cursos e incentivos à permanência em regiões remotas podem ajudar a mitigar os impactos negativos dessa expansão.

REFERÊNCIAS:

1. Brasil. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2020**.
2. SCHEFFER, M. et al. **Demografia Médica no Brasil 2020**. Conselho Federal de Medicina.
3. OLIVEIRA, E. A.; ARAÚJO, P. S. Expansão dos cursos de medicina no Brasil: desafios para a formação médica de qualidade. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 55-63, 2019.
4. ALMEIDA, M. I.; VILARINHO, L. A. Impactos da interiorização dos cursos de medicina no Brasil: uma análise do Programa Mais Médicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, 2021.
5. OLIVEIRA, P. T. et al. O mercado de trabalho para médicos no Brasil: análise da oferta e demanda em diferentes especialidades. **Revista Saúde Pública**, 2022.

Área do conhecimento do CNPq: 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS-004

INFECÇÃO FÁGICA EM INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS: UM PROBLEMA AINDA NÃO BEM RESOLVIDO

Pedro Mendes **DIAS**
(Curso de Engenharia de Telecomunicações, INATEL, Santa Rita do Sapucaí-MG)
Allan Kardec Carlos **DIAS**
(Orientador, Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FNSA -, Luziânia-GO)
Roberto Santos **BARBIERI**
(Coorientador, FDV)

Palavras-chaves: Alimentos; Fagos; Bacteriófagos; Infecção fágica; Fermentados; Laticínios; Microbiologia de alimentos.

Agência de fomento: FNSA

RESUMO

INTRODUÇÃO: Em 2005, um dos autores (AKCD) defendia sua tese de doutorado em Ciência dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), na qual descrevia o efeito de inibição de compostos organoestânicos sobre fungos isolados de câmaras de maturação de queijos da região de Lavras-MG, visando a sanitização delas. De fato, um problema enfrentado pela indústria de laticínios em todo o mundo é a infecção fágica, responsável por grandes perdas econômicas. Os primeiros estudos relatados sobre tal infecção remontam a 1915-1917, conforme citado por Rossi & Almeida (2010). "Em 1915, Frederick W. Twort, na Inglaterra, publicou uma nota descrevendo a destruição infecciosa de colônias de micrococcos por um agente que parecia ser viral porque atravessava os filtros que retinham bactérias. [...] Em 1917, Felix d'Herelle, no Instituto Pasteur, em Paris, estudou o fenômeno de maneira independente e demonstrou a natureza da partícula a qual denominou de bacteriófago, que significa 'comedor de bactérias'." E, somente na década de 1930 é que houve a confirmação do caráter viral do bacteriófago.

OBJETIVO: A partir da tese de AKCD, avaliar referências sobre a infecção fágica em laticínios e verificar o estado de arte de inibição da infecção fágica em laticínios.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental e foram analisados artigos acadêmicos, relatórios governamentais e de organizações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O prejuízo decorrente da infecção fágica em laticínios decorre do fato de bactérias lácticas serem atacadas por vírus bacteriófagos, implicando em uma produção insuficiente de ácido láctico, o que resulta em uma falha na fermentação do leite. Muitos de tais vírus são resistentes à pasteurização e pouco afetados pela variação de pH do meio. Eles possuem, ainda, capacidade de sobrevivência por longos períodos, em estado de dormência, sob refrigeração ou congelamento e, até mesmo, sob a forma seca. Cada célula contaminada por um bacteriófago pode liberar até cerca de 200 partículas virais, implicando em contaminações ambientais de significativas proporções nas indústrias. Em todos os materiais pesquisados para o presente trabalho, para além daqueles aqui referenciados, o combate à infecção fágica só pode ser feito com controle sempre crescente das condições higiênicas das instalações de processamento dos produtos lácteos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: De fato, os ambientes dos laticínios, bem como as câmaras de maturação de queijos, são propícios também ao desenvolvimento de fungos e bactérias, muitos deles capazes de tornar os queijos impróprios ao consumo humano. AKCD estudou o uso de compostos organoestânicos como agentes sanitizantes das referidas câmaras, em relação ao efeito inibitório destes compostos sobre o desenvolvimento de fungos, sendo observado que os compostos organoestânicos inibiram o crescimento micelial dos fungos estudados, ficando a média percentual de inibição acima de 50%. Fica evidenciado, portanto, ser necessário o máximo controle sobre a higiene das instalações de processamento de lácteos, aplicando-se rigorosamente os Princípios Gerais de Higiene Alimentar.

BIBLIOGRAFIA:

1. DIAS, A. K. C. **Efeito inibitório de compostos organoestânicos sobre fungos isolados de câmaras de maturação**. Tese de doutorado. Departamento de Ciência dos Alimentos. UFLA. Lavras, 2005.
2. ROSSI, Livia Piccolo Ramos; ALMEIDA, Rogeria Comastri de Castro. Bacteriófagos para controle de bactérias patogênicas em alimentos. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**. São Paulo, v. 69, n. 2, p. 151-156, 2010.
3. LUCAS, Vitor Ramos; MONTANHINI, Maíke Tais Maziero. **Bacteriófagos na indústria de laticínios**. Disponível: <<https://www.milkpoint.com.br/colunas/maike-tais-maziero-montanhini/bacteriophages-na-industria-de-laticinios-235479/>>. Acesso: 15 set. 2024.
4. PERRY, Kátia S. P. **Queijos: aspectos químicos, bioquímicos e microbiológicos**.

Área de conhecimento do CNPq: 5.07.00.00-6 -
Ciência e Tecnologia dos Alimentos

CBS-005

BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO DE FORÇA PARA ADULTOS

Júlio Felipe Gonçalves **COUTO** (Curso de Educação Física, FDV)
Pedro Zavagli **SUAREZ** (Orientador, FDV)

Palavras-chaves: Treinamento de força; Adultos; Fortalecimento muscular.

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

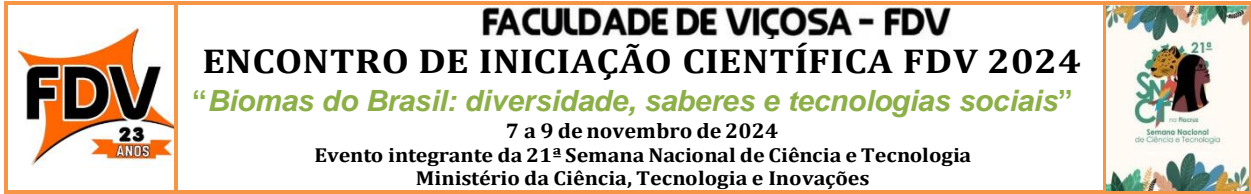
INTRODUÇÃO: A prática de musculação é reconhecida por proporcionar inúmeros benefícios à saúde, especialmente em adultos. Com o avançar da idade, é comum a perda de massa muscular, o que pode acarretar problemas como fraqueza, mobilidade reduzida e maior risco de lesões. Estudos indicam que a partir dos 30 anos, a massa muscular começa a diminuir a uma média de 8% por década, podendo chegar a 15% após os 70 anos. Além disso, contribui para a melhoria da postura, reduz o risco de osteoporose, auxilia no controle do peso e promove a autoestima. Um estudo publicado no periódico *Sports Medicine* destacou a eficácia da musculação na prevenção e tratamento de condições relacionadas à idade, como a sarcopenia, osteoporose e obesidade (Peterson et al., 2010). Portanto, a musculação é uma excelente opção de exercícios para adultos em busca de melhorar a saúde e a qualidade de vida. **OBJETIVO:** Este estudo tem como objetivo explorar os benefícios do treinamento de força para adultos saudáveis, destacando suas implicações positivas na saúde física e mental. **METODOLÓGICA:** A pesquisa baseou-se em uma revisão da literatura que abordou os principais benefícios da musculação para adultos saudáveis. Foram analisados estudos que demonstraram a melhoria da força muscular, ganho de massa magra, redução de gordura corporal e aumento da densidade mineral óssea como resultado da prática regular de musculação. Além disso, foram considerados os benefícios cardiovasculares relacionados a musculação. Nessa revisão, foram apresentadas evidências científicas sobre os benefícios da musculação para adultos e como ela poder incorporada em um estilo de vida saudável e ativo. A busca de artigos foi realizada utilizando as palavras chaves, "musculação", "benefícios da musculação," e "exercício resistido". Essas palavras chaves foram selecionadas com base nos treinamentos de força para adultos. De acordo com o estudo de Oliveira et al. (2021), a musculação é uma forma popular de exercício físico que pode trazer diversos benefícios para a saúde dos adultos. Portanto foram selecionados apenas estudos que apresentam rigor científico e que abordaram adequadamente os objetivos, como, "os benefícios da musculação para adultos."

RESULTADOS: A revisão da literatura apresentou evidências científicas substanciais dos benefícios da musculação para adultos. Deve incentivar a população a praticar a musculação em suas rotinas de exercícios, de forma segura e sob orientação adequada. Dessa forma, a musculação é uma atividade física segura e acessível, com uma série de benefícios estabelecidos para a saúde dos adultos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** 1. Em conclusão, este estudo destaca os inúmeros benefícios do treinamento de força para adultos, com ênfase na melhoria da saúde física e mental. A prática regular de musculação demonstrou ser eficaz na promoção do aumento da massa muscular, redução de gordura corporal e fortalecimento dos ossos e articulações. Além disso, a musculação também teve um impacto positivo na saúde mental, aumentando a autoestima, reduzindo o estresse e promovendo o bem-estar.

REFERÊNCIAS:

1. AGUIAR, G. C. et al. Effects of resistance training in individuals with knee osteoarthritis. *Fisioterapia*, p. 589-596, 2016.
2. ANTUNES, H. K. M. et al. Exercício físico e função cognitiva: uma revisão. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 12, n. 2, p. 108-114, abr. 2006.
3. MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. K. R.; BARROS NETO, T. L. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 7, p. 2-13, 2001.
4. OLIVEIRA, W. F. Os benefícios do treinamento de força para controle da ansiedade e depressão em jovens e adultos. *Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física*, v. 10, n. 2, p. 49-61, 7 dez. 2021.

Área do conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 – Educação Física



TABALHOS DA ÁREA

CHS

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

CHS-001

UBERIZAÇÃO: FLEXIBILIDADE OU EXPLORAÇÃO?

Lucas do Carmo de **PAULA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Uberização; Liberdade; Exploração.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A uberização, também conhecida como "economia sob demanda" ou "plataformização do trabalho", se caracteriza pelo uso de plataformas digitais para conectar trabalhadores autônomos a clientes que demandam seus serviços. Esse modelo, popularizado por empresas como Uber e Airbnb, tem gerado debates acalorados sobre seus impactos no mercado de trabalho e na sociedade. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem por objetivo mencionar as principais características, destacar vantagens e desvantagens da uberização, assim como, possíveis impactos desse fenômeno. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:**

A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** Através do presente resumo constatou-se que a Uberização é caracterizada pelo trabalho autônomo, onde os trabalhadores não possuem vínculo empregatício com as plataformas, sendo considerados prestadores de serviços autônomos, caracterizada pela flexibilidade, uma vez que os trabalhadores definem seus horários e locais de trabalho, proporcionando maior autonomia, uso de plataformas digitais: As plataformas digitais conectam trabalhadores e clientes, facilitando a intermediação de serviços e pelo pagamento por demanda, sendo os trabalhadores remunerados por cada serviço realizado, sem garantia de renda fixa. As vantagens da Uberização ocorrem através da flexibilidade para os trabalhadores, possuindo maior autonomia na gestão do tempo e do trabalho; oportunidades de renda, possibilitando gerar renda extra ou até mesmo trabalhar em tempo integral; o acesso a serviços para os clientes, maior variedade e comodidade na hora de encontrar serviços; eficiência no mercado, com otimização da alocação de recursos e redução de custos para as empresas. Por outro lado, as desvantagens da Uberização ocorrem através da precarização do trabalho, ausência de direitos trabalhistas básicos, como carteira assinada, férias, licenças e seguro contra acidentes; a instabilidade de renda, renda incerta e variável, dependendo da demanda por serviços; falta de proteção social, ausência de acesso a benefícios como INSS e plano de saúde; exploração dos trabalhadores, com plataformas que definem regras e preços de forma unilateral, sem negociação com os trabalhadores; desresponsabilização das empresas, já que as plataformas se eximem da responsabilidade pelas condições de trabalho dos trabalhadores. No que se refere aos impactos da Uberização, o mercado de trabalho, ocorre um aumento da informalidade e da precarização do trabalho, com consequências negativas para os direitos dos trabalhadores, para sociedade aumenta a desigualdade social e da exclusão, com impactos negativos na coesão social e na qualidade de vida da população e para a economia, ocorre impactos na competitividade das empresas tradicionais e na arrecadação de impostos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O resumo apresentado evidencia a uberização, marcada pela flexibilidade e autonomia dos trabalhadores autônomos, abre um leque de oportunidades e desafios na era digital. De um lado, ocorre a liberdade de definir horários e locais de trabalho, a geração de renda extra e o acesso facilitado a serviços para os clientes configuram um cenário promissor. Do outro, a precarização do trabalho, a instabilidade da renda, a falta de proteção social e a exploração por parte das plataformas digitais lançam sombras sobre esse modelo.

REFERÊNCIAS:

1. ABÍLIO, L. C.; ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, 1 abr. 2020. Data de acesso: 19 de junho de 2024.
2. ALBERTO, P.; SAMUEL, C. Uberização do Trabalho Artigos breve análise sobre a uberização da relação de trabalho dos motoristas por aplicativo. *Artigos Ano X*, n. v. 95, [s.d.]. Data de acesso: 19 de junho de 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-002

LEI MARIA DA PENHA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER

Valéria Gomes **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Mulher; Lei Maria da Penha; Violência doméstica; Direitos humanos; Políticas públicas.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A violência contra a mulher é um problema de saúde pública e uma violação grave dos direitos humanos. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) representa um marco na luta contra a violência doméstica e familiar, estabelecendo medidas de proteção e punição para agressores, além de prever assistência às vítimas. Criada após anos de mobilizações sociais e com o apoio de organismos internacionais, a lei tornou-se referência na América Latina para o combate à violência de gênero. No entanto, sua efetividade depende de uma série de políticas públicas que garantam sua aplicação prática e um suporte robusto para as mulheres em situação de vulnerabilidade. Este estudo visa explorar a relação entre a Lei Maria da Penha e as políticas públicas de proteção à mulher, avaliando os avanços, os desafios e os impactos dessa legislação.

OBJETIVOS: O objetivo principal deste estudo é analisar a Lei Maria da Penha e as políticas públicas voltadas à proteção da mulher no Brasil, com enfoque em sua implementação e eficácia. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisados artigos acadêmicos, relatórios governamentais e de organizações não governamentais (ONGs), assim como jurisprudências sobre a Lei Maria da Penha. Além disso, foram realizadas entrevistas com especialistas em direitos das mulheres, profissionais da segurança pública e agentes de políticas públicas. A metodologia inclui a análise de dados sobre violência contra a mulher no Brasil, fornecidos por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, permitindo um entendimento amplo dos impactos das políticas de proteção. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa indicam que a Lei Maria da Penha trouxe significativos avanços no combate à violência doméstica, como a criação de medidas protetivas, a possibilidade de prisão preventiva do agressor e a ampliação do conceito de violência doméstica para além da agressão física, incluindo violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. Entretanto, os desafios na implementação da lei ainda são consideráveis. Entre eles, destacam-se a insuficiência de abrigos para as vítimas, a falta de capacitação das forças de segurança, a ineficácia em algumas regiões do país, especialmente nas áreas rurais, e a persistente cultura patriarcal que dificulta a denúncia por parte das mulheres. Em termos de políticas públicas, foram observados progressos, como a ampliação dos centros de atendimento especializados e a criação de delegacias da mulher. No entanto, a pesquisa aponta que há uma disparidade significativa entre as diferentes regiões do país na oferta de serviços de proteção. Além disso, a falta de integração entre os diferentes órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas e a subnotificação dos casos de violência ainda são grandes obstáculos para a efetividade da lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Lei Maria da Penha representa um avanço crucial na defesa dos direitos das mulheres no Brasil, mas sua efetividade depende de uma articulação eficaz entre as diversas políticas públicas de proteção e o fortalecimento das instituições responsáveis por sua aplicação. É necessário investir na capacitação de profissionais, na criação de mais abrigos e centros de atendimento, além de promover campanhas educativas que desafiem as normas sociais que perpetuam a violência de gênero. A luta contra a violência doméstica exige um esforço contínuo de todos os setores da sociedade, e a aplicação plena da Lei Maria da Penha é um passo fundamental para garantir a segurança e os direitos das mulheres. O fortalecimento dessas políticas contribuirá não apenas para a redução da violência contra a mulher, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS:

1. Brasil. *Lei Maria da Penha* (Lei n.º 11.340/2006). Brasília, 2006. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>.
2. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-uma-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf>>.
3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Políticas Públicas para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Brasil*. Brasília: IPEA, 2021. Disponível: <<https://www.ipea.gov.br/portal/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2208-ipea-propoe-acoes-para-reduzir-violencia-contra-a-mulher-durante-a-pandemia>>.
4. Marques, L.; Mendes, J. O impacto da Lei Maria da Penha na redução da violência doméstica. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, 2020. Disponível: <<https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files/118-9624395a595943a13542b6524a075445.pdf>>.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

ENSINO DE CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E ÍNDIGENA NO FUNDAMENTAL I

Hellen Glenda Mendes **MARTINS** (Curso de Pedagogia, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Cultura; Sociedade; Aprendizagem.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A cultura desempenha um papel essencial na construção de pontes entre diferentes grupos e acesso a novos saberes sobre povos diversos, que fazem parte da representação de um povo, como a religião, idioma, cotidiano, costumes, manifestações etc. A inclusão do tema cultura no processo de ensino aprendizagem é um desafio de muitos educadores em suas práticas escolares, de se manter o respeito às diversas culturas. Nesse estudo vamos entender que a escola precisa dar mais espaços á aspectos culturais já que a todos os momentos convivemos com diversos tipos de cultura onde a prática do respeito é fundamental para uma boa convivência. Existem muitas formas do professor abraçar a cultura em sala e a principal delas é levantar discussões sobre as questões raciais históricas e a importância de nossas raízes. O debate em sala de aula sobre a multiculturalidade permite a compreensão que ninguém é igual e que cada pessoa e sua origem e cultura deve ser respeitada. Entende-se que a cultura é a identidade de um grupo, é o que faz com que ela seja única no mundo. Como planeta tem muitos povos com os respectivos costumes e tradições, podemos dizer que conviver rotineiramente com a diversidade cultural é natural, porém ainda é um desafio e precisa ser trabalhada nas escolas, desde a educação infantil. **OBJETIVO:** Pensando nisso a presente pesquisa tem o intuito de verificar como a cultura é trabalhada nas escolas com as crianças, verificando as diferentes abordagens. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa qualitativa foi realizada em uma escola pública no município de Piranga-MG, sendo o alvo de investigação uma turma de 3 e 4 anos da educação infantil. O instrumento utilizado foi um questionário aplicado a uma professora. **RESULTADO:** Diante de distintas culturas o professor precisa trabalhar o respeito em sala, porém não é uma tarefa fácil já que muitas das vezes as famílias não prezam por tratar as diferenças culturais com o devido valor, o que torna muita das vezes reflexo na escola, surgindo situações de bullying e isolamento de crianças na sala de aula. O grande desafio de trabalhar cultura muita das vezes são provenientes de práticas tradicionais ou a falta de flexibilidade, do qual limita essa liberdade por parte dos professores para abrir espaços ao diferente, mas sabe-se que é possível abrir espaços por meio de diálogo envolvendo inclusive as famílias de nossos alunos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Verifica-se que nem sempre o professor inclui temas que contemplam conhecimentos e valores culturais, justificando-se pelo excesso de conteúdos curriculares a serem cumpridos na sala de aula. No entanto, entende-se que as possibilidades podem ser criadas quando o professor busca estratégias interdisciplinares que envolvam inclusive as famílias e promovam a valorização das diferenças culturais, criando as possibilidades e ampliando-se as formas pedagógicas. O professor é o principal agente que atua no processo de ensino aprendizagem, que tem como papel incluir no cotidiano de sala de aula buscando por uma educação renovadora que amplie o seu planejamento com temas sobre a diversidade de famílias e de culturas existentes.

REFERÊNCIAS:

- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos da educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-79.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação escola e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, 2003.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão - Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação & Sociedade*, 79: 125-161, 2002.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Cultura e diversidade*. 20. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

ATUAÇÃO DE UMA PEDAGOGA JUNTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

Uly Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Pessoas Com Deficiência; PCD, Educação inclusiva.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O processo da educação inclusiva requer o empenho e a dedicação de Professores de Apoio, que são profissionais que lidam diretamente com estudantes que precisam de atendimento educacional especializado às "Pessoas Com Deficiência" - os PCD -, já com o laudo fechado e o seu CID, e que em alguns casos, tais professores podem atuar como intérpretes ou facilitadores, fazendo a intermediação entre alunos PCD e professores regentes. Além disso, eles mediam os alunos e os demais professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e precisam atuar com muita dedicação, empenho e conhecimentos específicos. Desde 2015, o Brasil já conta com uma avançada "Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", a LBI, que assegura a oferta de profissional de apoio para estudantes com deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou com autismo, matriculados em qualquer nível ou modalidade de ensino de escolas públicas ou privadas. A presença desse profissional, portanto, está diretamente relacionada ao público-alvo da educação especial. Por isso, quando a criança com deficiência chega na escola, sua contratação muitas vezes é uma das primeiras preocupações de educadores e familiares. **OBJETIVOS:** Promover o registro de algumas experiências da autora no acompanhamento de alunos considerados Pessoas Com Deficiência - PCD. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Relato de experiência com alunos PCD em escolas públicas municipais regulares no município de Viçosa. **RESULTADOS:** Na região de Viçosa não existe uma escola especializada para PCD, apenas APAE. Mas as atividades exercidas pela autora sempre aconteceram em escola regular do próprio município pela Prefeitura da cidade. Registro aqui duas oportunidades que vivenciei no trato com PCD. O primeiro aluno que acompanhei foi uma criança com autismo, que na oportunidade não possuía laudo fechado, o que foi um grande desafio. Já a segunda pessoa que acompanhei, foi um PCD com Síndrome Down, uma criança que não era verbal, que exigi de mim estudos para mais conhecer sobre a sua deficiência e compreender seus próprios sinais. É preciso que toda a comunidade escolar compreenda a importância e o papel de cada um na construção coletiva deste espaço de aprendizagem e convivência, onde as pessoas não são segregadas por suas características, e sim aprendem na convivência, valorizando a diversidade humana e respeitando suas expressões. Sabemos que a função do profissional de apoio na escola é considerada recente e ainda está em busca de definições do seu real papel na construção de uma escola de qualidade. Mas precisamos o quanto antes compreender a sua importância na equipe escolar, somando esforços para a construção de uma escola inclusiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Quando um professor de ensino regular possui em sala de aula alunos PCD, eles possuem o direito ao professor de apoio, um intermediário entre o aluno e esse professor, ele oferece ajuda indicando quais as melhores formas de tornar a aula mais inclusiva. Isso também entra na questão da postura que ele deve adotar, assim como os materiais e recursos que podem facilitar no processo de aprendizagem desse aluno. Para tanto, tenho a plena convicção de que ser uma pedagoga, ainda que em formação, propicia condições para que a intervenção do professor de apoio ocorra de modo satisfatório junto ao professor regente, pelo fato da atenção específica possibilita um conhecimento mais detalhado da deficiência do seu aluno. E aí sim, o Pedagogo tem uma bagagem maior de conhecimento para que isso aconteça realmente.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)". Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso: 17 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Fabiana Leme de. A importância e o direito ao profissional de apoio na educação inclusiva. Disponível: <<https://diversa.org.br/artigos/o-direito-e-a-importancia-do-profissional-de-apoio-na-educacao-inclusiva/>>. Acesso: 17 jul. 2024.
- SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 2, abr.-jun., 2017. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>>. Acesso: 17 jul. 2024.
- TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 4, out.-dez, 2016. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005>>. Acesso: 17 jul. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

USO DO MAPEAMENTO DE PROCESSOS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO EM UMA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE MOURÕES DE CONCRETO DE MINAS GERAIS

Marina Aparecida Mafra **ALVES** (Curso de Administração, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Mapeamento de processos; Desenvolvimento; Processos; Melhoria.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este estudo de caso aborda o uso do mapeamento de processos como ferramenta para o desenvolvimento em uma empresa familiar. A empresa atualmente localizada no interior de Minas Gerais, é especializada na fabricação de mourões de concreto, e objetiva a melhoria de seus processos com a finalidade de aumentar o volume de produção e reduzir os custos para atender às crescentes demandas do mercado. Segundo HUNT (1996), o mapeamento de processos seria uma ferramenta gerencial analítica e de comunicação que têm a intenção de ajudar a melhorar os processos existentes ou de implantar uma nova estrutura voltada para processos. **OBJETIVOS:** O objetivo do estudo é analisar a utilização do mapeamento de processos em uma pequena empresa familiar como uma ferramenta para o desenvolvimento, e como pode influenciar na competitividade dela. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e abordagem qualitativa. A coleta de informações sobre a ferramenta mapeamento de processos e sua aplicação na empresa de mourões de concreto de Minas Gerais, foi realizada por meio de uma pesquisa estruturada através de um roteiro de perguntas, com o proprietário da empresa. **RESULTADOS:** Com base na pesquisa realizada, constatou-se que a aplicação da ferramenta mapeamento de processos na empresa de mourões de concreto, contribuiu significativamente para o seu desenvolvimento. Ao mapear o processo de fabricação, foi possível identificar algumas falhas ao longo de sua execução, sendo uma delas, o fato de não haver uma "receita" documentada, especificando as proporções corretas dos materiais necessários para fazer o concreto utilizado na construção do produto. Apenas o proprietário da empresa sabia exatamente o quanto usar, portanto, na sua ausência, havia desperdício de insumos, acarretando o aumento dos custos de produção. Dessa forma, após mapear o processo em questão, foi possível visualizar uma diminuição dos custos com o processo produtivo, e consequentemente a empresa conseguiu destinar um capital maior para a compra de ferramentas e materiais, aumentando assim a sua produção. Além disso, um outro problema encontrado ocasionado pela falha mencionada anteriormente, foi a falta de padrão dos produtos. Após o mapeamento do processo de produção dos mourões e identificação das falhas e pontos de melhoria, foi possível solucionar os problemas existentes e padronizar os processos, mantendo a qualidade do produto, seguindo sempre o mesmo padrão. Com isso, a pequena empresa de fabricação de mourões de concreto conseguiu atender as demandas do mercado e até mesmo expandi-las. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante dos resultados apresentados, foi possível identificar que a empresa enfrentava alguns desafios relacionados às falhas em seu processo produtivo, que influenciavam de forma negativa o seu desenvolvimento e expansão. A introdução da ferramenta mapeamento de processos, permitiu visualizar o processo de produção como um todo, identificar os pontos de melhoria e organizá-lo de forma que o objetivo final fosse alcançado. Portanto, com base no estudo realizado foi possível concluir que o uso da ferramenta em questão teve um impacto significativo para o desenvolvimento da pequena empresa de fabricação de mourões de concreto, trazendo resultados positivos para a organização, como a redução dos custos de produção e o aumento dela, impactando diretamente na competitividade da empresa, que conseguiu atender as crescentes demandas e ter um destaque maior no mercado em relação aos seus concorrentes.

REFERÊNCIAS:

- HUNT, V. Daniel. **Process mapping: how to reengineer your business processes**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1996.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS

Uly Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Ludicidade; Brincadeira; Aprendizado.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A infância é a fase das brincadeiras. O lúdico compreende os jogos, brincadeiras, o brincar e o brinquedo; e é necessário para o desenvolvimento da criança. A forma com a qual a criança se comunica com o meio e sociedade é o brincar, é por meio de brincadeiras que ela expressa o que pensa e sente. Partindo da observação de que por lúdico se define a percepção de brincadeiras, com o uso de jogos, desenvolvendo a aprendizagem através do brincar e do brinquedo. Ora, notadamente durante o processo de desenvolvimento da criança é extremamente importante o brincar, isto pois, é neste período da vida que o trabalho cognitivo, emocional, interpessoal e de desenvolvimento dos sentimentos emocionais e da motricidade, devem ser trabalhados. Sendo assim, a maneira através da qual as crianças interagem com o meio social é a brincadeira, é por intermédio do brincar que elas se expressam, externam seus pensamentos e sentimentos. Assim, brincar e jogar são vistos como uma necessidade básica e fundamental para qualquer indivíduo, da mesma forma que é a alimentação, educação, etc. utilizando seus recursos positivos para promover o desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, ajudando na construção de conceitos, no relacionamento e desenvolvimento de ideias, estabelecendo relações lógicas, desenvolvendo a expressão oral e corporal, reforçando habilidades sociais, reduzindo a agressividade e promovendo a integração do indivíduo na sociedade, além de possibilitar a construção de seus próprios conhecimentos, capazes de assumir e adaptar as transformações e modificações do meio. **OBJETIVOS:** O presente artigo teve como objetivo discutir a importância de se trabalhar o lúdico nas séries iniciais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O desenvolvimento da pesquisa consistiu na leitura de autores que desenvolveram pesquisas que perpassam a temática em estudo, a fim de embasar teoricamente o trabalho. **RESULTADOS:** Os professores e educadores em geral precisando lançar um olhar diferenciado sobre o lúdico, especialmente quando se fala de jogos e brincadeiras na educação infantil, isto porque são atividades que não podem ser vistas como mero passatempo, mas como ferramentas de estímulo a aprendizagem do aluno, que podem ligar-se a diversos tipos de conteúdo e ao desenvolvimento de habilidades e competências nas crianças. A adequação a faixa etária e as características dos alunos é algo imprescindível para o sucesso do uso de jogos e brincadeira, de forma que através desses momentos haja prazer, descontração e aprendizagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A infância é uma fase que marca a vida, e nela que o sujeito tem suas primeiras experiências. Como abordado, o brincar é a linguagem natural da infância, uma atividade necessária para a criança, pois esta é a forma pela qual se comunica com o mundo. Assim, deve-se ter um olhar diferente sobre o brincar, dar importância a ele, pois é necessário para o desenvolvimento da criança. Se a criança aprender a partir da linguagem que fala e entende, com toda certeza aprenderá mais e melhor. Trazer o lúdico para dentro da escola é interessante e necessário para a criança, contribuindo para tornar o aprender mais prazeroso.

REFERÊNCIAS:

- MELLO, Maria Aparecida. Diferenças conceituais e pedagógicas entre os termos "brincadeira" e "jogo" no Brasil. **Educação em Revista**. v. 39, e36641. Acesso: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698368536641>>. Acesso: 17 jun. 2024.
- MINEIRO, Márcia; D'ÁVILA, Cristina D'Ávila. Ludicidade: compreensões conceituais de pós-graduandos em educação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 45, 2019. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945208494>>. Acesso: 17 jun. 2024.
- OLIVEIRA, Ruam. **O brincar como parte fundamental do aprender**. Disponível: <<https://porvir.org/o-brincar-como-parte-fundamental-do-aprender/>>. Acesso: 17 jun. 2024.
- RANYERE, Jean; MATIAS, Neyfson Carlos Fernandes. A relação com o saber nas atividades lúdicas escolares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 2023. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003252545>>. Acesso: 17 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-007

IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariana Cândida Acacio dos REIS (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles MATTOS (Orientado, FDV)
Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil, Psicomotricidade, Prática pedagógica.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A psicomotricidade na Educação Infantil é uma atividade essencial e prazerosa para todos os envolvidos no processo educativo, pois desperta grande interesse, envolvimento e participação das crianças. Este estudo justifica-se pelos benefícios que a psicomotricidade traz para a aprendizagem e desenvolvimento infantil. As leituras preliminares indicam que a psicomotricidade está ganhando espaço e importância na educação infantil como um recurso fundamental para o desenvolvimento e ensino de aptidões cognitivas, sociais, emocionais e motoras. Educadores, professores e psicólogos consideram a psicomotricidade uma ferramenta motivacional importante no desenvolvimento da fala, do raciocínio lógico, das habilidades matemáticas, entre outras aptidões. **OBJETIVO:** Este trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa: Qual é a importância de incluir a psicomotricidade na educação infantil? O objetivo geral é demonstrar a importância da psicomotricidade na prática pedagógica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para realizar este estudo, utilizei uma metodologia bibliográfica e de campo de natureza explicativa. A investigação partiu da análise de materiais bibliográficos relevantes ao tema. Após o levantamento bibliográfico, analisamos os argumentos apresentados pelos autores, o que nos permitiu concluir nossa pesquisa, responder aos objetivos traçados obtendo uma base sólida para a execução de atividades de extensão propostas. **RESULTADO:** foi realizada a observação da prática do professor na sala de aula da turma de educação infantil. Verifica-se que há dificuldade de trabalhar psicomotricidade em sala de aula, algumas vezes questão está ligada à ausência de espaço físico apropriado para promover atividades que incentivem o desenvolvimento motor infantil. O educador revelou ter enfrentado obstáculos ao tentar estruturar o ambiente de maneira adequada para a execução de exercícios que estimulem a coordenação motora, equilíbrio e domínio corporal. Também foi notado que o professor não empregou recursos pedagógicos especializados para abordar a psicomotricidade, restringindo-se a práticas mais convencionais e pouco diversificadas. Destaca-se a relevância do trabalho com psicomotricidade na fase inicial da educação, pois essa abordagem auxilia de forma significativa no progresso integral das crianças, estimulando competências fundamentais para seu desenvolvimento e ensino. Portanto, é imprescindível que os educadores busquem aprimoramento e se empenhem em expandir seus saberes, a fim de proporcionar vivências mais enriquecedoras e eficazes para as crianças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Quando uma criança desenvolve intelectualmente, mas não no aspecto corporal ou afetivo, surgem distúrbios psicomotores que dificultam sua integração e causam problemas escolares. A maioria das crianças que têm dificuldades de aprendizagem apresenta falhas no desenvolvimento de habilidades que, se bem trabalhadas, melhoram o desempenho escolar. Os jogos são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, pois estimulam habilidades físicas e mentais necessárias para aprender a ler e escrever. Os educadores, devem se preocupar com a psicomotricidade, pois um bom controle motor permite à criança explorar o mundo, adquirir noções básicas para o desenvolvimento mental e conhecer a si mesma e o mundo ao seu redor. Emocionalmente, a criança se torna mais adaptada, feliz e independente socialmente. Ela percebe o mundo através do corpo, relacionando-se com objetos e pessoas. Concluindo, a psicomotricidade contribui para o desenvolvimento integral da criança, e o professor tem um papel crucial na educação infantil, proporcionando oportunidades para que os alunos sejam autônomos e tenham um aprendizado melhor.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL, 1998. Ministério da Educação e do Desporto. Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília. Volume Três.
- COSTE, Jean- Claude. A psicomotricidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FONSECA, V. Psicomotricidade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- GOMES, J. D. G. Construção de coordenadas espaciais, psicomotricidade e desempenho escolar. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de OLIVEIRA, G. Psicomotricidade: um estudo em escolares com dificuldade em leitura e escrita. FE-Unicamp, Tese de Doutorado, 1992.
- OLIVEIRA, G.C. Avaliação psicomotora à luz da psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-008

EDUCAÇÃO EM AMBIENTE HOSPITALAR

Uly Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Curso de Pedagogia, FDV)
Alan de Freitas BARBIERI (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação hospitalar; Classe hospitalar; Pedagogia.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Durante muitos anos sempre se acreditou que a escola era o único local de ensino e aprendizagem, mas percebe-se que esse é um dos locais de educação, mas não é o único ambiente. Além da educação formal oferecida pela escola, o processo de ensino também pode ser ministrado em diferentes ambientes. Esses ambientes podem ser: residências, igrejas, centros culturais e espaços de lazer, empresas, sindicatos e organizações não governamentais. Outro ambiente utilizado atualmente no processo de educação é o hospitalar, que além de prestar cuidados de saúde, também cuida do processo de ensino de crianças e adolescentes hospitalizados. O método de ensino hospitalar é um método de educação especial, visando a atuação do educador em ambiente hospitalar; neste ambiente, ele vai atender crianças ou adolescentes com necessidades educacionais especiais de curta duração, ou seja, diferenças de necessidade por adocência. Os hospitais devem buscar métodos e métodos alternativos qualificados para que os pacientes possam usar métodos de educação em certo período. Este novo espaço educativo no hospital foi desenvolvido a partir das necessidades de atendimento aos egressos da escola, sendo também um espaço que auxilia no tratamento de distúrbios emocionais causados pela hospitalização, como raiva, insegurança, incapacidade e frustração. **OBJETIVOS:** Mostrar como ocorre a educação em ambientes hospitalares, o papel do pedagogo hospitalar, bem como os desafios e necessidades nesses ambientes. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Por meio de pesquisa bibliográfica, se avaliará o que envolve a educação em ambientes hospitalares. **RESULTADOS:** A pedagogia hospitalar é um desafio, pois nesse campo o educador precisa desenvolver um trabalho para ajudar os pacientes que se encontram em fase escolar e proporcionar-lhes não apenas conhecimento como de qualidade de vida, uma vez, que estarão longe de suas famílias, amigos, de suas escolas e lugares que eles costumavam frequentar. No hospital, as crianças se afastam do cotidiano e entram em contato com membros do hospital, enfermeiras, médicos e familiares. Para que as crianças não sejam prejudicadas, o ambiente hospitalar deve oportunizar várias atividades através do brincar e da literatura, que sirvam de estímulos para a adaptação e reabilitação delas, sem abandonar a forma lúdica de abordagem. É importante ressaltar que por se tratar de um ambiente hospitalar é preciso cuidados na higienização dos materiais utilizados para se evitar a contaminação e propagação, considerando-se que a criança tem uma baixa na imunidade devido à doença. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** São inúmeros os desafios do professor no ambiente hospitalar, como o fato de o pedagogo não ser preparado para tal em seu curso de formação. Tem-se também que considerar o tempo e o espaço para atendimentos nos hospitais, pelas exigências a serem cumpridas, além do fato que muitos profissionais ignoram as necessidades relativas à educação hospitalar, dando prioridade somente para a parte clínica. Há necessidade de uma sala, um ambiente específico para as aulas. No entanto, a falta de uma rotina, horários pré-estabelecidos, bem como necessidade em pausar as aulas para que as crianças ou adolescentes sejam atendidos. Muitas crianças e adolescentes hospitalizados por certas doenças crônicas requerem uma internação mais longa, e podem até mesmo passar vários anos em leitos hospitalares. Outro desafio que os profissionais da pedagogia hospitalar encontram é deixar bem claro para família que seu papel é o de educador, sem manter nenhum vínculo emocional ou assistencial com a criança e adolescentes, pois, muitas vezes, tais vínculos são maiores que o esperado, e quando o educando é de estágio terminal, a família e o educador firmam fortes laços de amizade, o que pode dificultar o atendimento pedagógico, não levando em consideração os direitos e obrigações dele para com o paciente.

REFERÊNCIAS:

- ARTIOLI ROLIM, Carmem Lúcia. Educação hospitalar: uma questão de direito. *Atualidades Investigativas em Educação*, v. 19, n. 1, p. 700-719, 2019. Disponível: <<https://dx.doi.org/10.15517/aie.v19i1.35600>>. Acesso: 17 jun 2024.
- SOUZA, Zilmene Santana; ROLIM, Carmem Lucia Artioli. As vozes das professoras na pedagogia hospitalar: descortinando possibilidades e enfrentamentos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 3, jul-Set. 2019. Disponível: em <<https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300004>>. Acesso: 17 jul. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-009

INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A CONFUSÃO PATRIMONIAL

Karine Brandão **FERREIRA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Direito civil; Desconsideração da personalidade jurídica; Confusão patrimonial.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O instituto da desconsideração da personalidade jurídica é aplicado como uma exceção no Direito Civil, visto que é um incidente que busca alcançar os bens pessoais dos sócios e administradores, para que estes possam responder pelas obrigações da sociedade empresária. **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se determinar os casos que se aplica o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica, análise jurisprudencial. **RESULTADOS:** O Código Civil aponta em seu artigo 50, caput, que “em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso” (BRASIL, 2002). Neste sentido, importa esclarecer que a confusão patrimonial é aquela em que os patrimônios dos sócios se misturam com o da pessoa jurídica, não havendo transparência na distinção de quem detém o quê. Em decorrência da confusão patrimonial pode ser solicitado judicialmente o afastamento da personalidade jurídica, no intuito de coibir ações fraudulentas. Todavia tal ação somente prosseguirá caso haja provas robustas de que houve desvio da finalidade, pois caso não haja deve ser mantido o princípio da autonomia patrimonial da sociedade empresária previsto no parágrafo único, do artigo 49 A, do Código Civil (BRASIL, 2002). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** No âmbito do Código Civil, instituto da desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicado em caso de confusão patrimonial, desconsiderando o princípio da autonomia patrimonial da sociedade empresária, vez que os bens dos sócios e os da pessoa jurídica se misturaram, devendo que os sócios e administradores sejam responsabilizados pelas obrigações da pessoa jurídica.

REFERÊNCIAS:

1. ADAMS, Luis Inácio Lucena. **Evolução da desconsideração da personalidade jurídica e veto ao PL 3.401**. [S. l.]: CONJUR, 13.fev.2023. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2023-fev-13/publico-privado-evolucao-instituto-desconsideracao-personalidade-juridica/>. Acesso: 27 jun. 2024.
2. FREITAS, Roberto. **Desconsideração da personalidade jurídica-teoria maior**. [S. l.]: TJDF, 29 de setembro de 2021. Disponível: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-detalhes/personalidade-juridica/desconsideracao-da-personalidade-juridica-2013-abuso-de-personalidade-2013-desvio-de-finalidade-ou-confusao-patrimonial-2013-teoria-maior>. Acesso: 27 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-010

FAMÍLIA E ESCOLA JUNTAS PARA A APRENDIZAGEM DO ALUNO DEFICIENTE

Uly Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Família; Escola inclusiva; Alunos com deficiência; Escolarização.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A família e a escola são instituições que proporcionam o desenvolvimento fundamental das crianças com deficiências - PCD - para suas trajetórias de vida e para suas constituições, enquanto sujeitos autônomos. São nestes contextos que se acentuam, se destacam e são trabalhadas suas dificuldades e suas potencialidades. A relação escola e família no contexto da educação inclusiva é um diferencial que deve ser explorado nas unidades escolares, com a perspectiva da escolarização de alunos PCD. A Constituição Federal de 1988 que deu o primeiro passo para a implementação da Educação Inclusiva no nosso país. Depois de muita luta, a Educação Especial se tornou uma modalidade de ensino e, somente em 2007, houve implantação das salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de garantir o acesso e permanência das PCDs, do ensino básico até o ensino superior. Destacam-se os desafios que a escola ainda enfrenta para desenvolver uma pedagogia centrada na criança, na tentativa de educar a todos sem discriminação, adequando suas características e necessidades, tendo o apoio da família. Esses pontos, entre outros, comprovam que a Escola Inclusiva envolve a participação da família e da comunidade, as quais podem contribuir para fortalecer e multiplicar as ações inclusivas. **OBJETIVOS:** Tem como objetivo principal, destacar e analisar a importância da parceria da família/escola para a educação de um aluno PCD. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foram analisados conceitos, propostas, alternativas, viabilidade e ação de professores na prática inclusiva e a remoção de barreiras que impedem ou dificultam a escolarização de alunos PCD. **RESULTADOS:** Precisamos do apoio da família para um bom resultado do aprendizado do aluno, mas muitas famílias justificam a ausência por falta de tempo em estar presente em reuniões, em estar acompanhando as tarefas de casa ou atividades de sala de aula, e não estão presentes todos os dias em casa, muitas famílias têm a dificuldade em aceitar que o filho é PCD, dificultando seu desenvolvimento. A escola se depara com muitas dificuldades e uma delas é a falta de profissionais qualificados para trabalhar com alunos PCD, como as pessoas portadoras de deficiência mental, transtornos globais do desenvolvimento, incluindo neste grupo alunos com autismo e síndrome de Down, altas habilidades/superdotação, deficiência auditiva, deficiência visual e baixa visão e deficiência múltipla. Tal quantidade de deficiências e suas especificidades indica que não é fácil ser um profissional qualificado a dar suporte a todas estas deficiências com precisão, requerendo muito estudo, pesquisas relativas às deficiências do aluno e muito diálogo com a família, com equipe multiprofissional (psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional), que a maioria das escolas não possuem, e que o professor de sala de recursos, o professor de sala comum e equipe pedagógica tentam auxiliar no que é possível para que haja aprendizado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A escola é uma instituição que deve acolher todos os indivíduos indiferente de possuírem deficiência ou não, com métodos e técnicas diversificadas, adequação do currículo, professores preparados que possam desenvolver de fato o processo ensino-aprendizagem de forma consciente e onde todos possam aprender sem deixar de fora a família, que deve se tornar grande aliada na construção do conhecimento dos alunos PCD, os quais, por sua vez, observando a união entre eles, vai se sentir melhor e terá maior confiança naqueles profissionais que a assistem.

REFERÊNCIAS:

1. MASSOLI, Letícia Paulina de Oliveira; ALVES, Stephanie Cristine; ESPER, Marcos Venício. Contexto familiar de crianças com deficiência. **Construção Psicopedagógica**, v. 28, n. 29, 7-20, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.37388/CP2020/v28n29a02>. Acesso: 17 jun. 2024.
2. SOBRINHO, Reginaldo Celio; ALVES, Edson Pantaleão. A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional. **Educar em Revista**, v. 49, set. 2013. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300018>. Acesso: 17 jun. 2024.
3. OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: interseções e desafios. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 1, mar. 2010. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>. Acesso: 17 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-011

DESFRALDE: COMO E ONDE COMEÇAR

Bárbara CRUZ (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles MATTOS (Orientador, FDV)

Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Desfralde; Criança; Enurese.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Esse estudo aborda o processo de desfralde e os desafios enfrentados durante este processo. Os desafios que os pais enfrentam quando os assuntos são hora de dormir e hora de comer nem parecem tão significativos quando a pauta é o desfralde. Nenhum outro tema no mundo da criação dos filhos desperta emoção tão forte, ao que parece, como o processo de desfralde. (NELSEN et al., 2018, 221). Essa é uma fase em que toda criança irá passar, assim esse estudo foi feito no intuito de orientar e ajudar pais e responsáveis nesse momento tão delicado. Os pais/responsáveis geralmente tendem a ter dificuldade no momento de desfraldar seus pequenos, esse processo gera grandes dúvidas. Por volta de 2 anos de idade a criança já está preparada para o início do desfralde (em alguns casos antes), também nessa idade, a criança apresenta o chamado "egocentrismo" como uma característica de seu desenvolvimento, o que significa que a criança está se desenvolvendo socialmente, mas só consegue perceber as coisas ao seu redor a partir de sua própria perspectiva. No começo do desfralde é normal que as crianças façam xixi na cama no período noturno, as crianças começam a desenvolver controle sobre seus esfíncteres (estrutura urinária), esse é um processo que vai acontecendo ao longo do tempo, o total controle da bexiga geralmente acontece com 3 anos. Durante esse processo pode haver "escapes", antes dos 4-5 anos o xixi na cama não deve ser uma preocupação para os responsáveis, após essa idade pode ser uma doença chamada Enurese noturna, se trata de um distúrbio que se caracteriza pela perda involuntária de urina durante o sono, pelo menos duas vezes por semana, em crianças a partir dos cinco anos de idade, que não apresentam nenhum problema orgânico no sistema urinário. Essa condição conhecida popularmente como "xixi na cama", acomete cerca de 15% das crianças por volta dos cinco anos; 7%, aos dez e 3% aos 12 anos. A incidência é maior nos meninos do que nas meninas. (VARELLA, 2001). **OBJETIVOS:** analisar as dificuldades que podem ocorrer durante esse processo e trazer dicas para que seja um momento tranquilo tanto para os responsáveis quanto para as crianças.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Consiste em uma pesquisa descritiva, onde os dados foram obtidos por meio de pesquisa de campo, que foi realizada em uma instituição privada, que teve uma abordagem qualitativa, os dados foram obtidos através de questionário, entrevista e observação.

RESULTADOS: O processo de retirada de fralda deve ser iniciado na creche e os pais devem ser orientados, sobre técnicas corretas. Muitas vezes os pais de "primeira viagem" não têm esse tipo de informação e ficam extremamente satisfeitos quando a creche toma a iniciativa de iniciar esse treinamento. (FIEL, 2002, P. 148). Muitas vezes os pais podem ter dificuldade para inicializar o desfralde sozinhos, sendo importante a escola promover palestras, treinamentos em grupos para que assim os responsáveis entendam melhor sobre. Observar a criança e apoiá-la é o passo mais importante para que a criança se sinta preparada para o desfralde. Verifica-se que o processo do desfralde é longo, e há casos onde os pais não se comprometem em dar continuidade ao desfralde em casa, o que acaba dificultando o processo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através deste estudo pudemos perceber a importância da escola e família caminhar lado a lado nesse momento tão delicado no desenvolvimento da criança, sendo importante estar atento aos gestos, às falas, aos movimentos, aos desejos, aos desenhos e brincadeiras. Escutar o que a criança expressa é construir um ambiente em que ela se sinta acolhida e segura.

REFERÊNCIAS:

1. NELSEN, et. Al. **Disciplina positiva:** para crianças de zero a três anos. Barueri, São Paulo: Manole, .
2. FIEL, Luciana. **Creche: gestão e prática pedagógica.** 2002.
3. VARELLA, Drauzio. **Enurese noturna.** Disponível: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/enurese-noturna-xixi-na-cama/#Classifica%C3%A7%C3%A3o>: Acesso: 06/06/2023

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-012

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NAS ESCOLAS

Maria Eduarda Floresta Silva VICENTE (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles MATTOS (Orientador, FDV)

Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: TEA; Inclusão; Desenvolvimento; Socialização; Autismo.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista, também conhecido como TEA, é uma condição que se caracteriza pelo comprometimento da comunicação e interação social do indivíduo, o primeiro caso de autismo no Brasil foi diagnosticado em 1943 pelo médico Léo Kanner. Durante algum tempo ele observava crianças que exibiam comportamentos atípicos, com o passar do tempo e com as novas pesquisas que surgiram sobre o autismo foi possível constatar que o autismo é um transtorno cerebral presente desde a infância da criança. O TEA se caracteriza pelo desenvolvimento atípico na interação social e na comunicação do portador, alguns apresentam dificuldades em relação a toques físicos, dificuldades em perceber características comportamentais e faciais das demais pessoas e dificuldade em realizar tarefas escolares necessitando assim de uma professora de apoio. A ingresso da criança com autismo em uma rede escolar é assegurada por lei como apresenta no Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é importante que a escola procure sempre incluir os alunos com TEA na programação escolar a inclusão social assegura por lei a todas as crianças com TEA é importante e necessária. O ambiente escolar desempenha um papel fundamental de processo de desenvolvimento das crianças com TEA, no ambiente escolar é possível que elas desenvolvam sua comunicação e socialização com as demais crianças presentes na instituição. Existem diversos diversos métodos que podem ser utilizados para facilitar a aprendizagem de crianças com TEA e consequentemente seu processo de inclusão como por exemplo, TEACCH - Tratamento para Autistas e Crianças com Déficits relacionados a comunicação - que visa uma estrutura e um ambiente organizado para que as crianças com TEA consigam compreender seu ambiente e criem autonomia em diversos ambientes. **OBJETIVOS:** Investigar quais as melhores práticas de trabalho e inclusão para crianças com TEA **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de campo e pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado com perguntas abertas aplicados a 2 professores da instituição de ensino. Os dados coletados em campo foram analisados à luz do Referencial Teórico.

RESULTADOS: Os resultados da pesquisa revelam que os professores entendem a importância da inclusão de crianças com TEA nos ambientes educacionais de uma maneira ampla focando sempre no bem estar e em criar um ambiente onde o aluno se sinta confortável para realizar as atividades propostas. O uso de recursos a serem utilizados com crianças com TEA também fica evidente, é possível perceber que os professores entendem essa necessidade e buscam sempre maneiras interessantes de incluir seus alunos afim de que eles participem e pratiquem sua socialização com o outro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir a importância de termos conhecimentos sobre o autismo visando que com isso possamos ajudar crianças que possuem TEA, é importante que saibamos reconhecer e entender que cada pessoa no espectro autista apresenta duas próprias características, desafios e habilidades e que devemos respeitá-las. A escola desempenha um papel fundamental na vida das crianças por isso as instituições escolares devem oferecer a seus alunos um local inclusivo que vise ser acessível a todos e consiga atender as necessidades de cada um. A inclusão social é fundamental para que as crianças com TEA possam ter uma vida sem discriminação, estereótipos e preconceitos.

REFERÊNCIAS:

1. BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:** transtornos globais do desenvolvimento / José Ferreira Belisário Filho, Patrícia Cunha - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
2. BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de Dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 de dez.2012.
3. CAMARGO, S. P. H; BOSA, C. **A Competência social, inclusão escolar e autismo:** revisão crítica da literatura. Psicologia & Sociedade. Porto Alegre : 2009, vol.21, n., p. 65-74.
4. CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão : psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2014.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-013

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Bárbara **CRUZ** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação sexual; Escolas; Educação sexual nas escolas.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A primeira tentativa de incorporação de educação sexual aos currículos escolares ocorreu no ano de 1930, no colégio Batista Rio de Janeiro, envolvendo os primórdios do papel da mulher na reprodução. Em 1928 um Congresso Nacional de Educadores, aprovou a defesa do programa de educação sexual nas escolas, para crianças acima de 11 anos. A história da educação sexual no Brasil ainda se apresenta como movimentos isolados. Entendemos que é um processo para a vida toda e deve começar dentro de casa. Sexo é um conhecimento da vida como qualquer outro aprendizado, a sexualidade da criança/adolescente vai acontecer mesmo sem os pais perceberem ou desejar. Educação sexual é ensinar a se cuidar, se proteger e, nesse sentido, se demonstra importante sua presença no ambiente escolar, apesar do Parâmetro Curricular Nacional considerar a educação sexual algo importante e urgente para se abordar no ensino fundamental, vejo uma resistência grande das instituições escolares para abordar o tema. [...] A sexualidade se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade. Esperar para abordar a sexualidade, apenas na adolescência, reflete uma visão pedagógica limitada, baseada na crença de que a "iniciação sexual" só é possível a partir da capacidade reprodutiva [puberdade]. (FURLANI, 2009, p. 45). Assim abordar o tema somente na puberdade, pode se resultar do adolescente ter muitas dificuldades para compreender diversas situações ou até mesmo não saber diferenciar o que é brincadeira do que é abuso. A educação sexual é, sim, um meio e não um fim, fazendo-se clara a necessidade de haver reflexão sobre as singularidades de cada faixa etária e sobre os fatores de risco. Para isto, talvez o primeiro passo seja reconhecer a criança como ser sexuado e o adolescente desvinculado dos estereótipos que o ligam à liberação dos costumes, ao erotismo excessivo e à promiscuidade; é igualmente importante não encarar a sexualidade como sinônimo de sexo ou atividade sexual, mas, sim, como parte inerente do processo de desenvolvimento da personalidade. (SAITO et al, 2000). **OBJETIVOS:** investigar sugestões de abordagens sobre a educação sexual, e como as boas práticas podem contribuir para a prevenção de doenças e abusos em crianças e adolescentes. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Consiste em uma pesquisa descritiva e qualitativa, onde os dados foram obtidos por meio de pesquisa de campo, sendo realizada em uma instituição privada de anos iniciais. Os dados foram obtidos através de questionário, entrevista e observação. **RESULTADOS:** A educação sexual é algo que deve ser abordado durante todo o ciclo de vida humana, sendo um tema amplo e que não envolve somente o ato sexual, é fundamental tratar o tema como uma função do processo de desenvolvimento da personalidade, sendo a escola aquela que deveria possuir as competências para tratar melhor o assunto, podendo assim convidar profissionais capacitados para levar conhecimentos. realizando uma entrevista com profissionais de educação verificou se por meio das respostas que as maiores dificuldades em abordar o tema surge por causa dos tabus que a sociedade criou em torno da educação sexual. Muitos pais e responsáveis têm uma certa resistência ao saber que seus filhos estão tendo na escola uma formação dedicada a esse assunto isso porque acreditam que esse conteúdo não deve ser tratado na escola, o entrevistado acha que não temos educação sexual nas escolas por falta de profissionais qualificados, tendo em mente que é um tema importante para a sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao final do estudo pode se concluir que as escolas não têm uma aula específica sobre educação sexual, as crianças sabem um pouco do assunto pela aula de ciência que não é o suficiente sendo assim é muito importante que as escolas incluam esse tema no currículo escolar.

REFERÊNCIAS:

1. FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana:** subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. 1ª. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
2. SAITO, M. I.; LEAL, M. M. **Educação sexual na escola.** São Paulo: Pediatria, 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-014

ANÁLISE DE CUSTOS DE UMA REDE DE MERCADOS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Ana Luiza Romão **LOPES** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Análise de custos; Rede de mercados; Zona da Mata Mineira.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Análise de Custos é uma estratégia de custeio adotada por empresas que desejam ter um nível maior de conhecimento e exatidão dos gastos da produção em um determinado período. É através da análise de custos que um gestor pode tomar decisões com mais assertividade, ela é essencial para fornecer informações importantes a respeito do desempenho das atividades que são realizadas na empresa e a situação de sua renda. Todas as empresas constituídas ou não (trabalhando na informalidade) pode e deve haver um controle adequado para formar preço e venda e analisar seu ponto de equilíbrio e a sua margem de contribuição (MARQUES,2013). **OBJETIVO:** Este artigo tem por objetivo analisar os custos da empresa referida, onde será possível ter conhecimento sobre os gastos da produção de bens e serviços. Deste modo será possível analisar os custos através dos dados coletados da empresa com intuito mercadológico. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa possui abordagem quantitativa. Os dados foram coletados utilizando uma tabela de custos, com os números da empresa entrevistada durante um certo período. **RESULTADOS:** A tabela abaixo está representada com os números gastos pela empresa e serão analisadas de acordo com a classificação dos custos diretos e indiretos. Com o resultado da pesquisa, constata-se que a análise de custo colabora na tomada de decisões dos gestores da empresa, o planejamento é importante no processo produtivo esperando-se maximizar receita e minimizar gastos. De acordo com a tabela, mesmo com o impacto da pandemia, houve aumento de mão-de-obra, o que significa que a empresa teve maior demanda no processo produtivo, pensando na melhoria do trabalho também investiram em novas máquinas, o que contribuiu para uma maior necessidade a utilização de energia, devido a isso os preços dos produtos tiveram um acréscimo considerável. **CONCLUSÃO:** Com estes resultados conclui-se que mesmo a pós o período pandêmico, a empresa realizou algumas mudanças e com isso ocorreu o aumento da demanda de trabalho o que traz um desempenho satisfatório, uma vez que o aumento dos gastos, foram investimentos feitos para melhoria e crescimento da empresa. Portanto no que se refere a ferramenta usada para obter estes dados, a análise de custos se mostra como um instrumento importante para auxiliar aos gestores, com ampla visão de gastos facilitando a tomada de decisão para melhoria do desempenho empresarial.

| GASTOS | | 2019 | 2022 |
|------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Custos Diretos | IPTU | 558,40 | 698,00 |
| | Mão de Obra | 278.236,80 | 367.996,00 |
| | Propaganda de Marketing | 24.000,00 | 31.200,00 |
| TOTAL | | 302.795,20 | 399.894,00 |
| Custos Indiretos | Aluguel | 59.760,00 | 66.960,00 |
| | Depreciação das Maquinas | 3.500,00 | 5.280,00 |
| | Energia Elétrica | 32.975,00 | 43.500,00 |
| TOTAL | | 96.235,00 | 116.260,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

REFERÊNCIAS:

1. MARQUES, Wagner Luiz. **Análise de custos.** 2. ed. Disponível: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GFJ7DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=marques,2013+analise+de+custos&ots=XKXiFaeJbA&sig=QUoRufeuMhuCNAeKJ6DX0U8eqJU#v=onepage&q=marques%2C2013%20analise%20de%20custos&f=false>. Acesso: 21 maio, 2023

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

CONTRIBUIÇÃO DE JOGOS MATEMÁTICOS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gisele Maria Fernandes Chamhum **SALOMÃO** (Curso de Pedagogia, FDV)
Rita de Cassia Monteiro de Castro **FINAMORE** (Orientadora, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Matemática; Lúdico; Ensino fundamental.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Como base, a disciplina de matemática é mencionada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais na resolução de problemas do cotidiano, por ter aplicações no universo de trabalho e funcionar como instrumento essencial para a construção de conhecimentos em outras áreas curriculares. Segundo Almeida e Lima (2012) o processo de aprendizagem da matemática, em seu aspecto formal e sistematizado, inicia-se na Educação Básica nos primeiros anos do Ensino Fundamental, do primeiro ao quarto ano de escolarização dos alunos, onde são construídas as bases para a formação dela. Porém é uma disciplina, na qual muitos alunos apresentam dificuldades e nas séries iniciais, a matemática é tratada como uma disciplina repetitiva. Estudos da área apontam a importância da disciplina com base no fato de que a matemática desempenha um papel decisivo. **OBJETIVOS:** O objetivo desta pesquisa visa uma reflexão sobre os jogos no processo ensino da matemática, tendo assim, o foco o lúdico e a aprendizagem. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, foi dividida em três etapas. Na primeira, foi feita uma pesquisa bibliográfica com posicionamentos de alguns autores sobre o processo de aprendizagem da matemática, e observar de que maneira ferramentas lúdicas, como jogos, podem contribuir para a construção dos conhecimentos matemáticos. Na segunda, foi confeccionado um jogo para a aplicação no ensino da matemática, e na terceira foi realizada uma pesquisa de campo sendo feita uma observação em uma turma do ensino fundamental, tendo como propósito, verificar os desempenhos dos alunos. **RESULTADOS:** Diante de jogos e brincadeiras, eles são considerados formas significativas do processo ensino - aprendizagem da matemática, pois quando o aluno brinca, ele desenvolve o pensamento e a reflexão. Vale ressaltar então, que o mediador é de fundamental importância nesse processo, possibilitando através de brincadeiras e jogos que os alunos descubram uma forma mais simples e prazerosa de trabalhar e conhecer os conceitos matemáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os jogos e brincadeiras, são sim, fonte não só de lazer, mas também do conhecimento. Espera-se que com a utilização de jogos em sala de aula, o conteúdo da matemática seja abordado de uma forma mais prazerosa e que os alunos se sintam capacitados de interpretar os problemas propostos durante a brincadeira. Essa estratégia desperta o interesse dos alunos pela matéria, facilitando assim, a compreensão, e consequentemente, reduzindo resultados insatisfatórios. Segundo Vygotsky (1984), o brinquedo estimula a curiosidade e autoconfiança dos alunos, proporcionando o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ALMEIDA, Marlisa Bernardi de; LIMA, Maria das Graças de. **Formação inicial de professores e o curso de pedagogia:** reflexões sobre a formação matemática
2. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Matemática. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF 1998.
3. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM UMA MÉDIA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO.

Gustavo Valente da **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Comunicação interna e externa

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Comunicação é o processo de troca de informações, ideias e sentimentos entre indivíduos ou grupos, segundo Nassar (2005). O objetivo da comunicação é transmitir e entender mensagens de forma clara e eficaz, facilitando a interação e a compreensão mútua. Ela é fundamental em todas as áreas da vida, desde relacionamentos pessoais até ambientes profissionais e sociais, segundo Melo (2005). Para Nassar (2005) apud Rezin (2010), a comunicação possui papel importante no processo de criação de imagem da organização, reforçando a identidade da empresa. Para Melo (2005), as empresas necessitam de uma comunicação eficaz para sobreviverem ao mercado competitivo, mas para isso, precisam de funcionários influentes, integrados, com visão interna e externa da empresa, fazendo-os se sentir parte da organização. **OBJETIVO:** Este estudo tem como objetivo analisar a eficácia da comunicação em uma organização do setor alimentício na cidade de Visconde de Rio Branco, com foco nas interações entre os diferentes setores internos. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Refere-se à uma análise descritiva e com abordagem qualitativa, contendo como elemento de pesquisa uma organização do setor alimentício da cidade de Visconde do Rio Branco. O procedimento adotado para alcançar os resultados esperados foi a execução de entrevistas realizadas com os colaboradores da organização. **RESULTADOS:** Os resultados relevantes obtidos com este estudo foram algumas observações em que se destacam a boa comunicação entre os setores da empresa, e entre os clientes e a organização, sobretudo as possibilidades que os clientes possuem para estarem realizando seus pedidos e consumindo os produtos fornecidos pela empresa. Porém, também é necessário abranger alguns canais de comunicação entre a organização e seus fornecedores, uma vez que eles não possuem muitas opções de contatar a empresa quando necessitam.

Alguns pontos devem ser levados em consideração e analisados para termos a noção exata se a organização possui eficiência em sua comunicação, como por exemplo:

- 1- Clareza da mensagem: A comunicação deve ser direta, fácil de entender, evitando jargões e termos técnicos desnecessários, neste caso, a organização atua de forma satisfatória.
- 2- Transparência: A empresa possui honestidade e diálogos abertos com seus clientes, proporcionando assim, informações suficientes para que o público compreenda o contexto e os objetivos.
- 3- Alinhamento de mensagens: A comunicação interna e externa caminha juntas, evitando assim contradições, confusões e informações equivocadas.
- 4- Segmentação: A organização trabalha com mensagens ajustadas para atender às necessidades e expectativas dos diferentes segmentos de públicos da empresa.
- 5- Feedback: É importante coletar e analisar o feedback do público para ajustar a comunicação conforme necessário, a companhia conta com o SAC e com a ouvidoria para estes serviços.

CONCLUSÃO: A comunicação desempenha um papel essencial na construção da imagem e na eficiência operacional de uma organização. Este estudo, revelou que a empresa apresenta uma comunicação eficaz em diversos aspectos, especialmente entre os setores internos e no relacionamento com os clientes. A clareza, transparência e o alinhamento das mensagens demonstram que a empresa está no caminho certo para manter uma comunicação coesa e estratégica. Portanto, a empresa deve continuar investindo em práticas que promovam a clareza e o alinhamento de suas mensagens, bem como aprimorar os meios de comunicação com seus fornecedores. Isso fortalecerá ainda mais sua posição no mercado, garantindo uma comunicação integrada que não apenas suporta, mas também potencializa suas operações e imagem organizacional.

REFERÊNCIA:

1. NASSAR, P. 2005. In: REZIN, G. **A importância da comunicação empresarial interna para o sucesso de um empreendimento.** Relatório de Estágio do curso de Secretariado Executivo da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2010.
2. MELO, M. de F. Água: o direito de proteger. **Revista Proposta** (Água: Território e Conflitos) (Rio de Janeiro), ano 29, n. 106, p.6-9, set./nov. 2005.

Áreas de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração; e
6.09.00.00-8 - Comunicação

IDEOLOGIA: UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Janderson Jose Rodrigues da SILVA (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Ideologia e direito; Karl Marx; Falsa consciência; Corrente marxista.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os avanços socioculturais trouxeram à tona as discussões acerca da concepção do conceito de Ideologia. Desta forma, esta pauta tornou-se relevante entre os estudiosos das Ciências Sociais e Humanas, desde o século XVIII, perdurando até os dias atuais. Portanto, faz-se necessária breve e objetiva análise conceitual deste termo, sob o viés clássico de Karl Marx. **OBJETIVOS:** A presente pesquisa teve como objetivo geral trazer considerações concisas e relevantes acerca do conceito de ideologia. À vista disso, especificamente, pretendeu-se analisar a perspectiva marxista no que se refere a esta temática. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho apresenta como método a pesquisa qualitativa. Por meio desta abordagem, tais dados foram analisados através da revisão bibliográfica à luz dos livros "A Ideologia Alemã" (MARK; ENGELS, 2007), "Dicionário de Política" (BOBBIO, 1988) e "Ideologia: uma introdução" (EAGLETON, 1997) com o fito de abordar as principais narrativas da ideologia e seus respectivos desdobramentos. **RESULTADOS:** No século XVIII, o filósofo francês Destutt de Tracy, atrelou o conceito de ideologia aos estudos de novas ideias, revelando uma nova área de investigação científica. Assim sendo, consignou-se um sentido neutro, ou seja, o conceito de ideologia referia-se apenas às ideias, não sendo atribuído quaisquer adjetivos positivos ou negativos às mesmas. Entretanto, no decorrer histórico, este conceito teórico foi alterado, devido à " (...) frequência com a qual - a palavra ideologia - é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos" (BOBBIO, 1998, p.585). Por conseguinte, Karl Marx traz sua própria definição, o qual, conceitua e descreve a ideologia como o fenômeno de "uma falsa consciência", isto é, uma utopia, na qual a sociedade se apoia, para evitar a desgastante, e por vezes, cruel, realidade. Isto posto, as chamadas "classes dominantes" utilizavam tais discursos ideológicos, e sob tal pretexto, sobrepujavam-se às demais classes sociais. Destarte, os marxistas, fazem uma análise de algumas correntes ideológicas, por exemplo, o "ópio do povo", intimamente ligada às crenças religiosas, vez que, para Marx a religião por si só é considerada uma ideologia, já que, a promessa de uma vida pós-morte feliz, era de fato, uma recompensa, que justificaria a miséria e o sofrimento terreno dos trabalhadores, ao passo que os tornavam pacíficos e promovia o controle social. Neste contexto, existem outros exemplos históricos de correntes ideológicas, como: o Fascismo (que ocorreu na Itália, em 1922-1943); o Nazismo (que ocorreu na Alemanha, em 1933-1945), sob o autoritarismo de Benito Mussolini e Adolf Hitler, respectivamente. Bem como, o Socialismo, que ocorre, atualmente, na China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã e Laos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em virtude dos fatos mencionados, no que concerne o conceito de ideologia, é possível constatar, que há um acúmulo de perspectivas ligadas à uma mesma corrente ideológica. Por conseguinte, é fato que a neutralidade deste conceito teórico se esvaiu. À vista disso, é necessário que os agentes sociais, os estudiosos e a sociedade, analisem de maneira crítica e minuciosa as ideologias que surgem, em razão, dos desenrolares socioculturais e econômicos.

REFERÊNCIAS:

1. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
2. EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.
3. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
4. ROUANET, Sérgio P. **A razão cativa**. São Paulo: 1987.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Janderson Jose Rodrigues da SILVA (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Violência doméstica; Medidas protetivas; Efetividade.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A violência doméstica é um problema grave e persistente que afeta milhões de mulheres em diversas sociedades. Em resposta a essa problemática, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) foi promulgada no Brasil com o objetivo de proteger as vítimas e prevenir a continuidade da violência. Essa legislação, inspirada pelo caso emblemático de Maria da Penha, vítima de duas tentativas de homicídio em 1983, estabelece um conjunto de medidas protetivas de urgência. Apesar de ser amplamente aclamada por autoridades políticas e judiciais, a aplicação prática dessas medidas tem sido questionada, especialmente em relação à fiscalização e ao acompanhamento das vítimas (Cristina, 2019). **OBJETIVO:** O objetivo geral deste trabalho é avaliar a eficácia das medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha na proteção das vítimas de violência doméstica. Especificamente, busca-se identificar deficiências na aplicação dessas medidas e examinar como essas falhas afetam a proteção das vítimas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Adota-se uma pesquisa qualitativa, com análise dos dados através de revisão bibliográfica à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 11.340/2006 e da doutrina correlata. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As medidas protetivas de urgência, em teoria, visam resguardar os direitos fundamentais e prevenir a continuidade da violência. No entanto, na prática, essa meta muitas vezes não é alcançada. A falta de fiscalização efetiva facilita violações, como a aproximação indevida da vítima, prevista no inciso III do artigo 22 da Lei Maria da Penha. Quando há descumprimento, a comunicação ao juízo deve ser imediata, permitindo a intervenção policial e, se necessário, a decretação da prisão preventiva do agressor (BRASIL, 2006). Cristina (2019) aponta que, embora a Lei Maria da Penha tenha boas intenções, enfrenta grandes desafios devido à incapacidade do Estado de assegurar o cumprimento das medidas e fornecer suporte contínuo às vítimas. Fausto Rodrigues de Lima (2012) reforça que o objetivo das medidas protetivas é resguardar direitos fundamentais, prevenindo a continuidade da violência. No entanto, a eficácia depende da aplicação prática e do acompanhamento constante das vítimas (LIMA, 2012). Na realidade, muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos para romper o ciclo de violência, como hipossuficiência, medo de retaliação, dependência financeira e emocional, vergonha e falta de informação. Dados recentes indicam mais de 258 mil vítimas de violência doméstica em 2023, um aumento de 9,8% em relação ao ano anterior. Além disso, o número 190 foi acionado cerca de 848 mil vezes para relatar casos de violência doméstica (DUTRA, 2024). Apesar de mecanismos como o Ligue 180 e o projeto do "botão do pânico" em Vitória (DIAS, 2019, apud CRISTINA, 2019), a eficácia das medidas é prejudicada pela escassez de recursos e pelo despreparo das autoridades, que, muitas vezes, se limitam a registrar a ocorrência, sem garantir a segurança das vítimas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora a Lei Maria da Penha represente um avanço significativo na proteção das vítimas de violência doméstica, há necessidade de aprimoramento. Recomenda-se melhorar a fiscalização e cumprimento das medidas protetivas, além de proporcionar maior integração entre os sistemas de justiça e suporte às vítimas. O fortalecimento das redes de apoio e a capacitação dos profissionais envolvidos são essenciais para uma resposta mais eficaz e abrangente à violência doméstica.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. (2006). **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Diário Oficial da União. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso: 15 ago. 2024.
2. CRISTINA, M. (2019). **A ineficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha**. JusBrasil. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-eficacia-das-medidas-protetivas-de-urgencia-da-lei-maria-da-penha/803250447>>. Acesso: 15 ago. 2024.
3. DUTRA, Klauson. **Violência contra a mulher e feminicídio registraram aumento em 2023**, mostra levantamento. CBN, 18 jul. 2024. Disponível em: <<https://cbn.globo.com/brasil/noticia/2024/07/18/violencia-contra-a-mulher-e-feminicidio-registram-aumento-em-2023-mostra-levantamento.ghtml>>. Acesso: 15 ago. 2024.
4. LIMA, F. R. (2012). **Lei das cautelares mudou aplicação da Maria da Penha**. Consultor Jurídico. Disponível: <<https://www.conjur.com.br/2012-dez-20/fausto-lima-lei-medidas-cautelares-mudou-aplicacao-maria-penha>>. Acesso: 15 ago. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-019

AUTISMO: CONCEITO E PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jaqueline Lopes **VILELA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Denise Maria **PINTO** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: TEA; Características do TEA, Sala de aula.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que gera o comprometimento da comunicação e da interação social. É uma condição que afeta diretamente o processamento de informações do cérebro, causando prejuízo, podendo ser verbal e não-verbal, ter comportamentos restritos e repetitivos, comportamentos agressivos, entre outros. O objetivo geral foi verificar de que forma deve ser trabalhada a aprendizagem de crianças autistas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de levar cada vez mais a professores como isso é importante para o desenvolvimento da criança. Propôs-se assim apresentar as análises feitas por uma pesquisa de campo a partir de uma revisão bibliográfica, a qual constituiu-se em um questionário com professores e também apresentar as análises e conclusões do projeto de extensão. Os resultados das análises foram pertinentes ao assunto, ou seja, ambos os professores pontuaram de forma adequada como trabalhar com crianças com TEA, de acordo com as análises bibliográficas. O projeto de extensão foi aplicado em uma instituição particular com uma criança de 8 anos com o Transtorno do Espectro Autista, a qual está inserida no segundo ano do Ensino Fundamental. Os resultados foram de grande relevância tanto para a instituição quanto para a criança com o TEA. Diante disso, foi possível mostrar uma forma muito importante de se trabalhar com aluno do TEA, além de possibilitar um amplo estudo sobre esse transtorno. **OBJETIVO:** Verificar de que forma deve ser trabalhado o aprendizado de crianças autistas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental! **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método de pesquisa descritiva com a finalidade de mostrar, em partes, como se realiza a aprendizagem da criança autista e como se trabalhar dentro da sala de aula. Foi necessária ainda, uma pesquisa de campo. Para tanto, a revisão bibliográfica foi baseada em estudos de autores como Raphael Bernier, Geraldine Dawson e Joel T. Nigg e também Ana Beatriz. O estudo teve caráter essencialmente qualitativo com ênfase na observação, através do contato direto com professor e aluno e também por meio de entrevistas. Foi necessária uma coleta de dados feita através de entrevista com profissionais para que assim pudéssemos ter uma visão de como tais profissionais compreendem o autismo e seu trabalho em sala de aula. Além disso, foi aplicada uma prática social em uma escola no município de Viçosa-MG, que abordou o tema explicando e mostrando aos professores o contato direto com crianças autistas na sala de aula e de que forma lidar com a aprendizagem das mesmas. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa revelaram que garantir que o aluno com o TEA seja participativo, esteja presente, e que tenha um ensino aprendizagem de qualidade é de grande importância. É necessário buscar sempre o interesse da criança e estar sempre ligado a todos os profissionais que atendam o aluno. De acordo com Ana Beatriz Silva; Mayra Gaiato e Leandro Reveles 2012, "O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento. Algumas sutilezas, como falar baixo, chamar a atenção de forma delicada ou ajudá-lo a entender o conteúdo por meio de figuras ou imagens, são sempre muito bem-vindas. Para isso, é importante avaliar os pontos fracos de seu aluno e colocar em práticas as estratégias." (2012, p.55) **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A relevância da pesquisa acadêmica foi identificar que o Transtorno do Espectro Autista é um comprometimento neuropsicológico que afeta principalmente as áreas de comunicação e socialização. Contudo, é um transtorno que pode causar várias características vigentes na criança. Mas vale ressaltar que um diagnóstico depende exclusivamente de um estudo com especialistas da área e que nem todas as crianças que levam algumas das características vigentes pode conter o TEA.

REFERÊNCIAS:

1. BERNIER, Raphael; DAWSON, Geraldine; NIGG, Joel. **O que a ciência nos diz sobre o transtorno do espectro autista**. Porto Alegre: Artmed, 2021.
2. SILVA, Ana Beatriz; GAIATO, Mayra; REVELES, Leandro. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.
3. GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo: nVersos, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-020

CRIAÇÃO DE VALOR PARA UMA EMPRESA DO RAMO HOTELEIRO

Gustavo Valente da **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Criação de valor; Empresa hoteleira.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A criação de valor corresponde a estratégias utilizadas para aumentar o valor percebido de um determinado produto, marca, serviço ou empresa. Neste estudo vamos observar como uma organização do setor hoteleiro da cidade de Viçosa-MG poderá agregar ainda mais valor em seus serviços oferecidos para seus clientes. No livro 2014 Zero To One, o autor Peter THIEL diz que a criação de valor que ressalta em sucesso consistente e sustentável devem possuir habilidades e processos únicos. Segundo THIEL, "no mundo real, fora da teoria econômica, todo negócio é bem sucedido exatamente na medida em que faz algo que os outros não conseguem". Nessa situação, refere-se à vantagem competitiva e proposição de valor. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Refere-se à uma análise descritiva e com abordagem qualitativa, contendo como elemento de pesquisa uma organização do setor hoteleiro da cidade de Viçosa. Para a composição deste estudo, implementou-se uma pesquisa bibliográfica. O procedimento adotado para alcançar os resultados esperados foi a execução de entrevistas realizadas com os colaboradores da organização. **RESULTADOS:** Os resultados relevantes obtidos com este estudo foram algumas medidas que poderiam ser adotadas pela organização, uma vez que essas agregariam um valor substancial a marca. Dentre essas medidas, destaca-se a aposta no marketing estratégico, assim a organização poderá conhecer melhor seus concorrentes, compreender melhor ainda o seu público-alvo e também realizar investimentos com melhor propósito. Também outra medida que se destaca para gerar um maior valor, é a utilização correta das redes sociais. O uso das redes sociais melhora o posicionamento orgânico na internet e atrai tráfego para o site da empresa. Também é possível que suas ações ganhem repercussão, a internet permite infinitas possibilidades de aumentar os canais de comunicação e a interação com os clientes e fornecedores, gerando comentários e publicações com conteúdo relevante, o vínculo com o cliente irá se fortalecer. E por último, a inovação sempre deve fazer parte de qualquer movimento que busca gerar valor para a empresa, a inovação busca identificar oportunidades dentro do seu setor, porém, para que isso aconteça precisamos estar abertos a novas ideias, promovendo um ambiente que incentive a criatividade e invista em tecnologias emergentes. Considerar parcerias estratégicas e estar atento às necessidades dos clientes para desenvolver soluções inovadoras é fundamental para que assim possamos atender às demandas do mercado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Agregar valor à empresa diz respeito à experiência oferecida e aos sentimentos causados pelas marcas nas pessoas, e está diretamente relacionado à sua força no mercado. Com isso, a organização deixa de ter clientes para ter fiéis defensores de sua marca, que geram propaganda espontânea e gratuita desses consumidores satisfeitos e encantados pelo valor agregado.

REFERÊNCIA:

1. THIEL, Peter. Zero To One. Ed Objetiva. 23 de outubro de 2014.

Áreas de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

INCONSTITUCIONALIDADE SOBRE A PROIBIÇÃO DE DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMENS HOMOSSEXUAIS

Karine Brandão **FERREIRA** (Curso de Direito, FDV)
Maria Aparecida de Castro Monteiro **SANT'ANNA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Igualdade; Ação direta de inconstitucionalidade; Supremo Tribunal Federal; Dignidade da pessoa humana.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Há décadas os homossexuais lutam pela igualdade de direitos. Em 2017, uma das pautas debatidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi a inconstitucionalidade das normas que proíbem os homens homossexuais de doar sangue. O texto normativo mais questionado foi o artigo 64, inciso IV da Portaria N° 158, de 4 de fevereiro de 2016, editado pelo Ministério da Saúde, o qual previa que "homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes", no intervalo mínimo de 12 meses, são considerados inaptos temporariamente para a doação de sangue. A divergência nesse tema encontra-se no embate do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que implicitamente defende que todos têm o direito de doar sangue, *versus* o Direito à Saúde, que traz consigo um rol seletivo de doadores, visando garantir a qualidade do sangue para aqueles que necessitam. **OBJETIVOS:** Considerando a relevância da problemática levantada, este estudo buscou analisar a relação entre o Direito à Saúde e o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, a fim de demonstrar que a discriminação infundamentada será ignorada para fins jurídicos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi realizada uma análise, em abstrato, sobre a decisão do STF a respeito do artigo 64, inciso IV, da Portaria N°158, de 4 de fevereiro de 2016. **RESULTADOS:** Embora os Princípios da Igualdade e da Dignidade da Pessoa Humana sejam resguardados constitucionalmente, ainda há embates calorosos tendo em vista temáticas que envolvam a orientação sexual das pessoas. Somente em 2020, o STF julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5543 e declarou ser inconstitucional tal norma. Por maioria, o Plenário do STF acompanhou o entendimento do relator Luiz Edson Fachin, interpretou que as normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ofendem o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e tratam esse grupo de pessoas "de forma injustificadamente desigual, afrontando-se o direito fundamental à igualdade". É aceitável que haja uma restrição para doadores de sangue, baseada em estudos técnicos, para aqueles que se expuseram de forma consciente aos riscos que levariam à contaminação do sangue, protegendo-se, assim, à saúde pública. Porém, não pode haver uma discriminação baseada na orientação sexual do indivíduo, pois essa, desde que não afete de forma nociva os terceiros, implica somente aos interessados na relação. Deve-se ter em mente que debates assim são corriqueiros, pois o Estado Democrático de Direito defende que os cidadãos devem requerer os direitos que os afetam de forma direta ou indireta. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerando-se que a discriminação ainda hoje é enraizada na sociedade e que assuntos como homofobia são polêmicos, ao analisar tal assunto à luz da Constituição Federal, identificou-se que, mesmo no âmbito do STF, houve divergências ao julgar o caso. Dessa forma, nota-se que a mudança de paradigma não deve ocorrer somente no âmbito legislativo e judiciário, mas também na sociedade como um todo. Atualmente, com a declaração da inconstitucionalidade da proibição, os homens homossexuais podem doar sangue. Portanto, os requisitos para doação de sangue devem se basear em condutas de risco do doador e não na sua orientação sexual. Pode parecer algo sem importância, mas essa vitória não significa somente a permissão de doar sangue, mas que, nesse aspecto, esse grupo de pessoas passou a ser tratado de forma igualitária e proporcional, como deveria ser em respeito à Constituição Federal e ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. **Portaria N° 158, de 4 de fevereiro de 2016**. Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. Brasília: DOU, 05 fev. 2016.
- BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 5543**. Distrito Federal - DF. Rel. Min. Edson Fachin. DJE 26 ago. 2020.
- VALENTE, Fernanda. STF declara inconstitucionais normas que proíbem gays de doar sangue. **ConJur**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-09/stf-derruba-normas-proibem-homens-gays-doar-sangue>. Acesso em: 11 set. 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Tayná de Moura Silva de **PAULA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Carmem Inêz de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Violência; Escola; Família.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A violência é um tipo de comportamento que provoca danos a outras pessoas por meio de forças verbais, físicas ou com a utilização de armamentos seja qualquer objeto cortante ou fere o corpo. A violência é hoje uma das principais preocupações da sociedade. A Violência pode ser também "uma reação consequente a um sentimento de ameaça ou de falência da capacidade psíquica em suportar o conjunto de pressões internas e externas a que está submetida" LEVISKY (1995) apud DIAS; ZENAIDE, 2003 p. 335) Apesar da escola ser vista como um centro de formação intelectual, de desenvolvimento e aprendizagem, um espaço constituído por segurança e proteção, atualmente, situações de violência e desrespeito nas instituições ganham cada vez mais destaque nas mídias e pesquisas e isso vem afetando cada dia mais o ambiente escolar. A violência escolar é um fenômeno preocupante no Brasil, tem-se agregado e assumido diversas formas nas escolas, fazendo-se necessária uma investigação das perspectivas sociais, políticas e psicológicas, para que se possa ampliar a compreensão e fazer-se uso do pensamento crítico sobre essas questões. **OBJETIVOS:** Neste estudo o foco foi compreender como a violência se manifesta na escola e identificar os fatores que influenciam a violência nas escolas, bem como o papel da escola e da família frente aos episódios de violência. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esse trabalho constitui-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como recursos metodológicos a aplicação de questionários, desenvolvidos na execução de uma atividade de extensão. **RESULTADOS:** Nas escolas as violências mais presentes são ações de depredação do espaço físico, vandalismo, pichações, brigas, Cyberbullying, o bullying que envolve ameaças, xingamentos, insultos, discriminações, intimidações, agressões físicas, verbais e Psicológicas, também se encontram as incivildades, indisciplinas, uso e comércio de drogas, furtos e a utilização de armas, ocasionando até mortes. O índice de violência nas escolas é alarmante. De acordo com Souza (2019), "Em 2019, 81% dos estudantes e 90% dos professores souberam de casos de violência em suas escolas estaduais no último ano. Ocorrências mais frequentes de violência nas escolas estaduais envolveram bullying, agressão verbal, agressão física e vandalismo." Observa-se com a fala das professoras, que a violência acontece em várias escolas sendo elas uma instituição privada ou pública. Elas afirmam que a violência influencia no comportamento e no seu desenvolvimento na escola. Todas as professoras já presenciaram uma violência sendo ela física ou verbal. Ao observar as falas das professoras é possível perceber a importância de a família estarem atentas as crianças, pois mesmo explicando, conscientizando a violência acontece e não podemos deixar de tomar atitudes e, se for necessário, procurar uma ajuda. Podemos dizer que a escola e família precisa está um ajudando o outro, pois somente quando se andam juntos tem um papel positivo para uma formação melhor de um indivíduo com valores e com melhores responsabilidades. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com este trabalho podemos aprofundar os conhecimentos sobre a violência no ambiente escolar, além de compreender os motivos de sua existência e as consequências para os envolvidos. No entanto, faz-se necessária uma busca ativa de resolução destes problemas por meio do diálogo e da instalação efetiva do princípio da democracia. Para que este conceito e atitudes democráticas se apliquem na prática, o trabalho apenas em sala de aula é insuficiente. É preciso que toda a comunidade escolar esteja envolvida neste princípio e na adoção de ações de formação continuada com este propósito, diálogo e institucionalização do protagonismo estudantil.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, Miriam; et alli. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.
- COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIault, Marguerite. **A violência na escola**. São Paulo: Summus, 1989.
- GUIMARÃES, Eloisa. **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: UEUF RJ. <http://revistavivasauade.uol.com.br/saude-nutricao/74/artigo140098-2.asp>. Acesso 16 nov. 2023.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-023

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: INTERSEÇÕES ENTRE DIREITO AMBIENTAL E DIREITO ADMINISTRATIVO PARA A PROTEÇÃO SUSTENTÁVEL

Gabriel Abatti da Silva **COSTA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Licenciamento ambiental; Direito ambiental; Direito administrativo.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) atribui ao Estado a responsabilidade de proteger o meio ambiente e promover um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1988. CRFB, Art. 225). Apesar do licenciamento ambiental ser um procedimento administrativo, é essencial avaliar como o Poder Público responde na fiscalização e na criação de condições favoráveis para a exploração dos recursos naturais.

OBJETIVOS: Este trabalho tem como foco a abordagem do processo de Licenciamento Ambiental, destacando a importância da contraprestação do Poder Público para a correta implementação desse procedimento.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para elaborar este resumo, foi adotado um método descritivo, com ênfase em uma revisão bibliográfica sobre o assunto. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** O direito a um meio ambiente saudável está garantido pela CRFB (BRASIL, 1988. CRFB, Art. 225), que define como obrigação do Estado assegurar um ambiente ecologicamente equilibrado a todos. Esse direito abrange a qualidade de vida e o bem-estar social. No ordenamento jurídico brasileiro, essa questão é tratada na Lei Federal nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente. O artigo 10 destaca que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos para controlar atividades que possam causar poluição, visando a proteção e recuperação do meio ambiente. Segundo o § 2º deste artigo autoriza a legislação a estabelecer casos em que determinadas atividades estão dispensadas de licenciamento, o que pode resultar em significativos impactos ambientais. É importante destacar que o licenciamento visa assegurar que as atividades cumpram as normas ambientais, com a fiscalização sendo uma atribuição do Poder Executivo. Além disso, a legislação define critérios mínimos que precisam ser seguidos durante o processo de licenciamento, sublinhando a relevância dessas diretrizes. Em sintonia com esse entendimento é motivada pela disposição da CRFB, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 84/22, que busca reforçar a obrigatoriedade do licenciamento em atividades que possam prejudicar o meio ambiente. O relator do projeto mencionou que "é necessário garantir a proteção ambiental", evitando a flexibilização que pode comprometer os recursos naturais. Para que essa nova abordagem seja implementada, é imprescindível a aprovação nas duas casas do legislativo e a sanção do Presidente da República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A atribuição do Poder Público de regular o uso dos recursos naturais não deve ser exercida sem o compromisso de oferecer a devida contraprestação à sociedade. Nesse contexto, o Projeto de Lei 84/22 visa proporcionar maior efetividade às diretrizes ambientais estabelecidas pela CRFB, restringindo a flexibilização do licenciamento quando essas diretrizes não forem respeitadas. Portanto, a proposta em discussão na Câmara dos Deputados busca promover a função social do meio ambiente, alinhando-se com a intenção constitucional sobre a matéria.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 84/2022. Disponível: (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2325935>). Acesso: 1 out. 2024.
2. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso: 1 out. 2024.
3. BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso: 1 out. 2024.
4. PEREIRA, Maria de Fátima. **Manual de direito administrativo ambiental**. São Paulo: Thompson Reuters, 2020. Acesso: 1 out. 2024.
5. SILVA, José Carlos. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Acesso: 1 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-024

COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ENTRE A LEI ORGÂNICA DE VILHENA-RO E VIÇOSA-MG.

Gabriel Abatti da Silva **COSTA** (Curso de Direito, FDV).
Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV).).

Palavras-chave: Lei orgânica de Vilhena-RO; Lei orgânica de Viçosa-MG; Participação popular.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Esse trabalho busca fazer uma comparação entre a lei orgânica de Vilhena-RO (LOVHA) e de Viçosa-MG (LOV), no que se refere ao seu mecanismo. A Lei Orgânica (LO) é uma lei genérica criada pelos municípios, está sujeita a dois graus diferentes de imposição constitucional, ou seja, é submetida à Constituição Estadual (CE) e Constituição Federal (CF). A LO não seria derivada diretamente da CF. Devendo seguir da mesma forma a CE. **OBJETIVO:** Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é analisar a diferença entre as formas de participação popular previstas nessas duas LO. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para a realização desta pesquisa foi utilizado como método análise comparativa das leis orgânicas dos dois municípios sobre a participação popular. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** Com base na lei orgânica do município de Vilhena-RO, é uma obrigação garantir que todos participem da produção cultural, tenham acesso às fontes culturais e promovam a apreciação e a propagação das manifestações culturais locais. Segundo o Art 143, que em relação à ciência e tecnologia, implementará programas assistenciais, permitindo a colaboração do governo e a participação popular. O município de Viçosa-MG em sua LOV Traz em suas disposições gerais, discute-se a inclusão popular e os demais princípios presentes na CF e na CE. De acordo com seu Art. 134, estabelece a estrutura econômica com grande envolvimento popular e destaca a relevância da valorização do trabalho humano e dos interesses coletivos. É notório que a LOV enfatiza a participação popular de maneira mais abrangente quando comparado a LOVHA, que traz de forma voltada a projetos futuros e assegura por exemplo os benefícios da produção cultural. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante disso, é evidente que nenhum dos dois municípios traz um resultado negativo, pois ambos obedecem a constituição federal e estaduais, no qual estabelecem regras e direitos da participação popular, conforme interesse de cada município, contribuindo a fim de uma sociedade harmônica e democrática de direitos.

REFERÊNCIAS

1. **CIDADES SUSTENTÁVEIS.** Participação cidadã e Poder Legislativo. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/participacao-cidada_poder-legislativo. Acesso: 2 out. 2024.
2. **ESTRATÉGIA CONCURSOS.** O que é Lei Orgânica? Disponível: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/o-que-e-lei-organica/>. Acesso: 2 out. 2024.
3. **MUNICÍPIO DE VILHENA.** Lei Orgânica 1/1990. Leis municipais. Disponível: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-vilhena-ro>. Acesso: 2 out. 2024.
4. **MUNICÍPIO DE VIÇOSA.** Lei Orgânica. Leis municipais. Disponível: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-vicosa-mg>. Acesso: 2 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

LIBERDADE RELIGIOSA E O DIREITO À RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE

Gabriel Abatti da Silva **COSTA** (Curso de Direito, FDV).
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV).

Palavras-chave: Liberdade religiosa; Testemunhas de Jeová; Transfusões de sangue

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) valoriza a liberdade religiosa como um dos pilares fundamentais da sociedade (BRASIL, 1988. CRFB, Art. 5º, VI). Isso nos leva a refletir sobre a importância de respeitar as decisões pessoais em relação a tratamentos médicos, especialmente quando essas escolhas são influenciadas por crenças religiosas, como no caso das Testemunhas de Jeová, que frequentemente optam por não receber transfusões de sangue.

OBJETIVOS: Este trabalho busca explorar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o direito das Testemunhas de Jeová em recusar transfusões, ressaltando a relevância da liberdade religiosa nas escolhas relacionadas à saúde.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para elaborar este resumo, utilizei um método descritivo, focando em revisões bibliográficas e na análise das decisões judiciais pertinentes ao tema.

RESULTADO E DISCUSSÕES: A decisão do STF publicada no dia: 25/09/2024 enfatiza que as Testemunhas de Jeová têm o direito de recusar transfusões de sangue, reforçando a liberdade religiosa como um aspecto essencial da dignidade da pessoa humana perante a constituição federal de 1988 de acordo com o Art. 5º.

O Tribunal reconheceu que essa autonomia deve ser respeitada, mesmo quando pode haver riscos à vida. É importante destacar que, em emergências, onde a vida do paciente está em jogo, o Estado deve agir com cautela, buscando respeitar a vontade do indivíduo sempre que possível. A posição do STF ressalta a necessidade de um diálogo aberto entre médicos e pacientes, garantindo que as crenças e valores pessoais sejam considerados durante o atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A decisão do STF reafirma a importância da liberdade religiosa na sociedade brasileira, permitindo que cada pessoa faça escolhas sobre sua saúde de acordo com suas crenças. Proteger o direito de recusar transfusões de sangue não apenas fortalece a autonomia do paciente, mas também destaca a necessidade de um sistema de saúde sensível à diversidade cultural e religiosa de seus usuários.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Fernanda Ribeiro. **Direito à saúde e liberdade religiosa**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Acesso: 1 out. 2024.
2. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 1 out. 2024.
3. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Testemunhas de Jeová têm direito de recusar procedimento que envolva transfusão de sangue**. Disponível: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/testemunhas-de-jeova-tem-direito-de-recusar-procedimento-que-envolva-transfusao-de-sangue-decide-stf/>. Acesso: 1 out. 2024.
4. SILVA, João Carlos. **Ética e direito à saúde**. São Paulo: Thompson Reuters, 2020. Acesso: 1 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO ADVOGADO

Larissa Gabrieli dos **SANTOS** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Inteligência emocional; Formação acadêmica.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: “No cenário jurídico, o advogado emocionalmente inteligente tem o potencial de se destacar na profissão. Afinal, ele sabe como conduzir transações contratuais, processos judiciais, arbitragem e principalmente, equilibrar a vida profissional com a pessoal”. (Inteligência emocional na advocacia. *Modelo Inicial*, 2020). Contudo, para que, um Advogado desenvolva as suas habilidades em seu ambiente de trabalho; é fundamental que tenha inteligência emocional durante a sua vida acadêmica, na qual, tal indivíduo no decorrer dela, passará por muitos desafios. **OBJETIVOS:** O presente trabalho teve o intuito de analisar pesquisas, nas quais, abordam o uso da inteligência emocional na vida de advogados, além disso, demonstrando como a inteligência emocional pode proporcionar um trabalho próspero e enriquecedor, diante dos conflitos que possam enfrentar perante adversários. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Utilizar-se-á o método argumentativo e descritivo para a breve discussão sobre a temática.

RESULTADO E DISCUSSÕES: A inteligência emocional é uma forma de vencer os percalços na vida, visto que, nos proporciona sabedoria para lidar com diversas pessoas no contexto social; contudo, para atingir um nível superior associado a ela é essencial que construa: o autoconhecimento, o controle das emoções, a empatia e automotivação. Certamente, inúmeros conflitos ocorrem na carreira jurídica, pelo fato, de os profissionais não estarem adaptados ao sistema e por não terem ampliado seus conhecimentos ao longo de sua trajetória no curso de Direito; ao qual diante as provas, aulas, trabalhos os ensinadores tem como fundamento principal reconhecer as fraquezas dos estudantes e avaliar seu comportamento frente ao seu entendimento ou não de uma disciplina. A graduação apresenta a maneira como o mundo é, e o porquê de existir fiscalizações, monitorações e intervenções, para romper com as más ações dos indivíduos que se recusam a querer conquistar a educação. A formação somos nós que fazemos a frente do que escolhemos, a nossa maneira de agir está junta ao emocional para estabelecer decisões, além de todo desafio que possamos enfrentar, é crucial o estudo ativo a inteligência emocional, a o que os professores abordam em sala de aula, também é fundamental ficarmos atentos a maneira que somos para evitar conflitos na presença de nossos amigos, colegas e no trabalho. A vida profissional está afiliada a nossa criação, com o que aprendemos antes mesmo de almejar uma vida profissional, especialmente no caminho do Direito; não se deve deixar influenciar os maus hábitos em nossa vida exclusivamente na maneira que conversamos com as pessoas. De acordo com Marshall Bertram Rosenberg “para saber conversar melhor com os outros sem deixar que a maneira violenta atue é necessário que se auto-observe e compreenda a situação que o outro está passando, que mantenha a empatia”. Outro ponto a se considerar, é que “os clientes que procuram os juristas não irão apenas apresentar questões jurídicas mais sim expressar suas emoções a respeito do que passaram” (PALESTRAS DE SUCESSO, 2022). Entretanto, quando tais indivíduos não possuem as devidas atitudes acabam formando muitas divergências sociais. De acordo com o Doutrinador Daniel Goleman 80% do sucesso na vida das pessoas está associado com o Quociente emocional (Q.E). Visto que, durante a formação acadêmica não é apresentado ao discente a maneira de como lidar com as adversidades do curso, e como se preparar quando se tornar um(a) advogado(a). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, para adquirir a inteligência emocional é importante buscá-la durante toda a vida, tendo ela como base, será um investimento no sucesso tanto profissional quanto na área acadêmica. Assim efetivando tais medidas será possível que os discentes estejam mais preparados para se encontrar profissionalmente como advogados(as).

REFERÊNCIAS:

1. DESENVOLVA sua inteligência emocional na advocacia. Palestras de Sucesso, 2024. Disponível em: <https://palestrasdesucesso.com.br/desenvolva-sua-inteligencia-emocional-na-advocacia/>. Acesso em: 2 out. 2024.
2. VOCE sabe a importância da inteligência emocional na advocacia? Modelo Inicial, 2024. Disponível em: <https://modeloinicial.com.br/artigos/inteligencia-emocional-advocacia>. Acesso em: 2 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

EDUCAÇÃO DOMICILIAR

Tayná de Moura Silva de **PAULA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Lar; Educação domiciliar; Educação.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Educação Domiciliar é uma modalidade de ensino, não legalizada no Brasil, onde os pais e tutores ensinam seus filhos em casa, essa modalidade de ensino é realidade em vários países, no Brasil apesar de ainda não obter nenhuma lei que oficializa, tem pais que optam pela educação domiciliar. A educação domiciliar não é legalizada, mas há projetos de lei em andamento para permitir a prática em certas condições. Projeto lei 2401/19 regulamenta a educação domiciliar no País. De acordo com o texto enviado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, os pais que optarem pelo ensino domiciliar terão que formalizar a escolha junto ao Ministério da Educação. Segundo Pedro Hollanda, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. "O fenômeno homeschooling, é realidade no Brasil. Há famílias que optam por educar seus filhos em casa, no entanto, não há lei estabeleça quais são as diretrizes básicas para esse direito seja exercido", destaca. "Hoje, muitos pais que optam por esse tipo de aprendizado são denunciados e o Conselho Tutelar e o Ministério Público atuam juntos nessa questão. **OBJETIVOS:** Identificar e refletir os possíveis benefícios e os problemas causado pela educação domiciliar. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa desenvolvida foi descritiva e qualitativa, baseada em realização de uma pesquisa de campo, no qual utilizei um questionário para desenvolver tal estudo. **RESULTADOS:** O ensino domiciliar ganhou visibilidade nas últimas décadas e vem sendo implantado em alguns países ao redor do mundo. Entre os anos de 1960 e 1970, John Holt, professor da Universidade de Harvard, estabeleceu críticas às escolas, defendendo, pela primeira vez, a ideia de "desescolarização". Na ocasião, Holt liderou um movimento internacional pela divulgação e legalização do ensino doméstico. Em muitos outros países a educação Homeschooling, mesmo com muitas limitações, é adotado e regulamentado são: Estados Unidos, Canadá, França, (...). Segundo a família, apesar de possuírem uma boa formação, não tem exigência e nem algum documento que descreva que os pais tenham uma formação para realizar a educação domiciliar, somente tem a necessidade de saber os conteúdos que irá repassar para os filhos. Uma das vantagens da educação domiciliar é a flexibilidade de horário e a personalização do ensino, podendo adaptar às atividades de acordo com a criança. Muitos dos pais dessas crianças que optam pela educação domiciliar, tem compromissos às vezes viagens, e neste caso a educação domiciliar facilita para que o aprendiz não fique sem o conteúdo nos períodos que as famílias precisam se ausentar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Não podemos dizer que a educação domiciliar é uma realidade no Brasil, isso porque não foi oficializada, e também não há ainda uma lei específica e que apoia esse modelo de ensino. Alguns poucos pais têm optado pela educação domiciliar. Ao analisar os dados obtidos nesta pesquisa, podemos constatar que apesar de existir essa pequena parcela de famílias que tem optado pela educação domiciliar, os tutores não formalizaram nenhum processo legal e seus filhos não estão com vínculo e matrícula em nenhuma instituição. Sabe-se que alguns já frequentaram escolas, mas por alguns motivos pararam e outros nunca frequentaram uma escola. Através de conversas com as famílias eles relataram que a educação domiciliar é criticada de modo geral pela sociedade. Alguns estudiosos do assunto dizem que as crianças não se socializam com os seus pares e ficam dentro de casa isolados. No entanto segundo os pais entrevistados e que utilizam a educação no lar, pelo contrário afirmam que ocorrem encontros semanais com todos os membros que fazem parte dessa associação, e são realizadas atividades de interação, jogos etc. Além disso fazem formaturas, gincanas e incentivam os alunos a produzir maquetes, feira de ciências, dentre outras atividades que permite a convivência entre as crianças.

REFERÊNCIAS:

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
2. MELO, Tales Alcantra (org.). **Homescholling:** Ministério Público e conselho tutelar de mãos dadas com a educação domiciliar. Itajubá, 2023.
3. WISE, Susan. **A mente bem treinada:** um guia para a educação clássica em casa. Curitiba: Liber, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

ENSINO HÍBRIDO NA GRADUAÇÃO: POSSÍVEIS DESAFIOS

Juliana Soares Pio **PAIVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Ensino híbrido; Desafios; Graduação.
Agência de fomento: FDV

RESUMO O ensino híbrido, que combina aulas presenciais e online, tem se tornado uma alternativa viável no cenário educacional, especialmente no nível da graduação. A pandemia da COVID-19 acelerou a adoção dessa modalidade, revelando seu potencial e, ao mesmo tempo, seus desafios. Este resumo tem como foco identificar e discutir os principais desafios que o ensino híbrido enfrenta nas instituições de ensino superior, visando contribuir para uma compreensão mais profunda dessa abordagem. **OBJETIVOS:** Identificar os desafios enfrentados na implementação do ensino híbrido na graduação, Analisar como esses desafios impactam a experiência de aprendizagem dos alunos, Propor possíveis soluções para mitigar os desafios enfrentados. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para a realização deste estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a coleta de dados através de entrevistas com professores e alunos de diferentes cursos de graduação. Além disso, foram analisados documentos institucionais e revisões de literatura sobre a implementação do ensino híbrido em ambientes acadêmicos. As informações foram organizadas em categorias temáticas para facilitar a análise das dificuldades enfrentadas por educadores e alunos nesse modelo. Materiais: os materiais utilizados na pesquisa incluíram: questionários aplicados a uma amostra de estudantes e educadores para entender suas perspectivas sobre o ensino híbrido; e literatura acadêmica: artigos, livros que discutem a teoria e a prática do ensino híbrido na educação superior. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** Os resultados da pesquisa indicaram diversos desafios relacionados ao ensino híbrido na graduação. Como tecnologia e infraestrutura, pois a falta de estrutura tecnológica adequada nas instituições e na residência dos alunos se destacou como um obstáculo significativo, muitos alunos encontraram dificuldades em acessar as plataformas online de estudo devido a conexão de internet ruim ou falta de aparelhos bons. O interesse dos alunos foi outra questão, pois a pesquisa revelou que o engajamento dos alunos tende a ser menor em atividades online em comparação com atividades presenciais, sendo que possui uma interação limitada entre docente e discente. A formação e preparação dos professores também foi um fator desafiador, pois a adaptação com novos meios de ensino nem sempre ocorre de maneira facilitada, e muitos professores se sentem despreparados para atrair a atenção dos alunos para tais atividades, sendo que não receberam formação adequada para o novo modelo de ensino. A avaliação foi outro obstáculo, pois muitos docentes acreditam que precisam existir métodos específicos para aplicação da avaliação online de modo que reflitam com precisão o desempenho e aprendizado dos discentes, oferecendo um Feedback construtivo. Por último, a equidade de acesso, porque alunos que não tem o mesmo nível de recurso tecnológico que o outros, se sentiram em desvantagem podendo criar uma disparidade que pode atrapalhar o aprendizado e desempenho acadêmico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O ensino híbrido na graduação oferece oportunidades valiosas para aprimorar a aprendizagem, mas também mostra desafios significativos que necessitam de serem abordados. É fundamental que as instituições de ensino superior invistam em infraestrutura tecnológica, formação contínua para os docentes e estratégias que engajem os alunos de modo eficaz para esse novo modelo de ensino.

REFERÊNCIAS:

1. MELLO, Cleyson de Moraes, NETO, José Rogério Moura de Almeida, PETRILLO, Regina Pentagna. **Para compreender o ensino híbrido.** Rio de Janeiro: Processo, 2022.
2. GÓMEZ, Ángel I Pérez. **Educação na era digital:** a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2014.
3. BENTO, Dalvac. **A produção de material didático para EAD.** Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2017.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

USUCAPIÃO DE BEM DE HERANÇA: QUANDO O TEMPO E A POSSE TRANSFORMAM DIREITOS FAMILIARES

Janderson José Rodrigues da SILVA (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Usucapião; Sucessão; *Animus domini*.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os debates sobre a usucapião de imóveis herdados têm se intensificado no direito sucessório e da propriedade, especialmente em relação aos herdeiros que ocupam bens de seus antecessores. Embora a herança seja automaticamente transmitida aos herdeiros pela saisine (art. 1.784 do Código Civil), a posse exclusiva de um herdeiro pode possibilitar a usucapião de um imóvel herdado, mesmo que esta pertença ao condomínio, desde que sejam preenchidos os requisitos legais exigidos para a aquisição.

OBJETIVO: A presente pesquisa teve como objetivo geral trazer considerações e esclarecer as possibilidades de aplicação do instituto da usucapião, com foco na análise da situação do herdeiro que reside no imóvel objeto de herança, investigando como sua posse prolongada pode influenciar na aquisição do bem por usucapião. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Este trabalho apresenta como método a pesquisa qualitativa. Por meio desta abordagem, tais dados foram analisados através da revisão bibliográfica à luz do Código Civil de 2002, bem como por uma consulta a jurisprudência e doutrinas pertinentes para demonstrar como os tribunais têm interpretado e aplicado essa modalidade específica de usucapião.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A usucapião extraordinária é um instituto previsto no artigo 1.238 do Código Civil brasileiro, que permite a aquisição de propriedade de um imóvel pela posse deste de forma pacífica, mansa, pública, contínua e com ânimo de dono. Para um herdeiro usucapir o imóvel herdado, ele deve provar que exerceu posse exclusiva, de forma pública e sem contestação dos demais herdeiros, por todo o período necessário, consolidando assim o domínio por meio da usucapião. A jurisprudência tem reiteradamente reconhecido a usucapião hereditária como uma forma legítima de regularização da posse em situações onde não há contestação entre os herdeiros, nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG) se posicionou favoravelmente, usucapião extraordinária entre herdeiros, quando um deles exerce a posse sobre toda a coisa em nome próprio e sem oposição dos demais coerdeiros. Além disso, o Código Civil estabelece um conceito fundamental sobre posse e detenção. O artigo 1.198 define o “detentor” como aquele que mantém a posse de um bem em nome de outra pessoa e sob suas ordens. Na ausência de provas em contrário, presume-se que quem age dessa forma é um detentor. Portanto, a mera detenção de um bem não configura usucapião. Assim, ao analisar um caso de usucapião de um bem herdado, é essencial distinguir entre posse legítima e mera detenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A usucapião extraordinária, nesses casos, não só assegura a proteção da posse prolongada, mas também contribui para a estabilidade jurídica e familiar, prevenindo litígios futuros. Esse instituto se torna essencial quando o herdeiro ocupa o imóvel de forma pacífica e exclusiva, sem oposição dos demais coerdeiros, especialmente quando o imóvel é utilizado como residência habitual. A não aplicação da usucapião nesse contexto poderia gerar uma grave insegurança jurídica, pois o herdeiro que reside no imóvel e investe na sua manutenção e preservação pode se ver desprovido de sua moradia em eventual partilha, perdendo o único bem onde habita. Sendo assim, percebe-se que a usucapião de bem de herança por herdeiro é juridicamente viável, desde que atendidos os requisitos legais e comprovada a posse exclusiva.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Apelação cível. **Ação de usucapião extraordinária**. Imóvel objeto de herança. Apelação Cível 5002054-98.2022.8.13.0338, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 4 set. 2024. Disponível: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=3&totalLinhas=248&paginaNumero=3&linhasPorPagina=1&palavras=usucapi%E3o%20bem%20heran%E7a&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&referencialLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%Eancias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar>. Acesso: 15 set. 2024.
- BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso: 12 set. 2024.
- HAICAL, A.; MARTINO, F. **É possível usucapião de bem de herança por um herdeiro?** Jusbrasil, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/e-possivel-usucapiao-de-bem-de-heranca-por-um-herdeiro/684463962>. Acesso: 9 set. 2024.
- PEIXOTO, David Vinicius do Nascimento Maranhão. **É possível usucapião de bem de herança por um herdeiro?** Migalhas, 5 set. 2023. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/depeso/397610/e-possivel-usucapiao-de-bem-de-heranca-por-um-herdeiro>. Acesso: 9 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

MERENDA ESCOLAR: BENEFÍCIOS DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, SOBRETUDO EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Débora de Cássia Venâncio CEZAR

(Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles MATTOS (Orientador, FDV)

Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Merenda; Escolas; Desenvolvimento infantil.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A conscientização dos benefícios adquiridos por uma alimentação saudável, faz parte da nossa vida desde os primeiros meses de vida, e junto com o processo de crescimento chega-se a fase da escolarização e é quando boa parte das crianças, permanecem quase que o dia todo nas escolas, ou seja, fazem suas principais refeições do dia no ambiente escolar. Por essa razão, as escolas desempenham um importante papel ao fornecer refeições balanceadas, rica em nutrientes para os alunos, a fim de contribuir positivamente no desenvolvimento e crescimento dos mesmos. A campanha de Merenda Escolar, criada em 1954, pelo MEC, conforme Artigo 205 e 208, inciso VII, é a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil. De 1954 até 1979, a Campanha recebeu várias denominações, entre elas, a de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja denominação é a atual. Esse programa também é conhecido como programa da merenda escola: “Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009)” Na Educação Infantil, a merenda escolar é servida várias vezes ao longo do dia, a fim de promover saúde e bem-estar as crianças. E por que esse padrão não se mantém também nos Anos Iniciais? Uma vez que que, essas crianças também se encontram em fase de crescimento, sem falar no gasto de energia, devido a uma maior concentração, memorização e raciocínio lógico, necessários para aprender os diferentes conteúdos exigidos no processo de alfabetização. **OBJETIVOS:** O objetivo dessa pesquisa foi avaliar os benefícios que a merenda escolar tende a proporcionar aos alunos, principalmente no que diz respeito a saúde, bem-estar físico e emocional, além de observar também se a quantidade de refeições ofertadas no Ensino Fundamental, sobretudo nos Anos Iniciais é o suficiente para que se tenham um bom desempenho, no que diz respeito aos conteúdos de aprendizagem nas escolas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esse estudo apresentou como metodologia uma pesquisa de campo em uma escola pública, municipal dos Anos Iniciais (Fundamental I), localizada na cidade de Viçosa-MG. Através de um questionário aplicado a duas professoras, sendo uma professora do Ensino Fundamental e outra da Educação Infantil. Além disso, foi realizado uma roda de conversa com os alunos. **RESULTADOS:** A constituição Federal de 1988 também assegura a alimentação escolar como um dever do Estado: “VII- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988). Ao serem inseridas nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano), a maioria dos alunos passam a frequentar a escola apenas em um horário parcial (manhã ou tarde), reduzindo assim de quatro refeições diárias para somente uma; podendo esse fato afetar diretamente a fase de crescimento e desenvolvimento das crianças, principalmente as mais carentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A relevância da pesquisa foi mostrar que a escola desempenha um importante papel na vida desses alunos, pois é através desse “reforço alimentar” garantidos por lei e elaborados por nutricionistas capacitados, que eles têm a garantia de ao menos uma vez por dia, receber alimentos essenciais para o seu crescimento e um bom desempenho acadêmico, uma vez que a merenda escolar traz benefícios incalculáveis aos estudantes.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. FNDE, **Programas suplementares / PNAE - o que é?**. Disponível: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnaesobre-o-pnae> Acesso: 18 fev. 20124.
- PNAE, **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível: <http://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso: 17 maio 2024.
- VENDRAMETTO, Oduvaldo. **Vamos colocar os pratos 'mesa**. São Paulo: Blücher, 2022, p. 36.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CONTRATO DE NAMORO E SEUS REQUISITOS.

Karine Brandão **FERREIRA** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direito civil; Contrato; Namoro.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O contrato de namoro, é um contrato atípico que busca trazer proteção aos bens dos envolvidos, bem como estipular condutas entre o casal, sua fundamentação legal se encontra nos artigos 104, 421 e 425, do Código Civil (Brasil, 2002). **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se demonstrar os requisitos legais para a validade de um contrato de namoro. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** O contrato de namoro é um negócio jurídico celebrado entre duas ou mais pessoas por livre vontade. Apesar de ser um contrato atípico, ele possui validade jurídica vez que os artigos 421, e 425 do Código Civil (BRASIL, 2002), preceituam a liberdade contratual e a licitude destes contratos desde que observado o ordenamento jurídico. Ademais, é importante esclarecer que para o contrato tenha validade deve seguir os requisitos apontados no artigo 104, do Código Civil "a validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei". Outro aspecto importante é que o contrato de namoro pode servir como prova para consideração ou não da União Estável, isso pois os dois institutos (namoro e união estável) podem apresentar algumas similaridades. São eles: os requisitos para reconhecimento de união estável presentes no artigo 1723 do Código Civil (BRASIL, 2002), demonstrando a convivência pública, contínua e duradoura, se diferenciando somente no fato de ser estabelecida com objetivo de constituição de família, e de acordo com Satil (2011, s/p), não havendo o intuito de constituir família não há vinculação patrimonial. Corroborando tal afirmativa o doutrinador Coelho (2012, p. 285), aponta que "documentar a declaração da falta de intenção de constituir família, e com isso facilitar a prova da inexistência de união estável, se vier a ser discutida a questão em juízo", em outras palavras, o contrato de namoro é um instrumento pelo qual os envolvidos em mútuo acordo, apontam sua falta de intenção atual de constituir família, assim descaracterizando a relação de união estável, não sendo aplicado as regras desse instituto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: No âmbito do Código Civil, é plenamente possível a existência de um contrato lícito que estipule as relações de namoro, desde que respeitem os preceitos legais. Além disso, é necessário apontarmos que a linha tênue que diferencia o contrato de namoro para consideração da união estável, é de que no contrato de namoro as partes não possuem intenção de construir familiar, de maneira a não misturarem seu patrimônio.

REFERÊNCIAS:

1. MANHÃES, Clarissa de Castro Pinto. **O contrato de namoro e o ordenamento jurídico brasileiro**. [S. l.]: IBDFAM, 14 set. 2021. Disponível: <https://ibdfam.org.br/artigos/1748/O+contrato+de+namoro+e+o+ordenamento+jur%C3%ADdico+brasileiro#:~:text=CONTRATO%20DE%20NAMORO%20E%20A%20JURISPRUD%C3%84NCIA&text=Al%C3%A9m%20dos%20efeitos%20do%20afastamento,ap%C3%B3s%20o%20rompimento%20do%20namoro>. Acesso: 27 jun. 2024.
2. GONZAGA, Daniele de Faria Ribeiro. **Contrato de namoro: qual a sua validade jurídica?**. [S. l.]: Migalhas, 24 de maio de 2022. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/depeso/366547/contrato-de-namoro-qual-a-sua-validade-juridica>. Acesso: 27 jun. 2024.
3. NUNES, Dayanne Eduarda Alves Matias. CAVALCANTI, João Paulo Lima. **A (in)validade do contrato de namoro e a possível descaracterização da união estável**. [S.l.] IBDFAM, 10 de fevereiro de 2021. Disponível: <https://ibdfam.org.br/artigos/1644/A+%28in%29validade+do+contrato+de+namoro+e+a+poss%C3%ADvel+descaracteriza%C3%A7%C3%A3o+da+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel>. Acesso: 1 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Débora de Cássia Venâncio **CEZAR** (Curso de Pedagogia, FDV)
 Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
 Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Música; Educação básica; Escola.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa partiu da seguinte pergunta: Qual o desafio em manter a tradição das músicas infantis dentro das salas de aula, uma vez que, nossas crianças estão cada vez mais expostas a diferentes tipos de músicas, muitas vezes com conteúdos inadequados para suas respectivas idades e que nada contribuem na educação? A música se faz presente na vida das crianças muito antes delas serem inseridas no ambiente escolar, sendo muitas vezes, embaladas por canções de ninar ou até mesmo por desenhos ou personagens infantis, aguçando assim, memórias afetivas, através dos sons e melodias. De acordo com Bréscia: "a musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo desenvolver e despertar o gosto musical, cooperando para o desenvolvimento da sensibilidade, senso rítmico, criatividade, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, autodisciplina, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação (BRÉSCIA, 2003)". Diante disso, considero necessário enfatizar a necessidade dos professores, obter um olhar mais atento e cuidadoso para trabalhar músicas, optando por abordagens mais pedagógicas; uma vez que, a mesma contribui de forma significativa para um melhor desenvolvimento no que diz respeito a concentração, memorização e raciocínio das crianças, além de contribuir no aspecto fonoaudiológico, pois estimula a fala e uma melhor compreensão das palavras. **OBJETIVOS:** O objetivo dessa pesquisa foi avaliar os benefícios que a música pode proporcionar aos alunos, e de que forma as escolas e os professores desenvolvem essa prática.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Esse estudo apresentou como metodologia uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, sendo realizado uma pesquisa de campo, em uma instituição pública da cidade de Viçosa-MG. Além também de um questionário, aplicado com duas professoras, sendo uma da Educação Infantil e a outra do Ensino Fundamental I. **RESULTADOS:** Explorar a musicalidade em sala de aula, pode ir muito além de simplesmente colocar uma música para tocar em uma caixa de som ou cantarolar com os pequenos. É possível e até sugerido que o professor, com ajuda dos seus alunos, em algum momento confeccione alguns instrumentos musicais. Tal prática pedagógica, contribui para diferentes habilidades entre elas: coordenação viso-motora, imaginação e paciência. Algumas dessas habilidades, pode ser percebida na dinâmica da luva "sapateadora", realizada com alunos da Educação Infantil, onde os mesmos trabalharam a concentração, coordenação motora e agilidade ao movimentar as mãozinhas para direita e esquerda, para cima e para baixo, no ritmo da canção. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Consta na BNCC, que a música está inserida no campo de experiências "Traços, sons, cores e formas", os quais devem ser trabalhados com crianças de 0 até 5 anos e 11 meses. A música nessa fase trabalha a coordenação motora, estimula habilidades essenciais para educação socioemocional e auxilia também no processo de alfabetização. Atento aos pontos positivos que a música proporciona, é necessário estar atento na inclusão de alunos com deficiência auditiva, sendo indispensável a presença de um intérprete, garantindo assim, a igualdade de ensino e aprendizado para todos. Portanto, a música não deve ser interpretada pelos educadores apenas como uma atividade livre ou passatempo pra entreter seus alunos. É necessário trabalhar canções que façam sentido para as crianças, e que as incentivem ter bons comportamentos dentro e fora da escola, como por exemplo, respeito pelos pais, professores e amiguinhos pois, é a partir dessa fase que elas começam a construir sua identidade, bem como sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Consta na BNCC, que a música está inserida no campo de experiências "Traços, sons, cores e formas", os quais devem ser trabalhados com crianças de 0 até 5 anos e 11 meses. A música nessa fase trabalha a coordenação motora, estimula habilidades essenciais para educação socioemocional e auxilia também no processo de alfabetização. Atento aos pontos positivos que a música proporciona, é necessário estar atento na inclusão de alunos com deficiência auditiva, sendo indispensável a presença de um intérprete, garantindo assim, a igualdade de ensino e aprendizado para todos. Portanto, a música não deve ser interpretada pelos educadores apenas como uma atividade livre ou passatempo pra entreter seus alunos. É necessário trabalhar canções que façam sentido para as crianças, e que as incentivem ter bons comportamentos dentro e fora da escola, como por exemplo, respeito pelos pais, professores e amiguinhos pois, é a partir dessa fase que elas começam a construir sua identidade, bem como sua existência.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Ministério d Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
2. BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.
3. CUNHA E RANGEL. **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
4. ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Educação musical para pré-escola**. 1999, página 68.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

COMO UMA LIDERANÇA PODE IMPACTAR NO DIA A DIA E NOS RESULTADOS DE UMA ORGANIZAÇÃO.

Gustavo Valente da **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Liderança, Tomada de decisão, Comunicação; Resolução de conflitos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A liderança dentro de uma organização é fundamental para orientar, motivar e inspirar os membros da equipe na conquista dos objetivos comuns. Isso envolve habilidades de comunicação eficaz, capacidade de tomar decisões, empatia e visão estratégica. De acordo com Hunter (2004, p. 24): "liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum.". A habilidade de liderança pode existir em todos, mas algumas pessoas a desenvolvem de uma maneira melhor, com espontaneidade, e outras não fazem questões da prática. **OBJETIVO:** O objetivo central deste estudo, é mostrar o quão as decisões e o comportamento de uma liderança, podem impactar de maneira positiva ou negativa no dia a dia da organização, levando à mesma a alcançar seus objetivos ou ao fracasso em suas metas estabelecidas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Refere-se a uma análise descritiva e com abordagem qualitativa, possuindo como elemento de pesquisa uma organização do ramo hoteleiro da cidade de Viçosa-MG. Para a composição deste estudo, implementou-se uma pesquisa bibliográfica. O procedimento adotado para alcançar os resultados esperados foi a execução de entrevistas realizadas com os colaboradores da organização. **RESULTADO:** Os resultados mais relevantes encontrados são: **Comunicação**, a capacidade de se comunicar de forma clara e eficaz é algo que a empresa desenvolve de forma satisfatória, alinhando assim com seus colaboradores as atividades a serem desenvolvidas como prioridades em uma determinada ocasião. Porém, as lideranças não abrem muito espaço para ouvir as opiniões de seus colaboradores sobre determinados assuntos, desfavorecendo assim um diálogo entre as partes, este é um ponto que necessita ser desenvolvido pelas lideranças. **Capacidade de resolução de problemas**, líderes enfrentam constantemente desafios e obstáculos no ambiente de trabalho, na organização em questão, as lideranças possuem a capacidade de identificar problemas, analisar as causas subjacentes e desenvolver soluções inovadoras para superá-los. **Inovação e criatividade**, as lideranças promovem boas práticas de inovação e criatividade dentro da organização. Isso envolve o incentivo à experimentação, a busca por novas ideias e soluções criativas para os desafios enfrentados pela empresa. **Resolução de conflitos**, líderes eficazes devem ser habilitados na resolução de conflitos, intervindo quando necessário para garantir que as diferenças de opinião não prejudiquem a colaboração ou a produtividade da equipe. Isso envolve ouvir todas as partes envolvidas, encontrar soluções conjuntas benéficas e promover o entendimento mútuo. As lideranças em questão, desenvolvem bem essas características, porém, sempre com uma visão mais voltada a imagem da organização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Uma liderança eficaz vai além de simplesmente ocupar uma posição de autoridade, trata-se de cultivar relacionamentos positivos, promover uma cultura de confiança e integridade, e demonstrar habilidades de comunicação, empatia e resolução de problemas. Um líder verdadeiramente excepcional é aquele que é capaz de influenciar e inspirar os outros a alcançar grandes feitos, mesmo nas situações mais desafiadoras. Além disso, a liderança é uma jornada contínua de aprendizado e desenvolvimento. Os líderes devem estar abertos a novas ideias, feedbacks e oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Eles devem buscar constantemente aprimorar suas habilidades e conhecimentos para enfrentar os desafios em constante evolução do mundo dos negócios.

REFERÊNCIAS:

- 1) HUNTER, JAMES C. **O monge e o executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- 2) CHIAVENATO, Idalberto, **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Áreas de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

TERRORISMO CLIMÁTICO E A EFETIVIDADE DAS LEIS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DOS INCÊNDIOS EM MINAS GERAIS

Janderson Jose Rodrigues da **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Terrorismo climático; Incêndios florestais; Queimadas.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: As queimadas ilegais têm devastado ecossistemas no Brasil, resultando em degradação ambiental, morte de animais e doenças relacionadas à poluição do ar. Embora esses impactos sejam evidentes em todo o território nacional, este trabalho foca especificamente em Minas Gerais, com o objetivo de destacar a gravidade dos crimes ambientais e discutir as melhores estratégias para combatê-los. **OBJETIVOS:** O objetivo geral desta pesquisa é analisar o Projeto de Lei 3.635/2024, que propõe a tipificação das queimadas ilegais como terrorismo climático. Especificamente, busca-se comparar essa proposta com a Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), avaliando se o aumento das penas proposto será efetivo no combate às queimadas ilegais em Minas Gerais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho apresenta como método a pesquisa qualitativa. Por meio desta abordagem, tais dados foram analisados através da revisão bibliográfica à luz do Projeto de Lei 3635/2024, de autoria do deputado Nilto Tatto (PT-SP), em comparação com a Lei de Crimes Ambientais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Em 2024, o número de queimadas ilegais e criminosas aumentou significativamente, com 216 suspeitos detidos e 91 indiciados pela Polícia Civil, indicando a atuação de grupos criminosos no desmatamento ilegal para expansão agropecuária. A Lei de Crimes Ambientais, embora abrangente, enfrenta dificuldades em conter essas práticas, pois as punições são frequentemente vistas como brandas ou insuficientes. O art. 41 da Lei 9.605/98, por exemplo, prevê pena de 2 a 4 anos e multa para incêndios em florestas. O Projeto de Lei 3.635/2024 propõe penas mais severas, de 4 a 12 anos e multa, para crimes classificados como terrorismo climático, o que pode desestimular tais ações. No entanto, a eficácia dessa medida depende da rigorosa aplicação das leis e de uma fiscalização eficiente. Souto (2024) ressalta a visão do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao mencionar que o aumento das penas ou a classificação de crimes como hediondos pode levar ao populismo legislativo, destacando a necessidade de equilíbrio na criação de leis. O sucesso depende da coordenação entre órgãos como a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do fortalecimento da estrutura administrativa voltada à proteção ambiental. Embora o novo projeto inove ao tratar queimadas como uma ameaça à segurança pública, a Lei nº 9.605/1998 já oferece uma base sólida, contemplando a responsabilização civil, penal e administrativa para os crimes de queimadas ilegais. A diferença do projeto está em sua abordagem, que vê as queimadas também como uma ameaça à segurança pública. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A proposta de tipificação das queimadas como terrorismo climático é uma resposta à crescente complexidade dos crimes ambientais no Brasil. Entretanto, o aumento das penas por si só não garante a diminuição dos incêndios, sendo necessária uma maior efetividade na aplicação da legislação, além de uma atuação integrada entre as autoridades responsáveis. A Lei de Crimes Ambientais permanece como uma ferramenta crucial, e o novo projeto de lei não pode ser utilizado como uma fórmula mágica que resolverá o problema apenas por classificar as queimadas como terrorismo, e tentar resolvê-las com o aumento da pena.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19905/compilado.htm. Acesso: 23 set. 2024.
2. G1. Polícia Civil indicia 91 pessoas por incêndios criminosos em Minas Gerais. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/noticia/policia-civil-indicia-91-pessoas-por-incendios-criminosos.ghtml>. Acesso: 15 set. 2024.
3. LONGO, Ivan. Terrorismo climático: projeto prevê até 12 anos de cadeia para quem promover queimadas ilegais. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/meioambiente/2024/9/22/terrorismo-climatico-projeto-prev-ate-12-anos-de-cadeia-para-quem-promover-queimadas-ilegais-166039.html>. Acesso: 22 set. 2024.
4. SOUTO, Mayara. Congresso reluta em subir pena para crime ambiental. *Correio Braziliense*, 18 set. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/09/6944723-congresso-reluta-em-subir-pena-para-crime-ambiental.html>. Acesso: 22 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

LEGISLAÇÃO DOS AUTISTAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Mara Lopes FIALHO (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Constituição de 1988; Direitos humanos; Sala de aula; Autistas.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Para se refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista no espaço da educação formal requer tentar refletir sobre qual é o papel da escola, enquanto agente/espaço de transformações sociais, culturais e intelectuais. Portanto, a compreensão da comunicação como elo de ampliação das interações democráticas, abertas e, neste sentido, mobilizar estratégias para uma educação mais inclusiva. Assim como as demais, crianças autistas têm alguns de seus direitos reservados e prescritos em lei, incluindo o acesso à educação pública gratuita e o direito de ser incluída em uma sala de aula comum. A Lei Berenice Piana (12.764/12) criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Esta lei também estipula que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. **OBJETIVOS:** Esta pesquisa tem por objetivo geral demonstrar os efeitos e possíveis soluções da inclusão dos alunos autistas nas salas de aula regulares. Especificamente, procurou-se mostrar a importância do conhecimento dos profissionais da educação de acordo com a legislação brasileira. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Este trabalho foi desenvolvido por meio do método qualitativo e exploratório da revisão bibliográfica de artigos científicos brasileiros e trabalho acadêmico acerca do tema. Por meio da Constituição Federal de 1988 que deixa claro nos seus artigos 205 e 208 que todos têm direito à educação, ao atendimento especializado e à inclusão escolar, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais, a Lei nº 7.853/89 que define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado, como pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. Além de regulamentado pelo Decreto-Lei nº 7.611, de 2011, o AEE (Atendimento Educacional Especializado) é responsável pela identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, levando em consideração as necessidades específicas do aluno, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 22 diz que toda pessoa tem direitos sociais, econômicos e culturais "indispensáveis [...] ao livre desenvolvimento de sua personalidade", e o artigo 26 consagra direito à educação ao afirmar que "a educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana". **RESULTADOS:** A inclusão escolar tem sido um tema cada vez mais discutido nos dias de hoje, especialmente quando se trata da inclusão de crianças autistas, já que esse é um processo essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, independente das suas necessidades ou diferenças. Entretanto, o ato de incluir no ambiente escolar proporciona às crianças autistas a oportunidade de participar ativamente da vida escolar, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades. Logo, para que ela seja efetiva, é necessário que sejam adotadas abordagens adequadas e estratégias específicas para atender às necessidades individuais de cada criança. Sendo assim, o papel dos professores é fundamental, ou seja, todos os profissionais da educação devem estar preparados para lidar com a diversidade na sala de aula, buscando compreender as características e desafios específicos que cada criança autista pode apresentar. Além disso, é importante que os professores tenham acesso à capacitações e formação continuada, a fim de aprimorar suas habilidades e conhecimentos nessa área, tais como: adaptação do ambiente educacional — é necessário criar um ambiente acolhedor e inclusivo, com recursos e materiais adequados, que estimulem o aprendizado e o desenvolvimento dessas crianças; organização da sala de aula — planejada de forma a proporcionar um espaço seguro e tranquilo, evitando estímulos excessivos que possam sobrecarregar os alunos autistas; estratégias pedagógicas diferenciadas — uso de recursos visuais, como imagens e cartazes, pode auxiliar na compreensão e comunicação dos alunos autistas; comunicação clara e objetiva — desempenha um papel fundamental, tanto na interação entre professor e aluno quanto na interação entre os próprios alunos; promover a integração social — atividades em grupo, jogos cooperativos e projetos que incentivem a colaboração podem ajudar a desenvolver habilidades sociais e promover a inclusão escolar de maneira positiva. É importante criar um ambiente de respeito e empatia, estimulando a compreensão e a aceitação das diferenças. Além da participação dos pais nesse processo de ensino-aprendizagem enquanto conhecedores das necessidades, preferências e peculiaridades de seus filhos, e a sua participação ativa é fundamental para garantir que essas necessidades sejam atendidas de forma adequada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Vale ressaltar que, a inclusão escolar é um processo contínuo, que requer dedicação, sensibilidade e comprometimento por parte dos educadores, da família dos autistas e da sociedade como um todo, e a conscientização sobre o autismo ajuda a combater estereótipos, preconceitos e discriminação, criando um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/1988/1988_06.06.2017/art_196_.asp>. Acesso: 24 maio 2024.
2. Convivendo com o TEA: leis e direitos. Disponível: <[https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/#~:text=A%20Lei%20Berenice%20Piana%20\(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a\)](https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/#~:text=A%20Lei%20Berenice%20Piana%20(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a).)>. Acesso: 24 maio 2024.
3. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso: 24 maio 2024.
4. Decreto - Lei nº 7.611, de 2011. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso: 24 maio 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DA RÚSSIA

Marcel Dias NACIF (Curso de Direito, FDV)
Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Direito internacional; Conflito internacional; Rússia-Ucrânia; Responsabilidade internacional.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 foi um divisor de águas na história recente, marcando um ataque flagrante ao direito internacional e à ordem global, a ação militar russa tem configurado uma série de violações do direito internacional, desafiando princípios basilares. **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se apresentar a responsabilidade internacional da Rússia no conflito russo-ucraniano. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** A ação militar da Rússia contra a Ucrânia configura uma série de violações do direito internacional, desafiando princípios basilares como: proibição do uso da força, onde a Carta da ONU, em seus artigos 2º, n.º 3, e 33º, n.º 1, proíbe o uso da força entre Estados para resolver disputas (BRASIL, 1945). A invasão russa configura um ato de agressão, contrariando essa norma fundamental e lançando mão da força bruta como instrumento de política externa (Scudellari; Veiga, 2020); Princípio da soberania em que o direito internacional reconhece o direito de cada Estado à sua soberania e à integridade territorial. A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e a invasão em 2022 violam esse princípio fundamental, atentando contra a autodeterminação dos povos e a ordem territorial internacional; no que tange Direitos Humanos, o conflito gerou uma grave crise humanitária, com milhares de civis mortos, feridos e deslocados (Pokharel; Hansler, 2023). Ataques a hospitais, escolas e outras infraestruturas civis configuram violações flagrantes do Direito Internacional Humanitário, que protege os civis em tempos de conflito armado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Na esfera da justiça internacional, mecanismos estão sendo acionados para responsabilizar a Rússia por suas violações do direito internacional. A Corte Penal Internacional (CPI) abriu um inquérito para investigar possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante o conflito. Ademais, A comunidade internacional condenou veementemente a ação russa e impôs sanções severas ao país.

REFERÊNCIAS:

1. POKHAREL, Sugam; HANSLER, Jennifer. **Violações de direitos humanos pela Rússia serão investigadas por 45 países**. [S. l.]: CNN Brasil, 30 mar. 2023. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/violacoes-de-direitos-humanos-pela-russia-serao-investigadas-por-45-paises/>. Acesso: 8 jun. 2024.
2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. [S. l.], 22 out. 1945. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso: 21 maio 2024.
3. SCUDELLARI, Theo Peixoto; VEIGA, Victor Tozetto da. **A proibição do uso da força nas relações internacionais: uma introdução - #1**. [S. l.]: Cosmopolita, 20 out. 2020. Disponível: <https://www.cosmopolita.org/post/uso-da-forca-1>. Acesso: 1 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-037

IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Vitória Aparecida Teixeira do **CARMO** (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles **MATTOS (Orientador, FDV)**

Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Imaginação; Curiosidade; Coordenação motora; Desempenho.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa apresentou como tema central o estudo da música aplicada à educação infantil. Sabemos que a música desempenha um papel essencial na educação infantil, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Victor Hugo (1802) define a música da seguinte forma: "A música expressa o que não pode ser dito em palavras mas não pode permanecer em silêncio". Ela promove a expressão de sentimentos, estimula a criatividade e melhora a capacidade de concentração e memorização. Além disso, a música auxilia na linguagem e na coordenação motora, uma vez que envolve ritmo, movimento e interação com o som. Disse o filósofo alemão Wagner, (in: JEANDOT;1990): "A música é a linguagem do coração". Quando introduzida na educação infantil, a música cria um ambiente lúdico que facilita o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e agradável, enquanto incentiva a socialização e o desenvolvimento da percepção auditiva e sensorial. Segundo Mársico (1982, p.148) afirma; "tarefa primordial da escola é assegurar a igualdade de chances, para que toda criança possa ter acesso à música e passar e educar-se musicalmente, qualquer que seja o ambiente cultural de que provenha". **OBJETIVO:** Examinar a importância dessa prática na educação infantil, destacando suas contribuições para diversos aspectos, incluindo aspectos sociais e educacionais.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Foi envolvida uma pesquisa de campo qualitativa realizada em uma creche em Canaã, MG, direcionada às crianças da educação infantil. Foi aplicado questionários às professoras para coletar dados e informações relevantes sobre a importância da música nesse contexto. Os dados coletados foram organizados e analisados à luz dos autores destacados no Referencial Teórico. **RESULTADOS:** O questionário aplicado a profissionais da área que atuam em uma escola pública em Canaã-MG revelou que todas as participantes reconhecem a importância da música na sala de aula, portanto uma unanimidade. Elas destacaram também os benefícios como o estímulo à imaginação, criatividade, gosto pela aprendizagem, desenvolvimento da oralidade, construção do conhecimento social e até mesmo a dimensão emocional que a música pode oferecer às crianças. Essas percepções estão alinhadas com a teoria, haja vista que enfatiza a necessidade de proporcionar uma variedade de estímulos musicais para os alunos, permitindo que eles entrem em contato com diferentes gêneros e estilos musicais. Assim, a música emerge como uma ferramenta valiosa no processo educacional, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A música na educação infantil é uma ferramenta de grande valor, proporcionando benefícios no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Ela favorece a aprendizagem de forma lúdica e criativa, estimula a memória, a concentração e a linguagem, além de melhorar a coordenação motora e a percepção auditiva. Através da música, as crianças também desenvolvem a capacidade de expressar emoções e interagir com o ambiente e outras pessoas, promovendo a socialização e o respeito às diferenças. A musicalidade pode, ainda, ampliar o vocabulário e incentivar o pensamento crítico e criativo. Incorporar a música na educação infantil ajuda a formar indivíduos mais sensíveis, colaborativos e capazes de apreciar diferentes culturas e formas de expressão. Portanto, é essencial que educadores e instituições valorizem essa prática, reconhecendo-a como um elemento fundamental no processo educacional e no desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Referencial Curricular para a Educação Infantil, Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CHISTIANSON, Helen, **A música no desenvolvimento da criança**. "Coleção o Mundo da Criança" Rio de Janeiro: Delta.
- MARSICO, Leda Osório. **A criança e a música: um estudo de como se processa o desenvolvimento musical da criança**. Rio de Janeiro: Globo, 1982

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-038

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Karina Gonçalves de **ASSIS** (Curso de Pedagogia, FDV)

Denise Maria **PINTO** (Orientadora, FDV)

Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Inclusão; Escola; Alfabetização.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Entender e compreender sobre as crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), conhecido como autismo, que é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico e causa dificuldades na interação social, na comunicação e no comportamento, em diferentes níveis. Tratando do objetivo de alfabetizar, deve-se observar as vivências, aprendizagens e como estes alunos aprendem. No foco da alfabetização, momento onde ocorrem as primeiras aprendizagens e desenvolvimentos no quesito da fala, leitura e vivência com os colegas de classe, sendo muito importante para o desenvolvimento de ambos. Com isso, enfatiza-se neste processo, a importância do papel do professor, metodologias de ensino para crianças autistas, incluindo o lúdico como ferramenta de ensino, com isso, escola, família e comunidade são os principais contribuintes para aquisição e melhora no desempenho do autista. Segundo o Referencial curricular para a educação infantil (RCNEI): "De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), "brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (Brasil, 1998, p. 22)".

OBJETIVOS: O objetivo desta pesquisa foi verificar, discutir e coletar dados sobre as estratégias e métodos de alfabetizar crianças com o TEA, e quais os desafios a serem enfrentados. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa de natureza explicativa e contendo um trabalho de extensão. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário aplicado a duas professoras do Ensino Fundamental I de uma escola da cidade de Coimbra-MG. A seguinte pesquisa obteve uma prática social, realizada com um aluno autista do primeiro ano do fundamental I, no qual foi feita uma atividade sobre alfabetização. **RESULTADOS:** Os resultados mostram que devem ser exploradas formas criativas no auxílio da aprendizagem de alunos com autismo. A pesquisa aponta que o professor, será parte primordial neste processo, em que irá ser o mediador e facilitador nesta etapa. Ressalta-se que diferentes métodos de alfabetizar devem ser explorados, como, desenhos, jogos, brincadeiras, pinturas, enfatizando o lúdico como auxiliador. A escola também deverá fazer a inclusão deste aluno, com recursos pedagógicos, profissionais capacitados e acolhimento de toda a comunidade escolar com essas crianças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo conclui que a fase da alfabetização é uma etapa muito importante na vida educacional de toda criança, sendo importante priorizar este processo com métodos que facilitam o aprendizado dos estudantes neste processo.

De acordo com Kishimoto (2001, p. 76) "Os jogos educativos ou didáticos estão orientados para estimular o desenvolvimento cognitivo e são importantes para o desenvolvimento do conhecimento escolar mais elaborado- calcular, ler e escrever". Quando referimos a crianças com TEA é importante ressaltar que ambos possuem maneiras diferentes de aprender e características específicas no quesito aprendizagem. Assim, é necessário que o educador conheça quais são as habilidades que podem ser trabalhadas com o aluno para que ele possa avançar em sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FONSECA, Vera Regina Jardim Ribeiro. **O autismo e a proposta psicanalítica**. In: **Revista Mente e Cérebro**, Col. Memória da Psicanálise: Melanie Klein, n. 4. São Paulo: 2009.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida, KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GALATO, Mayara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-039

PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO FRENTE AO TRABALHO ESCRAVO

Lucas do Carmo de **PAULA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Terceirização; Trabalho análogo a escravo; Combate; Legislação.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A terceirização, quando praticada de forma irregular ou abusiva, pode se tornar um instrumento facilitador do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Essa prática abominável, que configura uma moderna forma de escravidão, submete trabalhadores a condições degradantes e viola seus direitos humanos mais básicos. A terceirização contribui para o trabalho escravo mediante a desresponsabilização de empresas, a precarização do serviço, a dificuldade na fiscalização e a falta de transparência. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem por objetivo mencionar os principais fatores que contribuem para a terceirização do trabalho escravo, assim como possíveis meios de combate a essa prática. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para este resumo foi realizada revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** O presente resumo constatou que a terceirização pode diminuir a responsabilidade da empresa contratante pelas condições de trabalho dos terceirizados, dificultando a fiscalização e a responsabilização em casos de abusos. Dessa forma, empresas terceirizadas, visando reduzir seus custos, costumemente oferecem baixos pagamentos, jornada de trabalho longas, péssimas condições de trabalho e ausência de direitos básicos, como férias e licenças (DE FATO, 2023). A complexa cadeia de empresas envolvidas na terceirização dificulta a ação dos órgãos fiscalizadores, como o Ministério do Trabalho e Emprego, na identificação e combate ao trabalho escravo. A informalidade e a falta de transparência nas relações entre empresas contratantes e terceirizadas podem mascarar a real situação dos trabalhadores, dificultando a detecção de práticas abusivas (SANTOS, 2023). Sendo assim, uma alternativa para o combate ao trabalho escravo na terceirização será o fortalecimento da fiscalização, onde aplica-se maiores recursos humanos e tecnológicos para os órgãos competentes, como o Ministério do Trabalho e Emprego, a responsabilização solidária, na qual a empresa contratante deve ser responsabilizada solidariamente pelas condições de trabalho dos terceirizados, a transparência nas relações de trabalho, como meio que permita o acompanhamento das condições de trabalho e a identificação de irregularidades, políticas públicas que promovam o trabalho digno, com valorização do trabalhador e combate à precarização e a conscientização da sociedade, esta fundamental para pressionar por mudanças estruturais e combater a exploração dos trabalhadores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O resumo apresentado evidencia a preocupante relação entre a terceirização e o trabalho análogo à escravidão no Brasil. A terceirização, quando utilizada de forma irregular ou abusiva, cria um ambiente propício para a exploração de trabalhadores, violando seus direitos humanos básicos e perpetuando condições degradantes de trabalho.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL DE FATO. **Terceirização e trabalho escravo:** perversas conexões - outras palavras. Disponível: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/trabalho-escravo-e-terceirizacao-perversas-conexoes/>>. Acesso: 19 jun. 2024.
- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Núcleo de Prática Jurídica, Coordenação Adjunta de Trabalho de Curso / Monografia Jurídica: Condição Análoga à de Escravizado Frente a Terceirização do Trabalho no Brasil. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6749/1/CLAUDIA%20CRISTINA%20DE%20HOLANDA%20SANTOS%20-%20TCC%20FINAL.pdf>>. Acesso: 19 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-040

INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO

Karine Brandão **FERREIRA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direito civil; Abandono afetivo; Indenização; Dano moral. **Agência de fomento:** FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O abandono afetivo é caracterizado pela falta de assistência afetiva, por parte de seus genitores. Ação que fere preceitos legais dispostos no artigo 277, da Constituição Federal, bem como no artigo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe sobre o dever dos pais, sociedade e Estado assegurar o acesso a todas as necessidades aos infantes. **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se apresentar como o conceito de abandono afetivo e o dever de indenizar. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** O Código Civil aponta no caput de seu artigo 927, que "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo", no presente estudo, o dano a ser reparado é derivado da negligência emocional ocasionada pelos genitores, a sua criança. Para que seja gerado o dever de indenizar deve ser comprovada a relação parental, ou seja, deve ser apresentado que o cometedor do ato ilícito (aquele que agiu de maneira a abandonar) é pai ou mãe da vítima, bem como deve ser apresentado a ocorrência o abandono emocional, e o dano causado. Sendo os últimos requisitos de suma importância, para que se possa ser quantificado o valor da indenização, a qual deve respeitar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de maneira que a compensação do mal injusto experimentado pela vítima. Aponta-se que a indenização pode ser em pecúnia vez que houve ofensa à integridade psíquica da vítima. Ademais, a Constituição Federal, e o Estatuto da Criança e Adolescente, apontam que é dever, ou seja, é uma obrigação da família, comunidade e sociedade em geral, priorizar as necessidades básicas das crianças e adolescentes, assim caso a família, negligencie seu dever pode ocorrer a extinção do poder familiar, nos termos do art. 1635, do Código Civil. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que ao ser comprovado o abandono psíquico da vítima, e sendo devidamente demonstrada a ilicitude do ato, o juiz responsável pela lide em questão deverá reconhecer a existência do abandono afetivo gerando o dever de indenizar a vítima, devendo ser o quantum proporcional ao dano causado.

REFERÊNCIAS:

- OLIVEIRA, Ana Carolina Schudt de. TRINDADE, Elise Karam. LOBO, Hewdy. DA REPÚBLICA CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Indenização por abandono afetivo e saúde mental.** [S. l.] Migalhas, 28 de agosto de 2023. Disponível: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/392543/indenizacao-por-abandono-afetivo-e-saude-mental>>. Acesso: 27 jun. 2024.
- KEITEL, Ângela Simone Pires. GARROT, Tamis Schons. **Abandono afetivo e a obrigação de indenizar.** [S. l.]: IBDFAM, 26 de junho de 2015. Disponível: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1048/Abandono+afetivo+e+a+obriga%C3%A7%C3%A3o+de+indenizar/>>. Acesso: 27 jun. 2024.
- BESSA, Leonardo Roscoe. **Trecho de acórdão.** [S. l.]. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 11 de março de 2023. Disponível: <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/dano-moral-no-tjdft/responsabilidade-civil/abandono-afetivo>>. Acesso: 1 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-041

POLIARQUIA CONFORME ROBERT DAHL

Lucas do Carmo de **PAULA** (Curso de Direito, FDV)
 Alysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Poliarquia; Robert Dahl; Sufrágio universal;
 Eleições livres e justas.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Em um contexto marcado pela Guerra Fria e a dicotomia entre democracias e regimes autoritários, o cientista político Robert Dahl propôs a Poliarquia como uma alternativa à democracia idealizada pelos gregos antigos. Reconhecendo as dificuldades de implementar a participação direta em sociedades complexas com milhões de habitantes, Dahl defendia um modelo de democracia mais pragmático e operacional, baseado em critérios institucionais específicos. **OBJETIVOS:** Neste estudo, há a tentativa de apresentar, de forma concisa e relevante, a visão de Robert Dahl sobre a poliarquia, um regime político que se destaca por sua ênfase na participação, liberdade e igualdade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este resumo se baseia em apresentar a poliarquia na visão de Robert Dahl. **RESULTADOS:** Com base na pesquisa elaborada, a Poliarquia, segundo Dahl, se caracteriza por um conjunto de requisitos essenciais para a participação política e a competição justa pelo poder. De tal forma, os principais critérios podem ser definidos em eleições livres e justas onde se baseiam em realização de eleições regulares, transparentes e sem coerção, onde os cidadãos escolhem seus representantes; sufrágio universal onde o direito ao voto é concedido a todos os cidadãos adultos, independentemente de classe social, gênero, raça ou etnia; direito de candidatura em que possibilita livre competição por cargos públicos, permitindo que diversos candidatos com diferentes projetos de governo apresentem suas ideias ao eleitorado; liberdade de expressão que garante à população o direito a livre expressão de ideias e opiniões políticas, sem medo de represálias, para garantir o debate público saudável e a tomada de decisões informadas; liberdade de associação que estabelece a capacidade de se organizar em grupos de interesse e partidos políticos, visando defender seus interesses e influenciar decisões políticas de maneira democrática, assegurando a pluralidade de perspectivas e o processo deliberativo democrático. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Foi explorado neste resumo a obra de Robert Dahl sobre a Poliarquia, em que foi observado que esta exibe um modelo de democracia realista e pragmático, adaptado às sociedades contemporâneas. De tal forma reconhecendo as dificuldades da participação direta idealizada pelos gregos antigos, Dahl propõe um conjunto de critérios institucionais mínimos para garantir a participação política, a competição justa pelo poder e a legitimidade do sistema democrático. A Poliarquia, embora imperfeita, representa um avanço significativo em relação aos modelos autoritários e serve como base para avaliar o grau de democratização dos regimes políticos, sendo necessário compreender que a Poliarquia é um modelo idealizado e que nenhum país o implementa de forma perfeita. No entanto, diversos países apresentam características que se aproximam dos critérios definidos por Dahl, como Noruega, Suécia, Finlândia, Costa Rica, Canadá, etc.

REFERÊNCIAS:

1. TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Índice de Percepção da Corrupção 2022. Disponível: <<https://www.transparency.org/en/cpi/2022>>. Acesso: 25 abr. 2024.
2. THE ECONOMIST. Democracia no mundo: os países mais e menos democráticos em 2022. 1 FEV DE 2023. Seção: Gráfico do dia. Disponível: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2023/02/01/the-worlds-most-and-least-democratic-countries-in-2022>>. Acesso: 25 abr. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-042

ANEXAÇÃO DA CRIMEIA PELA RÚSSIA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

Marcel Dias **NACIF** (Curso de Direito, FDV)
 Alysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Rússia-Ucrânia; Direito internacional; Anexação da Crimeia.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 foi um evento com implicações complexas no âmbito do Direito Internacional. Para tentar legitimar a anexação da Crimeia, a Rússia organizou um suposto referendo popular, cujo resultado indicou a preferência da maioria pela união com o país. No entanto, a comunidade internacional, incluindo a Ucrânia, considerou o referendo ilegal, e a anexação foi condenada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por uma ampla maioria. **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se apresentar a anexação da Crimeia pela Rússia através do Direito Internacional. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 violou vários princípios do Direito Internacional. Os principais são: Autodeterminação, onde no caso da Crimeia, a maioria dos especialistas argumenta que a Crimeia não tinha o direito à autodeterminação; Uso da Força: A Carta das Nações Unidas proíbe o uso da força entre estados. A Rússia enviou tropas para a Crimeia antes do referendo, o que foi visto como uma violação desta proibição; Integridade Territorial: Este princípio protege as fronteiras existentes entre estados. A anexação da Crimeia alterou unilateralmente as fronteiras da Ucrânia, violando este princípio. Além disso, a Rússia violou a Carta da ONU, que proíbe o uso da força entre Estados (Artigo 2º, 3), estabelece a obrigação dos Estados de respeitar a integridade territorial de outros Estados (Artigo 2º, 4) e regula a administração de territórios em fideicomisso (Artigo 73) (BRASIL, 1945), que não era o caso da Crimeia, onde os russos utilizaram indevidamente este artigo para justificar a anexação territorial. A Rússia também violou o Memorando de Budapeste de 1994, que garante a segurança da Ucrânia, incluindo a inviolabilidade de suas fronteiras (EMBAIXADA DA UCRÂNIA NO BRASIL, 2014). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 foi um evento significativo que violou vários princípios do Direito Internacional. A Rússia justificou a anexação através de um referendo, que foi amplamente considerado ilegal pela comunidade internacional. A ação violou princípios fundamentais como a autodeterminação, o uso da força e a integridade territorial. Além disso, a Rússia violou vários artigos da Carta da ONU e o Memorando de Budapeste de 1994. Essas violações resultaram em condenação internacional e um conflito contínuo com a Ucrânia. Portanto, o estudo conclui que a anexação da Crimeia pela Rússia representa um caso claro de violação do Direito Internacional, onde não foi respeitada a Carta da ONU ou princípios internacionais.

REFERÊNCIAS:

4. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. [S. l.], 22 out. 1945. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 21 maio 2024.
5. EMBAIXADA DA UCRÂNIA NO BRASIL. Declaração do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia por ocasião do 20º aniversário da assinatura do Memorando de Budapeste. Brasília - DF: Embaixada da Ucrânia no Brasil, 6 dez. 2014. Disponível em: <<https://brazil.mfa.gov.ua/pt/news/2546-zajava-mzs-z-nagodi-20-j-richnici-pidpisannya-budapeshtskogo-memorandumu>>. Acesso em: 3 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

MEDIAÇÃO E A ARBITRAGEM COMO ALTERNATIVA PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS: EFICÁCIA E LIMITES

Marcos Túlio Santos **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Mediação; Arbitragem; Solução de conflitos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Diante do cenário jurídico vigente, a mediação e a arbitragem têm emergido como alternativas eficazes à solução judicial de conflitos. Ambas visam proporcionar uma resolução mais célere e especializada, distanciando-se dos procedimentos burocráticos e morosos do processo judicial tradicional. A mediação, baseada na tentativa de conciliação entre as partes com a ajuda de um mediador, e a arbitragem, onde um árbitro ou um tribunal arbitral decide o caso, oferecem vantagens significativas, como maior flexibilidade e privacidade. No entanto, estas formas de resolução de conflitos apresentam também limitações que devem ser compreendidas para uma aplicação eficaz. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo analisar a eficácia da mediação e da arbitragem como métodos alternativos de resolução de conflitos, especificamente, explorar seus limites e desafios. O trabalho visa identificar as principais vantagens e desvantagens desses métodos, além de examinar a adequação de cada um em diferentes contextos e tipos de disputas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica. Foram avaliadas também as regulamentações pertinentes, como a Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação) e a Lei nº 9.307/1996 (Lei de Arbitragem). **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A mediação se destaca pela sua capacidade de promover acordos amigáveis e pela preservação das relações entre as partes, uma vez que o mediador imparcial auxilia as partes a reestabelecerem o diálogo e a chegar a um acordo de forma voluntária, sem impor soluções, sendo especialmente eficaz em disputas familiares e comerciais onde a manutenção do relacionamento é crucial. A arbitragem, por sua vez, é caracterizada pela presença de um árbitro ou tribunal arbitral, contratado pelas partes, que julga e decide o litígio, sendo a decisão vinculativa. Esse método é valorizado pela rapidez na resolução e pela especialização dos árbitros, sendo adequada para conflitos complexos e de alta monta. Ambas apresentam desafios, como a necessidade de cooperação das partes e a limitação em algumas áreas, como direito penal e questões de ordem pública. Além disso, a eficácia desses métodos depende da qualidade dos profissionais envolvidos e da vontade das partes em buscar uma solução consensual ou vinculativa. A mediação e a arbitragem representam avanços significativos na busca por soluções alternativas para conflitos, oferecendo processos menos formais e mais adaptáveis. No entanto, a eficácia desses métodos está condicionada à sua aplicação adequada e ao contexto da disputa. A mediação pode não ser a solução ideal em casos em que há grande assimetria de poder ou resistência das partes, enquanto a arbitragem, apesar de rápida e eficaz, pode ser criticada pelo alto custo e pela falta de recurso em algumas decisões. A escolha entre mediação e arbitragem deve considerar a natureza do conflito, as necessidades das partes envolvidas e a complexidade do caso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A mediação e a arbitragem oferecem alternativas valiosas ao sistema judicial tradicional, promovendo soluções mais eficientes e menos onerosas para os envolvidos. Contudo, é essencial reconhecer suas limitações e aplicar esses métodos de forma adequada para garantir que cumpram seu papel de maneira eficaz. A evolução e a consolidação dessas práticas no ordenamento jurídico dependem da contínua reflexão sobre suas vantagens e desafios, bem como da adaptação às necessidades dos diversos contextos de disputa.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação e a conciliação no âmbito judicial e extrajudicial.**
- BRASIL. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Dispõe sobre a arbitragem.**
- CAVALCANTI, Késsia Bezerra; PEREIRA, Anderson Correia. **Eficácia e aceitação da mediação como alternativa ao processo judicial tradicional no Brasil: um estudo sobre os desafios desses meios alternativos de resolução de conflitos.** 10 jun. 2024. Disponível em: <https://ius.com.br/artigos/109752/eficacia-e-aceitacao-da-mediacao-como-alternativa-ao-processo-judicial-tradicional-no-brasil-um-estudo-sobre-os-desafios-desses-meios-alternativos-de-resolucao-de-conflitos>. Acesso: 25 set. 2024.
- SILVA, Caroline Pessano Husek; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação, conciliação e arbitragem como métodos alternativos na solução de conflitos para uma justiça célere e eficaz.** Revista Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 128-143, 2013. Disponível: https://www.academia.edu/28053603/Media%C3%A7%C3%A3o_Concilia%C3%A7%C3%A3o_e_Arbitragem_Como_M%C3%A9todos_Alternativos_Na_Solu%C3%A7%C3%A3o_De_Conflitos_Para_Uma_Justi%C3%A7a_C%C3%A9lere_e_Eficaz. Acesso: 25 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Mara Lopes **FIALHO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira **BRAGA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Código de Defesa do Consumidor. Relação médico-paciente. Responsabilidade civil.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Para se refletir sobre a relação médico e paciente no Código de defesa do consumidor (CDC) na medicina pode parecer estranho, porque a atividade pressupõe uma proximidade entre os envolvidos. Portanto, tratar a relação médico-paciente como de consumo traz um sentimento de frieza. Juridicamente, porém, é a realidade. Para entender a aplicação do Código de defesa do consumidor à medicina é preciso entender dois conceitos: consumidor e fornecedor de serviços. Pela ótica da atividade médica, pode-se conceituá-los: consumidor (art. 2º do CDC): pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza serviço como destinatário final. Já o fornecedor (art. 3º do CDC): pessoa física (profissional liberal) ou jurídica (estabelecimento de saúde, como hospitais, clínicas etc.) que desenvolve atividades de prestação de serviços. Além disso, entra nessa relação a remuneração, que é o que acarreta a obrigação e a responsabilização do profissional diante de eventuais danos provocados ao consumidor. Sendo que o paciente é consumidor, pois se aproveita diretamente dos conhecimentos do profissional da área médica, o qual é remunerado pela prestação do serviço. Por isso, a relação médico-paciente é uma relação de consumo. **OBJETIVOS:** Esta pesquisa tem por objetivo geral demonstrar os efeitos e possíveis soluções da relação médico-paciente dentro do Código de defesa do consumidor. Especificamente, procurou-se mostrar a importância do conhecimento dos profissionais da saúde e dos próprios pacientes de acordo com a legislação brasileira (Código Civil e Código de Defesa do Consumidor). **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho foi desenvolvido por meio do método qualitativo e exploratório da revisão bibliográfica de artigos científicos brasileiros e trabalho acadêmico acerca do tema. Por meio da Constituição Federal de 1988 que traz: O reconhecimento do direito à saúde como um direito social fundamental, estabelecido no artigo 6º da Constituição, a inclusão da saúde no sistema de seguridade social, no artigo 194, o estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que universalizou o acesso à saúde, a garantia do direito à dignidade da pessoa humana, que deve estar presente em todas as relações sociais, incluindo o exercício da medicina. Além de no art. 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acrescentando o Código Civil de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor. **RESULTADOS:** A responsabilidade médica tem sido um tema cada vez mais discutido nos dias de hoje, especialmente no que se refere à legislação utilizada para responsabilizar o resultado indesejado. Logo o artigo 186, do Código Civil prevê a referida responsabilidade: art. 927. Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Na responsabilidade subjetiva, deve ser demonstrada a conduta culposa em sentido amplo, que pode se dar de maneira dolosa, ou seja, intencional, ou ainda culposa (inobservância do dever de cuidado), em suas modalidades de negligência, imprudência ou imperícia. A negligência é uma omissão no dever de cuidado, ao passo que a imprudência é um ato positivo, isto é, a pessoa age de maneira culposa. Já a imperícia é a culpa na técnica utilizada, quando o agente não possui a destreza mister para a prática do ato. Contudo, há ainda a previsão de responsabilidade objetiva no Código Civil, mais precisamente no artigo 927, parágrafo único, a qual independe da prova de culpa, bastando, para tanto, comprovar o dano sofrido pela vítima e o nexo de causalidade com a conduta do ofensor: E no parágrafo único do art. 927 do Código Civil haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. No Código de Defesa do Consumidor (art. 14), a regra é que o fornecedor tenha responsabilidade objetiva. Isso significa que ele responderá, independentemente de culpa, pelos danos causados, devendo repará-los. Basta que seja comprovado que sua conduta provocou o prejuízo. Porém, há uma ressalva: os profissionais liberais têm responsabilidade subjetiva, ou seja, será apurada mediante verificação da culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Em suma: o hospital ou a clínica respondem objetivamente, e o médico responde subjetivamente. Sendo assim, se o profissional cometer um erro, ele responderá se ficar comprovada sua culpa. No entanto, sobre a relação entre a responsabilidade e a conduta do médico, ainda é preciso destacar que esse profissional tem obrigação de meio. Assim entendem os tribunais, que ressalvam, porém, os casos de cirurgias plásticas de natureza exclusivamente estética (obrigação de resultado). Em outras palavras, o médico é obrigado a ter prudência e diligência normais ao prestar um serviço ao paciente, mas não possui obrigação de atingir determinado resultado. Portanto, nas obrigações de resultado a responsabilidade é objetiva, e nas obrigações de meio, é subjetiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Vale ressaltar que, para estar conforme o Código de Defesa do Consumidor, o profissional deve prezar por alguns aspectos na relação médico-paciente, tais como: respeitar os direitos do paciente à informação e à prestação de serviços de qualidade, de modo a respeitar a boa-fé contratual, ou seja, o consumidor deve ser informado sobre riscos e consequências do procedimento de saúde a que será submetido, pois ao fornecer informações completas ao paciente, o médico se resguarda de futuros aborrecimentos, inclusive ações judiciais de reparação. Isso é complementado com a elaboração de termo de consentimento informado (TCI), em que o paciente assina que teve prévio e pleno conhecimento daquelas informações. E diante das possibilidades de responsabilização, deve se preocupar em prestar um serviço humanizado e de excelência.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196.asp>. Acesso: 23 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078/compilado.htm>. Acesso: 23 set. 2024.
- Direitos do consumidor na área da saúde: o que você precisa saber. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-do-consumidor-na-area-da-saude-o-que-voces-precisa-saber/2169614622>>. Acesso: 23 set. 2024.
- PEINATI, Rafael Augusto Damasceno. **A responsabilidade civil do médico.** Disponível: <<https://www.migalhas.com.br/depois/396457/a-responsabilidade-civil-do-medico>>. Acesso: 23 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA

Alex Idelfonso **SOUZA** (Curso de Direito, FDV)Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Código Civil; Código de Processo Civil; Desconsideração; Inversa; Personalidade jurídica.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: No Direito brasileiro, vários têm sido os mecanismos adotados pelos legisladores a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional, bem como a satisfação das obrigações assumidas pelos cidadãos, sejam elas de natureza civil, consumerista, empresarial, trabalhista. Nesse sentido, um dos institutos criados para alcançar essa finalidade é a desconsideração da personalidade jurídica, isso porque vigora, como regra, na órbita civilista brasileira a independência entre o acervo patrimonial das empresas e o de seus sócios, contudo diante das hipóteses de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, é possível a relativização dessa regra para evitar-se a utilização da pessoa jurídica como mecanismo de causar prejuízos a terceiros. Dessa forma, tem-se excepcionalmente atingido o patrimônio dos sócios. De outro lado, tem-se admitido o instituto da desconsideração inversa da personalidade jurídica que tem como objetivo responsabilizar a empresa, por dívidas contraídas pelos seus sócios. Para sua aplicação é necessária a demonstração do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou a confusão patrimonial por seus sócios. Nessa hipótese, é relativizada a autonomia patrimonial para que a pessoa jurídica não seja utilizada de má-fé como mecanismo de encobrir bens dos sócios. Assim, sendo a desconsideração inversa se presta a atingir o patrimônio da empresa em decorrência das condutas descritas em lei como fraudulentas. Esclareça-se que o regime jurídico se vale de duas teorias para a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, sendo elas a teoria maior e a teoria menor, no presente estudo haverá a aplicação da teoria maior. Sendo importante apontarmos que a teoria menor é adotada nas ações consumeristas e trabalhistas, com um intuito de alcançar o patrimônio do infrator de forma mais célere, a contraponto na teoria maior adotada pelo Código Civil, há uma necessidade de comprovação de desvio de finalidade e/ou a confusão patrimonial. Dessa forma, a presente pesquisa gira em torno do seguinte problema de pesquisa: **Em que medida o instituto da desconsideração inversa da personalidade jurídica pode ser manejado para coibir a utilização abusiva da pessoa jurídica como mecanismo de encobrir o acervo patrimonial dos sócios, garantindo-se a efetividade da tutela jurisdicional?** **OBJETIVOS:** Discutir como a desconsideração inversa da personalidade jurídica pode ser utilizada para coibir a utilização abusiva da pessoa jurídica como mecanismo de encobrir o acervo patrimonial dos sócios. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa é natureza exploratória, valendo-se de uma revisão bibliográfica, e análise jurisprudencial. Os dados e bibliografias estudadas foram interpretados a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** A desconsideração inversa da personalidade jurídica busca o atendimento ao Princípio da Função Social da Empresa, estampado no art. 170 da CF/88. Ademais, a desconsideração inversa da personalidade jurídica, prevista nos artigos 50 do Código Civil e 133, §2º, do Código de Processo Civil, permite que os credores de um sócio busquem o patrimônio da empresa para satisfazer suas dívidas. No entanto, a aplicação desse instituto exige a comprovação inequívoca de abuso da personalidade jurídica, como o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial. Essa medida, embora eficaz na recuperação de créditos, deve ser utilizada com cautela, uma vez que pode afetar a autonomia patrimonial da empresa e os interesses de outros credores. Neste sentido, importa esclarecer que a possibilidade de desconsiderar a personalidade jurídica inversa, permitindo que os credores busquem o patrimônio da empresa, para liquidar dívidas adquiridas por seus sócios, todavia deve ser amplamente demonstrada a confusão patrimonial ou abuso de poder exercido pelos sócios, sendo uma medida eficaz no que tange a recuperação de ativos para quitar as dívidas dos sócios da empresa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Código Civil e o Código de Processo Civil, possibilita que em casos de irregularidades como fraudes ou abusos por parte dos donos de uma empresa, os bens ligados a sua atividade empresarial possam responder pelo débito de seus sócios, desde que seja respeitado todos os critérios legais, dessa maneira o instituto busca a eficácia na responsabilização da empresa, no que tange as dívidas geradas por seus sócios.

REFERÊNCIAS:

1. ARLANCH, Leila. **Desconsideração inversa da personalidade jurídica - abuso da personalidade**. [S.l.] Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 27/10/2021. Disponível: <https://www.tdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/em-temas/jurisprudencia-em-detalhes/personalidade-juridica/desconsideracao-inversa-da-personalidade-juridica-2013-abuso-da-personalidade#:~:text=A%20desconsidera%C3%A7%C3%A3o%20inversa%20ou%20inverteida.50>. Acesso: 1 set. 2024.
2. SABINO, Eduardo. **A teoria da desconsideração (inversa) da personalidade jurídica à luz do CPC**. [S.l.] Consultor Jurídico, 30 de julho de 2019. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-30/eduardo-sabino-desconsideracao-inversa-personalidade-juridica/>. Acesso 30 ago. 2024.
3. SOUZA, André Pagani de. **Desconsideração inversa da personalidade jurídica e responsabilidade patrimonial**. [S.l.] Migalhas, 1 set. 2022. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-na-pratica/372712/desconsideracao-inversa-da-personalidade-juridica>. Acesso: 30 ago. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

IMPACTOS DA ANSIEDADE PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adelaine Aparecida da **SILVA** (Curso de Pedagogia, FDV)Carmem Inêz de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Criança; Ansiedade; Aprendizagem.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A ansiedade é algo muito comum nos dias atuais. É uma reação do nosso corpo, muitas vezes, relacionado a preocupação ou medo excessivo e descontrolado dos pensamentos negativos, podendo desencadear problemas de ordem psicológica. É um mal que assola as pessoas em todas as fases de sua vida e, no caso de crianças, pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, pergunta-se como lidar com a ansiedade e seus impactos na aprendizagem da educação infantil? Conforme a Biblioteca Virtual em Saúde, do Ministério da Saúde, os transtornos de ansiedade são doenças relacionadas ao funcionamento do corpo e às experiências de vida. Pode-se sentir ansioso a maior parte do tempo sem nenhuma razão aparente; pode-se ter ansiedade às vezes, mas tão intensamente que a pessoa se sentirá imobilizada. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023 p. 1). A ansiedade é um mal que atinge diversas pessoas, existem alguns momentos específicos onde ela demonstra maior intensidade, quando há um momento importante na vida da pessoa, como por exemplo: apresentação de trabalhos, eventos que você seja o centro das atenções, ou algo novo que vai mudar sua rotina. É interessante sempre haver acompanhamento de profissionais e se necessário o uso de medicamentos indicados por eles, isso ajudará o paciente a conseguir controlar seus traumas (RAMOS, 2015). Com isso, coloca-se em evidência que o quanto antes for tratado ainda na infância pode evitar danos futuros na vida da criança, além disso será necessário buscar a raiz desse problema, o que causa ansiedade, pois pode ser algum trauma já vivenciado. **OBJETIVOS:** o objetivo deste trabalho é analisar quais são os impactos causados pela ansiedade na aprendizagem da educação infantil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Realizamos um levantamento bibliográfico com referência em autores que tratam da temática na educação infantil. Também foi feita uma observação em loco e também aplicação de questionários a professoras da educação infantil, a mães e crianças ansiosas. **RESULTADOS:** Verificou-se que as professoras entrevistadas conseguem identificar ansiedade nas crianças. Ainda de acordo com as professoras existem algumas características específicas em cada criança ansiosa. É importante ressaltar como o diálogo pode ajudar essas crianças, sendo fundamental o apoio da família e da escola. Podemos observar que uma das crianças desconta a sua ansiedade pela compulsão na comida, demonstra a inquietação e apresenta falta de interesse de realizar as atividades escolares. Nos relatos nota-se que as crianças com ansiedade não possuem interesse de ir à escola, muitas vezes ocorre da criança descontentar sua raiva em objetos, quebrando alguns objetos da casa. Além disso demonstram muito medo de errar nas apresentações de trabalhos; evitam realizar as atividades sugeridas em sala, e algumas vezes, demonstram impaciência ao assistir um canal da tv. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A ansiedade pode causar grandes impactos negativos na vida acadêmica da criança, ela influencia no processo de ensino e aprendizagem, desmotivação escolar, sentimento negativo de extrema preocupação antecipada, se não for tratada adequadamente pode se manifestar em transtornos como por exemplo: fobia, síndrome do pânico, dentre outros, tais sintomas e transtornos interferem na aprendizagem das crianças fazendo com que as notas não sejam boas e acabam desanimando em relação a escola. Percebemos com este trabalho que o quanto antes ser diagnosticado melhor terá bons resultados, pois se trata da criança não passa para a fase adulta com ansiedade em graus avançados, é interessante a realização de atividades com recursos que acalma as crianças para que a ansiedade não influencia no desfecho. Nesse sentido, a criança diagnosticada com ansiedade pode ter o apoio da escola, família e caso necessário de bons profissionais da área, para que esse mal que a assola não consiga interferir em sua aprendizagem e nem na sua vida social.

REFERÊNCIAS:

1. LILLARD, Paula P. **Método Montessori: uma introdução para pais e professores**. Barueri, SP: Manole, 2017.
2. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biblioteca Virtual da Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/ansiedade/>. Acessado em 12/11/2023.
3. RAMOS, Wagner Ferreira. **Transtornos de ansiedade**. São Paulo/SP, 2015. Disponível em: <https://ebramtec.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/TRANSTORNOS-DE-ANSIEDADE.pdf> acessado em 29/10/2023
4. RELVAS, Marta Pires. **Neurociência e transtorno de aprendizagem**: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DIANTE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Alex Idelfonso **SOUZA** (Curso de Direito, FDV)

Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Código de Defesa do Consumidor; Teoria menor; Desconsideração; Personalidade jurídica.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A desconsideração da personalidade jurídica, prevista no Código de Defesa do Consumidor, representa um mecanismo de proteção ao consumidor, permitindo que o patrimônio dos sócios seja alcançado para o pagamento de dívidas da empresa. A chamada "teoria menor" adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, em comparação com a "teoria maior" do Código Civil, exige menos requisitos para sua aplicação, como a demonstração de fraude ou abuso de personalidade jurídica. Basta que a personalidade jurídica seja obstáculo ao ressarcimento do consumidor. Nesse sentido, a presente pesquisa orienta-se pelo seguinte problema de pesquisa: **Como o instituto da desconsideração da personalidade jurídica contribui para a garantia e efetividade da proteção aos direitos do consumidor?**

OBJETIVOS: Discutir a importância da aplicabilidade do instituto da desconsideração da personalidade jurídica para a satisfação/efetividade dos direitos do consumidor. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa é de natureza exploratória, valendo-se de uma revisão bibliográfica, e análise jurisprudencial. Os dados e bibliografias estudadas foram interpretados a partir de uma abordagem qualitativa.

RESULTADOS: O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 28, reconhece a hipossuficiência do consumidor e prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, em casos de abuso de direito, infração à lei ou outras irregularidades que prejudiquem o consumidor. Essa medida excepcional visa proteger o consumidor de práticas abusivas e garantir a efetividade da tutela jurisdicional, facilitando o acesso do consumidor ao patrimônio dos sócios em situações em que a pessoa jurídica se mostra insuficiente para reparar o dano causado. A contraponto, o Código Civil exige a comprovação de fraude ou desvio de finalidade para a desconsideração da personalidade jurídica, o Código de Defesa do Consumidor adota uma abordagem mais ampla, permitindo a aplicação desse instituto em situações que envolvam abuso de direito, infração à lei ou outras irregularidades que prejudiquem o consumidor. Essa diferença se justifica pela necessidade de proteger o consumidor, que, em razão de sua hipossuficiência, pode ser vítima de práticas abusivas por parte de empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicado em caso de houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, devendo que os sócios e administradores sejam responsabilizados por obrigações da pessoa jurídica, sendo uma medida efetiva para o adimplemento das empresas, a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito consumerista pode vir a ser mais eficaz devido ao fato de possuir menos requisitos a serem preenchidos, possui uma celeridade maior, o que facilita o alcance do maior número de patrimônio.

REFERÊNCIAS:

1. ALVIM, Teresa Arruda. SATO, Priscila Kei. SIQUEIRA, Fernando. **Desconsideração da personalidade jurídica no âmbito das relações de consumo:** a interpretação sistemática do artigo 28, CDC. [S.l.] Migalhas, 22 de novembro de 2023. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/coluna/questao-de-direito/397335/desconsideracao-da-personalidade-juridica-nas-relacoes-de-consumo>. Acesso: 2 set. 2024.
2. REVES, Sandra. **Aplicação da teoria menor.** [S.l.] Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 18 de maio de 2022. Disponível: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/cdc-na-visao-do-tjdft-1/desconsideracao-da-personalidade-juridica/teoria-menor-da-desconsideracao-da-personalidade-juridica>. Acesso: 2 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO PROFESSOR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Adelaine Aparecida da **SILVA** (Curso de Pedagogia, FDV)

Carmem Inêz de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)

Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Criança; Racismo; Preconceito.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O preconceito racial está sempre presente no nosso cotidiano. Um ato racista pode causar traumas desde a mais tenra idade, podendo prejudicar o desenvolvimento da criança. Muitas vezes esses momentos passam despercebidos aos adultos, e na sala de aula não é diferente. A professora regente precisa intervir quando necessário no combate ao preconceito racial. É necessário que ocorra eventos ou aulas cujo o tema tenha como foco seja desmistificar atitudes racistas cristalizadas nas vivências discriminatórias repassadas por gerações. A escola, por sua vez, colabora com a manutenção e continuidade do racismo, dado o seu silenciamento sobre as questões raciais e as situações de discriminação que marcam as relações no contexto escolar. Santos (2007, p. 41). O preconceito não pode ser silenciado, pois quem sofre carrega esses momentos por toda a vida, por isso a escola precisa intervir, pois a escola deve ser um ambiente de socialização e respeito mútuo. Muitas vezes alunos são excluídos por seus colegas apenas por não aceitarem suas características e cor, e com isso, muitos não conseguem permanecer na instituição. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho é conhecer estratégias que o professor pode utilizar através de recursos pedagógicos no enfrentamento ao racismo e preconceitos em sala de aula. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Esse trabalho constituiu-se de uma pesquisa de campo que embasa a execução de uma atividade de extensão. Assim, para realizar a pesquisa utilizamos como referência a leitura de autores que tratam da temática e aplicamos questionários a professoras da educação infantil e anos iniciais no intuito de saber como é feito o trabalho da educação das relações étnico-raciais nas escolas. Após o levantamento bibliográfico foi feita uma análise das estratégias utilizadas e, com essa base, planejamos e executamos a atividade de extensão. **RESULTADOS:** As professoras entrevistadas relataram que utilizam estratégias pedagógicas como exemplo apresentar dados estatísticos e linha do tempo voltada para a época da escravidão; utilizam também filmes com atores negros e músicas de artistas negros, focando na educação antirracista e na importância da consciência negra; além de utilizar de aulas expositivas de conscientização que somos iguais independentemente da cor da pele, classe social ou religiosidade; além de usar de contação de histórias com enfoque no tema racismo. Verificou-se que as ações das professoras parecem não ter orientação sistemática, ou formação de como lidar com o racismo, vindas das escolas que atuam nem projetos de combate ao racismo envolvendo a comunidade escolar observa-se que a temática racial não está na programação da escola e parece ficar a cargo de cada professor a partir de seu pouco conhecimento para lidar com situações. Não se observa um movimento da escola no sentido de maior envolvimento na questão racial e no combate ao preconceito. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Toda forma de preconceito é algo crucial na vida das crianças, muitas vezes sofrem com isso durante sua infância, levando assim essas marcas para sua vida adulta, e isso jamais pode ser considerado normal. Algumas brincadeiras de mal gosto não são admissíveis, pois pode afetar o emocional de quem sofre esses tipos de preconceito. Muitas vezes a criança negra tem o cabelo crespo ou cacheado e isso se torna bullying dentro da própria escola, o lugar que devia ser de maior socialização entre todos os alunos. Isso causa impactos em sua vida e muitas dessas meninas que sofrem por causa do cabelo querem alisar, desejam ter cabelo liso, porque acham que são diferentes e se acham feias diante as outras colegas. É interessante os professores ressaltarem dentro da sala de aula sobre esses tipos de diferenças e exaltar sim o cabelo crespo e o cacheado, contar histórias de meninas negras como protagonistas faz diferença na vida dessas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Toda forma de preconceito é algo crucial na vida das crianças, muitas vezes sofrem com isso durante sua infância, levando assim essas marcas para sua vida adulta, e isso jamais pode ser considerado normal. Algumas brincadeiras de mal gosto não são admissíveis, pois pode afetar o emocional de quem sofre esses tipos de preconceito. Muitas vezes a criança negra tem o cabelo crespo ou cacheado e isso se torna bullying dentro da própria escola, o lugar que devia ser de maior socialização entre todos os alunos. Isso causa impactos em sua vida e muitas dessas meninas que sofrem por causa do cabelo querem alisar, desejam ter cabelo liso, porque acham que são diferentes e se acham feias diante as outras colegas. É interessante os professores ressaltarem dentro da sala de aula sobre esses tipos de diferenças e exaltar sim o cabelo crespo e o cacheado, contar histórias de meninas negras como protagonistas faz diferença na vida dessas crianças.

REFERÊNCIAS:

1. MARTINS, Roseli Figueiredo; MUNHOZ, Maria Leticia Puglisi. **Professora, não quero brincar com aquela negrinha.** (Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola, vol. 5) São Paulo: Nove&Dez Criação e Arte, 2007.
2. NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor:** identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
3. **ORIENTAÇÕES CURRICULARES:** expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio / Secretaria Municipal de Educação - São Paulo: SME / DOT, 2008.
4. SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar:** as relações raciais entre alunos negros e não-negros. Cuiabá, EduFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 4).

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-049

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DIANTE NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Alex Idelfonso **SOUZA** (Curso de Direito, FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**
(Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Teoria menor; Desconsideração; Personalidade jurídica.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A fim de proteger os créditos trabalhistas, a Justiça do Trabalho tem flexibilizado a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, reduzindo os obstáculos para a responsabilização dos sócios. Essa abordagem, ao diminuir a carga probatória, contribui para a efetividade da tutela jurisdicional do trabalhador. Dessa forma, a presente pesquisa guia-se em torno do seguinte problema de pesquisa: **De que forma a incidência do instituto da desconsideração da personalidade jurídica atua para que a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas não seja utilizada como ferramenta para frustrar o adimplemento de obrigações trabalhistas?** **OBJETIVOS:** Discutir a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica como ferramenta de coibir o inadimplemento a obrigações trabalhistas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de pesquisa exploratória, empreendida a partir de uma revisão bibliográfica, e análise jurisprudencial. Os dados e bibliografias estudadas foram analisadas à luz de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** A evolução legislativa, com a inclusão do artigo 855-A na Consolidação das Leis Trabalhistas, ampliou as possibilidades de responsabilização dos sócios em processos trabalhistas. A adoção da teoria menor na desconsideração da personalidade jurídica, que dispensa a comprovação de fraudes ou abusos, demonstra a preocupação do legislador em proteger os créditos trabalhistas, especialmente em situações de insolvência da empresa. Essa teoria, ao facilitar a responsabilização dos sócios, busca garantir a efetividade da execução trabalhista. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A lei trabalhista permite que, em casos de irregularidades como fraudes ou abusos por parte dos donos de uma empresa, estes possam ser responsabilizados pelas dívidas da empresa. Isso significa que os donos podem ter que pagar com o próprio dinheiro as dívidas trabalhistas da empresa. Por fim, podemos concluir que devido a celeridade na aplicação do instituto, há maiores possibilidades para que o crédito trabalhista seja quitado.

REFERÊNCIAS:

1. GIRASOLE, Yara Leal. SILVA, Mariana dos Santos. **A desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho**. [S.l.] Migalhas, 4 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/379544/a-desconsideracao-da-personalidade-juridica-na-justica-do-trabalho>. Acesso: 1 set. 2024.
2. ANDRADE, Fernando Lugani de. **Desconsideração da personalidade jurídica na nova CLT**. [S.l.] Migalhas, 15 de setembro de 2017. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/depeso/265431/desconsideracao-da-personalidade-juridica-na-nova-clt>. Acesso: 1 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-050

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E SUA RELAÇÃO COM OS ALUNOS

Vitória Caroline de **SOUZA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação; Ensino; Sociedade; Ambiente.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente trabalho vem mostrando a formação dos professores e sua relação com os alunos sempre foi extensa tentando colocar em discussão a forma em que o professor trata o seu aluno, a principal relevância deste trabalho é analisar como é relação de professor e aluno dentro da sala de aula tentando mostrar o que é mais relevante onde acontece as inflamações disciplinares mostrando se há realmente respeito entre professor e aluno. Muitos professores não se importam muito com os alunos, para eles o importante é passar conteúdo e não ter nenhum tipo de relação que envolva a vida pessoal, entretanto as coisas que se relacionam com o ensino devem ser analisadas depois em alguns momentos os educadores estão revertendo de visões de conflitos e relações pré-concebidas construídas em escolas com professores e alunos. A fim de entender esta relação, um questionário foi utilizado para investigar as opiniões de professores e alunos sobre a relação professor-aluno. Os professores relataram que o incentivo aos alunos, a presença emocional, o diálogo e os novos métodos de ensino facilitaram o aprendizado. Embora a relação entre professores e alunos ainda seja um pouco diferente, os professores são considerados uma parte fundamental do processo de ensino e são excelentes formadores. A escolha do tema foi motivada pela grande repercussão na mídia de casos de violência entre dois principais centros do processo educacional em várias escolas públicas brasileiras - professores e alunos. **OBJETIVO:** O objetivo geral deste trabalho foi analisar as relações estabelecidas entre professores e alunos e como isto constitui um elemento essencial do processo de ensino. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** De posse dos dados da pesquisa a questão a ser relatada, trata-se de uma pesquisa que embasa a execução de uma atividade de extensão. Assim, para realizar a pesquisa utilizamos a pesquisa de campo com natureza explicativa. A busca pela resposta aos objetivos partiu de uma análise dos dados coletados. Após o levantamento bibliográfico foi feita a conclusão da pesquisa e serviram de base para a execução da atividade de extensão proposta. **RESULTADOS:** Este artigo enfoca diferentes trabalhos atual elucidada através de um estudo de campo, crítico e reflexivo, o impacto das relações emocionais entre professores e alunos, dificuldades de verificação e o sucesso anda de mãos dadas. Por meio desses esclarecimentos neste estudo, podem ser identificados pontos relevantes que estimulam a convivência afetiva de professores e alunos no processo educativo e os orientam para uma educação de qualidade. No entanto, entenda que esse fator é muito importante para o aprendizado dos alunos em sala de aula. Este estudo ganhou relevância no campo da educação ao cotejar os pontos de vista de diversos autores sobre o verdadeiro papel do professor, que deve ser o mediador do conhecimento sistemático e deve suportar diferentes situações para que seus alunos adquiram o aprendizado necessário. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluímos que O professor deve procurar compreender o seu aluno: a sua forma de pensar, mas suas características pessoais, os seus gostos, etc. Só assim o professor pode estar próximo do aluno, possivelmente desenvolvendo a partir do afeto, uma relação livre de diferenças e obstáculos. Os educadores precisam entender que a educação é como um processo social e fundamental na formação completa dos alunos. Para isso, o professor deve ter uma prática onde leva em consideração as vivências cotidianas dos alunos, as conversas que acontecem, a construção de vínculos afetivos ao lidar com as pessoas. Educadores que conseguem dialogar com os alunos criam um ambiente em que perguntas, debates e discussões se tomam um ambiente constante que acaba com a passividade e a apatia, possibilitando a formação de um indivíduo crítico e consciente.

REFERÊNCIAS:

1. CHARLOT, B. **Relação com o saber: formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
2. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
3. GUILLOT G. **O resgate da autoridade em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-051

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E A REINCIDÊNCIA

Alex Idelfonso **SOUZA** (Curso de Direito, FDV)Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)**Palavras-chave:** Direito Penal; Princípio de insignificância; Reincidência no crime.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Para aplicação do instituto da insignificância no âmbito penal o Superior Tribunal de Justiça (STJ), compreende que são necessárias o cumprimento de quatro requisitos bases, todavia a reincidência habitual pode vir a impedir a aplicação do presente instituto. Nesse sentido, a presente discussão é orientada pelo seguinte problema de pesquisa: **Como o Princípio da Insignificância interfere na aplicação de penas nas hipóteses de reincidência no processo penal?** **OBJETIVOS:** Discutir o cabimento da aplicação do Princípio da Insignificância em processos penais em que o réu é reincidente. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: A presente pesquisa é de natureza exploratória, valendo-se de uma revisão bibliográfica, e análise jurisprudencial. Os dados e bibliografias estudadas foram interpretados a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** O princípio da insignificância somente pode ser aplicado quando há presença de quatro requisitos bases, os quais de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, são: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Desta maneira a aplicação do referido princípio é caracterizada como uma excludente de tipicidade. Atualmente, observa-se em julgados de aplicação do princípio da insignificância onde o réu é reincidente, que o que deve ser analisado é a situação em hora discutida, não podendo a reincidência por si só ser fator impeditivo de sua aplicação. Todavia como não há entendimento sumulado sobre o assunto outra vertente aponta que a reincidência habitual, descaracteriza o critério de ausência de reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que caberá ao julgador analisar o caso em pauta e utilizar seus conhecimentos técnicos para decidir se a existência da reincidência habitual é fator impeditivo da aplicação do princípio da insignificância, vez que poderia ser considerado como ato com alto grau de reprovação.

REFERÊNCIAS:

1. NETO, Carlos Pires Soares. **A reincidência e reiteração delitiva impedem a aplicação do princípio da insignificância?**. [S.l.] Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 04 de abril de 2023. Disponível: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-perguntas/direito-penal-e-processual-penal/principio-da-insignificancia/a-reincidencia-e-reiteracao-delitiva-impedem-a-aplicacao-do-principio-da-insignificancia>. Acesso: 2 set. 2024.
2. RODAS, Sérgio. **2ª Turma do STF aplica princípio da insignificância a réu reincidente**. [S.l.] Consultor Jurídico, 05 de abril de 2022. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-05/turma-stf-aplica-principio-insignificancia-reincidente/>. Acesso: 1 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-052

RESPONSABILIDADE DE INFLUENCIADORES DIGITAIS NA PUBLICIDADE DE JOGOS DE AZAR

Natália Eduarda Rosa **MURTINHO** (Curso de Direito, FDV)Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)**Palavras-chave:** Código Civil; Jogos; Influenciadores digitais.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Na atualidade com a expansão da rede mundial de computadores e os exponenciais acessos às ferramentas mídias digitais, surgem novas profissões que se estabelecem e se reproduzem por meio das redes sociais, a exemplo dos influenciadores digitais. Esses influenciadores são pessoas que utilizam de seu alcance nas mídias sociais para realizar comercializar um estilo de vida, produtos, serviços, aplicativos, entre outros. Na atual legislação brasileira, os influenciadores digitais são responsáveis pelos seus anúncios publicados, e em decorrência da sua publicidade se tornam parte da cadeia de consumo como intermediários na relação comercial entre a empresa e o consumidor, conforme preceitua a Lei 8.078/1990, salienta-se que tais profissionais utilizam plataformas monetizadas para auferir lucro, assim além de ganharem pela publicidade também ganham vantagem econômica ao publicar em plataformas que pagam pelo número de visualizações curtidas, e compartilhamento. Ocorre que atualmente, muitos influenciadores, têm realizado propagandas de jogos de apostas ilegais no território brasileiro, o que tem acarretado algumas discussões jurídicas a respeito da responsabilidade solidária entre os influenciadores e as empresas que exploram comercialmente esse nicho. No Brasil os jogos de aposta regularizados, são regulamentados pelo Banco Central, sendo importante destacarmos que ainda não é regulamentação específica, para jogos de azar em plataformas virtuais. **OBJETIVOS:** Discutir o limite da responsabilidade solidária entre os influenciadores digitais e empresas de apostas ilegais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** revisão de literatura utilizando-se uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** Os jogos de azar não regulamentados pelo Banco Central do Brasil, são considerados ilegais, a definição de jogos de azar é trazida pelo artigo 50, do Código Penal. Ocorre que atualmente é comum vermos influenciadores digitais realizando a publicidade de cassinos online, além disso o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil apontam que as pessoas que realizam tal publicidade possuem responsabilidade pelos danos acarretados a terceiros. Conforme disposto no Código de Defesa do Consumidor, influenciadores digitais que divulgam jogos de azar estão sujeitos a responsabilidade civil caso omitem informações relevantes sobre os riscos inerentes a essa prática, induzindo os consumidores a erro. A natureza aleatória dos jogos de azar, com alta probabilidade de perda, deve ser explicitada em qualquer tipo de publicidade. A contraponto, tanto o Código Civil quanto o Código Penal possuem dispositivos que podem ser aplicados em caso de responsabilização pela publicidade de jogos de azar realizada por influencers. Neste sentido, se um influenciador causar danos a terceiros, como vícios em jogos ou dívidas, ele poderá ser responsabilizado civilmente. Além disso, se houver indícios de atividades ilegais, como exploração de jogos de azar ou lavagem de dinheiro, o influenciador poderá responder criminalmente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que os influencers que realizam a publicidade de jogos de azar em território brasileiro, possuem responsabilidade por suas ações, e a depender do ato delituoso cometido pode responder tanto na esfera civil quanto na penal. Esclareça-se que não há lei em vigência que forneça uma regulamentação específica para essa atuação dos influenciadores, bem como não há jurisprudência fixada sobre a situação hora discutida.

REFERÊNCIAS:

1. NOBRE, João Pedro Ferraz Tôres. ADÃES, Matheus de Mello. **Responsabilidade civil dos influenciadores digitais pela divulgação de produtos e serviços ilícitos**. [S.l.] Migalhas, 01 de agosto de 2024. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/depeso/412339/responsabilidade-civil-dos-influenciadores-pela-divulgacao-de-produtos>.
2. MONTINI, Nelson Alexander Schepis. **A responsabilidade de influenciadores digitais na publicidade de jogos de azar**. [S.l.] Jusbrasil. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-responsabilidade-de-influenciadores-digitais-na-publicidade-de-jogos-de-azar/2547046125>.
3. JUNIOR, Vilmar Guimarães. **Responsabilidade de influenciadores digitais que publicam anúncios de cassinos online**. [S.l.] Jusbrasil. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/responsabilidade-de-influenciadores-digitais-que-publicam-anuncio-de-cassinos-online/1751261031>.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-053

LIMITES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS DISCURSOS DE ÓDIO NA INTERNET

Natália Eduarda Rosa **MURTINHO** (Curso de Direito, FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Constituição Federal; Liberdade de expressão; Limites.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A liberdade de expressão é garantida constitucionalmente (artigo 1º da Constituição Federal), todavia não é um direito absoluto, na atualidade muitos confundem discursos de ódio com o direito constitucional de se expressar, sendo cada vez mais necessário que sejam apontados os limites do que pode ser considerado legal. **OBJETIVOS:** Discutir e identificar os limites legais ao direito de expressão frente à cada vez maior expansão dos discursos de ódio. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa é exploratória, sendo possibilitada a partir de uma revisão literária. **RESULTADOS:** A crescente disseminação de discursos de ódio nas redes sociais tem suscitado debates sobre os limites da liberdade de expressão, o discurso de ódio é uma ferramenta de comunicação que busca incitar sentimentos negativos, como ódio e hostilidade, direcionados a indivíduos ou grupos específicos, com base em suas características indenitárias. A ausência de fronteiras geográficas e a facilidade de disseminação inerentes às redes sociais amplificam o alcance e a nocividade dos discursos de ódio. A ausência de limites legais eficazes para coibir tais práticas gera um cenário propício à disseminação de mensagens discriminatórias e violentas, com impactos profundos na sociedade. Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, sua aplicação não é absoluta. Em situações excepcionais, como a disseminação de discursos de ódio, a proteção de outros direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, pode justificar a imposição de limites à liberdade de expressão. A jurisprudência internacional e nacional oferece precedentes para essa relativização, um exemplo é o ataque a Esplanada dos Ministérios, mas especificamente ao STF, pois se estivéssemos falando sobre uma manifestação pacífica de ideais, não haveria necessidade de intervenção, mas ocorreram depredações e atos violentos, que foram considerados atentados ao Estado Democrático de Direito, tornando necessárias a intervenção policial e judiciária. Em suma, a proliferação de discursos de ódio nas redes sociais exige uma resposta urgente e eficaz por parte dos legisladores e dos operadores do direito. A regulamentação desses discursos, embora desafie a liberdade de expressão, é fundamental para garantir a convivência pacífica e democrática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O ordenamento jurídico ainda não possui diretrizes para definir e penalizar os discursos de ódio proferidos virtualmente cabendo ao julgador analisar e julgar o caso em concreto valendo-se tão somente da sua interpretação legal, o que aponta a necessidade de regulamentação sobre o tema. Uma possível solução do problema trazido seria o monitoramento prévio, através de algoritmos que monitorasse ações suspeitas previamente, para que possa ocorrer o controle de danos.

REFERÊNCIAS:

- GOMES, Antônio Victor Monteiro. FERRANTE, Caio Graco. OLIVEIRA, Jamile Lillian Fernandes Brito de. **O discurso de ódio nas redes sociais e os limites da liberdade de expressão**. [S.l.] Jusbrasil. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-e-os-limites-da-liberdade-de-expressao/1677439376>. Acesso: 9 set. 2024.
- KOETZ, Eduardo. **Liberdade de expressão na era digital: Desafios e perspectivas jurídicas**. [S.l.] Migalhas, 11 de julho de 2024. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/depeso/410997/liberdade-de-expressao-na-era-digital-desafios-e-perspectiva-juridica>. Acesso: 8 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-054

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lucas do Carmo de **PAULA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Terceirização; Terceirização do serviço público; Redução de custos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Presente no cenário brasileiro desde a década de 1990, a terceirização da administração pública (terceirização é a contratação de uma empresa para realização de serviços para atender a demanda do contratante) tem gerado debates acalorados sobre seus impactos na qualidade dos serviços prestados, na eficiência da gestão pública. **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se apresentar os benefícios da terceirização na administração pública brasileira. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** A terceirização na administração pública se configura como uma ferramenta estratégica que impulsiona a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade (O QUE, 2020), através da transferência de atividades não essenciais para empresas especializadas. De tal forma, o Estado busca: reduzir custos e otimizar recursos onde ao delegar atividades não estratégicas para empresas privadas via terceirização, o Estado garante melhor aplicabilidade de seus recursos, obtendo maior eficiência e custos menores (ALVES, 2024). Essa estratégia libera recursos públicos para serem investidos em áreas prioritárias como saúde, educação e segurança pública, promovendo o desenvolvimento social; garantindo também acesso a novas tecnologias e expertise. O conhecimento especializado e o acesso a tecnologias de ponta de empresas qualificadas são chaves para a modernização da administração pública, onde através de parcerias estratégicas, o Estado pode impulsionar a entrega de serviços inovadores e de alta qualidade para a população. Entretanto, se aplicada de má-fé a terceirização acarreta ofensa aos princípios da Administração Pública, precarização das condições de trabalho e ofensa ao princípio da impessoalidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A terceirização, quando aplicada de forma estratégica e responsável, configura-se como um instrumento valioso para a modernização da administração pública brasileira. Através da transferência de atividades não essenciais para empresas especializadas, o Estado otimiza seus recursos, aumenta a eficiência na gestão pública e garante a entrega de serviços de qualidade à população.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, Osvaldo Nunes. **Terceirização de serviços na administração pública**. TCU, [s.l.], 14 abr. 2024. Disponível: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0ADB957176F6>. Acesso: 21 jun. 2024.
- GOVERNO FEDERAL. **O QUE é a terceirização na administração pública?** [S.l.], 20 ago. 2020. Disponível: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/instrucao-normativa-de-servicos-in-no-5-de-2017/1-aspectos-gerais-1/1-2-o-que-e>. Acesso: 21 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: CAUSAS

Marcel Dias **NACIF** (Curso de Direito, FDV)
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Direito internacional; Conflito internacional; Rússia-Ucrânia; Ucrânia-Rússia.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: No cerne da disputa entre Rússia e Ucrânia, encontram-se pontos de discórdia como a expansão da OTAN para o leste, as ambições territoriais da Rússia e o desejo ucraniano de autodeterminação, elementos que se entrelaçam em um mosaico de tensões e ressentimentos. A invasão russa, em flagrante violação da Carta das Nações Unidas e dos princípios basilares do Direito Internacional, impôs uma dura realidade à Ucrânia. A agressão militar, que resultou em perdas incontáveis de vidas humanas, destruição em larga escala e uma crise humanitária de enorme proporção, configura-se como um crime contra a humanidade. **OBJETIVOS:** Neste estudo, busca-se apresentar as causas do conflito russo-ucraniano. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem utilizada neste trabalho é a revisão bibliográfica. **RESULTADOS:** Com base na pesquisa realizada, a percepção da Rússia é de que a expansão da OTAN para o leste, em direção às suas fronteiras, representa uma ameaça à sua segurança nacional, sendo um dos principais pontos de discórdia no conflito. A OTAN, uma aliança militar de países ocidentais, foi criada durante a Guerra Fria para conter a expansão da União Soviética. Após o fim da Guerra Fria, a OTAN continuou a se expandir, incorporando países do antigo bloco soviético (Masters, 2023). A Rússia, por sua vez, vê essa expansão como um cerco e uma ameaça à sua própria segurança. Ademais, a aspiração da Ucrânia de se integrar à União Europeia e à OTAN, o que a Rússia considera contrário aos seus próprios interesses, também contribuiu para aumento de tensões no conflito (Mearsheimer, 2022). A Ucrânia, que se tornou independente da União Soviética em 1991, busca ainda hoje se aproximar do Ocidente e fortalecer sua soberania, o que os russos veem como uma ameaça à sua segurança. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O conflito entre a Rússia e a Ucrânia se destaca como um capítulo sombrio na história recente, marcado por violações flagrantes do Direito Internacional e pelo sofrimento imenso infligido ao povo ucraniano. As raízes desse conflito se entrelaçam em um aglomerado complexo de tensões históricas, políticas e geopolíticas, com pontos de discórdia como a expansão da OTAN, as ambições territoriais da Rússia e o desejo ucraniano de manter sua soberania.

REFERÊNCIAS:

1. MASTERS, Jonathan. Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia. In: **Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia**. [S. l.]: Council on Foreign Relations, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>. Acesso: 21 maio 2024.
2. MEARSHEIMER, John J. The causes and consequences of the Ukraine war. In: **The causes and consequences of the Ukraine war**. República da Sérvia: Center for International Relations and Sustainable Development, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>. Acesso: 20 maio 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E SUA APLICABILIDADE NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Marcos Túlio Santos **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Perda de uma chance; Responsabilidade civil; Decisões judiciais; Direito brasileiro.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A teoria da perda de uma chance, de origem francesa, emerge como um conceito inovador no âmbito da responsabilidade civil, criado para intervir em situações em que a perda de uma oportunidade, ocasionada por conduta ilícita de terceiro, possa gerar prejuízos mesmo que não seja possível comprovar a certeza do resultado. Esta teoria busca reparar a perda de uma chance razoável de obter um benefício ou evitar um dano, reconhecendo o valor intrínseco da oportunidade perdida. No cenário jurídico brasileiro, sua aplicabilidade nas decisões judiciais tem sido objeto de crescente debate e interpretação. **OBJETIVOS:** O presente estudo visa analisar a teoria da perda de uma chance e verificar sua aplicabilidade e utilidade nas decisões judiciais em cenário nacional. Especificamente, examinar como a doutrina e a jurisprudência têm interpretado esse conceito, os critérios utilizados para sua aplicação e os desafios enfrentados. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com foco em revisões bibliográficas. Foram analisadas também as legislações pertinentes, como a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A teoria em análise tem sido reconhecida em vários sistemas jurídicos, inclusive no ordenamento brasileiro, onde sua aceitação e aplicação têm crescido exponencialmente. A jurisprudência brasileira tem adotado a teoria principalmente em casos de responsabilidade civil, em que a perda de uma chance pode ser quantificada e passível de reparação. A teoria tem demonstrado relevância em situações em que não é possível mensurar o resultado certo, mas a oportunidade perdida se revela significativa e real. Além disso, a teoria reflete uma evolução na compreensão da responsabilidade civil, permitindo que oportunidades perdidas sejam compensadas, mesmo quando não podem ser comprovadas de maneira absoluta. Contudo, a sua aplicação prática ainda enfrenta obstáculos, como a complexidade em quantificar a chance perdida e o impacto sobre o resultado real. Isso requer uma análise minuciosa das circunstâncias que envolvem o caso, o que pode ser um processo complexo e sujeito a várias interpretações. A aplicação da teoria da perda de uma chance nas decisões judiciais brasileiras demonstra uma evolução na compreensão da responsabilidade civil, permitindo a compensação por oportunidades perdidas que não podem ser provadas de forma absoluta. Todavia, sua implementação prática revela complexidades, como a necessidade de provas sólidas para demonstrar a existência e a perda da chance, bem como a dificuldade em mensurar o valor da oportunidade perdida. A teoria também aborda questões sobre a extensão da responsabilidade e o impacto nas decisões judiciais, exigindo uma análise rígida para evitar a criação de obrigações excessivas ou injustas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A teoria da perda de uma chance representa um avanço expressivo na responsabilidade civil, proporcionando uma forma de compensar danos relacionados a oportunidades perdidas. Sua aplicabilidade nas decisões judiciais brasileiras tem se desenvolvido, mas ainda carece de maior uniformidade e clareza. A consolidação desta teoria no ordenamento jurídico brasileiro prescinde de uma abordagem equilibrada, que reconheça a importância da oportunidade perdida, mas que também considere os limites e desafios envolvidos na sua aplicação. Assim, a aplicação da teoria da perda de uma chance não apenas contribui para a justiça na reparação de danos, mas também desafia o sistema jurídico a se reinventar em busca de soluções mais equitativas.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Instui o Código Civil**.
2. DIAS, Feliciano Alcides; SILVA, Taynara Larissa da. **A teoria da perda de uma chance: critérios de aplicação e breve análise acerca da recente admissão doutrinária e jurisprudencial no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista da ESMESC, v. 23, n. 29, p. 83-104, 2016. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-ESMESC_29.03.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.
3. JUNIOR, Luiz Alberto Cury. **A teoria da perda de uma chance e o dever de indenizar**. 12 fev. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-fev-12/a-teoria-da-perda-de-uma-chance-e-o-dever-de-indenizar/>. Acesso em: 27 set. 2024.
4. SANTANNA, Hector Valverde; PEGAS, Rosângela da Silva. **Teoria da perda de uma chance: análise histórica, doutrinária e jurisprudencial**. REPATS, Brasília, v. 5, n. 1, p. 346-377, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/repats/article/view/9780>. Acesso em: 27 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-057

IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTILMaria Eduarda Floresta Silva **VICENTE** (Curso de Pedagogia, FDV)Renato Salles **MATTOS** (Orientadora, FDV)Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)**Palavras-chave:** Lúdico; Desenvolvimento; Habilidades.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: O lúdico também conhecido como ludicidade trata-se de uma metodologia pedagógica que consiste em compreender os jogos e as brincadeiras como ferramenta de grande importância a ser utilizada durante o processo educacional da criança, por meio dele é possível que as crianças trabalhem diversas habilidades de suma importância como o desenvolvimento afetivo, motor e cognitivo. O lúdico na educação infantil busca compreender e facilitar a interação entre professores e alunos fazendo com que o professor ensine de uma forma mais divertida por meio de atividades, jogos e brincadeiras. Existem diversos benefícios de se aprender de forma lúdica, o momento da atividade se torna descontraído e por meio disso é possível que a criança estimule ainda mais sua imaginação e socialização com o próximo, por meio dele a criança consegue criar diversas situações e descobrir novos espaços. O lúdico no contexto educacional é de extrema importância por meio dele o professor proporciona a seus alunos um ambiente mais divertido e interessante fazendo com que o aluno se sinta mais à vontade para realizar as atividades propostas. É importante que a escola forneça os materiais necessários para ao professor para a realização do seu trabalho, e necessário que o professor planeje suas aulas levando em consideração a idade das crianças e os objetos a serem alcançados. É possível analisar a importância do lúdico no contexto educacional, por meio dele as crianças desenvolvem capacidades e habilidades de suma importância para sua vida escolar e pessoal ele deve ser visto como uma ferramenta inovadora que tem como objetivo fazer com que as crianças aprendam de maneira mais fácil, divertida e lúdica despertando seu interesse e curiosidade em aprender. **OBJETIVOS:** Considerando a importância do lúdico na educação infantil, este estudo buscou investigar a importância do lúdico no contexto educacional e sua importância no processo de desenvolvimento da criança. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de campo e pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado com perguntas abertas aplicados a 2 professores da instituição de ensino. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa revelam que os professores entendem a importância do lúdico como ferramenta de ensino e inclusive a utilizam em suas aulas o que proporciona a seus alunos um ambiente mais divertido e interessante. Por meio dele é possível trabalhar com os alunos habilidades importantes para sua evolução e estímulo da imaginação. A escola proporciona aos professores os materiais necessários para que os recursos lúdicos consigam atender as necessidades de todos os alunos tornando o ambiente mais significativo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir a importância do lúdico na educação infantil e na vida dos alunos, fornecendo aos discentes um conhecimento mais amplo e de grande importância para as diversas áreas de sua vida. A inclusão do lúdico durante as aulas também fica evidente, é possível perceber que o professor compreende e o utiliza em suas aulas afim de torná-las mais leves. O lúdico é uma ferramenta de ensino que deve ser cada vez mais utilizada em salas de aula afim de promover uma educação mais leve, prazerosa e divertida aos alunos.

REFERÊNCIAS:

1. OLIVEIRA, Vera Barros de (Org). **O brincar e a criança no nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
2. KISHIMOTO, Tizuro Morchida (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
3. PIAGET, Jean . **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho, imagens e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
4. GONZAGA, Rubia Renata das Neves. **A importância da formação lúdica para professores da educação infantil**. Revista Maringá Ensina, n. 10, fev./abr. 200.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-058

IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO PESSOAL PARA MELHOR DESEMPENHO DOS COLABORADORES DE UM ESCRITÓRIO CONTÁBIL DA CIDADE DE VIÇOSA MGMaria Luisa Fagundes **PAIVA** (Curso de Administração, FDV)Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)**Palavras-chave:** Treinamento pessoal, Produtividade; Desempenho.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Segundo Chiavenato (2020), o treinamento se define como um processo para proporcionar a qualidade nos recursos humanos, desenvolvendo a produtividade e contribuindo para alcance dos objetivos das organizações. Afirma também que, o alcance da produtividade vai influenciar no comportamento dos indivíduos. O presente trabalho analisa a empresa contábil para identificar como está o processo de treinamento de pessoal e elaborar uma futura intervenção planejada. Este diagnóstico foi formulado com base na observação e aplicação de uma entrevista com os colaboradores da empresa. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva por meio de uma pesquisa com os colaboradores, realizou-se também a observação da dinâmica da empresa localizada na cidade de Viçosa-MG, com intuito de identificar a situação atual da empresa e propor melhorias. **RESULTADOS:** Neste tópico, busca-se descrever os resultados obtidos a partir da entrevista realizada com os colaboradores da empresa. No que tange a importância do treinamento de pessoal, ambos afirmaram que, é de extrema importância para o aprimoramento das habilidades e aumento da eficiência, impactando diretamente no desenvolvimento e consequentemente na entrega de excelência da empresa. No que se refere às áreas de conhecimento que necessitam de treinamentos regulares, o primeiro colaborador afirma que, é importante um treinamento constante das leis que envolve a contabilidade, visto que elas estão em constante mudança. Além disso, treinamento para melhor domínio de softwares especializados, que podem impactar no desempenho do dia a dia. O segundo entrevistado, afirma ainda que, o desenvolvimento da comunicação é importante, visto que, os diversos setores precisam estar sempre alinhados para o excelente desempenho de toda a empresa. Para maior empenho das atividades, os colaboradores afirmam que, é essencial manter um treinamento constante a cada mês, esses abordando áreas específicas da contabilidade, como a simulação de casos reais para lidar com as situações do dia a dia e treinamentos para melhor lidar com os softwares. O segundo entrevistado afirma ainda que, treinamento de marketing relacionado a estratégias de vendas é necessário para gerar leads mais qualificados, o que aumenta a eficiência da equipe, permitindo maior concentração de esforço em leads mais promissores, impactando no aprimoramento das habilidades e no aumento das vendas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o objetivo de verificar como o treinamento pode colaborar com o desempenho dos funcionários de um escritório contábil da cidade de Viçosa MG, o presente estudo considera que, os profissionais consideram importante o constante treinamento, uma vez que afirmam ser essencial para a produtividade. Conclui-se que, o treinamento é um processo que colabora positivamente para o desenvolvimento constante, como o aprimoramento das habilidades, habilidades complementares, melhoria da comunicação e a adaptação ao mercado que está em constante mudança.

REFERÊNCIA:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

CHS-059

ASPECTOS JURÍDICOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM PLATAFORMAS DIGITAIS: CONTRATOS E DIREITOS DO CONSUMIDOR ONLINE

Marcos Túlio Santos **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direito do consumidor; Contratos online; Proteção ao consumidor.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a proteção ao consumidor foi estabelecida como um direito fundamental, conforme o artigo 5º, XXXII. O Código de Defesa do Consumidor foi criado para concretizar esse direito, fundamentando-se no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O crescimento das plataformas digitais transformou significativamente as relações de consumo, trazendo novas dinâmicas e desafios para a regulamentação jurídica. As transações realizadas online, por meio de plataformas digitais, levantam questões sobre a validade dos contratos e a proteção dos direitos dos consumidores. A complexidade dessas relações exige uma análise jurídica minuciosa relacionada à formação, execução e fiscalização dos contratos em ambientes virtuais. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo examinar os aspectos jurídicos das relações de consumo em plataformas digitais, especificamente, nos contratos celebrados online e nos direitos dos consumidores. O trabalho visa identificar as principais características dessas relações e os desafios jurídicos associados, além de analisar a eficácia das normas de proteção ao consumidor no contexto digital. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente estudo foram realizadas revisões bibliográficas e análise qualitativa sobre o tema. Foram analisadas, também, as legislações pertinentes, como a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). **RESULTADO E DISCUSSÕES:** As plataformas digitais têm criado novas formas de contrato, muitas vezes padronizados e impositivos, que podem limitar os direitos dos consumidores. A legislação brasileira, como o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados, oferece uma base para a proteção dos direitos dos consumidores, mas enfrenta desafios na aplicação prática devido às especificidades do ambiente digital. As principais questões incluem a transparência nas informações, a facilidade de acesso aos termos contratuais e a eficácia das medidas de proteção em caso de litígios. Além disso, a aplicação das leis pode enfrentar transtornos em transações internacionais. As relações de consumo em plataformas digitais introduzem novas dimensões na proteção do consumidor, exigindo uma adaptação contínua das normas jurídicas. A análise revela que, embora as leis brasileiras ofereçam ferramentas para a proteção dos consumidores, a implementação dessas normas pode ser dificultada pela natureza global e descentralizada das plataformas digitais. Questões como a validade dos contratos eletrônicos, a responsabilidade das plataformas e a proteção de dados pessoais são áreas críticas que demandam atenção jurídica. O embate é garantir que as regulamentações sejam eficientes e que os direitos dos consumidores sejam protegidos, mesmo em um ambiente virtual. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A evolução das plataformas digitais exige uma abordagem jurídica adaptativa e dinâmica para garantir a proteção adequada aos consumidores. A legislação existente, embora abrangente, precisa ser revisada e ajustada para enfrentar os desafios do ambiente digital, pois a falta de conhecimento técnico sobre produtos e a exposição a riscos cibernéticos, evidenciam a vulnerabilidade do consumidor frente ao fornecedor, no ambiente digital. Por isso, a harmonização das normas de proteção ao consumidor, tanto a nível nacional quanto internacional, é essencial para assegurar que os direitos dos consumidores sejam preservados e que as relações de consumo online sejam justas e transparentes.

REFERÊNCIAS:

1. BINDELLA, Karina Alves. **O direito do consumidor nas relações de consumo virtuais**. 11 de julho de 2023. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/61964/o-direito-do-consumidor-nas-relacoes-de-consumo-virtuais>. Acesso em: 28/09/2024.
2. BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**.
3. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados**.
4. CASARIN, Renata Valadão Silva. **As Complexidades dos Direitos do Consumidor na Era Digital**. Disponível em: <https://www.iusbrasil.com.br/artigos/as-complexidades-dos-direitos-do-consumidor-na-era-digital/2081633738>. Acesso em: 27/09/2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-060

APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A PARTIR DA ANÁLISE SWOT: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR

Vitória Larissa da Conceição **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Análise SWOT; Planejamento estratégico.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Em virtude de um ambiente altamente competitivo, as empresas tendem a adotar estratégias que visam a eficiência empresarial. Este estudo de caso foi realizado em uma distribuidora, localizada na cidade de Viçosa-MG, com a finalidade de elaborar uma análise SWOT que possibilita a empresa alcançar seus objetivos a partir da avaliação dos ambientes internos e externos. Para Samonetto (2013), a matriz SWOT busca analisar o cenário da organização com relação aos seus fatores internos (forças, fraquezas) e externos (oportunidades, ameaças), procurando identificar cada um desses pontos para os colaboradores. Para Silva et al. (2011), essa análise é de extrema importância na organização, pois através dessa ferramenta os colaboradores têm uma visão clara e objetiva dos seus pontos fortes e fracos no ambiente interno e externo da empresa. **OBJETIVOS:** A presente pesquisa tem por objetivo realizar um planejamento estratégico, a partir da aplicação da análise SWOT em uma empresa familiar. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este estudo de caso possui uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva. A coleta de informações para aplicação do planejamento estratégico a partir da análise SWOT foi através da observação e entrevista, aplicado aos funcionários da empresa familiar, buscou-se analisar e identificar quais procedimentos a empresa pode adotar para uma melhor obtenção de resultados. **RESULTADOS:** Realizar a análise SWOT é um passo fundamental no processo de planejamento estratégico, pois oferece uma visão clara das forças internas e externas que podem atingir diretamente os objetivos desejados. No Quadro 1 abaixo é apresentada a análise SWOT elaborada para a empresa familiar. Através da coleta de dados na empresa foi possível identificar informações sobre os processos e serviços, identificando pontos fortes e fracos da empresa. Os resultados da análise interna indicaram que a empresa precisa resolver questões que estão impedindo seu crescimento e a análise externa identificou possíveis ameaças que podem afetar as estratégias da empresa. Esse tipo de análise permite à empresa compreender sua posição no mercado, identificando quais fatores internos e externos podem impactar os resultados e os objetivos da empresa, com base nessas informações, a empresa pode desenvolver estratégias mais eficazes, otimizar seus processos e tomar decisões mais informadas para alcançar o desempenho geral. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este estudo de caso utilizou-se a análise SWOT com objetivo de analisar tanto os pontos fortes e fracos do ambiente interno da empresa, quanto as ameaças e oportunidades que a empresa enfrenta no ambiente externo, como forma de planejamento estratégico. Essas ações oferecerão uma base sólida para a empresa enfrentar desafios futuros e alcançar seus objetivos estratégicos, promovendo um crescimento duradouro e uma melhoria constante.

Quadro1: análise SWOT.

| Forças (S) | Fraquezas (W) |
|--|---|
| - Preços competitivos; - Variedades de produtos; - Conhecimento do mercado. | - Comunicação; - Dependência de fornecedores; - Falta de especialista em marketing na equipe. |
| Oportunidades (O) | Ameaças (T) |
| - Aumento na demanda; - Saída de concorrentes; - Possibilidade de negociações. | - Concorrentes com mais tempo no mercado; - Aumento de valores de combustível. |

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

REFERÊNCIAS:

1. SAMONETTO, V; CAMPOS, F. C. Análise de aspectos estratégicos para gestão de IES privada. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, XXXIII, 2013, Salvador, BA. Anais... Salvador, BA, 2013.
2. SILVA, et al. **A Utilização da Matriz SWOT como Ferramenta Estratégica** - Um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. In: **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia (SEGeT)**, VIII, 2011, Rio de Janeiro, RJ. Anais... Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

CHS-061

PLANO DE MARKETING: ALPHA PRIME

Marina Aparecida Mafra **ALVES** (Curso de Administração, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Plano de marketing; Estratégias.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Alpha Prime será uma loja de roupas masculinas que atuará tanto em ambiente físico quanto virtual na cidade de Viçosa-MG, localização escolhida estrategicamente por se tratar de uma cidade universitária com um público jovem e dinâmico, excelente para este mercado. A loja será especializada na revenda de peças adquiridas de terceiros, proporcionando uma seleção de produtos que atenderá às mais diversas preferências e estilos. Além disso, a empresa oferecerá atendimento personalizado com a possibilidade de montar looks exclusivos para os clientes, garantindo uma experiência de compra diferenciada. O objetivo da Alpha é proporcionar praticidade e estilo para os homens, seja na compra online ou presencial, oferecendo um serviço completo que vai desde a escolha das peças até a entrega. **OBJETIVOS:** O estudo tem como objetivo mostrar o resultado da aplicação de um plano de marketing em uma empresa de vestuário masculino na cidade de Viçosa-MG. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Este estudo possui uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva. Foram realizadas pesquisas de mercado com intuito de analisar melhor o público-alvo e os possíveis fornecedores, assim como estudar os concorrentes, suas forças e fraquezas. **RESULTADOS:** O primeiro passo para a construção do plano de marketing da Alpha Prime foi a análise detalhada do mercado, incluindo a realização de uma análise SWOT, estudo do público-alvo, avaliação de fornecedores e análise da concorrência. A pesquisa revelou que adquirir produtos de fornecedores de outros estados é mais vantajoso em termos de custo-benefício, sendo mais viável optar por essa estratégia para garantir uma oferta mais acessível e de qualidade para os clientes. Além disso, a análise dos concorrentes destacou que a excelência no atendimento ao cliente será um diferencial significativo da empresa. O público predominante será composto por jovens universitários que moram em Viçosa e regiões. Para atender a essas necessidades, a Alpha se concentrará em manter produtos disponíveis em estoque, reduzindo assim os atrasos nas entregas e assegurando um serviço mais ágil e eficiente. Essa análise foi importante para que pudéssemos estudar as estratégias de marketing a serem adotadas. A loja se destacará com campanhas de divulgação na internet, incluindo vídeos descontraídos nas redes sociais como TikTok, Instagram, Facebook, e anúncios patrocinados nessas plataformas. Além de estratégias promocionais, como um cartão fidelidade oferecerá prêmios ou descontos ao ser completado, brindes personalizados, sorteios e descontos em ocasiões especiais. Essas iniciativas têm como objetivo aumentar o engajamento e a lealdade dos clientes, proporcionando uma experiência de compra mais atraente e satisfatória. Para Ambrósio e Siqueira, (2002), marketing é um mix de estratégias dirigidas para potencializar a felicidade do ser humano através da satisfação das necessidades e desejos, otimizando o retorno para organização. Pode-se dizer então, que o marketing atua como um parceiro estratégico da empresa e um facilitador para os clientes, ao oferecer soluções que aumentam a satisfação e atendem às suas necessidades. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como observado no estudo realizado, o plano de marketing é uma ferramenta de gestão que ajuda a empresa a promover seus produtos e serviços, sendo assim, é essencial para detalhar e formalizar estratégias que guiarão o crescimento da empresa. No caso da Alpha Prime, a análise de mercado e a definição de estratégias foram de extrema importância para identificar oportunidades, desafios e nortear as ações do setor de marketing para alcançar os objetivos da empresa. Como resultado, foi elaborado um plano que prioriza a excelência no atendimento e a adaptação às necessidades do público-alvo.

REFERÊNCIAS:

1. AMBROSIO, V.; SIQUEIRA, R. **Plano de Marketing passo a passo: serviços**. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso, 2002.
2. ARAUJO, J. **Proposição de plano de marketing na microempresa: estudo na Chipset Computadores**. Alta Floresta: MT, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

CHS-062

VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO LEITEIRA FAMILIAR

Igor Brunelle da **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Viabilidade econômica; Produção leiteira familiar

Agência fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Na produção familiar o agronegócio leiteiro tem muita importância na formação de renda de muitos produtores e na fixação do homem no campo, mas que tem como objetivo o lucro, é importante haver planejamento, gerenciamento e análises financeiras que se planeja um resultado esperado desejado (Mirella Suhnett Tito, Afonso Aurélio de Carvalho Peres). **OBJETIVO**

GERAL: analisar indicadores econômicos e melhorar a performance financeira de uma produção familiar leiteira. **OBJETIVO**

ESPECÍFICO: usar indicadores de uma produção familiar leiteira e ferramentas de análise econômicas para ter melhor performance econômica da produção aumento e positividade na renda em geral com uso melhor da renda. **JUSTIFICATIVA:** analisar viabilidade econômica de uma produção leiteira familiar usando ferramentas de análise econômica para melhorar o rendimento financeiro da produção. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** esta pesquisa possui natureza exploratória e abordagem quantitativa, o objetivo é analisar a viabilidade econômica da produção leiteira familiar analisando os dados adquiridos via entrevista. **RESULTADO:** a viabilidade econômica da produção leiteira familiar analisando os dados na tabela a seguir sobre a renda total obtida e a produção de renda do leite no mês de novembro. Tabela de valores de uma produção leiteira familiar e renda extra via produção leiteira familiar para ajudar na viabilidade econômica: Observando a tabela nota-se com essa produção leiteira familiar de 26 litros de 4 vacas em lactação pode-se obter uma renda extra com produção de queijos sendo que no mês avaliado vende-se 3 peças de queijo por dia que aumenta a renda em 162\$ e permita cobrir os gastos com as vacas e com deslocação para a venda e cuidado veterinários dos animais, não necessariamente necessite de uma gestão tão perfeita mais que seja saudável algo que cubra os gastos e com esses valores citados isso basta já que a viabilidade dessa produção leiteira familiar basta para a família cobrir seus gastos e uma renda satisfatória. **CONCLUSÃO:** a produção leiteira familiar pode ser economicamente viável, desde que seja gerenciada de forma eficiente e estratégica a utilização de recursos disponíveis como terras e mão de obra familiar pode reduzir o custo de produção, além disso a diversificação de produtos para aumentar a renda como queijos, requeijão aumentam a margem de lucro e a renda familiar.

CONCLUSÃO: a produção leiteira familiar pode ser economicamente viável, desde que seja gerenciada de forma eficiente e estratégica a utilização de recursos disponíveis como terras e mão de obra familiar pode reduzir o custo de produção, além disso a diversificação de produtos para aumentar a renda como queijos, requeijão aumentam a margem de lucro e a renda familiar.

| Produção leiteira 4 vacas em lactação | Gastos com as vacas | Valor \$ | Renda extra via produção leiteira | Valor dos queijos \$ |
|---------------------------------------|----------------------------|----------|-----------------------------------|----------------------|
| 26 litros | 2 sacos ração ao mês 50 kg | 90 | 2 queijos de 1 kg | 27 |
| Oi | Remédio carrapato | 10 | 1 queijo 500 g | 27 |
| Total | | 100 | | 54 |

FONTE: DADOS DE PESQUISA

REFERÊNCIA:

1. SUNHETT, M. T.; AURÉLIO, C. P. **Análise da viabilidade econômica e financeira da produção de leite em propriedade familiar: estudo de caso do rancho**. Pacheco, RJ ABCustos, v. 14, n. 3, p.1-25, 2019. Disponível em Google Acadêmico, acesso: 22 nov. 2023.

ÁREA DE CONHECIMENTO DO CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

DIREITOS SUCESSÓRIOS DO EMBRIÃO

Marcos Túlio Santos **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Código Civil Brasileiro; Constituição Federal; Embrião.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O direito sucessório é o ramo do Direito Civil que disciplina a transferência de bens, direitos e obrigações de uma pessoa falecida para seus herdeiros e legatários. Um tema que suscita debates no contexto da sucessão é o reconhecimento dos direitos sucessórios do embrião. Com o avanço da medicina reprodutiva, questões jurídicas envolvendo embriões concebidos *in vitro*, inclusive por inseminação homóloga *post mortem*, e seu status sucessórios emergem, exigindo uma análise detalhada à luz da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e do Código Civil Brasileiro. **OBJETIVOS:** Este artigo tem o objetivo de analisar os direitos sucessórios do embrião no Brasil, especificamente as implicações para o direito de herança, no que tange os filhos gerados por inseminação artificial.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: O presente estudo foi conduzido por meio de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica. Também foram analisadas as legislações pertinentes, como a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A Constituição Federal, em seu Art. 5º, caput, assegura a inviolabilidade do direito à vida, implicando a proteção da vida desde a concepção. No entanto, o Código Civil, em seu Art. 2º, dita que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Esta disposição legal estende direitos ao embrião, desde que nasça com vida. Portanto, se esta condição for atendida, ele poderá ser considerado herdeiro. A discussão se prolonga, no que tange à concepção após a morte do genitor, uma vez que surge a referida inseminação homóloga *post mortem*, trazendo debates a respeito de ser ou não possível este filho herdar. Assim sendo, Maria Helena Diniz (2007 p. 476), traz à tona o princípio da igualdade entre os filhos, previsto no artigo 227, § 6º da Constituição Federal e no artigo 1.596 do Código Civil, quando dita que "Todos os filhos de qualquer natureza serão iguais, ou seja, filhos havidos na constância do casamento e demais filhos reconhecidos recebem, de forma igual, quinhão hereditário". A jurisprudência brasileira tem reconhecido os direitos do nascituro, embora ainda haja divergências sobre o momento em que tais direitos devem ser garantidos. O direito sucessório do embrião, enquanto nascituro, depende de seu nascimento com vida para que adquira personalidade jurídica e possa ser considerado herdeiro. Em casos de fertilização *in vitro*, a legislação e a doutrina divergem sobre o momento em que os direitos sucessórios são atribuídos ao embrião. Ele se aplica a inseminação homóloga *post mortem*, pois a doutrina diverge em caracterizar ou não o filho como herdeiro, uma vez que o Código Civil, embora preveja a presunção de paternidade dos filhos concebidos por meio da fecundação artificial homóloga, inclusive quando falecido o genitor, é silente sobre o direito sucessório deles. Contudo, doutrina majoritária entende que prevalecem os direitos do filho concebido *post mortem*, tanto no âmbito familiar quanto das sucessões, como estabelece ALBUQUERQUE FILHO (2006, p. 173-174) "O simples fato da criança existir e uma vez comprovada a relação de parentesco já seria suficiente para fazer inserir, na ordem de vocação hereditária, um herdeiro legítimo, da classe dos descendentes, de primeiro grau, na condição de filho, com direito à sucessão". **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O ordenamento jurídico brasileiro garante direitos ao nascituro, mas a efetividade desses direitos só se concretiza com o nascimento com vida, momento em que adquire personalidade civil. A evolução da jurisprudência e a interpretação das normas constitucionais e civis são fundamentais para garantir a proteção desses direitos.

REFERÊNCIAS:

1. ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcanti de. Fecundação artificial *post mortem* e o direito sucessório. In: PEREIRA, Rodrigues da Cunha (org.). Família e dignidade humana. *Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família*. São Paulo: IOB Thompson, 2006. p. 173-174.
2. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.
3. DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. v. 5: Direito de família. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 476.
4. SALES, Layanna da Silva. *O direito sucessório dos filhos concebidos por inseminação homóloga post mortem*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1798/O-direito-sucess%C3%B3rio-dos-filhos-concebidos-por-insemina%C3%A7%C3%A3o-hom%C3%B3loga-post-mortem>. Acesso: 26 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS (OSM): ANÁLISE ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRESA DO SETOR CONTÁBIL NA CIDADE DE VIÇOSA.

Maria Luisa Fagundes **PAIVA** (Curso de Administração, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Organização, sistemas e métodos; Estrutura organizacional.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A análise organizacional é definida como um instrumento de estudo que possibilita uma visão mais detalhada da empresa, proporcionando uma melhora contínua dos processos da organização. Tal análise faz parte das ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) que tem como foco uma melhor gestão de processos, garantindo aumento da produtividade e a eficiência das tarefas administrativas (CURY, 2006). O presente trabalho analisa a empresa contábil para identificar a estrutura organizacional, arranjo físico e ferramentas da organização, apontando a situação atual da empresa e uma futura intervenção planejada. Este diagnóstico foi desenvolvido através da observação e de um questionário aplicado para os sócios da empresa. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva por meio de um questionário com os sócios, realizou-se também a observação da dinâmica da empresa localizada na cidade de Viçosa-MG, com intuito de identificar a situação atual da empresa e propor melhorias.

RESULTADOS: Através da entrevista foi possível identificar as principais atividades executadas pelos funcionários e obter informações para o desenvolvimento desse estudo, e através da observação foi analisado a dinâmica da empresa. O primeiro problema identificado foi no layout da empresa o qual não atendia de maneira eficaz as necessidades dos funcionários. O espaço era pequeno para comportar todos de maneira adequada, de forma que algumas atividades prejudicavam o bom funcionamento de alguns setores, como exemplo foi citado que as reuniões com clientes aconteciam na mesma sala que o setor comercial atuava, interrompendo seu funcionamento. Dessa forma foi proposto a ampliação do espaço físico, para otimizar os espaços de trabalho dos colaboradores. Tendo em vista a ampliação do espaço, foi sugerido o Arranjo Físico por Processos que organiza a empresa em setores reunindo os profissionais necessários para o desenvolvimento do trabalho. Foi sugerido também a criação de manuais que descrevam os processos das atividades realizadas e a criação dos manuais com as principais dúvidas dos clientes, uma vez que estes demandavam muito tempo com dúvidas que eram sanadas nas reuniões, mas ainda assim eram recorrentes. Em relação ao relacionamento entre gestores e funcionários, uma colaboradora afirma que, a proximidade com os patrões possibilita melhor relacionamento o que influência no clima organizacional, uma vez que os patrões são vistos como assistentes e não ditadores de regras. A fase final da análise organizacional que se trata da implantação do plano de melhorias ocorreu de forma rápida, uma vez que a gestão da empresa tinha planos de mudanças para melhor funcionamento da empresa. Dessa forma o objetivo do estudo foi alcançado pois se realizou o estudo da atual situação da empresa e logo em seguida foi implementado a solução. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o objetivo de melhorar os processos da organização, o presente trabalho considera que, a análise organizacional da empresa foi de suma importância para que houvesse uma melhora na gestão dos processos e aumento da produtividade dos funcionários.

REFERÊNCIAS:

1. CURY, Antônio. **Organização e métodos:** uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2012.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

ARTE DA CONSULTORIA E MENTORIA PARA RESULTADOS

Arthur Castro de Souza **RODRIGUES**
(Curso de Medicina, UNIFAMINAS, Muriaé-MG)
Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR**
(Orientador, FADOCKTOR, Muriaé; Faculdade IPGMCC, Rio de Janeiro; FASCMC - Faculdade Santa Casa de Montes Claros)

Palavras-chave: Mentoria; Consultoria; Resultados.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A consultoria e a mentoria são práticas fundamentais no desenvolvimento pessoal e organizacional, especialmente no cenário empresarial. Enquanto a consultoria se foca em fornecer soluções específicas para problemas empresariais através de expertise técnica, a mentoria é voltada para o desenvolvimento contínuo de indivíduos, promovendo o crescimento a partir da experiência e sabedoria do mentor. Essas duas abordagens, quando bem aplicadas, podem gerar resultados transformadores, seja para empresas que buscam melhorias estratégicas, seja para indivíduos que almejam desenvolvimento profissional e pessoal. Consultores são profissionais com vasto conhecimento em determinada área, capazes de oferecer diagnósticos precisos e propostas de melhoria baseadas em análises criteriosas. Eles atuam como agentes externos que trazem uma visão crítica e técnica para auxiliar as empresas a superarem desafios e alcançarem seus objetivos. Em contraponto, os mentores focam em construir um relacionamento contínuo com o mentorado, fornecendo orientação e conselhos práticos que podem impactar significativamente na tomada de decisões e no aprimoramento de habilidades. **DESENVOLVIMENTO:** No contexto empresarial, tanto a consultoria quanto a mentoria estão profundamente ligadas ao aumento de desempenho e à promoção de inovação. A arte dessas práticas está na capacidade de adequar as intervenções às necessidades específicas do cliente ou mentorado, criando estratégias personalizadas. Nesse sentido, para obter resultados concretos, é essencial a compreensão mútua dos objetivos e expectativas. A comunicação assertiva e a construção de confiança entre as partes são pilares fundamentais para o sucesso de ambas as metodologias. A efetividade de uma consultoria ou mentoria depende, ainda, da abordagem utilizada. Modelos como a abordagem sistêmica, que observa a organização ou o indivíduo como parte de um todo maior, permitem que os resultados sejam mais amplos e sustentáveis. Além disso, a utilização de ferramentas e metodologias específicas, como a análise SWOT e o ciclo PDCA, são amplamente empregadas pelos consultores para garantir que o plano de ação se alinhe às necessidades do cliente. A mentoria, por sua vez, se beneficia do uso de ferramentas como o feedback estruturado, a definição de metas claras e a criação de planos de desenvolvimento individualizados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** - O mentor deve ser um facilitador, proporcionando ao mentorado oportunidades de reflexão e aprendizado contínuo. Assim, o processo de mentoria vai além da simples transmissão de conhecimento, pois envolve a co-criação de soluções, promovendo autonomia e responsabilidade no mentorado. Em suma, a arte da consultoria e mentoria reside na personalização das soluções e na habilidade de adaptação ao contexto do cliente ou do mentorado. Quando essas práticas são aplicadas de maneira estratégica e com foco em resultados, elas podem transformar realidades organizacionais e pessoais, promovendo inovação, crescimento e sucesso sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA:

1. Block, Peter. **Flawless consulting**: a guide to getting your expertise used. Pfeiffer, 2011.
2. CLUTTERBUCK, David. **Everyone needs a mentor**: fostering talent at work. Chartered Institute of Personnel and Development, 2014.
3. KRAM, Kathy E. **Mentoring at work**: developmental relationships in organizational life. University Press of America, 1985.
4. LUECKE, Richard. **Consulting**: proposals, fees, and best practices. Harvard Business Press, 2008.
5. WHITMORE, John. **Coaching for performance**: growing human potential and purpose. Nicholas Brealey Publishing, 2009.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

GESTÃO DE QUADRAS DE BEACH TENNIS - MODISMO OU REALIDADE DURADOURA?

Arthur Castro de Souza **RODRIGUES**
(Curso de Medicina, UNIFAMINAS, Muriaé-MG)
Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR**
(Orientador, FADOCKTOR, Muriaé; Faculdade IPGMCC, Rio de Janeiro; FSCMC - Faculdade Santa Casa de Montes Claros)

Palavras-chave: Esporte de quadras; Modismo; Atividades físicas; Gestão esportiva.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O tema é atual e relevante, visto o crescimento expressivo do esporte nos últimos anos. O beach tennis, que surgiu na Itália na década de 1980, tem conquistado adeptos em diversos países, especialmente no Brasil. Sua popularidade trouxe uma nova demanda para a gestão de quadras e a criação de novos espaços esportivos voltados para a prática. **OBJETIVOS:** Este artigo visa discutir se esse crescimento reflete uma tendência passageira, impulsionada pela moda, ou se trata de um fenômeno esportivo e social com potencial para se consolidar a longo prazo. O beach tennis combina elementos do tênis tradicional, do vôlei de praia e do badminton, sendo praticado em uma quadra de areia com raquetes específicas e bolas adaptadas. No Brasil, o esporte encontrou solo fértil, não só em regiões litorâneas, mas também em áreas urbanas que adaptaram espaços para comportar quadras de areia. Este fenômeno levanta questionamentos sobre a perenidade do esporte e o seu impacto na economia esportiva e na gestão de instalações adequadas para sua prática. Nos últimos anos, o beach tennis experimentou um crescimento exponencial, com o aumento de praticantes, torneios e até mesmo de influenciadores digitais que promovem o esporte. Segundo a Confederação Brasileira de Tênis, o número de praticantes cresceu significativamente, o que gerou uma demanda maior por quadras e espaços dedicados ao esporte. Além disso, surgiram diversas academias especializadas em beach tennis, atraindo diferentes perfis de atletas, desde amadores até profissionais. A modalidade é atraente por ser inclusiva, podendo ser praticada por pessoas de todas as idades e diferentes níveis de condicionamento físico. A prática ao ar livre e o clima de descontração que acompanha os jogos são fatores que contribuem para sua popularização, especialmente em tempos de busca por atividades mais leves e saudáveis. No entanto, é necessário questionar se essa demanda é sustentável ou se se trata de um fenômeno momentâneo, caracterizado pelo modismo. Com o aumento da demanda por espaços adequados para a prática do beach tennis, a gestão das quadras tornou-se uma área de crescente interesse e necessidade. **DESENVOLVIMENTO:** A gestão eficiente envolve não só a manutenção das instalações, mas também a criação de um ambiente adequado que promova a prática contínua e o retorno dos praticantes. Os principais desafios na gestão de quadras incluem o custo de manutenção da areia, a necessidade de limpeza frequente, além de questões logísticas, como iluminação, reservas de horários e segurança dos praticantes. Outro ponto importante é o modelo de negócio das academias e clubes que estão investindo em quadras de beach tennis. Muitos desses locais adotaram uma estratégia híbrida, oferecendo quadras para aluguel, aulas de beach tennis e a organização de eventos e torneios. Este modelo de gestão precisa ser sustentável a longo prazo, caso contrário, pode enfrentar dificuldades financeiras se a demanda diminuir. Para avaliar se o beach tennis é um modismo ou uma realidade duradoura, é preciso analisar algumas variáveis. O esporte preenche uma lacuna no cenário esportivo, oferecendo uma prática divertida, acessível e saudável, em um ambiente ao ar livre. A sua ascensão também coincide com uma mudança no comportamento das pessoas, que buscam atividades esportivas menos competitivas e mais sociais. Por outro lado, como todo esporte que passa por um boom de popularidade, há o risco de saturação. A grande quantidade de novos praticantes pode levar a uma sobrecarga de quadras e espaços esportivos, gerando insatisfação entre os usuários. Além disso, o surgimento de esportes alternativos e modas passageiras pode reduzir o interesse no beach tennis a médio prazo. Entretanto, há evidências que indicam uma possível consolidação do esporte. A criação de federações e ligas profissionais, o aumento de patrocinadores e a inclusão de competições internacionais indicam que o beach tennis está caminhando para se estabelecer de forma mais permanente. A entrada de grandes marcas esportivas no patrocínio de eventos e a presença de atletas renomados no esporte também reforçam sua visibilidade e atratividade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A gestão de quadras de beach tennis apresenta oportunidades e desafios. O esporte, embora esteja em alta, ainda precisa provar sua perenidade no cenário esportivo. A gestão eficiente das quadras, com foco na experiência do usuário e na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento da modalidade, é essencial para garantir sua continuidade a longo prazo. Enquanto algumas características apontam para o beach tennis como um fenômeno passageiro, outras indicam seu potencial de permanência, especialmente devido à sua popularidade crescente e ao apoio institucional que vem recebendo. Dessa forma, a resposta para a pergunta inicial - modismo ou realidade duradoura - dependerá da capacidade de adaptação dos gestores, das academias e dos próprios praticantes em manter o esporte atrativo e acessível para as futuras gerações.

BIBLIOGRAFIA:

1. COSTA, Fábio. **Gestão de espaços esportivos**: desafios e oportunidades. São Paulo: Editora Esporte, 2021.
2. FONSECA, Luana. A ascensão do beach tennis no Brasil: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Esportes**, v. 15, n. 3, p. 35-48, 2022.
3. GUIMARÃES, João Pedro. **Tendências no esporte**: o impacto do beach tennis. Rio de Janeiro: Atléica, 2023.
4. SILVA, Mariana. A evolução do beach tennis e o cenário esportivo brasileiro. **Revista de Gestão Esportiva**, v. 12, n. 4, p. 67-81, 2021.
5. SOUZA, Ricardo. **A popularização dos esportes de praia no Brasil**: desafios para o futuro. Florianópolis: Litoral, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

DESAFIO DE TRABALHAR A ORTOGRAFIA EM SALA DE AULA

Raquel Maria **QUEIROZ** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Processo de aprendizagem; Sala de aula; Ortografia.
Agência do fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A ortografia é um processo cultural, onde as crianças precisam aprender a comunicação escrita adequada do nosso sistema alfabético. Define-se a área da gramática que indica o modo convencional de escrever as palavras. Quando se fala em estudar ortografia em sala de aula, nos referimos a uma aprendizagem prazerosa e não cansativa, das regras ortográficas, possibilitando o melhor rendimento dos alunos. Vale ressaltar que o ensino da ortografia é um grande desafio para os professores, por se tratar de uma das principais dificuldades de aprendizagem do período pós-alfabetização, do ponto de vista dos alunos. Vale ressaltar que também que é na escola que os alunos começam a dar os primeiros passos para avançar em seu objetivo e por isso desde cedo a escola tem que se propor e prepará-los para a vida futura. **OBJETIVO:** Considerando a importância de trabalhar a ortografia na sala de aula, este estudo buscou analisar as estratégias que os professores de português utilizam e que contribuem para o desenvolvimento da formação das crianças.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: O trabalho tem como metodologia uma pesquisa de campo de natureza qualitativa. O recurso utilizado foi um questionário aplicado para alguns professores em uma escola do município de Piranga-MG. **RESULTADO:** Os resultados deste estudo, demonstram que o tipo de metodologias utilizadas pelos educadores, podem influenciar de forma positiva ou não. A metodologia utilizada, tendo critérios específicos, como atividades lúdicas e que tem como foco a aprendizagem da gramática dentro de um contexto, terá como consequência, aulas dinâmicas que favorecem o desenvolvimento cognitivo da criança. Desta forma, o professor sendo um bom mediador durante o processo de ensino da escrita, e que vai além do livro didático, poderá obter um processo de ensino e aprendizagem mais positivos. É importante frisar que o uso de dicionário, jogos, leituras apropriadas para idade, brincadeiras dirigidas são recursos utilizados nas escolas. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), servem para nortear as ações do professor ao apontar as atividades que podem ser desenvolvidas para o ensino aprendizagem de ortografia e oralidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir que a ortografia em sala de aula, consiste em um conteúdo que favorece a comunicação da escrita. Sua importância consiste na aprendizagem dos alunos permitindo a compreensão da escrita convencional das palavras. Mesmo sabendo que aprender gramática é ainda um desafio, utilizar atividades diversificadas nas escolas e se colocar-se no lugar do aluno é fundamental, pois todo professor já se deparou diante de palavras desconhecidas. Conclui-se então que, mesmo com as dificuldades enfrentadas, os professores e a escola devem colaborar para que as aulas fiquem mais dinâmicas, e as crianças entendam a importância de uma escrita e leitura mais construtiva, já que será utilizada tanto no ambiente escolar, quanto também na sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª série do ensino fundamental: Língua Portuguesa** Brasília: Ministério da Educação, 1997.
- CABRAL, Leonor Solari. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.
- DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- OLIVEIRA, A. M. M. A formação de professores alfabetizadores: lições da prática. In: Garcia, R. L. (org). **A alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio**. São Paulo: Cortez, 2012.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO ORGANOGrama EM UMA EMPRESA FAMILIAR

Vitória Larissa da Conceição **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Organograma; Desenvolvimento; Implantação.
Agência do fomento: FDV.

RESUMO

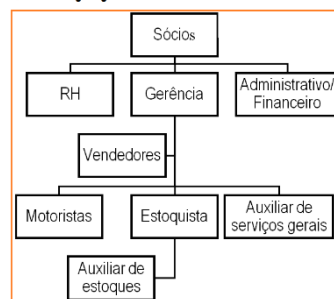
INTRODUÇÃO: Este estudo de caso aborda um desenvolvimento do organograma em uma empresa familiar. A empresa é uma distribuidora que está no mercado há pouco tempo, e fica localizada na cidade de Viçosa-MG. A distribuidora está buscando melhorar a estrutura organizacional, com o desenvolvimento de um organograma. Conforme CARREIRA (2009) o organograma é um instrumento de trabalho utilizado para representar de forma gráfica a estrutura organizacional de uma empresa. Ele permite a interpretação das relações de autoridades hierárquicas de forma rápida e eficaz. De forma geral o organograma assume a função de deixar claro para funcionários e gestores exatamente onde eles estão dentro da estrutura da empresa e com quais áreas ou pessoas eles se relacionam diretamente.

OBJETIVOS: O objetivo deste estudo é desenvolver uma proposta de estrutura organizacional com desenvolvimento e implantação do organograma para uma empresa familiar. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Este estudo de caso possui uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva. A coleta de informações para elaboração e implantação do organograma aconteceu por meio de uma entrevista, aplicado aos funcionários da empresa familiar objeto do estudo.

RESULTADOS: O organograma é uma ferramenta essencial para criar uma estrutura organizacional clara e eficaz, promovendo a comunicação e a colaboração dentro da empresa. No quadro abaixo é apresentado o organograma desenvolvido para a empresa familiar, um organograma que mais se adaptou com os processos desenvolvidos na distribuidora, que é o organograma clássico vertical, com a hierarquia organizacional apresentada de forma vertical. No topo está a liderança, que são os sócios, seguida por níveis hierárquicos descendentes, cada nível representa diferentes cargos, mostrando a estrutura de comando da empresa de cima para baixo. Esse tipo de organograma facilita a compreensão das relações hierárquicas e da autoridade dentro da empresa. Ele mostra as relações e as posições dos cargos, destacando a cadeia de comando, as responsabilidades e a comunicação dentro da empresa que, além da clareza hierárquica, é fácil de entender, facilita a leitura, segue padrões setoriais, e contribui para uma tomada de decisões mais rápida. O organograma é útil para visualizar a estrutura organizacional de forma clara e compreensível e permite que a empresa retire o máximo proveito dos seus recursos atuando com eficiência e eficácia nos seus processos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa demonstrou que o desenvolvimento e implantação do organograma, quando aplicado corretamente, geram ganhos para as empresas. Cabe destacar que todas as empresas independentemente dos seus tamanhos e condições podem desenvolver e implantar o

Quadro 1. Organograma



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

REFERÊNCIA:

- CARREIRA, Dorival. **Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

PRÁTICAS DE LEITURA PARA FORMAÇÃO DE UM LEITOR ATIVO

Vitória Caroline de **SOUZA** (Curso de Pedagogia, FDU)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDU)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientador, FDU)

Palavras-chave: Escola; Educação; Ensino; Leitura.

Agência de fomento: FDU.

RESUMO A leitura é considerada o meio mais decisivo no processo de produção de conhecimento, bem como construir e melhorar o vocabulário através da leitura é a informação que pode ser adquirida, resultando em conhecimento. Além disso, sua inteligência e habilidades podem ser melhoradas lendo sobre o assunto visão de mundo. Porém, com o advento da tecnologia, a leitura parece ser desprezada e substituída pelas tarefas da vida moderna. Com o desenvolvimento do mundo virtual, cada vez mais pessoas alegam que não têm mais tempo para ler. Um possível incentivo às considerações acima é o crescente reconhecimento da importância da leitura e do seu papel decisivo no processo de produção do conhecimento, especialmente no ensino. Segundo Soares (2004) em seu livro *Alfabetização: uma questão de métodos*: "Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização." (SOARES, 2004, p. 14). **OBJETIVOS:** O objetivo geral deste trabalho foi apresentar resultados da importância da leitura no Ensino Fundamental. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa que embasa a execução de uma atividade de extensão. Assim, para realizar a pesquisa utilizamos a metodologia bibliográfica com natureza explicativa. A busca pela resposta aos objetivos partiu de uma análise de material bibliográfico pertinente ao tema. Após o levantamento bibliográfico foi feita uma análise da literatura sobre o tema que serviu de base para a execução da prática pedagógica na escola campo. **RESULTADOS:** O trabalho atual elucida através de um estudo de campo, crítico e reflexivo onde vimos, que a leitura é uma atividade de maior importância para o desenvolvimento educacional das crianças, a partir disso fica evidente a precisão da formação de profissionais da educação. Só assim será possível estimular o interesse das crianças e dos jovens pela leitura, capacitando-os para a compreensão do mundo e incentivando-os a criar uma opinião social que faça com que aprendam a ter autonomia nas suas decisões. De acordo com Mortatti (2004): "Saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano são, hoje, necessidades tidas como inquestionáveis [...] É, por tanto, dever do Estado proporcionar, por meio da educação, o acesso de todos os cidadãos aos direitos de aprender a ler e a escrever, como uma das formas de inclusão social, cultural e política e de construção da democracia." (MORTATTI, 2004, p. 15). Por outro lado, a leitura reflexiva deve tornar-se um bom hábito para as gerações mais jovens, a fim de formar grupos-chave cruciais para promover o desenvolvimento cognitivo e cultural, onde se mostra um processo inovador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluímos que desenvolver novos leitores ativos é um dos maiores desafios que os professores enfrentam na sociedade atual, por isso é importante que os professores trabalhem com os alunos em novas estratégias e métodos de ensino que incluam todos os alunos e atendam às necessidades de cada aluno, tornando a leitura um momento agradável e não obrigatório. O estudo concluiu que se as escolas pretendem formar alunos que sejam bons leitores, devem estabelecer objetivos de leitura que vão além dos livros escolares, fornecer textos que circulem frequentemente na sociedade e prestar atenção à diversidade dos textos.

REFERÊNCIAS:

1. ARANA, Alba Regina de Azevedo; KLEBIS, Augusta Boa Sorte Oliveira. **A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17264_7813.pdf. Acesso: 7 jul. 2023.
2. MORTATTI, M. D. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo - 1876/1994. São Paulo: UNESP, 2000.
3. SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2018.
4. ZILBERMAN, Regina. **A leitura no Brasil**: sua história e suas instituições: a história da leitura, [s. l.], 1996. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memorial/Ensaio/regina.html>. Acesso: 21 set. 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

MACUNAÍMA: HERÓI SEM NENHUM CARÁTER - MARIO DE ANDRADE E JOAQUIM PEDRO DE ANDRADE

Niquele Bianca Cesário **MIRANDA**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDU)
Roberto Santos **BARBIÉRI** (Orientador, FDU)

RESUMO

INTRODUÇÃO: Nascido em São Paulo em 9/10/1893, Mário Raul de Moraes Andrade morreu na mesma cidade, em 25/2/1945, com 51 anos de idade. Em 1922, ao lado de diversos artistas, participou da organização da Semana de Arte Moderna. Ele, e mais Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Menotti del Picchia, formaram o grupo modernista que ficou conhecido como o "Grupo dos Cinco". Segundo a crítica literária, dois livros dele se destacam como os mais importantes do movimento modernista: o livro de poesia "Pauliceia desvairada", de 1922, e a rapsódia "Macunaíma, o herói sem nenhum caráter", de 1928. Mário afirma ter escrito Macunaíma em apenas seis dias, deitado em uma rede na chácara de Pio Lourenço Correa, em Araraquara, SP. Em 1968, o cineasta Joaquim Pedro de Andrade produz e filma o longa metragem "Macunaíma". Em 13/12/1968, o "ano que não acabou", foi editado o Decreto AI-5, resultando no fechamento do Congresso Nacional, a supressão dos direitos individuais



e o início dos "anos de chumbo", os mais sombrios da ditadura do Regime Militar 1964-1985. No início de 1969, Joaquim Pedro foi preso e solto no mesmo dia, após manifesto internacional contra a ditadura e a censura no Festival Internacional do Filme, no Rio de Janeiro. **OBJETIVO:** Avaliar qualitativamente o livro e o filme Macunaíma, lançados com um lapso de tempo de 40 anos entre si. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O trabalho refere-se a uma análise com abordagem qualitativa, possuindo como elementos da pesquisa o romance "Macunaíma – o herói sem nenhum caráter", de 1928, e o longa metragem "Macunaíma" de Joaquim Pedro de Andrade, de 1968 e lançado em 1969. **RESULTADOS:** Complexo, Macunaíma é a história de um anti-herói preguiçoso, um "herói da nossa gente", "herói sem nenhum caráter", um "representante do povo brasileiro", "um indígena que nasce negro e, já adulto em meio à selva amazônica, torna-se branco". Em época que as formigas saúvas haviam se tornado grave problema para a lavoura brasileira, Macunaíma bem põe que "pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são!". O filme em apreço penou nas tesouras da censura e no seu lançamento recebeu 16 cortes, que depois de negociações com a censura foram reduzidas a quatro! Joaquim Pedro lutou por 17 anos contra as ridículas censuras ao seu filme. A censura, em todas as suas formas, só viria ser eliminada, pelo menos em tese, pela Constituição Brasileira, de 1988, ano em que também faleceu Joaquim Pedro. Em 1996, o filme foi restaurado em processo fotoquímico e, em 1996, foi restaurado digitalmente. Neste trabalho foi utilizada a versão restaurada digital de 2004 e, para o livro, a edição especial flip de 2015, da Nova Fronteira. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

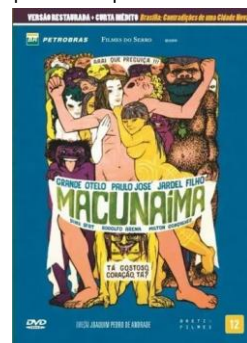
Caracterizada pela utilização da linguagem oral e popular, bem como pela mistura de folclore, lendas, mitos e manifestações religiosas de várias regiões do Brasil, Macunaíma ganhou prêmios em importantes festivais em todo o mundo e é curioso destacar seu lançamento no Festival de Nova Iorque, em 1972, onde foi apresentado em versão reduzida para 105 para 95 minutos, com o subtítulo "Jungle Freaks" (Malucos da Selva), com o slogan "95 Minutes of Brazil Nuts" (95 minutos de maluquices brasileiras), destacando-se que ele foi considerado "incompreensível" pelo grande público americano. No Portal Terra Educação, em classificação de 2014, Macunaíma ocupa a terceira posição em uma lista dos 10 melhores livros da literatura brasileira. O filme, fica na décima posição em uma lista dos 100 melhores filmes brasileiros, criada pela Associação Brasileira de Críticos de Cinema (Abraccine).

REFERÊNCIA:

1. MACUNAÍMA. DVD. Versão restaurada digitalmente em 2004.
2. PORTAL TERRA EDUCAÇÃO. **10 melhores livros da literatura brasileira**. Disponível: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/conheca-os-10-melhores-livros-da-literatura-brasileira,8d5f11502b659410VgnVCM4000009bceeb0aRCRD.html#google_vignette>; acesso: 15 jul. 2024.
3. ABRACCINE. **Ranking dos 100 melhores filmes brasileiros**. Disponível: <<https://abraccine.org/2015/11/27/abraccine-organiza-ranking-dos-100-melhores-filmes-brasileiros/>>; acesso: 15 jul. 2024.

REFERÊNCIAS:

Área de conhecimento do CNPq: 8.00.00.00-2 – Linguística, Letras e Artes



JOGOS E BRINCADEIRAS COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS

Vitória Aparecida Teixeira do **CARMO** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora - UFV)

Palavras-chave: Coordenação motora; Imaginação; Criatividade.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A utilização de jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos é uma abordagem valiosa no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando um ambiente dinâmico, criativo e interativo. A ludicidade, que envolve o uso de atividades lúdicas, desperta o interesse e a motivação dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo. Segundo Freitag (2012), brincando, as crianças exploram e remetem sobre a realidade cultural na qual estão inseridas, questionando regras e papéis sociais, demonstrando assim, através do brincar, situações que ainda não conseguem expor através de palavras. Dessa forma, o brincar proporciona para a criança autonomia que ela tem de si, do mundo, e assim explorando toda imaginação e interação com o mundo (FREITAG, 2012, p. 7). Na educação, esses recursos permitem que os alunos desenvolvam competências cognitivas, sociais e emocionais de forma natural e prazerosa. Além disso, contribuem para a construção de conhecimentos de maneira contextualizada, ajudando a trabalhar habilidades como a resolução de problemas, o pensamento crítico e a colaboração. Neste sentido, jogos e brincadeiras são ferramentas essenciais para a educação contemporânea, promovendo uma aprendizagem ativa e participativa, que respeita os diferentes ritmos e estilos de aprendizado dos alunos. **OBJETIVOS:** Fazer um levantamento de como jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos pode auxiliar no processo de aprendizagem. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O propósito desta pesquisa é de estudo descritivo, sendo um estudo de campo. Com uma abordagem qualitativa, será realizada na creche do município de Canaã-MG para as crianças da Educação infantil, quando será aplicado um questionário para as professoras deste nível de ensino, cujas respostas serão analisadas na teoria estudada. **RESULTADOS:** O questionário aplicado a profissionais da área que atuam em uma escola pública em Canaã-MG revelou que todas as participantes reconhecem a importância dos jogos e brincadeiras na sala de aula, demonstrando unanimidade. Elas destacaram também os benefícios desses recursos, como o estímulo à imaginação, criatividade, o prazer pela aprendizagem, o desenvolvimento da comunicação, a construção do conhecimento social e a dimensão emocional que os jogos e brincadeiras podem oferecer às crianças. Essas percepções estão alinhadas com a teoria, que enfatiza a necessidade de proporcionar uma variedade de atividades lúdicas para os alunos, permitindo que eles explorem diferentes formas de interação e aprendizado. Assim, os jogos e brincadeiras emergem como ferramentas valiosas no processo educacional, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os jogos e as brincadeiras desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil, contribuindo para o crescimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. Ao brincar, as crianças exercitam suas habilidades motoras, desenvolvem o pensamento crítico, aprendem a resolver problemas e a trabalhar em grupo. As brincadeiras oferecem um ambiente seguro onde as crianças podem explorar suas emoções, entender o mundo ao seu redor e criar vínculos afetivos. As diferentes formas de jogos e brincadeiras, sejam estruturadas ou livres, promovem a criatividade e a imaginação, permitindo que as crianças expressem suas individualidades e descubram seus interesses. A interação com outras crianças e adultos durante as brincadeiras ensina importantes lições de cooperação, respeito e empatia. Portanto, é crucial que pais, educadores e a sociedade em geral valorizem e incentivem a prática de brincadeiras na vida cotidiana das crianças. Proporcionar um ambiente rico em oportunidades de brincar é investir no futuro, promovendo o desenvolvimento integral e saudável dos indivíduos.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso: 10 jun. 2024.
- OLIVEIRA, R. M. **A organização do trabalho educativo com o jogo na formação de professores de educação física**. Salvador, 2017. Tese de Doutorado (Doutorado em educação) Universidade Federal da Bahia.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ENTRE 2018 E 2022

Erik Eduardo Augusta da **SILVA**
(Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Evolução da taxa de juros no Brasil; Economia brasileira.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Um dos motivadores de discussões no âmbito econômico no Brasil recentemente é a taxa de juros, fato que foi impulsionado pela independência do Banco Central, e pelos sucessivos aumentos na taxa básica de juros do país recentemente. Nesse sentido, a alteração dessa taxa, influencia diretamente o contexto das organizações, em suas atividades, e das pessoas, no cotidiano, uma vez que, o acesso ao crédito pode ficar mais caro, dificultando a obtenção de recursos para investimentos no setor produtivo, ou a aquisição de bens de consumo, para a população de forma geral. Assim, a taxa de juros é o principal instrumento da autoridade monetária para guiar as expectativas do público em um regime de metas para inflação, os sucessivos descumprimentos da meta anunciada, levam a uma rigidez para baixo na definição da taxa Selic (MENDONÇA, 2007). **OBJETIVOS:** Desse modo, o objetivo dessa pesquisa é analisar a evolução da taxa de juros no Brasil, isso entre os anos de 2018 e 2022. Como objetivos específicos temos: a) analisar o comportamento da taxa no período escolhido; e b) compreender os fatores internos ou externos que influenciaram nesse movimento. **JUSTIFICATIVA:** Esse tema ganha relevância devido ao fato de que a taxa básica de juros do país impacta vários segmentos, uma vez que, o acesso a bens de produção e consumo pode ser facilitado ou não, em virtude do comportamento da taxa de juros. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem metodológica adotada foi de caráter quantitativa e natureza descritiva. Portanto, foram utilizados dados secundários extraídos junto ao histórico da Taxa de Juros do Brasil, fornecido pelo Banco Central. **RESULTADO:** O resultado auferido pode ser visualizado na figura 1. Nesse contexto, vemos que a taxa de juros apresentou um comportamento inconsistente, com quedas e aumento. Assim, os anos que mais chamam atenção são 2020 e 2021, que tiveram as maiores quedas, isso pode ser atribuído ao contexto da época, isto é, esse momento foi o mais agudo da pandemia do COVID-19, desse modo, reduzir os juros foi uma alternativa para amenizar os efeitos econômicos dessa época. Entretanto, no começo de 2022, observamos a maior taxa do período, algo que pode ser atribuído a uma estratégia para conter uma tendência inflacionária da época. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Desse modo, o nível da taxa de juros é uma temática essencial para a economia de qualquer país, com implicações inclusive sociais. Entretanto, é importante ressaltar que o seu nível é motivo de divergências entre diferentes correntes econômicas no Brasil e no mundo.



Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil.

REFERÊNCIAS:

- Taxas de juros básicas - Histórico, Banco Central do Brasil. Disponível: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso: 23/09/2023.
- MENDONÇA, Helder Ferreira. **Metas para inflação e taxa de juros no Brasil:** uma análise do efeito dos preços livres e administrados. Revista de Economia Política, 2007.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 – Administração

CHS-073

ANÁLISE DE CUSTOS DE UMA PRODUÇÃO DE QUEIJO
ARTESANAL FAMILIAR

Igor Brunelle da SILVA (Curso de Administração, FDV)
Carla Cristina da SILVA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Análise de custos; Produção de queijo familiar.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A análise de custos de uma empresa envolve a identificação e mensuração de custos e despesas associadas à fabricação de um produto (MARION, 2002). Tais custos incluem insumos de fabricação (leite, fermentos, sal), de mão de obra, embalagem e energia elétrica. Avaliar os custos permite entender a viabilidade econômica e ajustar a precificação de um produto, auxilia no planejamento financeiro e na tomada de decisões estratégicas da empresa (ROCHA; FERREIRA; LOPES, 2018). **OBJETIVO GERAL:** Realizar uma análise de custos de uma produção de queijo familiar artesanal. **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Analisar os custos diretos, indiretos, fixo e variável que envolve essa produção. **JUSTIFICATIVA:** Analisar os custos é essencial para garantir a sustentabilidade do negócio, otimizar os processos, ajustar a precificação e aumentar a competitividade. Além disso, possibilita identificar oportunidades de redução de custos e maximização do lucro, assegurando o crescimento da produção e sua viabilidade no mercado. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa possui natureza descritiva e abordagem quantitativa. O local onde será feita a pesquisa é em uma fazenda cuja os dados analisados são referentes ao mês de maio. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário. **RESULTADO:** A tabela abaixo demonstra os custos de produção de 50 queijos relativa ao mês de maio.

Quadro. Produção de queijo no mês

| Custo fixo | Valor (R\$) | Custo variável (MP) | Valor (R\$) |
|--------------|-------------|---------------------|-------------|
| Embalagens | 34,00 | Sal | 1,50 |
| Conta de luz | 300,00 | Coalho | 8,00 |
| Gás | 120,00 | | |
| Total | 454,00 | | 9,50 |

Fonte: dados da pesquisa

Observando a tabela temos que os custos fixos são maiores em relação ao custo variável relativos ao mês de maio da produção de queijo. Neste mês foram vendidos 50 queijos, sendo 35 grandes (1kg) pelo preço de venda de R\$25,00, e 15 queijos pequenos (0,5 kg) pelo preço de venda de R\$15,00. Lucro mês de 400\$. Nota-se que há um prejuízo mas que não é sentido diretamente ou que afete a produção e renda familiar já que o proprietário da casa onde se faz a produção assume todos os custos fixo de energia elétrica e do gás, os custos fixo de energia elétrica e botijão de gás. **CONCLUSÃO:** A partir dessa pesquisa nota-se que os custos fixos da produção de queijo são maiores que os custos variáveis, e a demonstração desses custos mostra que a aplicação nos preços ao produto tende a ser mais justa tanto para o produtor quanto para o cliente que exige um produto de qualidade no final e uma renda extra para a família e crescimento profissional e um produto com qualidade.

REFERÊNCIAS:

- ROCHA; A. G. F.; FERREIRA, D. F. P.; AURÉLIO, M. A. L. **Agregação de valor ao leite por meio da produção de queijo:** análise de rentabilidade em uma propriedade familiar no município de Uberlândia/MG, 2018. Disponível no Google Acadêmico, acesso: 10 abr. 2024.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** São Paulo: Atlas, 1996.
- MAARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração

CHS-074

CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pedro Mendes DIAS
(Curso de Engenharia de Telecomunicações, INATEL, Santa Rita do Sapucaí-MG)
Allan Kardec Carlos DIAS
(Orientador, Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FNSA - Luziânia-GO)
Roberto Santos BARBIÉRI
(Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Políticas públicas, Conselhos municipais de políticas públicas.

Agência de fomento: FNSA

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os Conselhos de Direitos ou Conselhos de Políticas Públicas têm fundamento constitucional, visando a participação do cidadão na formulação, implementação e controle/fiscalização das políticas públicas. Os artigos 198, 204 e 206 da Constituição Federal dispõem sobre a importância da participação da comunidade nas ações e serviços públicos da saúde, assistência social e educação, por meio de organizações representativas, tanto na formulação das políticas quanto no controle em todos os níveis. O objetivo dos conselhos centra-se na aproximação do Estado e Sociedade, com foco de integração, participação, fortalecimento, fiscalização e controle de pautas de efetivação de direitos fundamentais. São espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho é dar um enfoque maior na importância da atuação dos Conselhos de Políticas Públicas (Estadual e Municipal) e a importância de sua atuação como co-participante na elaboração de políticas públicas. **MATERIAIS E METODOS:** Foi feito levantamento bibliográfico sobre a legislação atinente a criação e funcionamento dos Conselhos e sua importância no contexto social, bem como de informações sobre o número de Conselhos no Brasil, funcionamento e diagnóstico do funcionamento de Conselhos de Políticas Públicas em quarenta municípios do Mato Grosso. **DISCUSSÃO:** Os Conselhos caracterizam-se como órgãos colegiados, uma instância de deliberação colegiada, composta por representantes do poder público e da sociedade civil. Permanentes, pois determinados pela Constituição, criados por lei e regulamentados pelos regimentos internos ou estatutos. São orientados pelo princípio da paridade, garantindo representação por igual número de representantes do Governo e da sociedade civil. Geralmente quem escolhe os membros da área do governo (titulares e suplentes) é o chefe do Executivo, enquanto os membros da sociedade civil são definidos pela lei, geralmente oriundos de Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de bairro, sindicatos etc. Importante destacar que os Conselhos dependem de mobilização social e deliberação engajadas que reivindiquem direitos. Devem estar abertos à participação de diversas tendências políticas e ideológicas para se tornar mais representativo e diversificado, sem estar atrelado a qualquer partido político. Tem por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. Devem estar em sintonia com as políticas nacional, estadual e municipal e a criação destas entidades depende de previsões legislativas, que também vão definir as atribuições, a duração dos mandatos e áreas de atuação, que podem ser defiscalização, mobilização, deliberação ou ainda função consultiva. **CONSIDERAÇÕES:** Mesmo com a extensa legislação a respeito da criação e funcionamento dos Conselhos Municipais, nota-se grande deficiência na formação e funcionamento destes Conselhos. Segundos dados de 2017 do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso - TCE/MT -, haviam no Brasil cerca de 18.000 Conselhos Municipais de Políticas Públicas, com a participação de mais de 100.000 Conselheiros. Pesquisa realizada em 2016 pelo TCE/MT com os Conselhos de Políticas Públicas. Dados do TCE/MT, relativos aos 40 maiores municípios de Mato Grosso indicou que: a) 62% dos Conselhos não possuíam espaço próprio; b) 37% dos Conselheiros nunca ou raramente tiveram acesso às informações sobre orçamento público; c) 65% dos Conselheiros nunca ou raramente participaram da elaboração das leis do PPA (Planos Plurianuais), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual), sugerindo uma atuação tímida dos Conselheiros nos controles; d) 28% dos Conselheiros nunca realizaram ações integradas com o controle interno municipal; e) 48% dos Conselhos não possuíam Comissões Temáticas; f) 50% dos Conselheiros não haviam participado das discussões sobre os planejamentos estratégicos até então; g) 74% dos Conselheiros nunca identificaram irregularidades na aplicação de recursos públicos em suas áreas de atuação; e h) 61% dos Conselheiros não participaram de atividades de aperfeiçoamento, revelando uma capacitação eficiente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A realidade constatada pelo TCE/MT nos 40 maiores municípios do estado do Mato Grosso sugere a necessidade de um estudo mais aprofundado, visando uma avaliação da temática em caráter nacional. De fato, um artigo sobre o mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros, BUVINICH, da Universidade Complutense de Madri, indicava que o Brasil já contava em 2014, com mais de 40 mil conselhos gestores de políticas públicas disseminados nos municípios.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO - TCE/MT - **Manual de responsabilidade social, cidadania e políticas públicas**, 2021, 420 p.
- BUVINICH, Danitza Passamai Rojas. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 55-82, jan./fev. 2014

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

PAPEL DO PEDAGOGO DENTRO SISTEMA PRISIONAL

Lorena do Carmo de **SOUZA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Sistema prisional; Educação; Professor.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Essa pesquisa apresenta como tema geral o papel do pedagogo dentro do sistema prisional. Essa pesquisa se justifica por ser de extrema importância a continuidade da formação do cidadão, mesmo aqueles que praticaram atos ilícitos e que vivem em condições subumanas, num ambiente nada agradável, como uma penitenciária. A educação no sistema penitenciário teve início na década de 1950 e está assegurada por lei que estabelece que toda população tenha direito à educação, seja ela em liberdade ou não. Dentre essas razões a educação é muito importante para reabilitação futura dos detentos na sociedade. A educação no período prisional tem um papel muito importante, pois muitos dos detentos se encontram tolhidos de suas liberdades, são de um nível baixo de escolaridade; muitos não dominam as competências básicas da leitura e da escrita. Foucault (1987, p. 224) diz: "A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar." Segundo essa citação acima, pode-se afirmar que a educação prisional está ligada ao poder público que deve garanti-la como uma forma de ressocialização dos detentos, como bem observa Foucault: "[...] fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos ficarem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não "pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa"; queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza? A prisão fabrica também delinquentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder.; arbitrário da administração (FOUCAULT, 1987, p. 293). O sistema prisional era visto apenas para a punição com crueldade, sem perspectiva para ressocialização do detento a pena. Porém esse sistema passou por modificações no decorrer do tempo, desse modo houve condições ofertadas ao detento meio para a ressocialização e a educação é o principal meio. Entende-se que a educação é um caminho essencial para trilhar um novo caminho. Segundo Santos e Medeiros (2020): "A educação no sistema penitenciário teve início na década de 1950. Ainda no início do Século XIX, a prisão era tida como apenas um local de contenção de pessoas, sem qualquer proposta de requalificar os presos. **OBJETIVOS:** O objetivo geral foi verificar como o pedagogo contribui no sistema prisional. O propósito desta pesquisa é um estudo de campo, com uma abordagem qualitativa, realizado no Presídio do município de Viçosa-MG. Para coleta de dados foi utilizado um questionário para duas professoras que atuam no ensino da educação de jovens e adultos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa apresentou uma metodologia investigativa que se constituiu em um estudo de campo de natureza qualitativa, feito através de um questionário para duas professoras que atuam na área da educação de jovens e adultos dentro da Escola Estadual Professor Cid Batista, no Presídio de Viçosa-MG. As respostas ao questionário foram organizadas e analisadas com base no referencial teórico. **RESULTADOS:** Trata-se de estudo de campo com sua natureza explicativa de ordem qualitativa. Para isto foi feita uma coleta de dados através de um questionário direcionado para duas professoras que atuam na área da educação de jovens adultos Presídio no município de Viçosa-MG. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através dos dados coletados com as respostas das professoras compreendemos a importância da educação para uma transformação da vida daqueles indivíduos que se encontram ali presos. Podemos concluir que é por meio da educação é possível uma reeducação dos indivíduos e o pedagogo assume um papel fundamental durante todo o processo.

REFERÊNCIAS:

1. FOUCALT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
3. GOMES, S. F. **Pensando a função e a atuação da psicopedagogia no sistema prisional.** Centro Universitário do Planalto de Araxá.
4. SANTOS, Maria Eliane Ferreira dos; MEDEIROS, Késia Girlane Santos de. Educação para apenados: desafios e perspectivas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 5, ed. 10, v. 20, pp. 144-160, out. 2020. Disponível: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-para-apanados>. Acesso: 21 jul. 2023.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

UM PASSADO AINDA PRESENTE: A NECESSIDADE DO COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

Augusto Gouveia **COLATINO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Trabalho; Escravidão; Lei Áurea.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Em 13 de maio de 1888, "A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a seguinte lei: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil". A lei 3.353/1888 mais conhecida como "Lei Áurea" sancionada pela princesa Isabel trouxe em seu conteúdo a abolição da escravidão. Mas, infelizmente ainda é visto nos dias de hoje situações de trabalhos considerados análogos aos de escravos, não somente jornadas exaustivas de trabalho, mas também o cerceamento do direito de ir e vir do trabalhador, coação física e moral, ambientes de trabalho insalubres, falta de água potável e higiene básica, o não pagamento em dinheiro, o apoderamento de documentos pessoais com a intenção de mantê-lo no local de trabalho etc. A Carta Magna promulgada em 1988 traz em seu rol do art. 5º o inciso III onde diz "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". **OBJETIVO:** O presente resumo tem como objetivo trazer à tona a necessidade de combater o trabalho análogo à escravidão. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esse trabalho tem como método de desenvolvimento, pesquisas com embasamento em sites, artigos científicos, palestras e a Constituição da República, quanto aos direitos fundamentais. **RESULTADOS:** No dia 22 de fevereiro de 2023 o Ministério Público do Trabalho (MPT) em ação conjunta com a Polícia Federal (PF), resgatou 207 pessoas que enfrentavam condições de trabalho mórbidas em Bento Gonçalves-RS. Devido à grande demanda os donos das vinícolas Garibaldi, Aurora e Salton terceirizaram os serviços e contrataram uma empresa chamada FENIX Serviços Administrativos, segundo a Agência Brasil, os trabalhadores foram atraídos pela promessa de um salário de 3 mil reais, mas enfrentavam grandes cargas de trabalho, violência física e a oferta de alimentos estragados. A inércia governamental a corrupção e a falta de punição, são uma das principais causas desses acontecimentos, onde a desonestidade e ganho de lucros sobrepõe a humanidade, pessoas de baixa renda e de poucas informações são as mais propícias a aceitarem essas condições de trabalho, uma vez que o estado não cumpre o seu papel de fornecê-las. Indivíduos que cometem o crime de escravizar são punidos com uma pena branda e uma multa irrisória, e tratando o ser humano dessa forma irão lucrar e economizar milhares de reais. Segundo dados obtidos da Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE) no ano de 2022, o estado de Minas Gerais é onde está localizado os maiores índices de casos de trabalho análogos a de escravo de todo Brasil, sendo assim a maioria em meio rural onde falta fiscalização nas lavouras, carvoarias e mineradoras. Com base nos dados obtidos constata-se que o trabalho análogo a escravo existe e que infelizmente é um passado ainda presente atualmente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conforme as discussões supracitadas, algumas das soluções é o governo por meio de políticas públicas criar um projeto que levaria educação básica e saneamento a todos os cidadãos mostrando que todos temos direitos e deveres. Realizar uma reforma no Código Penal Brasileiro e aplicar penas muito mais severas e multas milionárias onde todos os envolvidos no crime serão punidos, a empresa que terceirizou o serviço e a terceirizada. Criar concursos públicos para Polícia Federal e Auditores Fiscais do Trabalho, onde haverá uma fiscalização maior reduzindo assim os índices desse bárbaro crime.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 2 out. 2024.
2. BRASIL. Lei 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Diário Oficial da União**. 13 mai. 1888.
3. PONTES, Felipe. **Vinícolas devem pagar R\$ 7 milhões por caso de trabalho escravo no RS:** Uma parte é por danos morais coletivos e outra, individuais. BRASÍLIA, 10 mar. 2023. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/vinicoas-devem-pagar-r-7-milhoes-por-caso-de-trabalho-escravo-no-rs#:~:text=ouvir%3A,%2C%20em%2022%20de%20fevereiro>. Acesso: 2 out. 2022

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

JUSTIÇA RESTAURATIVA: A VÍTIMA MERECE UMA MAIOR ATENÇÃO NO CONTEXTO CRIMINAL?

Anna Carolina Rodrigues **COSTA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Justiça restaurativa; Diálogo; Vítima; Resolução de conflitos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Atualmente no Brasil, o sistema adotado para a solução de conflitos é a pena restritiva de liberdade, o que não tem sido a melhor abordagem visando o objetivo de reeducação e reinserção dos presos à sociedade, tendo em vista que hoje é de conhecimento público as superlotações das prisões, bem como diversas rebeliões que espelham a ineficácia do sistema prisional no Brasil. Dessa forma, a Justiça Restaurativa, tem tomado cada vez mais espaço na resolução de conflitos no Direito Brasileiro. Essa abordagem consiste em promover o diálogo e entender o motivador dos conflitos, dando chance à vítima expor suas dores e angústias diretamente ao agressor que as causou. No método de Justiça atualmente adotado, a vítima não é o centro da atenção do judiciário e sim a punição do agressor, o que nem sempre gera um completo alívio ou arrependimento pelas partes envolvidas. Para que este método seja utilizado, o diálogo promovido entre os envolvidos deve ser da vontade de ambos, além de ser de suma importância um moderador, de preferência um psicólogo, para que assim possa efetivamente reparar o dano moral ou material causado, mas paralelamente manter a dignidade humana nas relações penais. **OBJETIVOS:** Este resumo visa dar ênfase na atenção às vítimas nos crimes, bem como a resolução de conflitos de forma respeitosa e na base do diálogo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi utilizada uma abordagem qualitativa, na qual foram analisados artigos e estudos que abordam a Justiça Restaurativa e a dignidade humana da vítima. **RESULTADOS:** Na sistemática do Direito Penal atual, a vítima nem sempre tem um lugar de fala efetivo, sendo tratada meramente como uma testemunha e espectadora, apenas aguardando o resultado de um processo custoso e demorado. Com a abordagem da Justiça Restaurativa, a vítima ganha um papel verdadeiramente ativo na punição e reeducação do agressor “um sujeito de direitos que deve ter no processo meios de defendê-los de maneira concreta e eficaz, sejam direitos ligados a interesses civis e criminais, seja mesmo direito à tranquilidade, à sua vida privada, à sua intimidade” (SCARANCE, 1995, p. 56)., retirando-a de apenas um “papel de vítima” e a colocando no polo ativo de uma situação passada pela mesma, visando a maior compreensão da forma com que ela coloca a agressão sofrida. A própria Constituição da República Federativa do Brasil prevê outras formas de resolução de conflitos em seu artigo 98, inciso I, visando uma justiça mais célere, e consequentemente menos custosa e mais assertiva, o que está ligado diretamente a um princípio constitucional, o da eficiência. Sendo assim, cria-se cada vez um cenário propício a soluções paralelas, tendo em vista o descontentamento da sociedade em relação ao sistema tradicional das sanções penais, que é visto como ineficaz e é totalmente desacreditado pela sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste âmbito, pode-se concluir que há um maior acolhimento da vítima, além da possibilidade do infrator de reconhecer seu erro, que gera um maior e melhor resultado do que se espera do Direito Penal, que é a reinserção do indivíduo na sociedade, o que pode reduzir significativamente o encarceramento no Brasil, fazendo a sociedade polo ativo do processo democrático brasileiro, sempre respeitando a dignidade humana, racionalidade e o interesse público.

REFERÊNCIAS:

1. FACHINI, Tiago. *Justiça Restaurativa no Brasil, o que é, objetivos e aplicações*. Disponível: <<https://www.projuris.com.br/blog/justica-restaurativa/>>. Acesso: 4 jun. 2024.
2. MONTEIRO, João Victor da Silva; JUNIOR, Francisco Paiva Araújo Silva; FERREIRA, Marina Sousa. *Justiça Restaurativa: a vítima com uma maior atenção no âmbito dos crimes sexuais*. Disponível: <<https://jus.com.br/artigos/95500/justica-restaurativa-a-vitima-com-uma-maior-atencao-no-ambito-dos-crimes-sexuais>>. Acesso: 4 de jun. 2024.
3. SCARANCE, Antonio Fernandes. *O papel da vítima no processo penal*. São Paulo: Malheiros, 1995.
4. VIEIRA, Lucas Augusto Tome Kanno; MARQUES, Ronaldo Garcia; SOARES, Jesana Gomes; OLIVEIRA, Walyther Caio Lopes. *Justiça Restaurativa: a perspectiva da vítima no contexto criminal*. Disponível: <<https://pensaracademico.unifaciq.edu.br/index.php/semiarciocientifico/article/download/469/397>>. Acesso: 4 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

Anna Carolina Rodrigues **COSTA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Impenhorabilidade; Bem de família; Bem essencial; Proteção.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O direito a moradia trata-se de um direito garantido a todos através do art. 6º da CRFB/88. Tendo esse direito como fundamento, a moradia é considerada um bem de família considerado o “único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente”. Desse modo, este imóvel não poderá responder por dívidas civis, comerciais, fiscais, previdenciárias ou outra de qualquer natureza que pode ter sido contraída pelos cônjuges, pais ou filhos, sendo eles proprietários e residirem no imóvel assim como dispõe a Lei nº 8.009 de 29 de março de 1990 sobre a impenhorabilidade do bem de família. O imóvel referido compreende a construção, plantação e benfeitorias, o que compreende bens de qualquer natureza e todos os equipamentos, de uso profissional ou não, além de móveis que guarnecem a casa e que são indispensáveis para à habitualidade da residência, desde que seja um bem geralmente mantido em um lar comum. **OBJETIVOS:** o objetivo deste resumo é demonstrar a importância da garantia do instituto da impenhorabilidade do bem de família para a segurança das cláusulas péticas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi utilizada uma abordagem qualitativa, na qual foram analisados artigos e estudos que abordam a violência doméstica e o conceito do princípio da insignificância. **RESULTADO:** Atualmente, os juízes aplicam quase que de forma automática a proteção do direito à impenhorabilidade do bem de família objetiva quando se é adquirido o imóvel, sendo esse direito insuscetível a renúncia. Atualmente, os juízes aplicam quase que de forma automática a proteção do direito à impenhorabilidade do bem de família, visando a garantia da dignidade da pessoa humana e a estabilidade familiar, desde que o devedor esteja munido de boa-fé ao listar um bem imóvel como moradia da família, ou forma de subsistência, em casos de imóveis alugados na qual a renda da locação seja revertida para a sua sobrevivência ou usada para o pagamento de moradia. Entretanto, como toda regra a exceção, há situações em que é permitida a penhora de bens de família, são eles: dívidas relacionadas ao próprio imóvel como o financiamento do mesmo, ou tributos e taxas; dívidas contraídas decorrentes de pensão alimentícia, nesse caso o pagamento dessa obrigação é prioridade em relação a proteção à moradia; No caso de dívidas que tenham sido contraídas exclusivamente por um dos cônjuges, e se o imóvel não estiver registrado como bem de família, ele pode ser penhorado para saldar essas obrigações e por fim, se o imóvel é utilizado para atividades empresariais, este pode ser penhorado para sanar dívidas contraídas decorrentes dessa atividade. Essas exceções foram concebidas para equilibrar a proteção da moradia familiar com as necessidades de justiça e responsabilidade financeira. Embora a impenhorabilidade do bem de família seja um importante mecanismo de proteção, as situações excepcionais reconhecem a complexidade das relações econômicas e a necessidade de garantir que obrigações financeiras sejam cumpridas. Dessa forma, a legislação busca promover um equilíbrio entre a proteção da família e a responsabilidade social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A legislação vigente, ao garantir que o imóvel familiar não possa ser penhorado em diversas situações, reflete um compromisso com a segurança e bem-estar social. Contudo, as exceções previstas mostram a necessidade de um equilíbrio entre a proteção do lar e as responsabilidades financeiras, reconhecendo que a justiça deve considerar a complexidade das relações econômicas. Assim, a impenhorabilidade do bem de família não apenas salvaguarda a moradia, mas também se insere em um contexto mais amplo de responsabilidade social, reforçando a relevância de se assegurar direitos fundamentais enquanto se promovem a justiça e a equidade nas relações sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 18 set. 2024.
2. BRASIL. Lei nº 8.009 de 29 de março de 1990. *DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA*. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8009.htm>. Acesso: 18 set. 2024.
3. FERNANDES, Wander. *IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA*. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/impenhorabilidade-do-bem-de-familia/1422337194>>. Acesso: 18 set. 2024.
4. MINHOTO, Antônio Celso Baeta; IOCOHAMA, Celso Hiroshi; ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa. *PROCESSO, JURISDIÇÃO E EFETIVIDADE DA JUSTIÇA III*. Disponível: <<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/73sz1nf2/hX1sQZRH5dv88ap2.pdf>>. Acesso: 18 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

(IN)APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM CRIMES COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Anna Carolina Rodrigues **COSTA** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Insignificância; Violência doméstica; Mulheres; Conduta.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro possui como base não somente a legislação para a aplicação do seu poder de Estado, mas também utiliza de doutrina, jurisprudência e princípios. Um princípio muito utilizado em diversos casos do Direito é o Princípio da insignificância, que não possui legislação expressa que o regulariza, mas, os Tribunais Superiores entendem a importância da observação deste princípio. Este princípio consiste em relacionar o fato com a real e significativa lesão do bem jurídico tutelado, gerando ou não a tipicidade material do crime. A doutrina entende que são quatro, os requisitos para caracterizar uma conduta insignificante, são eles a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade da ação, o grau de reprovabilidade do comportamento e a real lesão jurídica. Neste sentido, muito se discute da sua aplicabilidade em crimes que envolvem violência doméstica, pois, existem várias tipificações de condutas que se enquadram na Lei Maria da Penha. Sendo assim, todas estas são contrárias aos requisitos utilizados para não ser reconhecida a insignificância? **OBJETIVOS:** este presente resumo tem como objetivo demonstrar a importância da não aplicabilidade do Princípio da Insignificância em crimes relacionados com a violência doméstica, já que se tratam de crimes com alta relevância para a sociedade como um todo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Foi utilizada uma abordagem qualitativa, na qual foram analisados artigos e estudos que abordam a violência doméstica e o conceito do princípio da insignificância. **RESULTADOS:** Este tema divide opiniões justamente pelo requisito de reprovabilidade da sociedade em relação à conduta do agente, pois, algumas “visões” em relação às mulheres ainda são socialmente aceitas, como por exemplo, o homem dar a última palavra ou a mulher não poder ser independente e isso gerar conflitos e consequentemente condutas tipificadas como crime pela Lei Maria da Penha. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, possui súmula firmando entendimento de que é “inaplicável o princípio da insignificância em contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas”, levando em consideração a relevância de tais condutas e da real lesão jurídica do bem tutelado, que nestes casos é a integridade psicológica e até física da mulher, bem como a alta periculosidade da conduta, pois é de conhecimento público os altos números de casos de mulheres agredidas e até mesmo mortas por seus namorados, companheiros ou até mesmo pai de seus filhos, tendo então alto nível de risco, sendo considerado então impossível a consideração da aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo violência contra a mulher. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por conseguinte, a aplicação de princípios como o da insignificância é de extrema importância para o judiciário, tendo em vista o princípio de intervenção mínima do Direito Penal, que deve ser o último recurso a ser utilizado. Entretanto, resta evidente de que não são em todos os casos que ele deve ser considerado, tendo em vista o reflexo de sua aplicabilidade no direito, já que o objetivo do princípio é afastar a característica de crime de um fato para que o indivíduo não seja punido. Dessa forma, ele não será utilizado no âmbito dos crimes tipificados na Lei Maria da Penha, já que se tratam de crimes graves, que violam os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. SÚMULA 589, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 18/09/2017.
- COSTA, Francisco Pereira; MADGE, Porto. **Lei Maria da Penha:** as representações do Judiciário sobre a violência contra as mulheres. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/BP37PqLXRmSjPkJBPZJWpsf/#>>. Acesso: 5 jun. 2024.
- MICHELETTI, Paula. **Princípio da insignificância ou da bagatela.** Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/princípio-da-insignificância-ou-bagatela/112021033>>. Acesso: 5 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

LEI MARIA DA PENHA: A INEFICÁCIA E/OU EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO MEIO DE PROTEÇÃO À MULHER

Rúbia Sabrine Lopes **MOREIRA** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Medidas protetivas; Eficácia e/ou ineficácia; Ineficácia e/ou eficácia.

Agente de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Lei 11.340/2006 logo após ser editada ficou conhecida como “Lei Maria da Penha”, devido ao ocorrido em Fortaleza-CE com a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu diversas e graves violências domésticas do esposo Marco Antônio Heredia Viveiros, ficando paraplegica. Maria da Penha denunciou o cônjuge à justiça brasileira, mas diante a impunidade e demora processual, a vítima denuncia o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Comissão dos Direitos Humanos foi categórica em reconhecer a negligência e ineficácia da justiça brasileira e condenar o país a indenizar Maria da Penha pelos danos sofridos, recomendando a adoção de medidas. A aprovação e publicação da referida Lei foi um avanço considerável nos Direitos das Mulheres, que compreende como violência não só a física, mas também a psicológica, sexual, patrimonial e moral. No artigo 22 da Lei 11.340/2006, foram instituídas as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor a afastar-se do lar de convívio, não aproximar da ofendida, não frequentar determinados lugares, ter seu porte de armas suspenso ou restrito, caso houver, entre outras, medidas essas que podem ser determinadas cumulativamente ou não. E nos artigos 23 e 24 da mesma Lei foram fixadas as medidas protetivas de urgência à ofendida que visam proteger e amparar a vítima dos prejuízos já sofridos e impedir que venham outros supervenientes. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a Lei 11.340/2006, e discutir as eficácias e/ou ineficácias das medidas protetivas de urgência, e ainda, destacar o fato gerador da referida Lei Extravagante. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho apresenta como método a pesquisa qualitativa, com foco na revisão bibliográfica, tendo como fonte os artigos científicos, a Lei 11.340/2006, o Código Penal Brasileiro, a Lei 13.641/2018, isso tudo acerca das medidas protetivas de urgência, bem como sua eficácia no fato concreto. **RESULTADOS:** Mulheres são violentadas a todo instante no Brasil, e muitas dessas violências não são denunciadas pelas vítimas, em decorrência do sentimento de medo e constrangimento. Apesar do esforço legislativo de coibir a violência contra a mulher, o índice de número de vítimas continua crescendo. Em pesquisa feita pelo site DataSenado em 2024, com 21,7 mil mulheres com idade de 16 anos ou mais nos estados brasileiros e no Distrito Federal, foi constatado que 68% dessas mulheres conhecem uma pessoa que sofre violência doméstica, e menos de 1/4 das brasileiras afirmam conhecer de fato a Lei Maria da Penha. As medidas protetivas de urgência na teoria cumprem sua finalidade, ocorre que na realidade fática isso não acontece principalmente à instituída na alínea a, inciso III, artigo 22 da Lei 11.340/2006, pois o agressor muitas das vezes não se afasta, ou se afasta por um período muito menor que o determinado. Ainda é precária a forma que o processo de afastamento ocorre, visto que a ofendida só tem em suas mãos uma cópia de decisão judicial que determina que o agressor fique a determinada distância. A Lei 13.641/2018 alterou a Lei 11.340/2006 tipificando como crime o descumprimento de medida protetiva de urgência pelo ofensor, com pena de detenção de 03 meses a 02 anos. Para reconhecer esse descumprimento, a vítima deve se apresentar à autoridade competente e informar o ocorrido, no entanto, na maior parte dos casos, isso não acontece, visto que a ofendida já está constrangida e com medo de ser violentada novamente caso exponha mais uma vez a situação, e em sua posição de vulnerabilidade não aciona o judiciário sobre o descumprimento. Tais medidas devem ser capazes de proteger as vítimas, dando segurança e força para denunciar seus ofensores, bem como confiança para prosseguir com as denúncias, certa que não será agredida novamente, pois estará protegida não só pelo ordenamento jurídico, mas também pelas autoridades policiais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Destarte, a aprovação e publicação da Lei 11.340/2006 foi nitidamente um avanço nos direitos das mulheres, a alteração trazida pela Lei 13.641/2018 criminalizando o descumprimento de medida protetiva de urgência pelo ofensor gerou mais de segurança a ofendida e toda sociedade, foram nitidamente pontos cruciais. Porém a forma como o processo da medida protetiva de urgência é fixada ainda está distante de oferecer plena segurança à vítima. Sendo assim, é necessário mais do que uma cópia de decisão judicial em mãos para assegurar de fato o afastamento do agressor e completa segurança da ofendida.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 13.641, de 03 de abril de 2018. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm>. Acesso: 7 jun. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. **DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF.** Disponível: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/datasenado-divulga-pesquisa-de-violencia-contra-a-mulher-nos-estados-e-no-df>>. Acesso: 13 jun. 2024.
- BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.** Disponível: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/crime-de-descumprimento-de-medidas-protetivas-de-urgencia>>. Acesso: 16 jun. 2024.
- JUSBRASIL. **A (in) eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha.** Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-eficacia-das-medidas-protetivas-de-urgencia-da-lei-maria-da-penha/80325044>>. Acesso: 16 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DIREITO À VIDA E A LIBERDADE RELIGIOSA NOS CASOS DE TRANSFUSÃO DE SANGUE PARA AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Rúbia Sabrine Lopes **MOREIRA** (Curso de Direito, FDU)
Poliana Aroeira Braga Ferreira **DUARTE** (Orientadora, FDU)

Palavras-chave: Direito à vida; Liberdade religiosa; Transfusão de sangue.
Agente de fomento: FDU.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Constituição da República Federativa do Brasil instituiu em seu artigo 5º, caput e inciso VI, respectivamente, o direito à vida e a liberdade religiosa, tidos como garantias e princípios fundamentais. Os seguidores fiéis da religião cristã denominada "Testemunhas de Jeová" buscam seguir de forma estrita o que a bíblia determina, por isso, não aceitam em nenhuma hipótese receber transfusão de sangue, visto que acreditam que esse ato significa "dar à vida", e esta só poderá ser dada perante a Doutrina por Jeová. Ocorre, que quando há a expressa recusa em receber tratamento médico que envolva a transfusão de sangue, caso os médicos não o façam, sucede-se o conflito de preceitos fundamentais, como o direito à vida e a liberdade religiosa. Esse conflito de normas aparentes gera sérias e necessárias discussões, visto que o médico assume o compromisso de salvar vidas, conforme se faz em seu juramento, no entanto, ao colocar isso em prática contra a vontade do paciente ou de seus responsáveis legais, estará infringindo o direito fundamental de liberdade de religião instituído na Carta Magna e o seu dever previsto nos artigos 31 e 32, do Código de Ética Médica. Dessa forma, era necessário tratar sobre a equivalência dos valores e proporção dos resultados caso um precisasse ser por ora cerceado, mas que em recente decisão o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou entendimento neste aspecto, conforme irá se discorrer no presente trabalho.

OBJETIVOS: O presente trabalho tem como objetivo analisar a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 acerca do direito à vida e a liberdade religiosa, bem como a consequente dignidade da pessoa humana. Além disso, analisar a recente decisão do STF acerca do assunto. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Este trabalho apresenta como método a pesquisa qualitativa, com foco na revisão bibliográfica, tendo como fonte os artigos científicos, as jurisprudências, a Constituição da República Federativa do Brasil, o Código de Ética Médica, o Enunciado 403 e 528 do CJF e a doutrina, isso acerca do conflito de interesses constitucionais. **RESULTADOS:** A recusa exercida pelos adeptos da doutrina em não receber transfusão de sangue de terceiros é realizada pelo termo denominado "Diretivas Antecipadas e Procuração para Tratamentos de Saúde". A negação gera um conflito de garantias fundamentais, o direito à vida e a liberdade religiosa, refletindo na dignidade da pessoa humana, visto que quando é garantida a completa liberdade religiosa, o direito à vida está em perigo. Consideráveis entendimentos doutrinários e jurídicos reconhecem que o direito à vida deve-se sobrepor ao direito de liberdade religiosa nesses casos, visto que sem a vida não há como exercer o livre exercício da religião. No entanto, ainda há consideráveis julgamentos que entendem que quando o paciente se recusa de forma expressa, este não poderá ser obrigado a submeter a tal tratamento. A Desembargadora Mariângela Meyer, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou recurso de uma instituição de saúde que requereu a permissão para realizar transfusão de sangue em paciente adepto a religião Testemunhas de Jeová, baseando sua decisão nos Enunciados 403 e 528 do Conselho da Justiça Federal, os quais discorrem a inviolabilidade de consciência de crença e a validade do documento expresso denominado "testamento vital". Em recente entendimento o STF definiu que os adeptos a referida religião possuem direito em recusar a receber tratamento médico que envolva transfusão de sangue, impondo ao Estado a obrigação de oferecer tratamentos alternativos no Sistema Único de Saúde (SUS), reafirmando a posição da Suprema Corte em favor da liberdade religiosa. Ocorre que isso só se aplica aos adultos e capazes, quando se trata de filhos menores de idade, os responsáveis não possuem autonomia, devendo prevalecer os princípios fundamentais do direito à saúde e à vida. Mesmo diante a previsão, os profissionais da saúde possuem grande insegurança quando se depararam com situações em que há colisão dos direitos fundamentais, visto aos extensos julgamentos que o STJ responsabilizou os profissionais pelo ato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Destarte, é notório que quando há um conflito de garantias constitucionais isso gera grande repercussão, e era necessário muitas das vezes utilizar o método da ponderação para decidir qual preceito irá se sobressair no caso concreto, ou simplesmente seguir e respeitar a vontade expressa e consciente do paciente. Com o julgamento dos Recursos Extraordinários (REs) 979742 e 1212272, o STF firmou entendimento que os adultos e capazes podem se recusar em receber transfusão de sangue e o Estado fica obrigado a oferecer tratamento alternativo, mesmo que fora do local de seu domicílio, ou seja, é preciso priorizar outros tratamentos que não infrinjam a liberdade religiosa do cristão e que seja capaz de ofertar a mesma eficiência, mesmo que esse procedimento tenha custo mais elevado.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 11 set. 2024.
- JUSBRASIL. O direito à vida e a liberdade religiosa nos casos de transfusão de sangue para as Testemunhas de Jeová. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-direito-a-vida-e-a-liberdade-religiosa-nos-casos-de-transfusao-de-sangue-para-as-testemunhas-de-jeova/1244599312>>. Acesso: 11 set. 2024.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Testemunhas de Jeová têm direito de recusar procedimento que envolva transfusão de sangue, decide STF. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/post/noticias/testemunhas-de-jeova-tem-direito-de-recusar-procedimento-que-envolva-transfusao-de-sangue-decide-stf/#~:text=Testemunhas%20de%20Jeov%C3%A1%20%C3%A1%20%C3%A4m%20direito,sa%C3%BAde%20diferenciado%20pel%C3%B3%20p%C3%B3lico%3A%20>>. Acesso: 4 out. 2024.
- XAVIER, Renan. Testemunha de Jeová tem direito de não se submeter a transfusão. Disponível: <<https://www.conjur.com.br/2023-jun-10/testemunha-jeova-direito-nao-submeter-transfusao>>. Acesso: 12 set. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

LITERATURA INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Aparecida de Fátima Martins Da **SILVA** (Curso de Pedagogia, FDU)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDU)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDU)

Palavras-chave: Literatura; Desenvolvimento da criança.
Agência de fomento: FDU.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho aborda a importância da literatura infantil para o desenvolvimento das crianças, enfatizando o papel da leitura e suas aplicações em sala de aula. A pesquisa investiga como a literatura contribui para o crescimento integral dos pequenos, especialmente em um contexto em que as tecnologias digitais têm diminuído a valorização da leitura de livros impressos. Atualmente, muitas crianças recorrem a dispositivos eletrônicos para facilitar sua rotina escolar, o que pode impactar seu desenvolvimento. Segundo Caldim: "A função social da literatura é facilitar ao homem compreender - e, assim, emancipar-se - dos dogmas que a sociedade lhe impõe. E isso é possível pela reflexão crítica e pelo questionamento proporcionado pela leitura. Se a sociedade buscar a formação de um novo homem, terá que se concentrar na infância para atingir esse objetivo. (CALDIM, 2003, p. 5)". A falta de estímulos, incluindo a leitura, pode atrasar o desenvolvimento da fala em algumas crianças. Nesse sentido, os livros se mostram ferramentas fundamentais, pois não apenas oferecem diversos benefícios, mas também aprimoram a comunicação. Cultivar o hábito da leitura desde cedo é, portanto, essencial. Infelizmente, o uso de livros tem diminuído tanto nos lares quanto nas escolas, resultando em uma desmotivação que leva muitos educadores a abandonarem essa prática. Apesar do crescimento das tecnologias, os livros permanecem cruciais, permitindo que as crianças explorem mundos e experiências que, de outra forma, seriam inacessíveis, tudo isso por meio da literatura infantil. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo investigar a importância da literatura infantil e seus benefícios no desenvolvimento da criança. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e de observação em uma escola de educação infantil, verificando a importância da literatura infantil no processo de aprendizagem. **RESULTADOS:** Os resultados demonstram que a literatura infantil é crucial não apenas para o desenvolvimento das crianças, mas pode também favorecer por meio de atividades maior aproximação dos pais e a escola. É fundamental criar momentos de desenvolvimento de atividades que permitam ao educando ter contato com a literatura. Realizar leitura em diversos lugares da escola, dramatizar, ilustrar textos lidos e discutir o papel dos livros na formação de leitores são estratégias importantes para criar hábitos de leitura. De acordo com os Parâmetros curriculares Nacionais de língua portuguesa: "É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário." (BRASIL, 1997, p. 29). Além disso envolver a família com dinâmicas e oficinas de literatura nos encontros de pais na escola, são ações que favorecem a prática de leitura e o gosto pela leitura. Destaca-se que o estímulo à leitura desde os primeiros anos na escola, criando momentos que envolvem contextos literários são essenciais para criar bons leitores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A exposição à literatura desde a infância é determinante para o desenvolvimento de indivíduos alfabetizados. Isso está intimamente ligado à capacidade de interpretação e à compreensão do mundo, além de promover habilidades de leitura e melhorar as capacidades cognitivas. A compreensão se desenvolve progressivamente, desde textos simples até obras de maior complexidade ao longo da vida. Neste sentido é preciso criar uma rotina de leitura bem planejada na sala de aula, que permita criar o hábito de ler nas crianças.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVICH, F. *Literatura infantil*. São Paulo, 2009.
- BETHELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo, 2009.
- BRASIL, *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura da literatura infantil. *Revista Científica da América Latina y El Caribe*. n. 15. Universidade de Santa Catarina: 2003.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-083

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM SALA DE AULA

Regiliane Maria Inácia **COELHO** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação inclusiva; Transtorno do espectro autista; Inclusão.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A importância da inclusão de crianças com deficiências no ensino regular é que seu convívio com outras crianças auxilia no seu desenvolvimento pessoal e na inserção na sociedade. Acima de tudo cabe, às instituições de Ensino se adequarem nos quesitos necessários para a recepção e inclusão das crianças à escola, de maneira especial às portadoras de atendimento educacional especializado. O estado assegura esse direito à Educação a todos, tendo como base o Art.58 da Lei 9394/96: Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sabe-se que pessoas atípicas na antiguidade eram abandonadas e eliminadas da sociedade, pois não se enquadravam nos padrões do período vigente. Na Idade Média tinha concepção de caridade ou castigo de acordo com a comunidade inserida, ambos na visão de exclusão. A educação é direito de todos, inclusive às crianças com deficiência e transtornos, sobretudo sua inclusão à educação na rede regular de ensino. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. A Educação Infantil tem papel fundamental na vida da criança até cinco anos de idade, tendo como finalidade o seu desenvolvimento integral em todos os aspectos de sua vida. **OBJETIVO:** A presente pesquisa tem o intuito de apontar quais melhores estratégias para promover a inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa de campo apresenta natureza explicativa, abordagem qualitativa e coleta de dados, sendo realizada uma entrevista a professores da educação infantil da rede municipal de ensino em Piranga MG. **RESULTADO:** Diante do proposto objetivo em apontar melhores estratégias para inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula, positivos foram os métodos utilizados com atividades em grupos, linguagem simples, atividades sensoriais e visuais em ambientes calmo e seguro indispensáveis para que crianças autistas atinjam seu pleno potencial e autonomia. As respostas dos professores de acordo com a visão dos autores, salientam a escola como importante espaço de inclusão com formas solidárias e plurais de convivência para recepção e acolhimento e permanência de alunos com deficiência. Esta pesquisa foi importante porque visou traçar estratégias que promovam a inclusão, fazendo valer seus direitos e o respeito às diferenças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Verifica-se que observações a serem feitas, são relacionadas a mudanças atuais a inconvenientes pronúncias em relação ao Transtorno do Espectro Autista, como grau 1, 2 e 3 de suporte e não mais o nível leve, médio ou severo. Mudanças que representam avanços significativo de respeitabilidade, empatia e inclusão social. Favorecendo uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna respeitando as diferenças. A contribuição acadêmica deste trabalho foi positiva e aproximando da realidade em que se encontram inúmeras pessoas com Transtorno do Espectro Autista à nossa volta, que serão vistas a partir da apresentação deste trabalho interdisciplinar sob nova ótica. A importância da inclusão de crianças autistas no ensino regular é que o convívio com outras crianças a auxilia em sua interação e socialização, criando laços de amizade e além de possibilitar novos horizontes com superação de seus desafios e limites.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.
- KANNER, Leo. (1943). Autistic Disturbances of Affective Contact. *Nervous Child*, n. 2, p. 217-250.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-084

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O ENSINO DE HISTÓRIA

Regiliane Maria Inácia **COELHO** (Curso de Pedagogia, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto da Criança e do Adolescente Ilustrado; Cidadania.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: As crianças e adolescentes possuem direitos que preservam sua dignidade e desenvolvimento. Tais direitos são conquistas históricas que estão presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir da criação do Estatuto a sociedade brasileira tem notícia pública sobre as infâncias que devem ser vivenciadas nos espaços sociais onde vivem efetivados seus princípios legais de agentes sociais a "sujeitos de direitos." O Estatuto da Criança e do Adolescente bem como o Estatuto do Idoso, de Pessoas com Deficiências são regulamentos criados a fim de garantir por meio de leis, direitos que lhes asseguram proteção integral respectivamente. As crianças ignoram que há um Estatuto voltado totalmente a elas no país, ressaltando seus direitos, orientando seus deveres e acima de tudo assegurando-lhes tais direitos estabelecidos em lei. É crucial que as crianças, bem como seus responsáveis tenham acesso ao Estatuto que lhes dizem respeito. Por que não ser entregue na maternidade logo após o nascimento dos bebês? **OBJETIVO:** Analisar a função do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua importância para o ensino de História do primeiro ciclo do ensino fundamental. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa de campo apresenta natureza explicativa, abordagem qualitativa e coleta de dados a entrevista a professores da rede municipal de ensino em Piranga MG. **RESULTADO:** Diante do proposto objetivo em analisar a função do Estatuto e sua importância no ensino fundamental, essa pesquisa se fez importante por promover às crianças um conhecimento desses direitos e deveres. Reconhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente é avançar na nossa história. Entretanto não podemos nos esquecer de milhares de crianças e adolescentes, que na prática ainda não possuem seus direitos reconhecidos e infelizmente são invisíveis na sociedade. Grandes são os desafios para fazer valer na prática a vivência dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente para que não fiquem só no papel. É preciso haver uma proposta efetiva para fazer valer a garantia de direitos. Uma solução eficaz é levar conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente àqueles que são a razão de ser do regulamento, por meio de debates, palestras, ações comunitárias e sociais, enfim no meio estudantil onde são formados os grandes cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto em relação ao uso de se conhecer e trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente em sala de aula, principalmente em aulas de história, dando possibilidades a crianças fazerem analogia de sua história de vida, evoluções socioculturais com contexto de vida de povos das primeiras civilizações. A importância do tema está em crianças e adolescentes viverem sua cidadania como conquista histórica presente no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua relevância pessoal, acadêmica, social e profissional está no receber conhecimentos desde a primeira infância, sobretudo voltados à cidadania, melhor será o retorno social vivenciado.

REFERÊNCIAS:

- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Acesso: 24 ago. 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dayane Rousis de Souza **MARCELINO** (Curso de Pedagogia, FDV)Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)**Palavras-chave:** Metodologias ativas; Ensino; Dificuldades; Aprendizagem.**Agência de fomento:** FDV.**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Essa pesquisa apresenta como tema principal mostrar a importância do uso de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem. As metodologias ativas de aprendizagem são uma técnica pedagógica que se baseia em atividades instrucionais, capazes de engajar os estudantes em, de fato, se tornarem protagonistas no processo de construção do próprio conhecimento. A Educação Inclusiva diferencia-se de uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades especiais, como estar explícito na Declaração de Salamanca: "O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas" (1994, p. 17- 18). No processo de alfabetização é comum que as crianças encontrem dificuldades, principalmente se o método de ensino não fizer sentido para ela, por isso devemos utilizar metodologias ativas que estimulem e ajudem no aprendizado. "Dificuldades de aprendizagem é um assunto vivenciado diariamente por educadores em sala de aula e que desperta a atenção para a existência de crianças que frequentam a escola e apresentam problemas de aprendizagem". (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002). **OBJETIVOS:** O objetivo dessa pesquisa foi analisar a importância do uso de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem. Considerando que ela permite que o aluno assimile na prática o que é ensinado na teoria. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Essa pesquisa apresenta natureza bibliográfica, sendo de ordem explicativa, e os dados foram obtidos por meio de livros e arquivos.

RESULTADOS: A partir dos estudos realizados, percebemos que as metodologias ativas são de extrema importância no processo de aprendizagem, principalmente para aqueles alunos que possuem mais dificuldade, pois conseguem aprender na prática o que é ensinado na teoria, fazendo com que o aluno compreenda de forma concreta e aprenda de maneira mais passiva e natural. Um dos precursores das metodologias ativas de ensino foi William Glasser e sua pirâmide de aprendizagem. William Glasser foi um psiquiatra norte-americano que pesquisou durante anos uma nova forma de aprender. Os resultados dos seus estudos mostraram que caso os estudantes fossem expostos a metodologias ativas, o desenvolvimento e aprendizado seriam melhores. Esse estudo trouxe algo importante para evolução da metodologia ativa de ensino, pois foi possível comprovar as formas ativas de ensinar e aprender, e as que alcançam um melhor resultado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As metodologias ativas de aprendizagem são metodologias menos baseadas na transmissão de informações e mais no desenvolvimento de habilidades. Onde ocorre maior interesse do aprendiz, ocasionando assim em um melhor aprendizado. Pois permite que o aluno assimile a teoria com a prática. Mas o professor precisa utilizá-los de maneira intencional, com um objetivo específico de acordo com as especificidades de cada aluno. A maioria dos materiais adaptam-se a vários conteúdos, objetivos e realidades, podendo ser adaptados conforme as necessidades de cada turma. O uso dos materiais irá depender da situação criada pelo professor, o docente precisa saber quais objetivos deseja alcançar com determinada atividade. Como nos mostra Fiorentini e Miorim: O professor não pode subjugar sua metodologia de ensino a algum tipo de material porque ele é atraente ou lúdico. Nenhum material é válido por si só. Os materiais e seu emprego sempre devem estar em segundo plano. A simples introdução de jogos ou atividades no ensino da matemática não garante uma melhor aprendizagem desta disciplina (FIORENTINI; MIORIM, 1990, p. 9).

REFERÊNCIAS:

1. BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
2. FIORENTINI, DÁRIO, MIORIM, MARIA A. **Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no ensino da matemática**. Boletim SBEM, São Paulo, v. 4, n. 7, 1996. Disponível: http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/jogos/Florentini_Miorim.pdf. Acesso: 11 nov. 2023.
3. UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educacionais especiais**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

DESAFIOS INTERPRETATIVOS DAS NORMAS DAS OSC: IMPACTOS E EFEITOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Luís Henrique Costa **PINTO**

(Curso de Direito, Faculdade de Sabará, Sabará-MG)

Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**

(Orientadora, Faculdade de Sabará, Sabará-MG)

Palavras-chave: OSC; Organização da Sociedade Civil; Interpretação de normas jurídicas; Direito civil.**Agência de fomento:** Faculdade de Sabará**RESUMO**

INTRODUÇÃO: O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelecido pela Lei nº 13.019/2014, determina as formas de parcerias que devem ser firmadas entre essas entidades e o Poder Público. A nova norma, além de estipular regras para o controle da parceria, também concedeu maior autonomia e possibilidades para que as organizações da sociedade civil (OSC) se tornem sustentáveis. No entanto, as OSC no Brasil têm enfrentado desafios significativos, decorrentes de interpretações equivocadas da legislação vigente por parte de gestores públicos e membros de conselhos de políticas públicas sugerindo que as OSC não podem realizar atividades comerciais, como a venda de bens e serviços. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo tecer uma breve análise sobre os problemas de interpretação em torno das normas que regem as OSC e os seus decorrentes efeitos.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** O Código Civil Brasileiro em seu artigo 53 define que "Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos" (BRASIL, 2002). Não obstante, de igual maneira, em seu artigo 54, IV, estabelece que o estatuto de toda associação deve conter as fontes de recurso para manutenção das suas atividades e realização das suas finalidades. O termo escolhido pelo código civil trouxe problemas interpretativos do que seriam os "fins não econômicos" previstos pelo legislador. A fim de trazer clareza ao tema, o Conselho da Justiça Federal definiu que "As associações podem desenvolver atividade econômica, desde que não haja finalidade lucrativa" (Enunciado nº 534, VI Jornada de Direito Civil - CJC/STJ). Tal entendimento também é abarcado pelo MROSC em seu Art. 2º, inciso I, alínea a. Todavia, o que se tem percebido é uma interpretação equivocada por parte dos gestores públicos e membros de conselhos de políticas públicas que, em vários casos, interpretam que as OSC não podem realizar atividade de cunho econômico, aduzindo assim que, uma vez realizada atividade econômica, afastado está o cunho social da atividade. Em pesquisa realizada pelo Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entrevistados evidenciaram situações em que o Poder Público "não assimila o serviço prestado como assistencial e necessário, mas, apenas, enquanto números a serem geridos" (GIFE, 2020, p. 113). Também fora relatado que "Na prática, gestores estariam mais preocupados em 'cobrar por alguma coisa', avaliando 'coisas impertinentes' porque, na verdade, não sabem o que cobrar" (GIFE, 2020, p. 113). Percebe-se, então que a aplicação da nova concepção jurídica em torno do terceiro setor está sendo "estrangulada [...] pelos próprios gestores públicos" (GIFE, 2020, p. 122). A pesquisadora da FGV Direito SP, Aline Gonçalves de Souza, que conduziu o referido estudo, concluiu que "A falta de preparo e aderência à nova cultura finalística de controle, a ausência de uniformidade interpretativa, a ocorrência de alternâncias político-partidárias e de assimetrias quanto às capacidades nos diferentes níveis de governo seriam, todos, custos da transição, desafios de médio e longo prazo a ser superados" (FGV DIREITO SP, 2020, n/p). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para que o terceiro setor brasileiro alcance os fins por ele almejados, necessário se faz a capacitação, por meio de Programas de Capacitação previstos no Artigo 7º da Lei 13.019/2014, de gestores públicos, diretores de cartório e membros de conselhos de políticas públicas, para atuarem em consonância com as disposições legais e entendimentos judiciais, de modo a salvaguardar os direitos das OSC, conferindo-lhes mais fontes de recursos e contornos, em benefício de toda a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 3 out. 2024.
2. BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm>. Acesso em 04/10/2024.
3. BRASIL. Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <Lei 13.019/2014 <https://legis.senado.leg.br/norma/584830/publicacao/15617411>>. Acesso em 03/10/2024.
4. FGV DIREITO SP. **Pesquisa analisa os primeiros anos de vigência do Marco Regulatório das OSCs**. Disponível: <<https://direitosp.fgv.br/noticia/pesquisa-analisa-primeiros-anos-de-vigencia-marco-regulatorio-osc>>. Acesso: 5 out. 2024.
5. LEICHSENING, Alexandre Ribeiro [et al.]; SOUZA, Aline Gonçalves de (coord.). **Marco regulatório das organizações da sociedade civil: avanços e desafios**. 1. Ed. São Paulo: CUM: FGV Direito SP, 2020. (Coleção sustenta OSC: 4).

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

PARCERIAS MROSC: UM NOVO MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Luís Henrique Costa **PINTO**
(Curso de Direito, Faculdade de Sabará, Sabará-MG)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**
(Orientadora, Faculdade de Sabará, Sabará-MG)

Palavras-chave: Organização da sociedade civil; Liberdade de associação; Direito municipal.

Agência de fomento: Faculdade de Sabará

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Poder Público realiza parcerias com o setor privado para ampliar, aprimorar ou reduzir custos da prestação de serviços públicos dos mais diversos. Ocorre que, após o advento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), implementado pela Lei nº 13.019/2014, novas formas de parcerias surgiram, podendo dar novos contornos e trazer melhores resultados para a prestação de serviços públicos. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo tecer uma breve análise sobre os benefícios das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil (OSC) previstas pelo MROSC. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** O MROSC em seu artigo 1º estabelece “as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação”. Logo, o Marco estabelece que a parceria firmada entre a Administração Pública e as OSC deverá abranger “finalidades de interesse público”. Sabe-se que o Poder Público já tem longo histórico de outorga de serviços públicos por meio de autorização, concessão e permissão. Todavia, segundo MELO (2010, p.689) “Há cinco espécies de serviço que o Estado não pode permitir que sejam prestados exclusivamente por terceiros, seja a título de atividade privada livre, seja a título de concessão, autorização ou permissão. São os serviços: 1) de educação, 2) de saúde, 3) de previdência social, 4) de assistência social e 5) de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. No entanto, nada obsta que se tenha uma gestão compartilhada da prestação de serviços nestas espécies. Contudo, a concessão ou permissão para o Segundo Setor se torna problemática ao ponto que tais modalidades de outorga preveem que o setor privado assuma a responsabilidade pela execução dos serviços públicos concedidos ou permitidos. É nesta lacuna deixada pelas leis que tratam de concessões, permissões e autorizações que a parceria prevista pelo MROSC se mostra uma opção viável. Em sentido contrário às formas de outorga aqui mencionadas, os regimes de parceria do MROSC estabelecem uma gestão compartilhada, tendo controle de meio (por meio do plano de trabalho) e finalístico (por meio da prestação de contas) da prestação de serviço. O que se observa é que a Lei nº 13.019/2014 estabeleceu um critério menos burocrático para firmar a parceria, pois utiliza o chamamento público (artigo 23 e ss da Lei nº 13.019/2014). Maior também é a transparência e o controle social das ações, conforme previsto no artigo 5º, inciso IV e artigo 6º, inciso V, ambos do MROSC. Para além, ainda há de se falar do menor custo para os cofres públicos e a participação da sociedade civil na própria prestação de serviço público. Este último ponto porque as OSC, de maneira distinta das Empresas Privadas, possuem cargos eletivos na diretoria e conselho fiscal com mandatos temporários, permitindo que qualquer cidadão que se associe e se submeta aos critérios de candidatura, possa concorrer a estes cargos, ampliando assim a possibilidade da participação social na parceria firmada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os regimes de parceria estabelecidos pelo MROSC se mostram uma alternativa às tradicionais formas de outorga, ao introduzirem um modelo de gestão compartilhada que promove maior transparência, participação social e eficiência na prestação de serviços públicos essenciais, permitindo que serviços antes não atingidos pelas formas tradicionais de outorga, possam contar com a participação social em sua prestação, criando um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das políticas públicas, beneficiando toda a sociedade.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm>. Acesso em 03/10/2024.
- BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm>. Acesso: 4 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.987, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/11/0406compilada.htm>. Acesso: 5 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.406 de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995/02/13/1995_02_13_0001.htm>. Acesso: 5 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível: <Lei 13.019/2014 https://legis.senado.leg.br/norma/584830/publicacao/15617411>. Acesso: 3 out. 2024.
- MELO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 27 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. Código Civil interpretado. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MROSC: BREVE ANÁLISE DA BAIXA ADESAO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Luís Henrique Costa **PINTO**
(Curso de Direito, Faculdade de Sabará, Sabará-MG)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**
(Orientadora, Faculdade de Sabará, Sabará-MG)

Palavras-chave: Organização da sociedade civil; Liberdade de associação; Direito municipal.

Agência de fomento: Faculdade de Sabará

RESUMO

INTRODUÇÃO: A liberdade de associação, garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), é fundamental tanto para a efetivação de diversos direitos sociais quanto para parcerias público-privadas, atualmente regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelecido pela Lei nº 13.019/2014. O MROSC visa facilitar e ampliar as parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil (OSC). No entanto, mesmo após mais de sete anos de vigência para os municípios, muitos ainda estabelecem parcerias com OSC sem seguir as diretrizes do Novo Marco. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo tecer uma breve análise sobre a baixa adesão dos Municípios Brasileiros ao MROSC e os problemas jurídicos correlatos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** O terceiro setor desempenha um papel crucial na promoção de direitos sociais no Brasil. O MROSC, trouxe avanços significativos para o fortalecimento desse setor, promovendo maior transparência, participação e controle social nas parcerias entre o poder público e as OSC. No entanto, a implementação do MROSC e suas regras nas parcerias firmadas entre as OSC e os municípios brasileiros ainda enfrenta desafios. Relevante parcela dos municípios ainda opta por formas de parceria menos transparentes, como inexigibilidade e dispensa de licitação e emendas parlamentares. Em sua participação no Webinar realizado pela Escola Superior da Advocacia de Minas Gerais (ESA-MG) no dia 22/08/2024, Laís de Figueiredo Lopes, Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP, afirmou que o cenário atual é de maior quantidade de parcerias feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação e por emendas parlamentares do que por meio do MROSC. Ocorre que o Marco Regulatório afasta as parcerias da lei de licitações, pregão e do próprio Direito Administrativo, amplamente conhecidos pelos gestores e servidores públicos para conferir maior autonomia e controle às organizações. Em pesquisa conduzida pelo Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), da Fundação Getúlio Vargas, constatou-se que, em um “há uma percepção de que a Lei nº 13.019/2014 vem trazendo melhora para a relação entre as OSCs e as administrações públicas locais, mas que ainda é necessário desenvolver capacidades e entendimentos por parte da administração pública e das OSCs” (GIFE, 2020). Em outra pesquisa conduzida pelo Descomplica MROSC, que é uma iniciativa do CeMAIS, foram ouvidas 206 pessoas no ano de 2022, dentre as quais, 155 são ligadas a organizações da sociedade civil, 31 ligadas ao Poder Público, 9 ligadas aos Conselhos de Direito e 11 não ligadas a nenhum dos anteriores. Fora constatado que 46% das pessoas ligadas às OSC responderam que a lei traz mudanças positivas na relação entre governo e organizações da sociedade civil. Esse índice foi de 58% entre os integrantes do Poder Público. 75% dos participantes ainda consideraram que a nova lei é positiva para os Municípios. Sendo assim, a falta de implementação das disposições do MROSC nos Municípios é um fator dificultador no avanço das parcerias público-privadas firmadas com o terceiro setor, sendo também uma prática contrária à nova lei que estabeleceu a aplicação do MROSC nos Municípios no ano de 2017. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ante os desafios ora apresentados, compreende-se que necessários se faz a adoção de medidas propositivas de incentivo para a aplicação do novo regimento legal nas parcerias firmadas ante os municípios. Assim, propõe-se a criação de conselhos municipais para implementação do MROSC no âmbito local e a aplicação dos Programas de Capacitação previstos no Artigo 7º da Lei 13.019/2014, para integrantes das organizações e gestores e servidores públicos, promovendo, assim, parcerias mais eficientes e benéficas para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, Aline; BONHO, Fabiana T. Contabilidade do terceiro setor. Porto Alegre: Sagah Educação, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm>. Acesso: 3 out. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm>. Acesso: 4 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/11/0406compilada.htm>. Acesso: 5 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível: <Lei 13.019/2014 https://legis.senado.leg.br/norma/584830/publicacao/15617411>. Acesso: 3 out. 2024.
- LEICHSNERING, Alexandre Ribeiro [et al.]; SOUZA, Aline Gonçalves de (coord.). Marco regulatório das organizações da sociedade civil: avanços e desafios. São Paulo: CUM: FGV Direito SP, 2020. (Coleção sustenta OSC: 4).

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

A CURIOSA PROIBIÇÃO DE NASCIMENTO EM FERNANDO DE NORONHA

Larissa Paiva **PINHEIRO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Fernando de Noronha; Proibição; Turismo; Cidadãos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho analisa a situação das mulheres grávidas em Fernando de Noronha, onde elas são obrigadas a deixar suas residências a partir da vigésima oitava semana de gestação. Essa realidade é preocupante, especialmente considerando a violência obstétrica no Brasil, que afeta cerca de 25% das mulheres durante o parto. Essa violência se manifesta de diversas formas, incluindo abusos físicos e verbais, e resulta de fatores como a inadequação das estruturas de saúde, a formação deficiente de profissionais, o machismo estrutural e a falta de acompanhamento pré-natal. A busca por reconhecimento como cidadãos noronhenses traz desafios legais e sociais, intensificando a exclusão e a invisibilidade das mulheres grávidas e seus filhos. Essa análise evidencia uma contradição entre a exploração turística do arquipélago e a negação dos direitos fundamentais de seus habitantes, destacando a necessidade de um olhar crítico sobre as políticas de saúde e cidadania na ilha. **OBJETIVOS:** A pesquisa se concentra nas repercussões emocionais e psicológicas enfrentadas pelas grávidas em Fernando de Noronha. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, analisando leis, decretos e políticas públicas relacionadas à proibição de nascimentos em Fernando de Noronha. A partir dessa análise, foram identificadas lacunas nas políticas existentes e formuladas hipóteses sobre as consequências dessa situação. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A obrigatoriedade de deixar a ilha para o parto gera vulnerabilidades significativas para as gestantes, que enfrentam desafios emocionais e físicos. Muitas relataram medo e insegurança, preocupadas com a saúde dos bebês e complicações durante a viagem ao continente. Esse deslocamento ocorre em momentos delicados, onde a presença da família e um ambiente familiar são essenciais. A falta de uma maternidade local afeta a dinâmica familiar. Mães com outros filhos se afastam de casa, sentindo a dor da separação. Muitas temem que isso impacte a vida emocional e escolar das crianças que ficam na ilha, ressaltando a urgência de um suporte mais robusto, que inclua cuidados médicos e atenção emocional. A violência obstétrica é uma preocupação constante. As gestantes relatam intervenções desnecessárias e falta de consentimento nas maternidades do continente. Sentem-se pressionadas a aceitar procedimentos indesejados, temendo consequências para seus bebês. Essa pressão reflete um sistema de saúde que ignora as necessidades das mulheres, aumentando sua vulnerabilidade. A questão da cidadania também é relevante. Bebês nascidos fora da ilha não são reconhecidos como cidadãos noronhenses, gerando exclusão desde o nascimento. Isso é complicado por um sistema que prioriza a permanência de moradores temporários, dificultando o reconhecimento das famílias. As gestantes expressam desamparo em relação à gestão pública. Apesar de tentativas de reivindicar direitos, muitas se sentem desmotivadas. O discurso sobre a falta de estrutura para partos na ilha é visto como justificativa para a exploração turística, que prioriza visitantes em detrimento das necessidades locais. Essa realidade intensifica a urgência de mudanças nas políticas públicas, garantindo atendimento digno a todas as gestantes. Esses desafios são histórias de mulheres que desejam dar à luz com dignidade. É fundamental reavaliar políticas públicas e envolver a comunidade na busca por soluções que respeitem os direitos das gestantes. Somente assim será possível promover uma experiência positiva, garantindo que cada nascimento ocorra em um ambiente que valoriza a vida e a dignidade de todos em Fernando de Noronha. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A situação das mulheres grávidas em Fernando de Noronha revela uma séria violação de seus direitos, sublinhando a necessidade urgente de reformas nas políticas públicas. É fundamental garantir acesso adequado à maternidade, respeitando a dignidade das gestantes. A exploração turística da ilha não pode ocorrer à custa do direito à saúde e da vida familiar dessas mulheres. Para que mudanças efetivas sejam implementadas, é vital envolver a comunidade local nas decisões que afetam diretamente a saúde e o bem-estar das gestantes. A participação ativa das mulheres grávidas é essencial para assegurar que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. A criação de espaços de diálogo entre autoridades e a comunidade pode facilitar essa comunicação e promover um ambiente mais colaborativo. Ademais, é crucial a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e acessível, que garanta o respeito aos direitos humanos em todas as suas dimensões. Somente assim, Fernando de Noronha poderá se afirmar como um lugar que valoriza a dignidade de todos os seus cidadãos, assegurando que as futuras gerações tenham o direito de nascer e viver em sua terra natal, com segurança e acolhimento. Essa transformação é não apenas necessária, mas um imperativo moral para garantir um futuro melhor para as famílias que habitam a ilha.

REFERÊNCIAS:

1. CARTÃO-MESTRE. EREM - ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA - FERNANDO DE NORONHA. Disponível: <<https://www.noronha.pe.gov.br/educacao/erem-arquipelago-de-fernando-de-noronha/>>. Acesso: 19 jun. 2024.
2. Documentário revela que é proibido dar à luz em Fernando de Noronha. Disponível: <<https://istoe.com.br/documentario-revela-que-e-proibido-dar-a-luz-em-fernando-de-noronha/>>. Acesso: 14 jun. 2024.
3. LESSA, E. Como é ouvir "Seu bebê não pode nascer em Fernando de Noronha"? Disponível em: <<https://lunetas.com.br/nao-pode-nascer-em-fernando-de-noronha/>>. Acesso: 14 jun. 2024.
4. O drama de ser gestante em Fernando de Noronha. Disponível: <<https://claudia.abril.com.br/sua-vida/o-drama-de-ser-gestante-em-fernando-de-noronha/>>. Acesso: 14 jun. 2024.
5. Por que não nascem bebês em Fernando de Noronha? Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151113_noronha_partos_cc>. Acesso: 14 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

ARQUITETURA HOSTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO URBANÍSTICO.

Larissa Paiva **PINHEIRO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Arquitetura hostil; Espaços públicos; Direitos humanos; Direitos civis.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A arquitetura hostil é um fenômeno contemporâneo que se refere ao uso de design urbano e arquitetônico com o intuito de desencorajar comportamentos considerados indesejáveis em espaços públicos. Essa prática, muitas vezes sutil, se manifesta em formas como bancos com divisórias, calçadas estreitas, e a utilização de materiais que dificultam a permanência de grupos vulneráveis, como pessoas em situação de rua. A arquitetura hostil não apenas altera a estética dos espaços urbanos, mas também levanta questões profundas sobre a função social da arquitetura e seu papel na vida urbana. O crescente uso dessa abordagem tem gerado intensos debates sobre suas implicações éticas e sociais. Críticos argumentam que a arquitetura hostil perpetua a marginalização de grupos vulneráveis, violando princípios fundamentais dos direitos humanos e do direito à cidade. Esses espaços, projetados para afastar determinados comportamentos, frequentemente resultam em ambientes que não acolhem a diversidade da população, levando a uma exclusão social que se reflete nas interações cotidianas e nas dinâmicas de poder. Além disso, a discussão sobre arquitetura hostil se insere em um contexto mais amplo de reflexão sobre a cidade contemporânea, marcada por desigualdades sociais e econômicas. O urbanismo, muitas vezes, privilegia interesses comerciais e de segurança em detrimento da inclusão e do bem-estar social. Nesse sentido, torna-se fundamental investigar como a arquitetura hostil se relaciona com os direitos civis e a promoção da dignidade humana. **OBJETIVOS:** O presente estudo visa explorar a interseção entre a arquitetura hostil e o direito civil, enfatizando a relevância dos direitos humanos e a promoção da inclusão social. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, livros e relatórios sobre arquitetura hostil e direito civil. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A pesquisa identificou que a arquitetura hostil não apenas marginaliza fisicamente os grupos vulneráveis, mas também tem um impacto psicológico profundo, indivíduos que se sentem indesejados em espaços públicos podem experimentar sentimentos de exclusão, ansiedade e desconfiança em relação ao local urbano, essa alienação pode reforçar estigmas sociais e perpetuar ciclos de pobreza e marginalização. O conceito de "direito à cidade" implica que todos os cidadãos têm o direito de usufruir dos espaços urbanos de maneira igualitária, a arquitetura hostil desafia esse fundamento ao dificultar o acesso de certos grupos como pessoas em situação de rua, jovens e idosos a áreas públicas, a análise mostrou que, em muitas cidades, o design urbano é direcionado para atender às necessidades de um segmento específico da população, frequentemente em detrimento da inclusão social, os gestores públicos e privados que implementam medidas de arquitetura hostil podem enfrentar implicações legais significativas, além de que, os resultados indicam que ações judiciais podem ser movidas com base na discriminação ou na violação dos direitos humanos. A pesquisa também destacou exemplos positivos onde cidades implementaram soluções inclusivas em vez de medidas hostis. Cidades como Copenhagen e Barcelona têm adotado abordagens que promovem a convivência pacífica e o uso compartilhado do espaço público, como mobiliário urbano acessível e áreas verdes abertas a todos. Esses casos demonstram que é possível criar ambientes urbanos seguros sem recorrer à exclusão, a análise sugere que políticas públicas devem ser formuladas para combater os efeitos negativos da arquitetura hostil, isso inclui a criação de diretrizes que considerem a acessibilidade universal no planejamento urbano, bem como programas sociais que ofereçam suporte aos grupos vulneráveis, o envolvimento da comunidade no processo de planejamento é crucial para garantir que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas e respeitadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A arquitetura hostil representa um desafio significativo para os princípios do direito civil, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas. É crucial que as cidades adotem uma abordagem mais inclusiva no planejamento urbano, considerando as necessidades de todos os cidadãos. Por fim, a pesquisa conclui que a arquitetura não deve ser uma ferramenta exclusão, mas sim um meio para fomentar a inclusão social e o respeito aos direitos humanos. A transformação das cidades exige um compromisso coletivo com a justiça social, garantindo que os espaços públicos sejam acessíveis e acolhedores para todos. O futuro do urbanismo depende de nossa capacidade de repensar e redefinir o papel da arquitetura na sociedade, alinhando o design às necessidades humanas e sociais.

REFERÊNCIAS:

1. Instituto Polis. (2020). *A cidade e a arquitetura hostil: desafios e propostas para a inclusão social*. Disponível em: Instituto Polis.
2. LIMA, M. F.; GOMES, A. S. Direitos humanos e urbanismo: Reflexões sobre a inclusão social nas cidades brasileiras. *Caderno de Estudos Urbanos*, 12(1), 45-62. 2020.
3. Machado, T. (2020). O direito à cidade e a inclusão social: Desafios jurídicos e urbanos. *Revista de Direitos Humanos e Cidadania*, v. 12, n. 1, p. 34-50, 2020.
4. Observatório das Metrópoles. *Arquitetura hostil e suas implicações sociais*. Disponível em: Observatório das Metrópoles, 2021.
5. PEREIRA, M. A.; RIBEIRO, T. (2019). Cidades excludentes: Arquitetura hostil e os direitos dos cidadãos. *Revista de Direito Urbanístico*, v. 7(1), n. 1, p. 23-42, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DESAFIOS DA GUARDA COMPARTILHADA APÓS O FIM DO CASAMENTO

Maria Alice Caetano **FIALHO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Casamento; Divórcio; Guarda; Mediação; Filhos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A guarda compartilhada, é modelo de criação em que ambos os pais têm responsabilidade conjunta sobre a criação dos filhos, mesmo após a separação, tomando juntos decisões importantes, buscando garantir que a criança mantenha um relacionamento significativo com ambos, dividindo o tempo de convivência e priorizando o bem-estar da criança. É um modelo preferido em muitas separações, por permitir que ambos os pais continuem a participar ativamente da vida dos filhos. Entretanto, essa abordagem também apresenta desafios que podem impactar o bem-estar emocional e psicológico das crianças.

OBJETIVOS: O trabalho reflete sobre os desafios enfrentados ao se compartilhar a guarda dos filhos após o fim do casamento. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Utilizou-se o método descritivo, com foco em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A comunicação entre as partes, na maioria dos casos, rapidamente se torna um desafio. Decisões sobre a educação, saúde e atividades extracurriculares dos filhos frequentemente resultam em desencontros. A falta de um canal de comunicação claro entre os pais pode prejudicar o ambiente familiar e afetar negativamente as crianças. Organizar a rotina de visitas e a convivência entre os pais torna-se tarefa complicada. As demandas profissionais de ambos muitas vezes resultam em mudanças de última hora no cronograma de visitas, causando estresse tanto para os adultos quanto para as crianças. Falta de planejamento logístico pode impactar a estabilidade emocional das crianças. Os filhos podem manifestar suas emoções de maneiras distintas em resposta à nova dinâmica familiar. A literatura sugere que as reações das crianças são influenciadas pela maneira como os pais gerenciam a separação. A entrada de novos parceiros dos pais na vida das crianças pode significar mais complexidade, gerando inseguranças e exigindo adaptações. Estudos indicam que a aceitação de novos relacionamentos pode ser um processo desafiador para os filhos e deve ser manejado com cuidado. Para enfrentar esses desafios existem alguns métodos que auxiliam na mediação de possíveis conflitos na hora da tomada de decisão. Assim, tem-se: a) **Mediação Familiar:** um profissional imparcial facilita a comunicação entre as partes, ajudando-as a chegar a um acordo; é especialmente útil em casos de divórcio, guarda de filhos e heranças; b) **Conciliação:** semelhante à mediação, mas o conciliador pode propor soluções; é útil quando as partes escolhem um árbitro que toma decisões vinculativas sobre o conflito; é mais formal do que a mediação e pode ser eficaz em disputas financeiras ou de propriedades; c) **Negociação Assistida:** um advogado ou profissional ajuda as partes a negociarem diretamente, focando em seus interesses e necessidades; d) **Terapia Familiar:** embora não seja um método legal, pode ajudar a resolver problemas subjacentes que contribuem para o conflito, melhorando a comunicação e as relações familiares; e e) **Programas de Cuidado de Menores:** mediação específica para disputas sobre a criação dos filhos, priorizando o bem-estar das crianças. Esses métodos tendem a ser menos adversariais e mais centrados na colaboração, facilitando a resolução de conflitos e melhorando as relações familiares a longo prazo. Além disso, promover um espaço onde os filhos possam expressar suas emoções pode ser fundamental para adaptação ao novo contexto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora a guarda compartilhada ofereça benefícios significativos para o desenvolvimento das crianças, ela não está isenta de desafios. É importante destacar a importância da comunicação eficaz, do planejamento logístico e do apoio emocional para garantir que o foco permaneça no bem-estar dos filhos. A guarda compartilhada é geralmente considerada benéfica, pois permite que a criança mantenha laços fortes com ambos os pais e evita que um dos pais se sinta excluído da vida do filho.

REFERÊNCIAS:

1. ALMEIDA, F. A importância do planejamento na guarda compartilhada. *Revista de Direito da Família*, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2018.
2. MARTINS, G. Novos relacionamentos e suas implicações na guarda compartilhada. *Jornal de Psicologia e Família*, v. 22, n. 1, p. 15-30, 2020.
3. OLIVEIRA, T. Comunicação eficaz na guarda compartilhada: desafios e soluções. *Cadernos de Psicologia*, v. 10, n. 3, p. 78-90, 2019.
4. PEREIRA, L. A influência da separação nos filhos: uma perspectiva psicológica. *Revista Brasileira de Psicologia Infantil*, v. 5, n. 2, p. 112-126, 2021.
5. SILVA, R. Diferentes abordagens parentais e suas consequências na guarda compartilhada. *Estudos sobre Família e Sociedade*, v. 8, n. 4, 202-215, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

EFEITOS DAS NOVAS PORTARIAS NO ESPORTE DO TIRO ESPORTIVO NO BRASIL

Arthur Castro de Souza **RODRIGUES**
(Curso de Medicina, UNIFAMINAS, Muriaé-MG)

Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR**
(Orientador, - FADOCKTOR, Muriaé; - Faculdade IPGMCC, Rio de Janeiro;
FASCMC - Faculdade Santa Casa de Montes Claros)

Palavras-chave: Estatuto do desarmamento; tiro esportivo; Clubes de tiro.

Agência de fomento: ---

RESUMO

INTRODUÇÃO: O tiro esportivo é esporte regulamentado no Brasil, praticado em competições nacionais e internacionais. No entanto, o cenário tem-se alterado face à edição de novas portarias pelo governo, alterando regras para a aquisição, posse e uso de armas de fogo, gerando discussões entre atletas e entre gestores esportivos, afetando a dinâmica do treinamento, participação em competições e a manutenção de armas pelos esportistas. **OBJETIVO:** Analisar os impactos das novas portarias na prática de tiro esportivo, considerando as perspectivas de atletas, de federações e especialistas em regulamentação. **METODOLOGIA:** Metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e consulta a documentos dos últimos cinco anos relacionados ao esporte de tiro, e entrevistas e depoimentos de atletas e dirigentes de federações, além de consultas a fontes secundárias como artigos acadêmicos, visando avaliar os efeitos das regulações sobre a prática esportiva. **DESENVOLVIMENTO:** Mudanças no processo de concessão de registros para atiradores, como o número de armas que podem possuir; a limitação de munições e a exigência de comprovação de participação em competições para manter registros ativos, interferem diretamente no desempenho dos esportistas, pelos treinos intensivos e frequentes para manter altos níveis de precisão e técnica. Atiradores de elite precisam usar armas diversas para treinar em diferentes modalidades, o que está restrito pelas novas regras. A limitação de munição restringe a capacidade de treinamento quando a prática demanda disparos repetitivos e longos períodos de prática. A nova burocracia para registro e transporte de armas dificulta a participação dos atletas em competições, devido ao aumento de custos e complexidade para obtenção ou renovação de licenças. A comprovação de frequência em competições oficiais para a renovação do registro pressiona mais os amadores e iniciantes, dificultados em participar de suficientes eventos para se manterem regularizados. Em contrapartida, defensores das novas portarias argumentam que as medidas aumentam a segurança pública e garantem controle sobre a circulação de armas no país. Embora a prática esportiva siga regulamentada, as autoridades afirmam que as mudanças impedem o uso indevido de armas e fortalecem a fiscalização sobre os praticantes, diferenciando os esportistas legítimos daqueles que possam praticar atividades ilícitas. Especialistas em políticas esportivas veem que as novas regulamentações podem desestimular a prática do tiro esportivo, a redução no número de atletas e a qualidade das competições. Muitos dos atiradores são amadores e fica difícil o cumprimento dos requisitos burocráticos e financeiros, comprometendo a renovação de talentos na modalidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As novas regras como acesso a armas, munições e a burocracia para a regularização da atividade são desafiantes para a prática do tiro esportivo. Embora louváveis os argumentos a favor da segurança pública, deve haver equilíbrio entre fiscalização e incentivo à prática esportiva. Federações de tiro esportivo e os órgãos reguladores, deveriam buscar ajustes nas portarias, sem comprometimento da segurança, visando a redução do impacto negativo que as novas normas causaram.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. **Portaria n.º 94**, de 16 de agosto de 2021. Dispõe sobre normas para o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições no âmbito do desporto. Diário Oficial da União, 2021.
2. SANTOS, M. A.; LOPES, P. R. O esporte de tiro no Brasil: regulamentação, desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Direito Esportivo*, v. 23, n. 2, 2022.
3. SOUZA, J. F.; ALMEIDA, R. A. Impactos das novas regras sobre o esporte de tiro no Brasil. *Jornal de Políticas Públicas*, 2023.
4. COSTA, L. R. Tiro esportivo e regulamentação: uma análise crítica das portarias recentes. *Revista de Esportes e Sociedade*, 2023.
5. FIORINI, G. **O desenvolvimento do tiro esportivo no Brasil: história e desafios contemporâneos**. Editora Esportiva, 2021.
6. Decreto nº 11.615 de 21/07/2023.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-093

DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Maria Alice Caetano **FIALHO** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direitos fundamentais; Felicidade; Jurisprudência; Dignidade humana.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O direito à busca da felicidade tem sido incorporado no ordenamento jurídico brasileiro por meio dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, presentes na Constituição de 1988. Embora não esteja explicitamente mencionado, esse direito é invocado em diversos julgados do Supremo Tribunal Federal, como na ADI 3.300 e na ADPF 132, onde a Corte fundamentou suas decisões na busca da felicidade. Conclui-se que esse enfoque busca garantir a liberdade de escolha e a satisfação do ser humano dentro da legalidade. **OBJETIVOS:** O principal objetivo deste trabalho é analisar o Direito à Busca da Felicidade na jurisprudência brasileira, assegurando os direitos fundamentais da dignidade humana.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa é qualitativa, com revisão bibliográfica, utilizando como fontes a Constituição Federal, a Lei 11.105/2005 e a ADPF 132, baseando-se nos Direitos Fundamentais da Dignidade e da Pessoa Humana. **RESULTADOS**

E DISCUSSÕES: A definição de felicidade é um ponto central, sendo interpretada de várias formas. Segundo Erick Silva (2013), inclui prazer, riqueza e saúde. Horita e Simões (2014) afirmam que o Direito à Felicidade está ligado à satisfação de necessidades básicas, como saúde e educação. As decisões do Supremo, como no caso do uso de células-tronco e na ADPF 132, destacam a busca da felicidade como princípio que permite ao indivíduo escolher sua forma de vida. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora não explicitado na Constituição, o princípio da busca da felicidade está presente nas decisões atuais, priorizando a autorrealização do ser humano. Embora o direito não proteja a felicidade em si, sua influência nas decisões que afetam a vida cotidiana e a dignidade humana é inegável.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 14 jun. 2020.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3510**. Disponível: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/VerPdfPaginado.asp?id=611723&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20ADI%20/%203510>>. Acesso: 14 jun. 2020.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132**. Disponível: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso: 14 jun. 2020.
- ERICK, Winer Resende Silva. **O direito à busca da felicidade: contribuição à hermenêutica à luz do pensamento de Aristóteles**. 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Direito) - UNIPAC, programa de Mestrado em Hermenêutica e Direitos Fundamentais, Juiz de Fora.
- HORITA, Fernando Henrique da Silva; SIMÕES, Melrian Ferreira da Silva. O Direito à Busca da Felicidade. **Revista Instituto de Direito Brasileiro**, São Paulo, Ano 3, nº 4, 2014. Disponível: <http://www.idb-fdu.com/uploaded/files/2014_04_03063_03080.pdf>. Acesso: 14 jun. 2020.
- RIBEIRO, João Ronaldo. **Reflexões sobre o direito à busca da felicidade no ordenamento jurídico pátrio**. (Direito Constitucional) Site: Revista 154, 10 de março de 2016. Disponível: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/reflexoes-sobre-o-direito-a-busca-da-felicidade-no-ordenamento-juridico-patrio/>>.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-094

IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thays Silva **PIMENTEL** (Curso de Pedagogia, FDV)
 Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
 Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Brincadeira; Desenvolvimento infantil; Educação.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O brincar é uma atividade central e multifacetada no desenvolvimento infantil, desempenhando um papel essencial tanto na educação quanto na formação global da criança. Não se trata apenas de uma forma de entretenimento, mas de uma ferramenta educativa que promove o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor, funcionando como um empreendedor para a construção de habilidades fundamentais ao longo da vida. Conforme o argumento de Vygotsky (1978), brincar é uma atividade de alta complexidade que permite à criança internalizar regras sociais e explorar o mundo ao seu redor, estabelecendo uma ponte entre o mundo real e o mundo da imaginação. Piaget (1962) também destaca que a brincadeira é uma expressão de adaptação e assimilação, em que a criança utiliza suas experiências para construir novos conhecimentos. Assim, a prática de brincar na educação infantil vai além da mera atualização, sendo uma metodologia poderosa que possibilita à criança aprender de maneira ativa e significativa, construindo competências essenciais para seu desenvolvimento integral. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo investigar os benefícios do brincar na educação infantil, com foco em como diferentes tipos de brincadeiras para o desenvolvimento integral das crianças. Ao explorar o impacto do brincar nos âmbitos cognitivo, emocional e social, esta pesquisa busca destacar a importância de sua incorporação nas práticas pedagógicas e apontar como essas atividades lúdicas podem moldar as capacidades da criança em áreas diversas. De acordo com Kishimoto (2010), o brincar deve ser compreendido como um recurso pedagógico, pois facilita a aprendizagem e ajuda na formação de habilidades e atitudes importantes para a vida escolar e social. O trabalho pretende, portanto, trazer uma compreensão aprofundada sobre como o brincar pode e deve ser utilizado como estratégia pedagógica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Uma pesquisa construiu uma abordagem qualitativa, com um estudo de campo baseado na aplicação de questionários direcionados a uma professora de educação infantil. O questionário abordou questões sobre o papel e a relevância das atividades lúdicas no cotidiano escolar, com foco na percepção da educadora sobre o impacto dessas atividades no desenvolvimento das crianças. As respostas foram comprovadas à luz do referencial teórico sobre o brincar, utilizando categorias como desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor. O estudo utiliza essa metodologia para entender de que maneira o brincar contribui para um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, interativo e adequado às necessidades das crianças. **RESULTADOS:** Os dados obtidos indicam que o brincar possui um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças. Uma pesquisa revelou que, quando as atividades lúdicas são bem estruturadas, elas promovem habilidades como resolução de problemas, trabalho em equipe, progresso motor e desenvolvimento cognitivo. Além disso, o brincar facilita a expressão emocional, ajudando as crianças a lidarem com frustrações e a estimular sentimentos de forma segura. A prática lúdica, ao ser integrada de forma consciente e estruturada no ambiente educacional, favorecendo um aprendizado ativo e significativo, permitindo que as crianças participem de maneira autônoma e interativa no processo educativo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo conclui que a brincadeira deve ser integrada ao currículo da educação infantil, não apenas como um momento de diversão, mas como uma estratégia pedagógica fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças. A importância do brincar vai além do lúdico, sendo essencial para a formação de indivíduos mais criativos, colaborativos e preparados para os desafios da vida futura.

REFERÊNCIAS:

- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- PIAGET, J. Brincadeira, sonhos e imitação na infância. Nova Iorque: WW Norton & Company, 1962.
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- VYGOTSKY, Lénin. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-095

MATERNIDADE BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES

Maria Alice Caetano **FIALHO** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Maternidade; Adoção; Filhos; Vínculo afetivo; Dinâmica familiar.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A maternidade biológica refere-se ao vínculo gerado pela gestação e nascimento de uma criança, enquanto a maternidade socioafetiva diz respeito à relação afetiva e de cuidado estabelecida entre uma mãe e uma criança, independentemente da relação biológica. Ambas as formas de maternidade desempenham papéis fundamentais na formação da identidade familiar e nos desafios emocionais e sociais enfrentados por mães e filhos. A maternidade é uma experiência multifacetada que pode ser vivenciada de diferentes maneiras. A maternidade biológica é frequentemente a mais reconhecida, envolvendo o ato da gestação e o vínculo que se forma durante esse período. Por outro lado, a maternidade socioafetiva destaca a importância das relações afetivas, mostrando que o cuidado e o amor não dependem da biologia. No contexto atual, onde novas configurações familiares são cada vez mais comuns, compreender essas nuances é essencial para apoiar mães e crianças em suas jornadas.

OBJETIVOS: Este trabalho busca refletir sobre os desafios enfrentados por mães biológicas e socioafetivas, explorando como esses vínculos impactam a dinâmica familiar e o desenvolvimento emocional das crianças.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Utilizou-se o método descritivo, com foco em revisão bibliográfica sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A maternidade socioafetiva permite que mães não biológicas, como avós ou madrastas, formem laços significativos com as crianças. Esses vínculos são essenciais para o bem-estar emocional e desenvolvimento da criança. No entanto, a presença de uma figura socioafetiva pode gerar insegurança na mãe biológica, criando tensões que precisam ser gerenciadas. É fundamental que todos os adultos envolvidos reconheçam e valorizem esses vínculos, promovendo um ambiente de apoio. As crianças que experienciam maternidade biológica e socioafetiva podem enfrentar desafios relacionados à sua identidade. Elas podem se sentir divididas entre laços biológicos e afetivos, gerando confusão. Para ajudar, é importante que os pais e figuras parentais incentivem uma compreensão saudável de seus vínculos, destacando que o amor e o cuidado não dependem da biologia. Crianças respondem de maneiras variadas à dinâmica de maternidade. Algumas aceitam facilmente a presença de mães socioafetivas, enquanto outras podem resistir, sentindo-se ameaçadas ou confusas. Apoiar as crianças na expressão de suas emoções é vital, e os adultos devem fomentar um espaço seguro para que as crianças compartilhem seus sentimentos e preocupações. A sociedade frequentemente valoriza a maternidade biológica em detrimento da socioafetiva, o que pode impactar a autoestima de mães socioafetivas e das crianças. Essa desvalorização pode levar a sentimentos de inadequação e exclusão. É essencial promover uma cultura que reconheça e valorize todas as formas de maternidade, ajudando a criar um ambiente social mais inclusivo. A comunicação aberta e honesta entre mães biológicas e socioafetivas é crucial. Estabelecer um diálogo construtivo pode ajudar a resolver conflitos e alinhar expectativas, contribuindo para um ambiente familiar harmonioso. O trabalho conjunto na criação e no cuidado das crianças é fundamental para fortalecer todos os laços afetivos. Esses aspectos mostram que, apesar dos desafios, a integração de diferentes formas de maternidade pode resultar em um ambiente familiar enriquecedor e amoroso, promovendo o desenvolvimento saudável das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A maternidade biológica e socioafetiva traz desafios e oportunidades para mães e filhos. É crucial promover a aceitação e a valorização de todos os tipos de vínculos familiares, garantindo que as crianças se sintam seguras e amadas. O apoio emocional e a comunicação aberta entre as figuras parentais são essenciais para criar um ambiente saudável e positivo para o desenvolvimento das crianças.

REFERÊNCIAS:

1. ALMEIDA, F. A importância do planejamento na dinâmica familiar. *Revista de Direito da Família*, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2018.
2. MARTINS, G. Novos relacionamentos e suas implicações na maternidade. *Jornal de Psicologia e Família*, v. 22, n. 1, p. 15-30, 2020.
3. PEREIRA, L. A influência das relações afetivas nas crianças: uma perspectiva psicológica. *Revista Brasileira de Psicologia Infantil*, v. 5, n. 2, p. 112-126, 2021.
4. SILVA, R. Diferentes abordagens parentais e suas consequências na dinâmica familiar. *Estudos sobre Família e Sociedade*, v. 8, n. 4, p. 202-215, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-096

BAÚ DE SALA DE AULA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Thays Silva **PIMENTEL** (Curso de Pedagogia, FDV)
 Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
 Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Baú de história; Ensino de história; História; Aprendizagem significativa.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O ensino de História na educação básica enfrenta desafios constantes, como a falta de engajamento dos alunos e a complexidade dos conteúdos, que muitas vezes são transmitidos de maneira abstrata e distante da realidade dos estudantes. Nesse contexto, o "Baú de Sala de Aula" surge como uma metodologia inovadora e promissora, voltada para a educação histórica. Ao utilizar objetos históricos e documentos autênticos, essa abordagem visa aproximar os alunos do conteúdo de forma mais interativa e contextualizada, o que facilita o desenvolvimento do pensamento crítico e da curiosidade. Como destaca Lev Vygotsky (1978), "a interação social ocupa um papel fundamental no processo de desenvolvimento cognitivo". Assim, a manipulação de artefatos históricos pode ser vista como uma forma de aprendizagem ativa, em que os alunos participam ativamente da construção do conhecimento.

OBJETIVOS: Este estudo busca analisar os benefícios da implementação do Baú de Sala de Aula no ensino de História, investigando como o uso de objetos tangíveis e atividades práticas pode facilitar a compreensão de eventos históricos complexos e estimular o aprendizado significativo. Segundo Dewey (1938), o aprendizado significativo ocorre quando o aluno interage com o conteúdo de maneira prática, o que favorece a retenção do conhecimento. A pesquisa, portanto, busca compreender como a manipulação desses objetos não apenas traz a História para mais perto dos alunos, mas também transforma o processo de ensino-aprendizagem em uma experiência imersiva e envolvente.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e entrevistas com uma professora de História da rede pública. A metodologia foca na análise de como o uso de artefatos históricos pode ser incorporado ao currículo de História e suas implicações para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos.

RESULTADOS: Os dados da pesquisa indicam que uma metodologia do Baú de História, ao possibilitar a manipulação de objetos e a permanência de contextos históricos, contribui significativamente para uma maior conexão dos alunos com o conteúdo. Essa prática melhorou o desenvolvimento de habilidades como análise crítica, colaboração e interpretação de fontes. Além disso, a metodologia promove um aprendizado mais ativo e participativo, alinhando-se à proposta de Freire (1996), que enfatiza a importância do conhecimento como construção coletiva e dialógica. O uso de objetos físicos na sala de aula oferece aos alunos uma oportunidade de vivenciar a história de forma concreta, o que amplia o entendimento e a capacidade de relacionar o conteúdo aprendido com o mundo ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A pesquisa conclui que o Baú de Sala de Aula possui grande potencial para ser amplamente integrado às práticas pedagógicas do ensino de História, oferecendo uma experiência educacional rica, engajadora e significativa. Ao trazer objetos e documentos históricos para o ambiente escolar, o método torna o ensino de História mais dinâmico e eficaz, contribuindo para que os alunos compreendam melhor as relações temporais e contextuais dos acontecimentos históricos. Como sugere Piaget (1971), a educação deve promover o desenvolvimento das capacidades críticas e reflexivas dos alunos, facilitando a formação de cidadãos conscientes e participativos. Em suma, o Baú de Sala de Aula não apenas aproxima o conteúdo histórico dos estudantes, mas também favorece a construção de uma aprendizagem significativa, que é fundamental para a formação integral dos jovens.

REFERÊNCIAS:

1. FONSECA, S. (1997). *O baú da história: documentos de trabalho*. Publicações Dom Quixote, 1997.
2. LIMA, R. C. *Baú de memória: história oral e ensino de história*. Editora UFPR, 2010.
3. PIAGET, J. *Brincadeira, sonhos e imitação na infância*. Nova York: Norton, 1968.
4. VYGOTSKY, L. S. *Mente na sociedade: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-097

ADOÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS

Maria Alice Caetano **FIALHO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Adoção; Legislação brasileira; Direitos da criança; Famílias.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A adoção no Brasil é um mecanismo fundamental para garantir o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes, regulamentado principalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, e pela Lei nº 12.010/2009, que trouxe inovações significativas ao processo adotivo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a legislação vigente sobre adoção, seus impactos sociais e os direitos assegurados às crianças e adolescentes nesse contexto.

OBJETIVOS: O presente trabalho tem como objetivo compreender sobre a adoção no viés da legislação brasileira, levando em consideração os aspectos legais e sociais.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para o desenvolvimento do presente resumo adotou uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica de obras acadêmicas, artigos e documentos legais pertinentes.

RESULTADO E DISCUSSÕES: A adoção é um ato jurídico que cria vínculos de filiação entre o adotante e o adotado, substituindo a família biológica por uma nova configuração familiar. O ECA estabelece que a adoção deve ser sempre orientada pelo princípio do melhor interesse da criança, o que implica uma série de exigências para assegurar que a decisão de adoção seja verdadeiramente benéfica para o menor. Entre os critérios avaliados estão a estabilidade emocional e financeira dos adotantes, além de sua capacidade de proporcionar um ambiente familiar saudável. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica de obras acadêmicas, artigos e documentos legais pertinentes. Existem diferentes modalidades de adoção: a adoção simples, que mantém os vínculos da criança com a família biológica, e a adoção plena, que extingue esses vínculos, criando uma relação jurídica. Essa distinção é crucial, pois impacta os direitos da criança e suas relações com ambas as famílias. Um aspecto relevante abordado no estudo é a morosidade dos processos de adoção e a burocracia envolvida, que muitas vezes impede que crianças em situação de vulnerabilidade sejam colocadas em lares adotivos rapidamente. Além disso, destaca a necessidade de campanhas de conscientização que abordem o preconceito enfrentado por famílias adotivas, promovendo uma visão mais positiva da adoção como uma forma legítima de construir família. Observa-se ainda a importância da convivência familiar e comunitária, enfatizando que a adoção deve ser apenas uma das alternativas para assegurar o desenvolvimento integral das crianças. O fortalecimento das políticas públicas é essencial para promover a adoção, garantindo não apenas o direito à família, mas também a proteção e a dignidade das crianças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pontua-se que a adoção é um tema complexo, que exige uma abordagem multidimensional. Onde a legislação brasileira avançou significativamente nos últimos anos, mas ainda há desafios a serem enfrentados. É fundamental que a sociedade, em conjunto com o Estado, busque assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a um ambiente familiar acolhedor, onde possam desenvolver seu potencial plenamente.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso: 14 out. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Altera a legislação sobre a adoção e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso: 14 out. 2023.
- SILVA, F. R. **Adoção:** aspectos jurídicos e sociais. São Paulo: Atlas, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-098

LUDICIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE COIMBRA-MG

Líli Aparecida de **SALLES** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientadora, FDV)
Rajá Reja Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Lúdico; Ensino de história; Crianças.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O ensino de história nos anos iniciais é desafiador, pois muitas vezes a metodologia utilizada se baseia em memorização de datas e fatos. Buscar metodologias ativas que vão além das aulas tradicionais pode tornar o conteúdo mais atrativo e, consequentemente, teremos uma aprendizagem mais efetiva. Os jogos, o teatro, as brincadeiras podem ser alternativas lúdicas importantes para assimilação de conteúdos e aquisição de habilidades necessárias a formação do aprendiz. Segundo Sakamoto (2008), o brincar na infância expressa a busca pelo desenvolvimento integral do ser humano em seus aspectos biológico, psicológico e sociocultural, sendo que o brincar é pessoal, é social, é cultural e depende das ações concretas realizadas pela mente e corpo. Neste sentido, é importante buscar estratégias que inserem a brincadeira no ensino de história e que façam parte do currículo escolar, podendo promover maior interesse do educando nos primeiros anos do ensino fundamental. Visando a aprendizagem do conteúdo de história nos anos iniciais, podemos citar estratégias como: a visita a museus, praças e locais históricos da cidade em que a criança vive, permitindo a observação do seu entorno. É fundamental que o professor prepare a sua aula tendo como norte ir além da memorização das várias páginas do livro didático, o que despertará o interesse das crianças pelo ensino de história.

OBJETIVOS: Analisar como atividades práticas e lúdicas podem contribuir para o ensino de história nos primeiros anos do ensino fundamental.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Foi realizada uma pesquisa qualitativa, em uma escola pública envolvendo duas salas dos anos iniciais. Os recursos utilizados foram a observação e entrevista realizada com dois professores.

RESULTADOS: Destaca-se que vários recursos pedagógicos devem ser utilizados para um ensino de história nos anos iniciais. Ao questionar a professora (1) entrevistada sobre as estratégias utilizada em sua sala, ela reconhece que não é aconselhável organizar todo o conteúdo e habilidades trabalhadas em sala de aula somente a partir do livro didático, mas afirmou que não podemos ignorar que o PNDL (Programa Nacional do Livro Didático) garante uma qualidade satisfatória à produção contemporânea de livros didáticos. Além disso, citou que os recursos da internet são ferramentas que podem ser utilizadas como pesquisa. Os professores entrevistados (P1 e P2) dizem que encontram dificuldades de utilizar o lúdico em sala de aula especialmente em escolas públicas. Devido à falta de espaço e organização e recursos que acabam dificultando a criação de aulas mais práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode-se concluir neste estudo um maior interesse das crianças, quando o professor apresenta o conteúdo através de atividades práticas como: brincadeira, jogos, visitas, filmes etc. Podemos enfatizar que o lúdico é uma das melhores formas de ensinar história nos primeiros anos do ensino fundamental, apesar de alguns obstáculos e dificuldades encontradas em escolas, como a formação de professores que ainda utilizam apenas o livro didático como recurso de aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNIDIME, 2017.
- Sakamoto, C. K. **O brincar da criança:** criatividade e saúde. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia.** Ano XXVIII, n. 2, 2008.
- SILVA, M. M. S.; SOARES, L. M. C.; SOUZA, C. S.; LIMA, J. M. **O lúdico no ensino de história:** a utilização de jogos didáticos no ensino médio. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371767866_ARQUIVO_artigoanpuh2013LigiaeMarcelo.pdf>. Acesso: 7 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CHS-99

TRABALHO INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Valéria Gomes **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Trabalho infantil; Pobreza; Desenvolvimento infantil; Educação; Políticas públicas; Exploração.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A exploração do trabalho infantil é uma questão global que impacta milhões de crianças em várias partes do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. Embora haja progressos nas legislações e em acordos internacionais destinados a eliminar essa prática, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, ela ainda persiste de maneira significativa, comprometendo a saúde física, mental e emocional das crianças. Além de roubar delas o acesso à educação e ao lazer, o trabalho infantil as expõe a situações de risco, violência e exploração. No Brasil, essa questão continua a ser um desafio, mesmo com as iniciativas do governo para combatê-la. **OBJETIVOS:** O principal objetivo deste estudo é compreender as diversas dimensões do trabalho infantil, com foco em suas causas e consequências para o desenvolvimento das crianças. Especificamente, o estudo visa: Identificar os fatores que levam ao trabalho infantil, como pobreza, falta de acesso à educação e desigualdade social, analisar as consequências físicas, psicológicas e sociais do trabalho infantil sobre as crianças, avaliar as políticas públicas e iniciativas globais voltadas para a erradicação do trabalho infantil e sugerir recomendações para melhorar a eficácia dessas políticas e promover o desenvolvimento integral das crianças. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, para maior entendimento sobre o tema. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa indicam que o trabalho infantil é frequentemente impulsionado pela pobreza extrema e pela ausência de alternativas educacionais viáveis. Crianças em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes, acabam trabalhando para ajudar na renda familiar, especialmente em áreas rurais e em setores informais da economia, como agricultura e trabalho doméstico. As consequências do trabalho infantil são profundas e incluem impactos negativos na saúde física (doenças, desnutrição, fadiga), saúde mental (transtornos de ansiedade, estresse) e no desenvolvimento cognitivo das crianças, além de perpetuar o ciclo da pobreza. Embora haja esforços significativos de governos e organizações não-governamentais para erradicar o trabalho infantil, a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como a falta de fiscalização adequada e a resistência cultural em certas regiões. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O combate ao trabalho infantil requer uma abordagem multidimensional, que inclui o fortalecimento das políticas públicas, o aumento do acesso à educação de qualidade e o apoio econômico às famílias em situação de pobreza. É crucial que os governos, em parceria com a sociedade civil e organizações internacionais, intensifiquem os esforços para eliminar o trabalho infantil, garantindo que as crianças possam viver suas infâncias de maneira plena e saudável. As políticas devem ser adaptadas às realidades locais, e as iniciativas devem envolver as comunidades, promovendo a conscientização sobre os impactos negativos do trabalho infantil. A erradicação desse problema é essencial para o desenvolvimento sustentável e para a promoção de sociedades mais justas e equitativas.

REFERÊNCIAS:

1. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas sobre trabalho infantil no Brasil**. Brasília: TEM. Disponível em: <www.gov.br/mte>.
2. Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Erradicação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance**. Genebra: OIT, 2017.
3. SILVA, A. L., & Souza, P. R. Crianças no trabalho: um olhar sobre a realidade brasileira. *Revista de Políticas Sociais*, v. 12, n. 3, 2019.
4. UNICEF. **O impacto do trabalho infantil no desenvolvimento infantil**. Nova York: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.pt/actualidade/noticias/160-milhoes-de-criancas-vitimas-de-trabalho-infantil/>

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-100

EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL: UMA ANÁLISE TEMPORAL

Erik Eduardo Augusta da **SILVA** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

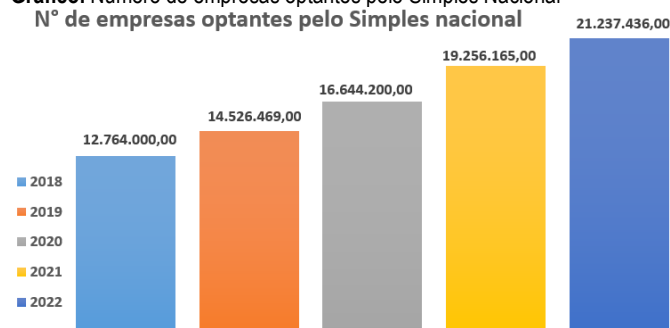
Palavras-chave: Empresas; Simples Nacional; Análise.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Um dos elementos mais antigos da sociedade é o tributo, recurso utilizado para custear as atividades do Estado. No Brasil, o Sistema Tributário apresenta-se de forma complexa e abrange uma ampla variedade de impostos, contribuições e taxas que são aplicadas em níveis federais, estaduais e municipais. Assim, ele é regido pela Constituição Federal de 1988 e por diversas leis complementares, ordinárias e legislativas específicas. Nesse sentido, essa complexidade é sentida por todos os atores econômicos no país, desde consumidores, até os empresários. Contudo, um dos mais impactados por esse fator são os micros e pequenos empresários, que por sua escala, e natureza, encontram grandes dificuldades, assim, o Brasil concedeu uma série de benefícios fiscais e simplificação administrativas para as pequenas e microempresas desde a criação do Simples pela Lei n. 9.317/96. (PAES, 2014). Desse modo, o Simples Nacional, é um sistema simplificado em relação a outros regimes tributários, como Lucro Real e Lucro Presumido. Nesse sistema, os impostos são unificados em uma única guia de pagamento, o que facilita a administração tributária para micro e pequenas empresas. Impostos como PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, INSS, podem ser liquidados em apenas uma única guia, algo que facilita, e potencializa as operações dessas empresas, e que em muitos casos contam com uma estrutura menos consistente. **JUSTIFICATIVA:** Esse tema ganha relevância devido ao fato que essa forma de tributação se apresenta de maneira singular para o país, uma vez que, auxilia milhares de empresas que contribuem diretamente e indiretamente, para a geração de empregos no país. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A abordagem metodológica adotada foi de caráter quantitativo, e natureza descritiva. Portanto, foram utilizados dados secundários extraídos junto ao portal do Simples Nacional, no qual foi possível obter o número de optantes no decorrer dos últimos anos. **RESULTADO:** O resultado auferido pode ser visualizado no gráfico abaixo. Nesse contexto, podemos observar que o número de empresas enquadradas pelo Simples Nacional cresceu significativamente, com um aumento de 66% no período analisado, o que demonstra que esse regime tributário vem exercendo seu papel e contribuindo com uma gama significativa de pequenos empreendimentos. Contudo, outra reflexão é importante, com a recente crise no mercado de trabalho o número de pessoas que buscam seu próprio negócio, isso na figura do MEI, também vem aumentando, impulsionando esse cenário. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Desse modo, o Simples Nacional vem auxiliando uma massa significativa de empreendimentos, influenciando diretamente na criação de riqueza no país. Entretanto, apesar desse aumento expressivo, há de se questionar a influência de um mercado de trabalho em crise, o que leva muitas pessoas a uma atividade autônoma, aspecto que pode inflar o número de optantes pelo Simples, fato esse que pode ser mais bem explorado em próximas pesquisas.

Gráfico. Número de empresas optantes pelo Simples Nacional



Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

1. PAES, Nelson Leitão. **Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários**; Nova Economia; Belo Horizonte; 2014.

Área de conhecimento do CNPq: 6.012.00.00-6 - Administração

CHS-101

EDUCAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE

Adriane Gouveia **COLATINO** (Curso de Direito, FDV)
 Moisés Albuquerque da Costa **FREITAS** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: ECA; Direito nas escolas; Direitos do estudante; Deveres do estudante; Educação.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A educação é importante para o desenvolvimento do indivíduo desde a infância e se estende ao longo da vida. É a base para se tornar um cidadão participativo na sociedade e o capacita para as conquistas do dia a dia desde suas habilidades pessoais a profissionais, políticas e financeiras. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objetivo desenvolver o interesse da criança e do adolescente a buscar conhecimento sobre seus direitos e deveres na sociedade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho tem como método de desenvolvimento a revisão bibliográfica do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Constituição da República Federativa do Brasil e a palestra Direito nas Escolas realizada dia 2 de maio de 2024, na FDV. **RESULTADOS:** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vai além da simples proteção contra a violência, reconhecendo a importância do respeito mútuo como base para uma sociedade mais justa e harmônica. O Título II do ECA estabelece que o dever de respeitar os direitos dos outros é de todos, inclusive crianças e adolescentes, o respeito à integridade física, verbal e psicológica é fundamental para garantir o bem-estar de crianças e adolescentes e isso deve ser incentivado nas escolas desde o início da vida escolar. O ECA destaca a importância do desenvolvimento pessoal para garantir acesso a oportunidades que promovam o desenvolvimento de talentos e habilidades. Políticas e práticas devem estimular o acesso à educação, cultura, esporte e lazer, bem como a preparação profissional e humana. Através dos estudos há um enorme progresso e crescimento pessoal e esse desenvolvimento abre inúmeras oportunidades para um futuro próspero e de sucesso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação financeira, direito à vida, ao nome, à convivência familiar, direitos e deveres na sociedade, direitos humanos são alguns dos direitos protegidos pelo Estatuto, enfatizando também que se todos tiverem uma preparação de qualidade, no futuro terão mais facilidades de inserção no mercado de trabalho, mostrando que a educação financeira traz para o indivíduo mais responsabilidade, apresentando formas seguras de como investir seu capital, diminuindo assim os índices da pobreza. A ideia é expandir a mente e mostrar aos jovens estudantes as inúmeras possibilidades de conquistas através de direitos e deveres que estão todos elencados em nossa Constituição Federal.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 2 out. 2024.
2. BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso: 2 out. 2024.
3. DIREITO na Escola. **Transformando o futuro através do ensino do direito**. Disponível: <https://www.direitonaescola.com.br/>. Acesso: 2 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-102

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS NO BRASIL

Valéria Gomes **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Responsabilidade civil; Danos ambientais; Meio ambiente.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A responsabilidade civil por danos ambientais é um tema de grande relevância no Brasil, especialmente considerando a vasta diversidade ambiental do país e os frequentes episódios de degradação ecológica. A Constituição Federal de 1988 e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) estabeleceram um arcabouço legal robusto para proteger o meio ambiente, impondo a responsabilidade de reparar danos a todos aqueles que causem degradação ambiental, seja por ação ou omissão. O tema envolve a aplicação dos princípios da responsabilidade objetiva e solidária, além de refletir os desafios na implementação de medidas efetivas de reparação e prevenção dos danos ambientais. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem como objetivo geral analisar a responsabilidade civil por danos ambientais no Brasil especificamente; o estudo busca examinar o conceito de responsabilidade civil aplicada ao direito ambiental e seus princípios norteadores. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseando-se na análise de fontes legislativas, doutrinas jurídicas, decisões judiciais e casos práticos relevantes. A pesquisa inclui uma revisão bibliográfica de autores especializados em direito ambiental, bem como a análise de jurisprudências dos tribunais brasileiros, com ênfase nas decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre responsabilidade ambiental. **RESULTADOS:** A pesquisa revela que a responsabilidade civil por danos ambientais no Brasil é pautada pelo regime da responsabilidade objetiva, conforme o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil e o artigo 14 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Isso significa que não é necessário provar a culpa do agente poluidor para que este seja obrigado a reparar os danos causados. Além disso, aplica-se o princípio do poluidor-pagador, que estabelece que aquele que causa danos ao meio ambiente tem a obrigação de arcar com os custos de sua reparação, independentemente de dolo ou culpa. Esse princípio busca internalizar os custos ambientais das atividades econômicas, desestimulando a degradação ambiental e promovendo a responsabilização econômica de quem polui. Há, também, a possibilidade de responsabilidade solidária, em que diversos agentes podem ser responsabilizados simultaneamente, como ocorre em casos de consórcios empresariais que compartilham atividades potencialmente poluidoras. Casos como os desastres de Mariana e Brumadinho ilustram os desafios práticos na aplicação dessa legislação, especialmente no que diz respeito à indenização das vítimas e à recuperação dos ecossistemas afetados. As decisões judiciais têm buscado aplicar rigorosamente a legislação, impondo pesadas multas e obrigações de reparação ambiental, mas as dificuldades de fiscalização, morosidade processual e a complexidade da reparação integral são entraves notórios. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A responsabilidade civil por danos ambientais no Brasil tem avançado, especialmente no âmbito normativo, com a adoção de princípios importantes como a responsabilidade objetiva e o princípio do poluidor-pagador. No entanto, o país ainda enfrenta significativos desafios na aplicação prática dessas normas. A falta de fiscalização adequada, a complexidade dos processos de reparação integral do meio ambiente e a resistência de setores econômicos poderosos à aplicação de sanções severas são questões que ainda precisam ser enfrentadas. Recomenda-se um fortalecimento das políticas públicas voltadas para a prevenção de desastres ambientais, além da criação de mecanismos que tornem mais ágeis os processos de responsabilização e recuperação ambiental. A conscientização social e a participação ativa das comunidades afetadas também são fundamentais para garantir a efetividade das ações reparatórias.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
2. BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm.
3. Benjamin, Antônio Herman. "A responsabilidade civil por danos ambientais no Brasil: desafios e perspectivas." **Revista de Direito Ambiental**, v. 32, 2020.
4. STJ. **Jurisprudência sobre responsabilidade civil ambiental**. Disponível em: www.stj.jus.br.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-103

AMOR E SEXO: A LIBERDADE SEXUAL FEMININA VERSUS O PATRIARCADO

Carolina Caldeira **VALENTE** (Curso de Direito, UNIVICOSA)
 Valéria Aroeira **BRAGA** (Orientadora, FDV)
 Roberto Santos **BARBIÉRI** (Coorientador)

Palavras-chave: Sexualidade feminina; Patriarcado; Princípio da igualdade.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A sexualidade independente do gênero sempre foi vista com algo leviano e fugaz. É tão nítido o preconceito que a Rita Lee, expressou esta revolta na música “Amor e sexo”, onde em uma das estrofes ela canta: “Amor é cristão, sexo é pagão”. Portanto, compreende-se que para o brasileiro católico em sua grande maioria, o sexo seria um ato impuro. Todavia, vê que a sociedade ao expor tal opinião torna-se totalmente hipócrita, já que o sexo é praticado por todas as idades, independente de cor, sexo, orientação sexual e etnia. E mais, quando o sexo feminino assume sua libido é colocado totalmente à margem da comunidade em virtude do patriarcado. Contudo, para entender este dilema é essencial compreender a definição de patriarcado. Desta forma, leciona Santos Junior (2024, p.4) no qual relata sobre a submissão da mulher tem como liame a repetição do labor e a repetição dos elos sociais de confecção. Isto é, a mulher é obrigada a aceitar as formas que o homem impõe ao seu comportamento em todos os setores de sua vida. Mas, por quê? Pois um dos princípios basilares da Constituição Federal de 1988 é o Princípio da Igualdade, expresso no artigo 5º, inciso I da Carta Magna que diz: “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” Assim, é obsoleto que há mais de três décadas após a publicação deste texto legal, ainda a comunidade brasileira fica às margens de parâmetros comportamentais tão obsoletos. Ou seja, para Santos (2023, p.26), o instituto principiológico em análise tem como definição a integral simetria entre as pessoas em todos os aspectos, sejam eles obrigacionais ou de direitos. Em suma, a liberdade sexual e o Princípio da Igualdade precisam entrar em harmonia, para eliminar a ultrajante ideologia do patriarcado. **OBJETIVO:** Analisar como o patriarcado influencia na liberdade sexual feminina após a Carta Magna. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A metodologia empregada é qualitativa, bibliográfica e histórica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A inaplicabilidade do Princípio da Igualdade na seara da liberdade sexual feminina está diretamente conectada ao patriarcado. Porquanto, o fim desta ideologia afrontosa acontecerá quando os homens perceberem a equidade entre os gêneros. E as mulheres não se submeterem a nenhum tipo de relacionamento abusivo seja profissional ou amoroso.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 13 out. 2024.
- SANTOS JÚNIOR, Washington Ramos dos. Notas sobre patriarcado, gênero e cidade na Suméria, IV a II milênios AEC. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 5, n. 1, p. 1-31, 2024. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, em Vitória da Conquista, na Bahia. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/sertanias/article/view/13346>. Acesso: 13 out. 2024.
- SANTOS, Jhuly Elen Virginio dos. **Cotas raciais**: a (in) eficácia da lei 12.711/2012 no acesso ao Ensino Superior e o Princípio da Igualdade. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito de Rubiataba, Rubiataba, Goiás, 2023, 45 p. Disponível em: <http://repositorio.AEC.edu.br/handle/aece/21528>. Acesso: 13 out. 2024.
- LEE, Rita; JABOUR, Amaldo; CARVALHO, Roberto. **Amor e sexo**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino. 2003. 338p.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-104

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO CIVIL: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Valéria Gomes **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
 Wilza Nara Teixeira **CARNEIRO** (Orientadora, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavra-chave: Inteligência artificial; IA.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia que permite que sistemas informatizados realizem tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, como reconhecimento de padrões, aprendizado, raciocínio e tomada de decisão. No campo do Direito, a IA também tem sido aplicada para auxiliar na pesquisa jurídica, na análise de documentos, na avaliação de probabilidades de sucesso de processos e até na redação de peças jurídicas. No entanto, o uso de IA para tomada de decisão judicial também traz alguns desafios e restrições, como o uso de algoritmos e problemas com segurança de dados. Os vieses algorítmicos são distorções ou erros que podem afetar o funcionamento ou o resultado dos sistemas de IA comprometendo sua confiabilidade e imparcialidade. Os vieses algorítmicos podem decorrer de diversos fatores, como a qualidade dos dados utilizados para treinar os sistemas de IA, os critérios de seleção e ponderação desses dados, os algoritmos empregados para processar esses dados e os objetivos definidos para os sistemas de IA. **OBJETIVOS:** Considerando a importância da tecnologia no mundo moderno este estudo busca analisar as possibilidades e as limitações da IA na área jurídica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi realizada pesquisa qualitativa e bibliográfica voltada a tecnologia e a Inteligência Artificial para entender os pontos negativos e positivos sobre a influência da IA nas decisões processuais. **RESULTADOS:** Os resultados deste estudo revelam que é necessário que haja uma regulamentação adequada do uso da IA no Poder Judiciário, que estabeleça diretrizes sobre ética, transparência e governança dessa tecnologia. No Brasil, ainda não há uma lei específica sobre o tema, mas o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já editou uma resolução (Resolução n. 332/2020 do CNJ) que dispõe sobre princípios como transparência e ética e as soluções de IA devem ser claras e seguras, Respeito aos Direitos Fundamentais, ou seja, a IA deve proteger a privacidade e os dados pessoais, a IA visa acelerar e tornar mais eficientes os processos judiciais, mas não substitui a decisão humana, e regras para o uso da IA no Judiciário. Além disso, alguns tribunais já possuem projetos ou iniciativas que utilizam a IA para auxiliar na tomada de decisões judiciais ou em outras atividades judiciárias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, pode-se concluir que o uso da IA no processo civil é uma realidade que traz possibilidades e limitações. Por um lado, a IA pode contribuir para a melhoria da eficiência e da qualidade da prestação jurisdicional, ao agilizar e objetivar as decisões judiciais. Por outro lado, a IA também pode gerar riscos e desafios, como os vieses algorítmicos e as questões de segurança da informação, que exigem uma regulamentação e um controle adequados. Assim, é preciso que haja um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a preservação dos valores e princípios que norteiam o exercício da função jurisdicional.

REFERÊNCIAS:

- Inteligência artificial no poder judiciário - TJSP**. Disponível: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=95786>
- O uso de inteligência artificial em decisões judiciais no Brasil** - Jus.com.br | Jus Navigandi. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/97306/o-uso-de-inteligencia-artificial-em-decisoes-judiciais-no-brasil>
- Resolução CNJ nº 332**, de 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>
- SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CONJUNTURA DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DA MACONHA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Carolina Caldeira **VALENTE** (Curso de Direito, UNIVIÇOSA)
Valéria Aroeira **BRAGA** (Orientadora, FDV)
Roberto Santos **BARBIÉRI** (Coorientador)

Palavras-chave: Maconha; Supremo Tribunal Federal; Constituição Federal.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O universo do crime tem como protagonista as drogas, mas, em especial a maconha. Todavia, na inteligência do artigo 28 da lei nº 11.343/06, não é determinado que tipo de entorpecente que um indivíduo pode portar, guardar ou transportar. Assim, para Leão (2024, p. 8) a consumação do tipo penal em análise é necessária a feitura de alguns dos atos expostos no artigo 28 da Lei de drogas, e ainda realizar os mesmos “sem autorização” e “contrário a determinação legal ou regulamentar”. Desta forma, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal ao descriminalizar o porte da maconha tem como principal objetivo diferenciar o usuário do traficante. O presente posicionamento é defendido pela Ministra Carmem Lúcia em seu voto: “A escolha do critério foi pela droga apreendida e pela quantidade de droga segundo os preconceitos daquele que fazia o flagrante, daquele que prendia e daquele que julgava” (STF, 2024). Ou seja, havia uma insegurança jurídica por não existir uma delimitação legal de cada tipo de pessoa envolvida na situação. Destarte, o usuário poderia ser enquadrado como traficante, e vice-versa e ainda ser preso em flagrante. Para Knoll Junnior, (2024, p. 10) ficou estabelecido que se enquadra como usuário, a pessoa que realiza quaisquer das ações do artigo 28, caput da Lei de Drogas, se a quantidade de maconha for até 40 gramas ou seis plantas-fêmeas. Isso será mantido até a elaboração de uma lei pelo Congresso Nacional sobre o presente tema. Com a finalidade de evitar prisões de usuários, pois o Brasil é um país conservador e tal erro ocasionaria consequências irreparáveis aos envolvidos. Esta ideologia é evidente no posicionamento do Senado Federal sobre o tema, porquanto esta cúpula é composta por representantes de cada Estado, e que em contrapartida à decisão do STF sobre o tema, foi proposta uma emenda à Constituição Federal que criminalizaria o porte de qualquer tipo de droga (PEC 45/2023). Neste cenário é importante salientar que a harmonia entre os três poderes, que é um dos pilares para o equilíbrio das instituições e expresso no artigo 2º da Carta Magna fica prejudicado. Segundo Cime e Melo (2024, p. 65) é claro o futuro conflito entre o Legislativo e o Judiciário no que tange a descriminalização do porte da maconha, destarte a divergência de opiniões entre os dois poderes. Entretanto para ocorrer uma Emenda à Constituição Federal precisa-se da votação em dois turnos e de 3/5 de integrantes do Congresso Nacional, de acordo com o artigo 60 parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988. Em suma, o presente tema ainda será alvo de um extenso debate portanto este artigo objetiva demonstrar o cenário desta temática tão relevante a sociedade brasileira contemporânea. **OBJETIVO:** Contextualizar a descriminalização do porte da maconha no Brasil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A metodologia empregada é qualitativa, bibliográfica e histórica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É sabido que há uma ausência de harmonia entre os três poderes (legislativo, executivo e judiciário), e mais que os conflitos mais alarmantes são entre o legislativo e o judiciário. Tal conjuntura se agrava quando se envolve tema no qual, irá colocar em questionamento muito mais que mera regulamentação de um ato, mas sim princípios inerentes à sociedade. Destarte, com a propositura da PEC 45/2023 que requer a proibição do porte de qualquer quantidade de droga é totalmente contrária ao arranjo exposto pelo Supremo Tribunal Federal. O que poderá resultar em um retrocesso na discussão do porte da maconha e por consequência uma instabilidade no ordenamento jurídico nacional.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 ago. 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.
2. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 12 out. 2024.
3. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/post/noticias/stf-forma-maioria-para-descriminalizar-porte-de-maconha-para-consumo-pessoal>>. Acesso: 10 out. 2024.
4. BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/16/senado-aprova-pec-sobre-drogas-que-seque-para-a-camara>>. Acesso: 10 out. 2024.
5. KNOLL JUNIOR, Luiz Fernando. A descriminalização da maconha e a atuação da polícia militar diante do novo entendimento. Revista PhD, v. 4, n. 7, jul. 2024 Disponível: <<http://www.revistaphd.periodicos.com.br/>>. Acesso: 11 out. 2024.
6. CIRNE, Mariana Barbosa; MELLO, Ellen Cristine Alves de. É possível um diálogo institucional na descriminalização posse da maconha? Revista Brasileira de Teoria Constitucional, encontro virtual, v. 10, n. 1, p.61-81, jan./jul. 2024. Disponível: <<https://indexlaw.org>>. Acesso: 11 out. 2024.
7. LEÃO, Lorena Cristina da Silva. A descriminalização da maconha e o posicionamento do STF: O debate sobre a lei nº 11.343/2006. Trabalho de Conclusão de Curso, PUC/GO, 2024. Disponível: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/ispu/handle/123456789/8021>>. Acesso: 10 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Vinícius Aparecido **LUCAS** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Confissão; Acordo de não persecução penal; Princípio da não autoincriminação; *Nemo tenetur se detegere*.

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Lei nº 13.964/19, conhecida como "Pacote Anticrime", introduziu o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) no Código de Processo Penal, com o objetivo de reduzir a morosidade do Judiciário e oferecer soluções consensuais para crimes de menor gravidade. O ANPP é aplicável a infrações sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja inferior a quatro anos, evitando-se o oferecimento da denúncia mediante o cumprimento de condições acordadas entre o investigado e o Ministério Público. Uma inovação relevante trazida pelo ANPP é a exigência da confissão formal e circunstanciada, prevista no art. 28-A do CPP. Embora essa exigência tenha sido apresentada como uma medida para conferir maior segurança jurídica ao acordo, sua compatibilidade com o princípio da não autoincriminação tem sido amplamente debatida. Esse princípio, consagrado na Constituição Federal e expresso no brocardo *nemo tenetur se detegere*, garante que ninguém pode ser obrigado a produzir provas contra si mesmo, resguardando o direito ao silêncio e a presunção de inocência. Este trabalho se dedica a analisar como a exigência da confissão no ANPP impacta o direito à não autoincriminação, especialmente em cenários de descumprimento ou não homologação do acordo, onde a utilização dessa confissão como elemento probatório pode gerar desequilíbrios no processo penal. **OBJETIVOS:** O objetivo deste estudo é examinar a exigência da confissão como condição para a celebração do ANPP e verificar os seus reflexos à luz do princípio da não autoincriminação. Pretende-se compreender de que forma essa exigência impacta o equilíbrio processual e se a confissão pode ser utilizada como prova em casos de descumprimento ou negativa de homologação do acordo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Realizada através do método de pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, sob aspectos doutrinários e jurisprudenciais, com o intuito de aclarar as principais posições a respeito do tema abordado. **RESULTADOS:** A exigência da confissão no ANPP mostrou-se um ponto crítico na busca pelo equilíbrio entre a eficiência da justiça e a proteção dos direitos fundamentais. Embora o acordo se proponha a agilizar a resolução de casos criminais, exigir que o acusado confesse formalmente pode comprometer seu direito ao silêncio e a presunção de inocência. Além disso, há risco de falsas confissões, nas quais o investigado pode admitir um crime que não cometeu para evitar os efeitos negativos de um processo penal. Nos casos de descumprimento ou não homologação do ANPP, surge a controvérsia sobre a utilização da confissão como elemento probatório. O art. 155 do CPP estabelece que a decisão judicial não pode se basear exclusivamente em elementos colhidos fora do contraditório. No entanto, a confissão pode influenciar o magistrado, mesmo que não possa ser formalmente utilizada. **Aury Lopes Júnior** sustenta que a confissão deve ser desentranhada dos autos para evitar que o juiz seja influenciado por informações obtidas fora do devido processo: “uma vez conhecida a confissão, será muito difícil que o juiz efetivamente a desconsidere” (Lopes Júnior, 2024). Por outro lado, há posicionamentos que defendem que a confissão pode ser utilizada, desde que tenha sido voluntária e com conhecimento dos seus efeitos. Nesses casos, o Ministério Público poderia valer-se dessa confissão para embasar uma denúncia, argumentando que o investigado foi previamente informado sobre seus direitos e optou por confessar como parte do acordo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise desenvolvida permite concluir que a exigência da confissão no ANPP, embora possa agilizar a resolução de conflitos penais, compromete a proteção dos direitos fundamentais do acusado. A utilização da confissão em casos de descumprimento ou não homologação do acordo viola o princípio da não autoincriminação, além de prejudicar o equilíbrio entre acusação e defesa. Diante disso, recomenda-se que a legislação seja revista para eliminar a obrigatoriedade da confissão, garantindo que o processo penal respeite o devido processo legal e a paridade de armas. Ademais, nos casos de não homologação ou descumprimento, o desentranhamento da confissão se mostra essencial para preservar a integridade processual e evitar que o acusado seja prejudicado por ter colaborado com o acordo.

REFERÊNCIAS:

1. ANDRADE, Flávio da Silva. A questionável exigência da confissão para a celebração do ANPP. Conj. Jur., [s.l.], 25 ago. 2021. Disponível: <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-25/flavioandrade-exigencia-confissao-celebracao-anpp>>. Acesso: 1 ago. 2024.
2. Direito Processual Penal / Alexandre Cebrán Araújo Reis, Victor Eduardo Rios Gonçalves; organizado por Pedro Lenza. 11. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquematizado®).
3. LOPES JR, Aury. **Direito processual penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
4. MARQUES, Livia Saldanha de Oliveira. **A confissão no acordo de não persecução penal ("ANPP") à luz do princípio da não autoincriminação - nemo tenetur se detegere**. Mackenzie. Disponível: <<https://dspace.mackenzie.br/items/a0fa6b8e-b569-4d2a-8592-bdefde1b499>>. Acesso: 12/09/2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-107

**IMPACTO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NA
ACADEMIA STUDIO KELVIM MARTINS - PORTO FIRME-MG - NO
ENGAJAMENTO DOS SEGUIDORES EM SUA CONTA NO INSTAGRAM**

Hiago de Oliveira **FIGUEIREDO**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Marketing digital, Instagram.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: No cenário contemporâneo, o marketing digital vem se destacando como ferramenta estratégica de promoção, engajamento e crescimento de negócios, especialmente para pequenas e médias empresas. O Instagram, em particular, destaca-se como uma plataforma visualmente orientada que permite a interação direta com os consumidores. De acordo com Kaplan e Haenlein, "as redes sociais oferecem uma maneira sem precedentes para as empresas se conectarem diretamente com seus clientes, promovendo uma comunicação bidirecional que pode aumentar a lealdade e o envolvimento do consumidor" (KAPLAN; HAENLEIN, 2010, p. 60). Este estudo visa investigar o impacto das estratégias de marketing digital no engajamento dos seguidores no Instagram da academia Studio Kelvim Martins, com o intuito de compreender como essas estratégias podem ser otimizadas para melhorar o desempenho da empresa nas redes sociais. Como ressaltado por Tiago e Veríssimo, "a eficácia do marketing digital em plataformas de redes sociais é medida pelo nível de engajamento do usuário, que inclui curtidas, comentários e compartilhamentos, aspectos que são essenciais para o sucesso de campanhas publicitárias" (TIAGO; VERÍSSIMO, 2014, p. 705). **OBJETIVO:** Perceber o impacto das estratégias de marketing digital na academia Studio Kelvim Martins situada na cidade de Porto Firme-MG, no engajamento dos seguidores em sua conta no Instagram. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trabalho de caráter exploratório, estruturado em modelo de estudo de caso em cunho quantitativo. Integrando os dados qualitativos dirigidos as estratégias de marketing digital empregadas em relação aos dados quantitativos de engajamento dos seguidores. A coleta de dados foi realizada por meio da análise da conta do Instagram da academia Studio Kelvim Martins - Porto Firme-MG, no período de 6 de janeiro a 6 de março de 2024. O estudo compara o engajamento do perfil no mês de janeiro, antes da implementação das estratégias de marketing digital, com os meses subsequentes em que essas estratégias foram aplicadas. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos no período de 6 de fevereiro a 6 de março indicam um impacto positivo significativo das estratégias de marketing digital implementadas. Houve um aumento de 10,6% no alcance de contas de seguidores e um crescimento impressionante de 3.279% no alcance de contas de não-seguidores. As impressões do perfil aumentaram em 36,7%, enquanto as interações com o conteúdo registraram um crescimento de 4.557%. As interações com publicações também mostraram um aumento expressivo de 11.100% e a interação com Stories cresceu 160%, evidenciando a eficácia das estratégias aplicadas na plataforma do Instagram. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados evidenciaram que as estratégias de marketing digital aplicadas pela academia Studio Kelvim Martins foram eficazes em aumentar o engajamento no Instagram. O crescimento expressivo nas métricas de alcance e interação sugerem que abordagens bem planejadas e executadas podem transformar significativamente a presença online de uma empresa. Recomenda-se que a academia continue investindo em conteúdo de qualidade, interações regulares com os seguidores e utilização de ferramentas analíticas para ajustar continuamente suas estratégias. Ademais, explorar novos formatos de conteúdo, como vídeos ao vivo e colaborações com influenciadores, pode potencializar ainda mais o engajamento e a visibilidade da marca.

REFERÊNCIAS:

- KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. *Business Horizons*, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010.
- TIAGO, M. T. P. M. B.; VERÍSSIMO, J. M. C. Digital marketing and social media: why bother? *Business Horizons*, v. 57, n. 6, p. 703-708, 2014.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-108

**EFICÁCIA NO USO ORIENTADO DAS CORES NA ESTRUTURAÇÃO DE
UMA IDENTIDADE VISUAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA
PUBLICIDADE DE UMA MARCA**

Isabela **DUARTE** (Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Paleta de cores; Identidade visual; Estratégia publicitária.
Agência de fomento: FDV

INTRODUÇÃO: Desde os primórdios da comunicação visual, a escolha das cores desempenha um papel crucial na forma como as marcas se conectam com o público-alvo. Quando pensamos em marcas icônicas, uma das primeiras coisas que nos vem à mente são suas cores. Elas não são apenas um detalhe estético, são uma poderosa ferramenta na construção de identidade e percepção. Sendo as cores originadas da interação da luz com a sua ausência, esse processo faz com que a cor se torne indispensável nas etapas de formação da mesma, dividindo-se em: cores primárias, secundárias, quente, fria, proporcionando assim sensações de calma, tranquilidade, calor, desejo entre outros, e com isso acaba influenciando ou interferindo na vida de uma pessoa, seja ele no aspecto de intelecto, emoções etc., conforme SANTOS et al. (2014). **OBJETIVO:** Qualificar e quantificar a importância de se ter uma paleta de cores para a estruturação de uma identidade visual sobre o alcance, medida do tamanho da audiência potencial no Instagram, e a interações com o conteúdo em relação ao número de seguidores. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** trabalho de cunho qualitativo, estruturado por meio de estudo de caso, realizado através do META BUSINESS ADS, plataforma utilizada para otimizar algoritmos avançados. Os dados do presente trabalho foram avaliados nos meses de fevereiro a junho de 2024, sobre a percepção de uma marca que utilizava em sua identidade visual uma paleta com variantes do verde, junto ao branco e o cinza. Para realização do estudo foram aplicadas variações de verde e branco na paleta de cores das peças, para a exploração da marca que já possuía essa paleta em sua logomarca, e antes não era explorada de forma estratégica. Quando pensamos na psicologia das cores, o verde emerge como uma escolha poderosa para criar uma conexão positiva e duradoura com as pessoas (HELLER, 2013). Isso ocorre porque o verde, devido à sua neutralidade total em relação a todos os extremos, age de uma forma que tranquiliza e transmite segurança. Por ser a cor mais neutra em nossa simbologia, seu efeito é especialmente influenciado pelas cores com as quais é combinado. Buscando uma apresentação ousada e confiante, realizou-se uma extensa utilização do verde em tons claro e escuro em maior parcela na composição dos materiais disponibilizados. O verde claro, de forma chamativa, e o verde escuro, formando uma base para os materiais, juntamente ao branco, criando uma verdadeira variedade de cores presentes. **RESULTADOS:** O alcance, medida do tamanho da audiência potencial, teve um crescimento significativo de 314% no Instagram, equivalente a 196,4 mil contas alcançadas. E em relação as interações com o conteúdo, métrica que disponibiliza a quantidade de curtidas, comentários, compartilhamentos e respostas, foi obtido uma evolução de 646,9%, equivalente a 13,4 mil interações. O número de seguidores também teve alterações significativas: ao início dessa pesquisa, em que o perfil antes das proposições do estudo possuía 4.136 seguidores, ao final do período de estudo foi registrado com 6.155 seguidores representando um aumento quantitativo de 49% maior no número de seguidores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir que, com uma imagem renovada e devidamente aplicada, a marca pôde se posicionar de forma mais competitiva e relevante. Segundo Farina (1990, p. 5), "Nas artes visuais, a cor não é apenas um elemento decorativo ou estético. É o fundamento da expressão significa. Está ligada à expressão de valores sensuais, culturais e espirituais". Neste sentido portanto, o presente estudo reforça a importância de uma identidade visual bem planejada e executada, visando a melhor forma de conexão com seus objetivos.

REFERÊNCIAS:

- BODDY, Jane. *Cores da vitalidade*. Pantone Color Institute. Disponível: <<https://www.pantone.com.br/artigos/cores/cores-da-vitalidade/>>. Acesso: 10 jun. 2024.
- PANTONE. *Mais cores significam mais possibilidades*. Pantone Color Institute. Disponível: <<https://www.pantone.com.br/artigos/cores/mais-cores-mais-possibilidades/>>. Acesso: 10 jun. 2024.
- SANTOS, B. dos; MARQUES, B. M. F.; BARBOSA, C. M. dos R.; CABRAL, C. O.; LISBOA, L. P. S.; LIMA, E. P. S. A influência das cores na construção das marcas e publicidade. *Cademo de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Sergipe*, v. 2, n. 1, p. 45-53, 2014. Recuperado de <<https://periodicos.set.edu.br/cademohumanas/article/view/976>>.
- FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA NA GESTÃO PLANEJADA DO PROCESSO CRIATIVO PARA A EFICÁCIA DA PUBLICIDADE

Maria Eduarda de Lima **ALVES** (Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Criatividade; Publicidade; Comportamento do consumidor.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A relevância da criatividade na publicidade pode ser um diferencial estratégico para a construção e manutenção da imagem das marcas. No contexto competitivo do mercado atual, a publicidade desempenha um papel crucial na comunicação entre empresas e consumidores. A criatividade, neste cenário, surge como um elemento essencial para diferenciar marcas e produtos. O processo criativo pode ser descrito de diversas maneiras, com um número mais alto de fases. Alencar (1993) cita o psicólogo Wallas, que fez referência a quatro estágios para chegar-se a uma nova ideia: a preparação (investigação do problema), a incubação (trabalho inconsciente, fase de relaxamento do trabalho consciente), a iluminação (surgimento de uma ideia ou solução de forma inesperada) e, por último, a verificação (análise da ideia). Na criação publicitária não há magia, nada cai do céu, "a qualidade do trabalho é diretamente proporcional ao esforço em se obter informação e a habilidade em combinar dados" (VIEIRA, 1999, p.17). Campanhas criativas são capazes de gerar maior engajamento, memorização e impacto emocional no público-alvo, fatores que contribuem para o sucesso comercial e a construção de uma identidade de marca sólida (KOTLER; KELLER, 2012).

OBJETIVO: Abordar a relevância estratégica na gestão planejada do processo criativo para a eficácia da publicidade. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, baseando-se em uma revisão bibliográfica e análise de estudos de caso. Foram consultados artigos acadêmicos, livros especializados e exemplos práticos de campanhas publicitárias reconhecidas por sua criatividade. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, visando compreender como a criatividade contribui para o sucesso das campanhas publicitárias.

RESULTADOS: Os resultados indicam que a gestão planejada do processo criativo na publicidade é um fator determinante para o sucesso das campanhas publicitárias. As campanhas analisadas mostram que gestão planejada do processo criativo explorando a utilização de elementos inovadores e a capacidade de contar histórias envolventes não só capturam a atenção do público, mas também criam uma conexão emocional que pode levar à fidelização do cliente (OGILVY, 2013). Exemplos notáveis incluem a campanha "Share a Coke" da Coca-Cola, que personalizou garrafas com nomes próprios, e a campanha "Dumb Ways to Die" do Metro Trains, que utilizou humor negro e animações cativantes para promover a segurança nas ferrovias.

CONCLUSÃO: A gestão planejada do processo criativo é fundamental na publicidade, pois permite que as marcas se destaquem em um mercado saturado e competitivo. Campanhas criativas são mais memoráveis e têm maior probabilidade de gerar engajamento e lealdade dos consumidores. Para os profissionais de publicidade, investir em gestão planejada do processo criativo não é apenas uma escolha estética, mas uma estratégia de negócios essencial que pode determinar o sucesso ou fracasso de uma campanha (HEATH; FELDWICK, 2008). Como Cialdini (2006) aponta, a influência da criatividade pode ser vista como uma ferramenta poderosa de persuasão, capaz de moldar comportamentos e atitudes dos consumidores de maneira eficaz.

REFERÊNCIAS:

1. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Marketing management**. Pearson Education, 2012.
2. OGILVY, David. **Vintage Books**, 2013.
3. HEATH, Robert; FELDWICK, Paul. 50 years using the wrong model of advertising. **International Journal of Market Research**, v. 50, n. 1, p. 29-59, 2008.
4. CIALDINI, Robert B. **Influence: the psychology of persuasion**. Harper Business, 2006.
5. HIGGINS, Liz. Share a Coke: how the groundbreaking campaign got its start "Down Under". **Coca-Cola Journey**, 2013. METRO TRAINS. "Dumb Ways to Die". 2012. Disponível: <https://www.dumbwaystodie.com/>. Acesso: 18 jun. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

COMUNICAÇÃO EM MODA MASCULINA

Gabriel dos Santos **VIANA**

(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)

Maiara Couto **BARRETO** (Orientadora, UEMG/Passos-MG)

Alan de Freitas **BARBIERI** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Comunicação em moda; Moda masculina; Mídias sociais.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A moda masculina, outrora relegada a um papel secundário nas discussões sobre tendências e estilos, passou por uma metamorfose significativa nas últimas décadas. Atualmente, a diversidade de estilos, a expressão individual e a conscientização sobre a identidade de gênero moldam um cenário em constante evolução. Nesse contexto dinâmico, a comunicação emerge como uma ferramenta estratégica para as marcas de moda masculina, desempenhando um papel crucial na formação da percepção do consumidor. O presente estudo visa lançar luz sobre as intrincadas relações entre a moda masculina e as estratégias de comunicação adotadas pelas marcas. A comunicação transcende o simples ato de divulgar produtos; ela se torna um meio pelo qual as marcas expressam sua identidade, valores e visão de mundo. Através dessa lente, exploraremos não apenas as técnicas persuasivas utilizadas pelas marcas para atrair consumidores, mas também como essas estratégias contribuem para a construção de uma narrativa mais ampla em torno da moda masculina.

OBJETIVO: Analisar as tendências atuais na comunicação de moda masculina, quanto a percepção dos consumidores em relação às estratégias de comunicação na construção da identidade de marca na moda masculina.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Caracterizado como um estudo qualitativo de abordagem mista, combinando análise de conteúdo de campanhas de moda masculina e pesquisa bibliográfica. A análise de conteúdo permitiu identificar padrões e tendências nas estratégias de comunicação, enquanto a pesquisa bibliográfica embasou uma visão aprofundada das percepções e preferências dos consumidores.

RESULTADOS: Os resultados indicam uma crescente importância das mídias sociais na comunicação de moda masculina. As marcas que adotam abordagens autênticas e inclusivas são percebidas de maneira mais positiva por esta fatia de consumidores. Além disso, a análise das campanhas revelou a diversificação de modelos e estilos, refletindo uma sociedade mais inclusiva e consciente. Esses resultados apontam para uma transformação significativa na comunicação da moda masculina, onde a autenticidade, diversidade, influência das mídias sociais e responsabilidade social emergem como elementos cruciais. Marcas que compreendem e incorporam esses elementos em suas estratégias de comunicação estão mais bem posicionadas para conquistar a confiança e a lealdade de um público cada vez mais exigente e consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A comunicação na moda masculina desempenha um papel crucial na construção de marcas autênticas e relevantes. A compreensão das tendências e a adaptação às mudanças nas preferências dos consumidores são essenciais para o sucesso no mercado atual. A pesquisa destaca a importância de estratégias inclusivas e autênticas na comunicação de moda masculina, proporcionando insights valiosos para marcas que buscam se destacar. Contudo, vale ressaltar que a eficácia da comunicação na moda masculina não é uma fórmula estática. As tendências evoluem, as preferências mudam, e as marcas precisam estar atentas a essas transformações. A pesquisa sugere que a flexibilidade e a capacidade de adaptação são essenciais para o sucesso contínuo no mercado da moda masculina.

REFERÊNCIAS:

1. DAVIS, F. **Fashion communication: principles, practice, and strategies**. 2020.
2. BAZZO, W. G. A. et al. **Moda masculina: um conceito de ascensão**. 2013.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-111

FOTOGRAFIA DE MODA COMO EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEAGabriel dos Santos **VIANA**

(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)

Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)**Palavras-chave:** Fotografia de moda; Representatividade; Empoderamento.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: A fotografia, entendida como a impressão de luz em uma superfície sem o uso de tinta, foi documentada pela primeira vez em 1826 por Joseph Nicéphore Niépce e ao longo do desenvolvimento da ciência, evoluiu e ganhou foco como meio de documentação histórica, se tornando meio para ser o espelho do mundo para as pessoas, como cita Kossoy (1991). O mundo a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos substituídos por sua imagem fotográfica. O mundo tornou-se, assim, portátil e ilustrado. A fotografia de moda é uma forma de arte visual que não só vende produtos, mas também constrói e desconstrói ideais de beleza e identidade. A fotografia de moda tem desempenhado um papel significativo no empoderamento e na representatividade na sociedade contemporânea. Nos últimos anos, houve um movimento crescente dentro da indústria da moda para promover a diversidade e a inclusão. Este trabalho explora como a fotografia de moda serve como um meio de empoderamento para indivíduos e grupos marginalizados, oferecendo uma representação mais inclusiva e autêntica da sociedade.

OBJETIVO: Perceber o papel influenciador na subversão e ruptura de padrões tradicionais de beleza por meio da fotografia de moda como uma ferramenta de promoção da diversidade e inclusão na sociedade.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A metodologia empregada neste estudo é qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica e análise de conteúdo. Foram selecionadas campanhas publicitárias e editoriais de moda recentes que se destacaram pela diversidade e inclusão. A análise considerou a representação de diferentes etnias, corpos, gêneros e identidades na fotografia de moda. Fontes acadêmicas, artigos de revistas especializadas e entrevistas com fotógrafos e modelos também foram revisadas para embasar a pesquisa.

RESULTADOS: Os resultados indicam que a fotografia de moda tem um potencial significativo para desafiar e mudar normas sociais. Campanhas inclusivas, como as da marca Dove e da revista Vogue, têm apresentado uma variedade de corpos, idades e etnias, promovendo uma imagem mais realista e diversificada da beleza. Fotógrafos como Tim Walker e projetos como o "Fashion for All" têm sido pioneiros em incluir modelos não convencionais e criar imagens que refletem uma maior diversidade cultural e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A fotografia de moda está evoluindo de um campo tradicionalmente exclusivo para um espaço de empoderamento e representatividade. Ao desafiar os padrões convencionais de beleza e promover a inclusão, ela desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais igualitária. Através da visibilidade de diversas identidades e corpos, a fotografia de moda não só empodera os indivíduos representados, mas também influencia positivamente a percepção pública, promovendo aceitação e celebração da diversidade.

REFERÊNCIAS:

1. WILSON, Elizabeth. **Adorned in dreams: fashion and modernity**. Londres: I. B. Tauris, 1985.
2. SOUZA, Carla. **Como a fotografia de moda pode empoderar mulheres de todas as idades**. Blog Moda Inclusiva, 2023. Disponível em: <<http://www.blogmodainclusiva.com.br/artigos/2023/como-fotografia-empodera-mulheres>>.
3. MORAES, Camila. Fotografia de moda e identidade: uma análise crítica. In: PEREIRA, Lucas (Org.). **Moda e cultura: ensaios sobre representatividade**. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2022. p. 75-92.
4. KOSSOY, Boris, 1941 - **Fotografia & história**. 2. ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-112

DA RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO OCULTO DO PRODUTO NO ÂMBITO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDORAlessandro Costa da **SILVA** (Curso de Direito, FDV)Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)**Palavras-chave:** Direito do consumidor; Relação de consumo; Vício oculto do produto.**Agência de fomento:** FDV**RESUMO**

INTRODUÇÃO: Abordado no artigo 26, §3º do Código de Defesa do Consumidor, o direito do consumidor sobre um produto ocultamente viciado, emerge como um mecanismo fundamental para amparar os direitos do consumidor. Portanto, tal previsão legal, permite ao comprador o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação. O CDC (Código de Defesa do Consumidor) possui requisitos mais brandos, facilitando sua aplicação em favor do consumidor, quais sejam: defeito ou falha de fabricação que se manifesta após certo tempo de uso do produto, que tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem por objetivo analisar como o Código de Defesa do Consumidor (CDC) trata a responsabilidade do fornecedor em casos de ocorrência de vício oculto. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADOS:** No que dispõe o artigo 26, §3º do Código de Defesa do Consumidor (CDC), ele adotou o critério da vida útil do bem, e não o critério da garantia, podendo o fornecedor ser responsabilizado pelo vício mesmo depois de expirada a garantia contratual. No caso de vícios ocultos, o prazo para reclamar só começa quando o defeito é identificado, e não na data da aquisição do produto, muito das vezes o consumidor não tem conhecimento, e passado anos depois da compra do produto é que a pessoa vai dar conta desse vício oculto e que deixa na dúvida se deve ou não reclamar devido ter passado muito tempo. A prova de um vício oculto muitas das vezes representa um desafio gigantesco, tendo em vista a dificuldade de provar o defeito. Este processo depende não apenas da avaliação de um profissional qualificado, mas depende de uma coleta de evidências que sustentem a reclamação de forma incontestável. Entretanto, é fundamental destacar que esses prazos variam significativamente, dependendo da legislação estadual ou regional, em alguns lugares, o prazo pode ser de até cinco anos, enquanto em outros, pode ser consideravelmente menor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por todo o exposto, restou demonstrado que o conhecer as regras do CDC é muito importante e poderá ser muito útil a fim de proteger o consumidor em casos de ocorrência de defeitos nos produtos e serviços. Dessa forma, conhecer a legislação é um instrumento muito valioso ao consumidor que poderá fazer cumprir a lei e exigir seus direitos, em especial nos casos de ocorrência de vícios nos produtos e serviços. Após análise no artigo 26, §3º do CDC, o Código de Defesa do Consumidor se destaca como um instrumento fundamental para a efetivação dos direitos do consumidor, garantindo-lhe maior aquisição de direito e recuperação do bem adquirido. Sua aplicação contribui para o equilíbrio e justiça nas relações de consumo, defrontando práticas injustas das empresas e garantindo a reparação dos danos causados aos consumidores. Assim, verifica-se que a legislação consumerista é de extrema importância para regular direitos e deveres tanto de consumidores quanto de fornecedores e que conhecer regras relacionadas a esse ramo do direito é de extrema utilidade para todos.

REFERÊNCIAS:

1. ABREU, M. J. T. **Responsabilidade por vício oculto do produto**. Disponível: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-78/responsabilidade-por-vicio-ocultodo-produto/>> Acesso: 14 out. 2024.
2. BENJAMIN, A. H. V.; MARQUES, C. L.; BESSA, L. R. **Manual de direito do consumidor**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. Acesso: 14 out. 2024.
3. CAVALCANTE, G. **Justiça decide que seguradora é responsável por multa aplicada após de veículo**. Disponível: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/justica-decide-que-seguradora-eresponsavel-por-multa-aplicada-apos-furto-de-veiculo>>. Acesso: 14 out. 2024.
4. STJ. **Fornecedor pode ser responsabilizado por defeito oculto apresentado em produto fora do prazo de garantia**. Disponível: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalg/Paginas/Comunicacao/Noticias/11042022-Fornecedor-pode-ser-responsabilizado-por-defeito-oculto-apresentado-em-produto-fora-do-prazo-de-garantia.aspx>>. Acesso: 21 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Alessandro Costa da SILVA (Curso de Direito, FDU)
Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDU)

Palavras-chave: Descriminalização da droga; STF; Saúde pública.
Agência de fomento: FDU

RESUMO

INTRODUÇÃO: A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a descriminalização da maconha no Brasil representa um marco significativo nas políticas de drogas, com profundas implicações sociais e jurídicas. Este trabalho tem como objetivo avaliar o impacto dessa decisão na sociedade brasileira, especificamente quanto ao aumento do consumo de drogas, o financiamento do tráfico e as repercussões na saúde pública. A descriminalização das drogas suscita questões complexas, como a potencial elevação do consumo, que poderia financiar ainda mais o tráfico e agravar problemas de saúde pública, principalmente entre a população jovem. Diante desse cenário, torna-se crucial explorar estratégias que possam mitigar os efeitos negativos dessa medida, assegurando que políticas públicas eficazes sejam desenvolvidas para proteger especialmente os jovens. O estudo revisa a literatura e faz uma análise para oferecer uma visão abrangente sobre as consequências desta política e propor soluções práticas para a gestão dos riscos associados. **OBJETIVOS:** Devido à importância do tema elaborado, esse estudo buscou relatar os fatores propiciadores da segurança e saúde pública em relação a decisão do STF sobre a descriminalização da maconha e seus impactos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** No presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema, visando avaliar a decisão do STF e seu impacto na sociedade. **RESULTADOS:** Em conclusão, a metodologia proposta para este estudo não apenas busca avaliar de forma crítica a decisão do STF quanto à descriminalização da maconha, mas também pretende explorar suas implicações mais amplas para a sociedade brasileira. No entanto, a falta de campanhas educativas eficazes ainda é um desafio. A educação sobre substâncias psicoativas e os investimentos em saúde pública são aspectos cruciais associados a mudanças legislativas bem-sucedidas. A discussão sobre a descriminalização da maconha no Brasil é um tema complexo, que apresenta inúmeras consequências jurídicas, sociais e de saúde pública. Os resultados encontrados em diferentes estudos mostram que a descriminalização da maconha pode levar a uma série de implicações tanto positivas quanto negativas. Podemos destacar que haveria então como por exemplo, a diminuição da população carcerária, uma procura alternativa de alto custo e tratamento contra a dependência química, por outro lado se percebe o potencial aumento do consumo desenfreado e como consequência aumentaria os gastos em saúde pública, querendo ou não iria patrocinar o crime organizado do tráfico de drogas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Inicialmente, a descriminalização mostrou-se associada a uma diminuição das taxas de encarceramento relacionados ao uso e porte de pequenas quantidades de maconha. Há necessidade efetiva de políticas públicas integradas que contemplem não apenas a descriminalização, mas também avaliem juntamente com a segurança pública a possibilidade de criação de novos mecanismos de combate ao tráfico de drogas, não gerando com essa descriminalização um financiamento disfarçado, que possibilite a venda em massa e a perda de controle sobre a situação. O processo precisa ser acompanhado de políticas abrangentes planejadas para garantir que seus potenciais positivos sejam atingidos.

REFERÊNCIAS:

1. COSTA, Carlos Eduardo de Sousa. A liberação da maconha no contexto das políticas públicas de controle criminal, penitenciárias e de saúde no Brasil. Disponível: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10636>. Acesso: 22 ago. 2024.
2. GOMES, Jaqueline de Sousa. Política pública e participação civil: um estudo sobre a Plataforma Brasileira de Política de Drogas. Disponível: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11433>. Acesso: 22 ago. 2024.
3. PINTO, Luiz Antônio Francisco. Um estudo sobre política de combate às drogas. Disponível: <http://hdl.handle.net/11612/407>. Acesso: 22 ago. 2024.
4. STF. Recurso Extraordinário n. 635.659, julgado em 26/06/24. STF define 40 gramas de maconha como critério para diferenciar usuário de traficante. Disponível: <https://noticias.stf.jus.br/posts/noticias/stf-define-40-gramas-de-maconha-como-criterio-para-diferenciar-usuario-de-trafficante/#~:text=Ao%20avaliar%20o%20Recurso%20Extraordin%C3%A1rio,de%20antecedentes%20criminais%20do%20usu%C3%A1rio>. Acesso: 17/10/24.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

PERCEPÇÃO DO TIPO DE CONTEÚDO POSTADO EM “INSIGHTS” DOS MAIS ACESSADOS EM UM PERFIL DE TATUAGEM NO INSTAGRAM: EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTRATÉGICA NO ALCANCE DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Higor Silva NASCIBEM (Curso de Publicidade e Propaganda, FDU)
Alan de Freitas BARBIERI (Orientador, FDU)

Palavras-chave: Insights; Tatuagens; Redes sociais.

Agência de fomento: FDU

INTRODUÇÃO: A palavra administração vem do latim, ad - que significa direção, tendência para, e minister - que significa subordinação ou obediência, ou seja, quem realiza uma função sob comando de outra ou presta serviço a outro (CHIAVENATO, 2003). Dentre as várias áreas da administração, temos o marketing, que é uma das ferramentas usadas na viabilização da divulgação de produtos e/ou serviços de uma determinada organização. O uso das redes sociais é um excelente instrumento para fortalecer a marca e consequentemente realizar melhores vendas. O Instagram está sendo uma das redes sociais que mais cresce nos últimos tempos. Além de ter um ótimo crescimento, também tem as maiores taxas de engajamento. O melhor ainda é que não tem muito mistério para seu uso, o sucesso dele também vem do conteúdo que é priorizado no momento, como imagens ou vídeos (VOLPATO, 2021). O Instagram tem se consolidado como a principal rede social utilizada por tatuadores para a divulgação de seus trabalhos. A plataforma não apenas permite a exposição visual das tatuagens, mas também oferece uma série de dados sobre os usuários, que podem ser utilizados para entender melhor o comportamento do público e otimizar as estratégias de marketing. Diante dessa realidade, é imprescindível investigar quais tipos de conteúdo atraem mais a atenção dos seguidores em um perfil profissional percebendo a eficiência e eficácia estratégica no alcance dos resultados pretendidos. **OBJETIVO:** Identificar o tipo de conteúdo postado mais acessado em um perfil de tatuagem no Instagram, percebendo a eficiência e eficácia estratégica no alcance dos resultados pretendidos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Estudo de cunho quantitativo, organizado em formato de estudo de caso, estruturado por meio de coleta de dados obtidos pela ferramenta “Insights” que compõem o Instagram do perfil de tatuagens Hygor Silva Nascibem, considerando visualizações em um total de 4 tipos publicações; de um universo de 6 reels. Compuseram os tipos de conteúdo para esta análise os 4 primeiros listados em ordem crescente exclusivamente de acessos, sendo, tutoriais, memes, vídeos de comédia e posts dedicados a tatuagens. O recorte temporal se baseou na percepção de um período de dois anos. E assim, a percepção quantitativa destes dados permitiu a classificação dos conteúdos mais acessados, que sob a perspectiva qualitativa dos resultados, possibilitou perceber a eficiência e eficácia estratégica no alcance dos resultados pretendidos na exploração da ferramenta “Insights”. **RESULTADOS:** Os dados obtidos revelaram que em um total de 22 mil visualizações nos Reels do Instagram analisado, o tutorial foi o conteúdo mais acessado, em um score de 30% das visualizações; os memes que retratavam um graffiti, atingiram score de 27%, com 13% das visualizações, destacou-se um vídeo de comédia que, embora não fosse dedicado exclusivamente à tatuagem, mostrava o resultado de uma tatuagem, e o score de vídeos que abordavam diretamente as tatuagens ocupavam a quarta posição no ranking com de 29% das visualizações; dos quantitativos de acessos estavam distribuídos em demais vídeos que compõem o Instagram em estudo, que se listam em posições sob ordenamento decrescentes de acessos, abaixo da quarta posição no ranking analisado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados da pesquisa indicam que, mesmo em um perfil cujo foco principal são as tatuagens, o conteúdo que mais atrai visualizações não se limita a essa temática. A predominância de vídeos de tutorial e entretenimento sugere que os tatuadores podem aumentar sua visibilidade e engajamento ao diversificar seu conteúdo. Dessa forma, é possível concluir que, ao incluir conteúdos variados que ressoam com o público, os perfis de tatuagem não apenas ampliam seu alcance, mas também criam uma identidade mais atrativa e dinâmica, gerando maior interesse e interação com os seguidores.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
2. VOLPATO, Bruno. *Redes sociais mais usadas no Brasil*. Resultados Digitais, 2021. Disponível: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso: 15 set. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-115

EXPLORANDO O USO DA COMUNIDADE LGBTQIA+ EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS: APOIO GENUÍNO OU TUDO PELO HYPE?

Anna Carollyne M. **BRUNHARA**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: LGBTQIA+; Hype.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, a presença de temas LGBTQIA+ em campanhas publicitárias aumentou significativamente. Empresas de diversos setores têm incorporado elementos dessa comunidade em suas estratégias de marketing, muitas vezes durante períodos específicos, como o Mês do Orgulho LGBTQIA+. Este estudo visa analisar se essas campanhas refletem um apoio verdadeiro ou se são movidas por interesses comerciais. **OBJETIVO:** Perceber a opinião de pessoas que conhecem e/ou fazem parte das comunidades LGBTQIA+, bem como a percepção oriunda de uma revisão de literatura organizada por meio de estudos em artigos acadêmicos, relatórios de mercado e estudos de caso, sobre a temática do uso da comunidade LGBTQIA+ em campanhas publicitárias, de fato são de apoio genuíno ou tudo pelo hype? **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Estruturado sob a aplicação de um questionário composto por perguntas objetivas de cunho quantitativo, por meio da ferramenta Google Forms, a população que respondeu ao questionário semiestruturado totalizou 20 pessoas que conhecem e/ou fazem parte das comunidades LGBTQIA+. Nesta direção, o presente estudo, se caracterizou como uma pesquisa quantitativa, uma vez que, depois de tratados os dados quantitativos oriundos das respostas dos questionários, com base em uma revisão de literatura organizada por meio de estudos em artigos acadêmicos, relatórios de mercado e estudos de caso sobre a temática, evidencia uma perspectiva de análise qualitativa. **RESULTADOS:** Após o tratamento dos dados foi apurado que 65% dos respondentes consideram que a maioria das campanhas publicitárias de cunho temático estudado neste presente trabalho, acreditam que, na verdade, a maioria das campanhas visa mais engajamento nas suas marcas e fazem tudo pelo hype, mais que um apoio realmente genuíno, e sendo que um score mínimo de 10% acredita em um apoio realmente genuíno; e os outros 25% não se sentiram capacitados em responder. Sob a análise qualitativa o estudo revelou uma divisão clara entre campanhas vistas como genuínas e aquelas consideradas superficiais. Campanhas de empresas como a Ben & Jerry's e a Absolut Vodka, que têm um histórico de apoio contínuo à comunidade LGBTQIA+, foram percebidas como autênticas. Em contrapartida, outras empresas que só abordam esses temas durante o Mês do Orgulho, sem ações concretas de apoio durante o resto do ano, foram vistas como oportunistas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora haja um aumento na visibilidade LGBTQIA+ nas campanhas publicitárias, a autenticidade dessas iniciativas varia amplamente. Empresas que incorporam ações contínuas e concretas de apoio à comunidade tendem a ser vistas como genuínas, enquanto aquelas que se limitam a campanhas pontuais são percebidas como oportunistas. Para um apoio ser considerado autêntico, é essencial que as ações de marketing sejam acompanhadas de compromissos reais com a inclusão e os direitos da comunidade LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS:

1. BECKER, H. Marketing inclusivo: estratégias de sucesso. *Journal of Marketing & Society*, v. 12, n. 3, p. 45-58, 2021.
2. GLAAD. *Análise de impacto de campanhas publicitárias LGBTQIA+*, 2023. Disponível em: [glaad.org/reports](https://www.glaad.org/reports). Acesso:
3. PARKER, R.; SMITH, J. Autenticidade em campanhas publicitárias: um estudo de caso. *Marketing Review*, v. 15, n. 2, p. 112-130, 2023.
4. SOUZA, M. A. Representatividade e mercado: o caso das campanhas LGBTQIA+. *Revista Brasileira de Publicidade*, v. 18, n. 4, p. 67-82, 2020.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-116

NEUROCIÊNCIA E PERSUAÇÃO PUBLICITÁRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA

Luiz Felipe Rodrigues **COSTA**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Maiara Couto **BARRETO** (Orientadora, UEMG/Passos-MG)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Comportamento do consumidor; Consumo; Neuromarketing.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Da convergência entre neurociência e persuasão publicitária, focando três métodos de pesquisa em comportamento do consumidor: eletroencefalograma (EEG), ressonância magnética funcional (fMRI) e eyetracking, a medição do ponto do olhar ou o movimento de um olho em relação à cabeça, surge o neuromarketing, uma abordagem contemporânea para entender as nuances da mente humana na tomada de decisões de compra. Este trabalho visa integrar essas perspectivas, explorando a aplicação desses métodos e investigando o neuromarketing como uma ferramenta de planejamento estratégico na publicidade moderna. **OBJETIVO:** Perceber as aplicações, desafios e possibilidades do neuromarketing na publicidade contemporânea. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Organizado por meio de uma revisão de literatura em neurociência e marketing, incorporando biografias e artigos da temática de neuromarketing. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho de revisão de literatura. O estudo se concentrou nos métodos EEG, fMRI e eyetracking, bem como nas aplicações e desafios do neuromarketing. A revisão de literatura realizada permitiu uma visão holística das interações entre neurociência e publicidade. **RESULTADOS:** Os resultados evidenciados no presente estudo evidenciaram que os métodos de pesquisa neurociência oferecem uma compreensão profunda das respostas do consumidor, enquanto o neuromarketing emerge como uma ferramenta poderosa na publicidade contemporânea. As aplicações do neuromarketing são diversas, abrangendo desde a identificação de padrões até a compreensão das motivações de compra. No entanto, desafios éticos e técnicos também foram identificados, destacando a necessidade de abordagens cautelosas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A interligação entre neurociência e publicidade, evidenciada pelos métodos de pesquisa apresentados e pelo advento do neuromarketing, revela um cenário dinâmico na compreensão do comportamento do consumidor. Apesar dos desafios, as possibilidades oferecidas por essa convergência são vastas, promovendo um avanço significativo na eficácia das estratégias publicitárias.

REFERÊNCIAS:

1. BRIDGER, Darren. *Neuromarketing: como a neurociência aliada ao design pode aumentar o engajamento e a influência sobre os consumidores*. São Paulo: Autêntica Business, 2018.
2. FERNANDES, Goretti Maria; SILVA DA SOUZA, Izabela. Inshigts sobre neuromarketing e neurociência. Maceió: Hawking, 2021.
3. KAWANO, D. R. *Métodos de neurociência aplicados à publicidade: uma apresentação do eletroencefalograma (EEG), Ressonância Magnética Funcional (fMRI) e Eyetracking*. In: X POSCOM - Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio. Novembro, 2013.
4. MARTINS, Anna Luiza Cordeiro; ANDRADE, Paula Teixeira de. *Análise do potencial do neuromarketing na publicidade contemporânea*. 2021. 58 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Área do conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-117

ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG

Taynara Aparecida GOMES (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
 Alan de Freitas BARBIERI (Orientador – FDV)
 Carla Cristina da SILVA (Coorientadora, FDV)

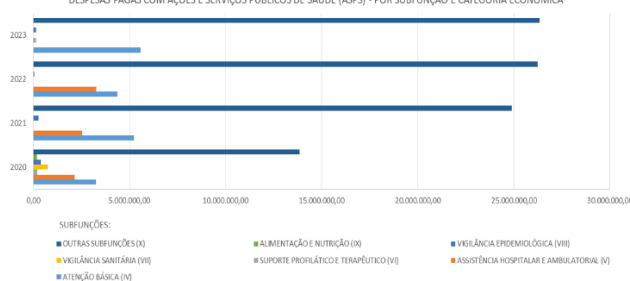
Palavras-chave: SIOPS; Lei Complementar nº 141; Subfunção; Receitas e despesas.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Desde a aprovação da Emenda Constitucional 29 (EC29), em setembro de 2000, que originou a Lei Complementar nº 141, de 13/12/2012, ficou definida para cada esfera de governo, a aplicação de uma soma de recursos específicos em saúde (ações e serviços públicos de saúde-ASPS), definindo percentuais mínimos de gastos anuais por esfera de governo, em que a União deve gastar 10% das Receitas Correntes Brutas, os estados devem gastar 12% da Receita de Impostos e Transferências, e os municípios devem gastar 15% da Receita de Impostos. A partir desta EC, a contribuição dos recursos pelos estados e municípios passou a depender da sua capacidade fiscal, enquanto a União tem sua despesa vinculada ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). De acordo com art. 35 da Lei 4.320/1964 pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas. Andrade (2007, p. 68) define despesa pública como toda saída de recursos ou todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos. Perante o contexto apresentado, evidencia-se a relevância em se analisar as receitas e despesas de um município a fim de perceber o cumprimento do limite mínimo para aplicação em ASPS que apregoa na Lei Complementar nº 141. **OBJETIVO:** Análise de receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) do município de Viçosa-MG. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Pesquisa exploratória de caráter quali-quantitativa, estruturada a partir da análise dos dados secundários das despesas e receitas da Secretaria de Saúde do Município de Viçosa referentes ao período temporal entre os anos 2020 a 2023. Os dados foram obtidos por meio do Siops ferramenta contábil que se Localiza no DATASUS. A análise dos dados foi orientada por dados registrados no relatório resumido de execução orçamentária (RREO), que se delimita ao 6º período dos registros limitando-se em uma análise decorrente do ano. Por meio deste relatório é possível investigar se o município cumpre com suas obrigações de acordo com Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e verificar as receitas arrecadadas do município sob a perspectiva de gastos do município por classificação e suas respectivas subfunções, classificando se o município possui mais gastos em atenção básica, assistência hospitalar, vigilância, dentre outros classificados no Siops. **RESULTADOS:** Depois da obtenção e tratamento dos dados do Siops, foram obtidas as receitas totais arrecadadas no município tanto em recurso Próprio (que são receitas arrecadadas pelo município) e vinculadas (que são transferências da União e Estado), totalizando as respectivas receitas nos anos subsequentes de: 2020: R\$ 115.811.905,17; 2021: R\$ 142.147.137,76; 2022: R\$ 155.982.714,28; 2023: R\$ 144.945.961,9. Em relação ao cumprimento dos 15% de acordo com a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, foram obtidos os seguintes percentuais: 2020: 17,95%; 2021: 23,17%; 2022: 21,77%; 2023: 22,21%. Ademais, após a análise qualitativa em parâmetro dos gastos com suas subfunções dos anos, percebeu-se que em todos os anos se obtiveram maiores gastos na classificação de outras subfunções, bem como, observou-se que sob orientação crescente; vigilância sanitária, alimentação e nutrição, apenas obtiveram despesas no ano de 2020, na atenção básica, observou-se uma oscilação crescente e decrescente; suporte profilático e terapêutico registrou elevada discrepância de valores, obtendo maior valor em 2020, e em 2021 estando zerado, e nos outros anos aponta cresce novamente; vigilância epidemiológica apresentou declínio ao decorrer dos anos, voltando a crescer no último ano; e na assistência hospitalar e ambulatorial observa-se crescente nos anos 2020 e 2022, já no último ano não constou gastos.

DESPESAS PAGAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA



CONSIDERAÇÕES FINAIS: Portanto, em primeiro lugar, em relação às receitas é possível concluir que no último ano pode ter ocorrido uma má previsão de receitas devido à ocorrência dos anos anteriores obterem receitas crescentes e no último um déficit, pois pode se ter calculado uma estimativa crescente mediante dos anos seguintes. Em relação ao percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde dos 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos, foram cumpridos todos os anos. Em virtude das classificações das subfunções, observa-se que em alguns anos não constam gastos algumas subfunções, apontando uma classificação no Siops de forma equivocada, assim poluindo a análise, dando a entender que o município não gastou o recurso destinado a essa subfunção de forma correta, por isso deve ter cautela na hora da mensuração, pois pode ocorrer auditoria do Tribunal de Contas, o que é sempre prejudicial para o município.

REFERÊNCIAS:

- Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/emendas/lecomc29.htm>. Acesso: 24 ago. 2024.
- Lei Complementar nº 101, de 4/maio/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm Acesso: 24 ago. 2024.
- ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00.7 – Ciências Sociais Aplicadas

CHS-118

CONCEITOS E ESPÉCIES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Daniela de Cássia TEIXEIRA (Curso de Direito, FDV)
 Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Políticas públicas, Participação popular, Instituições participativas.

Agência de fomento: FDV.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Políticas públicas são programas e ações governamentais que buscam garantir direitos e melhorar o bem-estar social em áreas como saúde, educação, segurança, entre outras, de modo que, no Brasil, são desenvolvidas em níveis federal, estadual e municipal. Sua execução e planejamento envolvem os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e se dividem em quatro tipos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. De modo geral, políticas públicas são soluções para problemas sociais, influenciadas pelo que o governo decide fazer ou deixar de fazer. No Brasil, esses programas são guiados por quatro pilares: envolvimento governamental, identificação de problemas, definição de objetivos e estruturação de ações. As políticas públicas coordenam recursos do Estado e das iniciativas privadas para atingir metas de interesse coletivo, refletindo escolhas governamentais que impactam diretamente a sociedade. **OBJETIVO:** O estudo teve como objetivo analisar o conceito de políticas públicas e seu papel na sociedade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A partir da discussão proposta, as informações necessárias foram obtidas por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos. **RESULTADOS:** Após pesquisar sobre os conceitos de políticas públicas, iremos descrever o que encontramos na literatura, analisando as políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. As políticas distributivas são ações implementadas por governos com o objetivo de distribuir recursos, benefícios ou serviços públicos de forma ampla entre a população. Elas visam promover a equidade social, econômica e territorial, garantindo que grupos ou regiões historicamente menos favorecidos possam receber apoio e oportunidades. As políticas regulatórias têm como objetivo regular, controlar ou estabelecer normas para o funcionamento de diversos setores da sociedade e da economia. Elas visam orientar o comportamento de indivíduos, empresas ou instituições por meio de leis e regulamentos, assegurando que certas atividades ocorram de forma ordenada, segura e dentro de padrões estabelecidos. As políticas redistributivas buscam redistribuir recursos e riqueza de maneira mais equitativa entre grupos sociais, com o objetivo de reduzir desigualdades socioeconômicas. Essas políticas envolvem a transferência de recursos, geralmente dos setores mais favorecidos para os mais desfavorecidos, promovendo uma distribuição mais justa de renda e oportunidades. As políticas constitutivas referem-se às regras, estruturas e procedimentos fundamentais de uma organização, instituição ou sistema político. Elas definem o quadro legal e institucional dentro do qual as demais políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas, tratando da criação, reorganização ou modificação de instituições públicas e da distribuição de poder entre diferentes níveis de governo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As políticas públicas são essenciais para o funcionamento de uma sociedade e o desenvolvimento de um país. Elas consistem em ações planejadas pelo governo para atender às necessidades da população, sendo fundamentais para garantir o progresso, a equidade e a qualidade de vida. Desempenham um papel vital na construção de uma sociedade mais justa, organizada e desenvolvida.

REFERÊNCIA:

- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Área de conhecimento do CNPq: 7.09.00.00-0 - Ciência Política

CHS-119

TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO ÂMBITO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Luís Gustavo **VIANA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Teoria menor; Desconsideração da personalidade jurídica; Consumidor.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Prevista no artigo 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, emerge como um mecanismo fundamental para amparar os direitos do consumidor. Desse modo, tal previsão legal, permite que em certas situações, seja desconsiderada a personalidade jurídica de uma empresa, para responsabilizar sócios e administradores por danos e dívidas produzidos aos consumidores. A teoria menor possui requisitos mais brandos, facilitando sua aplicação em favor do consumidor, quais sejam: a evidência de que a empresa não possui bens suficientes para assumir com suas dívidas e ressarcir os consumidores lesados, assim como, a verificação de que a personalidade jurídica da empresa se desenha como uma barreira ao devido ressarcimento dos danos causados ao consumidor. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem por objetivo apresentar a aplicação da teoria menor da personalidade jurídica, segundo a qual poderá ser desconsiderada a personalidade quando ela for um obstáculo ao ressarcimento de danos e prejuízos causados ao consumidor. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Realizou-se a análise do artigo 28, parágrafo 5º, do Código de Defesa do Consumidor. **RESULTADOS:** O presente estudo analisou o artigo 28, parágrafo 5º, do Código de Defesa do Consumidor, existindo prova de abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, ou violação dos estatutos ou contrato social, a personalidade jurídica pode ser desconsiderada, a fim de que seus sócios sejam chamados a responder solidariamente. Dessa forma, a teoria menor oferece diversos benefícios ao consumidor como: maior proteção, ampliando as possibilidades de adquirir a reparação total dos danos sofridos, até em casos de insolvência da empresa; combate ao abuso de direito, desestimulando práticas abusivas por parte das empresas, como a criação de filiais ou sociedades fantasmas para sonegar dívidas; agiliza a resolução de conflitos, impedindo que o consumidor entre em longas e duráveis ações judiciais. A teoria menor se aplica no âmbito do CDC através de cobranças indevidas, descumprimento de ofertas, práticas abusivas, produtos e serviços defeituosos. Dessa forma, quando a empresa não entrega o produto ou serviço anunciado, quando o produto ou serviço adquirido apresenta falhas que colocam em risco a saúde ou segurança do consumidor, e em situações de propaganda enganosa, venda casada ou condicionamento do fornecimento de produtos ou serviços aplica-se a teoria menor. Assim, a desconsideração da personalidade jurídica pode atingir sócios, administradores e pessoas físicas ou jurídicas. Os sócios podem ser responsabilizados pelas dívidas e danos da empresa, na medida de sua participação societária, os administradores, em casos de culpa ou negligência na gestão da empresa, podem responder solidariamente com os sócios e pessoas físicas ou jurídicas, quando comprovado que se beneficiaram da prática abusiva da empresa em detrimento do consumidor. Ademais, é importante ressaltar que a Teoria Menor não se configura como uma regra geral e absoluta. Sua aplicação depende da análise criteriosa do caso concreto pelo juiz, considerando os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da justiça. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica se destaca como um instrumento fundamental para a efetivação dos direitos do consumidor, garantindo-lhe maior proteção e facilitando o acesso à justiça. Sua aplicação contribui para a construção de relações de consumo mais justas e equilibradas, combatendo práticas abusivas por parte das empresas e assegurando a reparação integral dos danos causados aos consumidores.

REFERÊNCIAS:

1. **APLICAÇÃO DA TEORIA MENOR.** Disponível: <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia-em-temas/cdc-na-visao-do-tjdft-1/desconsideracao-da-personalidade-juridica-teoria-menor-da-desconsideracao-da-personalidade-juridica>>. Acesso: 30 maio 2024.
2. MACEI, D. Teoria Menor no CDC. **XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS DIREITO EMPRESARIAL**. [s.l.: s.n.]. Disponível: <<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/o9e87870/KjG29m3ha9D3PGAX.pdf>>. Acesso: 10 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-120

ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 14.230/2021)

Luís Gustavo **VIANA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Agente público; Improbidade administrativa; Lei 14.230/2021.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Lei 14.230/2021, conhecida como Nova Lei de Improbidade Administrativa, trouxe diversas mudanças significativas no tocante à atuação do agente público, reforçando o combate à corrupção e à má gestão na Administração Pública. Entre as principais mudanças, destacam-se: a exigência de dolo para qualquer ato de improbidade administrativa, o enriquecimento ilícito, maior proteção para agentes públicos que atuam de boa-fé, a ampliação do rol de sanções, o incentivo à reparação voluntária do dano e fortalecimento do controle social. **OBJETIVOS:** Neste estudo, há a tentativa de apresentar, de forma concisa e relevante, as principais alterações da lei de improbidade administrativa. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este resumo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa utilizada, que se baseia em uma pesquisa bibliográfica e a análise da Lei 14.230/2021. **RESULTADOS:** Com base na pesquisa elaborada, o presente resumo analisou aspectos que caracterizam o enriquecimento ilícito como ato de improbidade administrativa, que exigem a comprovação do dolo, ou seja, da intenção específica do agente público de obter vantagem impropria. Antes da nova lei, a simples constatação do enriquecimento ilícito era causa razoável para caracterizar o ato ilícito, mesmo não havendo dolo. A nova lei busca proteger os agentes públicos que atuam de boa-fé, ao excluir da tipificação de improbidade os atos praticados com mero erro de avaliação ou simples negligência. Essa alteração busca frustrar a responsabilização indevida de agentes públicos que praticaram erros involuntários no exercício de suas funções. A Lei 14.230/2021 ampliou o rol de sanções cabíveis aos agentes públicos que praticarem atos de improbidade, incluindo: a suspensão de direitos políticos, onde impede o agente público de ocupar cargos públicos ou funções eletivas por um período de até 8 anos; a restrição de contratar com o Poder Público, este, impossibilita o agente público de fixar contratos com órgãos da Administração Pública por até 5 anos; a multa, sendo esta quantia fixada pelo juiz, levando em conta a gravidade da infração e as condições pessoais do agente público. Além das sanções comuns, a nova lei também prevê a aplicação de medidas cautelares, como a indisponibilidade de bens e a suspensão do exercício do cargo público, para preservar a efetividade da justiça. A nova lei incentiva a reparação voluntária do dano causado pelo agente público, determinando que o ressarcimento integral do erário possa levar à extinção da punibilidade ou à diminuição das sanções. Essa medida busca estimular a resolução célere dos conflitos e a recuperação dos recursos públicos desviados. A Lei 14.230/2021 evidencia o papel da sociedade civil no combate à improbidade administrativa, ao acrescer os mecanismos de controle social da Administração Pública. Dessa forma, todo cidadão pode apresentar denúncias de atos de improbidade ao Ministério Público, que conterá o dever de apurar as denúncias e, havendo indícios de infração, propor a ação cabível. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Lei 14.230/2021 trouxe alterações para o combate à corrupção e a má gestão na Administração Pública, ao determinar um marco legal mais severo e eficaz para a responsabilização dos agentes públicos que praticarem atos improbos. As mudanças introduzidas pela nova lei objetivam a proteção ao erário público, punir os infratores de forma igual e justa, além de incentivar a atuação ética e responsável dos agentes públicos.

REFERÊNCIAS:

1. GONÇALVES, J. Nova Lei de Improbidade Administrativa e os reflexos na responsabilização dos agentes públicos. [s.l.: s.n.]. Disponível: <<https://www.femperj.org.br/assets/files/NOVA-LEI-DE-IMPROBIDADE-ADMINISTRATIVA-E-OS-REFLEXOS-NA-RESPONSABILIZACAO-DOS-AGENTES-PUBLICOS.pdf>>. Acesso: 17 jun. 2024.
2. Improbidade administrativa, normas de conduta de agentes públicos, regulações, consensualismo e sustentabilidade são debatidos em congresso no TCE/SC. Disponível: <<https://www.tcesc.tc.br/improbidade-administrativa-normas-de-conduta-de-agentes-publicos-regulacoes-consensualismo-e>>. Acesso: 15 jun. 2024.
3. LEI 14.230/2021 (NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA): Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso: 5 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-121

DIREITO A EDUCAÇÃO DOMICILIAR

Luís Gustavo **VIANA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Ensino domiciliar; Educação; RE nº 888815.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Hodiernamente, é de conhecimento, quase que generalizado de que no Brasil há tempos que se observa um sistema educacional que é baseado em salas de aula, em que o aluno passa maior parte de sua infância e juventude no ambiente escolar para construção de seu conhecimento. Muito se discute sobre este modo de ensino, que enfrenta dificuldades quase que diariamente em seu anseio, como a única forma de garantir a educação escolar das crianças e jovens segundo esse sistema. Levando em consideração esses aspectos, surgem questionamentos sobre a busca de novas possibilidades para a construção do conhecimento, o ensino domiciliar, conhecido internacionalmente como *homeschooling*.

OBJETIVOS: O presente resumo tem por objetivo apresentar o direito a educação domiciliar no Brasil e realizar uma análise de sua repercussão no sistema jurídico brasileiro.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para este trabalho foi realizada uma análise da legislação brasileira, através dos artigos 205 e 208 da Constituição Federal, o artigo 246 do Código Penal, RE nº 888815.

RESULTADOS: O presente artigo busca explicar as entrelinhas do ensino domiciliar no Brasil como diferente forma de ensino que visa a participação dos pais ou responsáveis na questão do desenvolvimento acadêmico da criança e do adolescente de forma legal com intuito de promover uma educação mais acessível e amigável aos jovens, podendo também evitar que seus filhos sejam doutrinados negativamente em escolas. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre esse tema, gerou breve expectativa para a aprovação do ensino domiciliar, medida pela qual foi discutida e negada pelos ministros que analisou falta de normas cabíveis e aplicadas no cenário legislativo atual, que estabelece como obrigatória a matrícula da criança e de jovens na rede regular de ensino. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** No Brasil atualmente há uma discussão sobre a legalidade do ensino domiciliar (*homeschooling*) que chega a constituir uma interpretação diversa sobre o conteúdo normativo da sociedade. Em geral, os pais que direcionam seus filhos para um ensino domiciliar se preocupam com a formação de caráter, valores e virtudes que eles devem incorporar ao longo de sua vida. Entende-se que mesmo sem regulamentação, várias famílias ao redor do Brasil têm adotado o sistema de ensino domiciliar, sendo que somente alguns estados não têm dados ou ensino domiciliar em si empregado. E ao longo dos anos, o emprego do ensino domiciliar como base fundadora tem aumentado significativamente.

REFERÊNCIAS:

1. **Conteúdo Jurídico.** Disponível: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51697/o-instituto-do-homeschooling-e-a-im-possibilidade-de-sua-aplicacao-no-brasil-uma-analise-sobre-a-educacao-domiciliar-e-a-repercussao-no-sistema-juridico-brasileiro>>. Acesso: 17 jun. 2024.
2. **Decisão sobre Repercussão Geral Supremo Tribunal Federal.** [s.l.: s.n.]. Disponível: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8678529>>. Acesso: 17 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-122

ORTOTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Luís Gustavo **VIANA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Direito ao próprio corpo; Ortotanásia; Dignidade da pessoa humana; Direito à vida.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: No Brasil a ortotanásia, que é a morte natural, normal, é permitida em certas situações, não havendo restrições como há no caso da eutanásia, onde esta é tratada pelo Código Penal como crime. A Resolução nº 1.805/2006 do CFM (Conselho Federal de Medicina) no seu artigo 1º e seus parágrafos, explicita que apesar de haver a possibilidade de o médico suspender os procedimentos e tratamentos, deve este fundamentar sua decisão, juntamente com a obrigação de esclarecer ao enfermo terapias adequadas para cada situação, também sendo assegurado ao doente o direito a segunda opinião médica. **OBJETIVOS:** O presente trabalho procurou esclarecer a importância da ortotanásia, que está em constante debate, fazendo-se necessária mais explicações para que a sociedade possa entender melhor sobre a mesma para uma melhor análise e compreensão. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este resumo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa utilizada que se baseia em uma pesquisa documental, tendo em vista a falta de previsão legal desta. **RESULTADOS:** A ortotanásia está contida nos princípios éticos, bioéticos e constitucionalmente assegurada, por ser fundada dentro do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito à vida e à morte dentro dessa dignidade, então através de uma simples compreensão ela é lícita, por ser a morte que se apresenta no momento certo, sem intervenções médicas que a prolongue e nem com intervenções que antecipem a morte do paciente. Assim, a ortotanásia não implica de forma alguma, o abandono do doente, muito pelo contrário, aí sim é que se justifica a ter mais cuidados com o paciente nesse momento de tamanha dor e sensibilidade a todos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Tendo em vista os pontos previamente citados neste trabalho, a ortotanásia se apresenta como o novo, uma mudança das certezas existentes. Diferente dos avanços tecnológicos, que se propõem ao “prolongamento da vida”, quando na verdade são equivocadamente o prolongamento da dor e do sofrimento nos pacientes classificados como terminais e já fora de quaisquer possibilidades terapêuticas.

REFERÊNCIAS:

1. ANDRADE, Otavio Morato de. **Ortotanásia no Brasil: limites éticos e legais.** Jus.com.br. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/74135/ortotanasia-no-brasil-limites-eticos-e-legais>>. Acesso: 29 mar. 2024.
2. BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito de morrer dignamente: eutanásia, ortotanásia, consentimento informado, testamento vital, análise constitucional e penal e direito comparado. In: SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite (org.). **Biodireito: ciência da vida, os novos desafios.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, 283-305. Acesso: 29 mar. 2024.
3. **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA.** Resolução CFM n.1.805/2006. Brasília: CFM, 2006. Disponível: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2006/1805>>. Acesso: 29 mar. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-123

APLICAÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO NA REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO AUDIOVISUAL

Bernardo Rezende **LOPES**

(Curso de Direito, Faculdade de Sabará)

Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**

(Orientadora, Faculdade de Sabará)

Palavras-chave: Direito brasileiro; Inteligência artificial; Regulamentação.

Agência de fomento: Faculdade de Sabará.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Lei nº 9.610/98 dispõe sobre a regularização dos direitos autorais nas obras artísticas nacionais e como deve ocorrer a vinculação correta de autoria no momento de criação e divulgação delas. Com esse mecanismo legislativo, o Direito Brasileiro consegue abranger diversas áreas inseridas na cultura nacional, dentre elas o âmbito audiovisual (que é composto da produção de filmes, séries e músicas). Tal setor, graças ao advento da inteligência artificial, está sujeito a ter inúmeras transformações, principalmente na questão da criação e desenvolvimento de conteúdos que agora terão a opção de serem gerados totalmente por programação. Isso traz como consequência não só apenas um debate ético e artístico sobre o produto a ser lançado, devido esta ser uma situação que atinge todo setor ao reduzir a necessidade de mão de obra humana, mas mostra a necessidade da legislação brasileira em regulamentar a presente temática. **OBJETIVOS:** A principal meta ao se abordar o tema é verificar a importância do Direito Brasileiro e seu aspecto adaptativo na questão da regulamentação da inteligência artificial no âmbito audiovisual. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Utilizar-se-á o método descritivo para breve discussão do tema. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A partir dos levantamentos feitos através da Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, bem como o estudo de informações sobre softwares recém-lançados como o Sora da empresa Open AI, foi possível mensurar o cenário que o Direito Brasileiro necessitará abranger para favorecer a produção audiovisual nacional sem que exista uma desvalorização do setor por causa da inteligência artificial. Percebe-se que o Direito Brasileiro precisará, em longo prazo, adaptar-se à questão do uso da IA no aspecto artístico, haja vista que até a presente data não existe uma regulamentação da ferramenta como um todo. Além disso, com o surgimento de aplicativos como o Sora da Open AI, que permite a geração de vídeos por meio de comandos de computador, cria-se um questionamento com base no Art. 23 da Lei 9.610/98 que prevê o direito moral ou patrimonial para o autor da obra. Com isso, surge o questionamento de quem seria creditado como autor na criação de um filme/série com cenas ou efeitos gerados por IA, pois existe uma dualidade sobre quem criou a obra. O melhor caminho para se resolver essa discussão seria a diferenciação de quem existe um ente que projetou a obra (pessoa humana) e o ente executor, que seria aquele que fez a obra existir de forma física (gerou o vídeo/cena). A melhor forma do Direito Brasileiro resolver esse problema, quando ele vier a ser uma questão em breve, seria analisar toda a situação de causa e efeito na criação de uma obra com inteligência artificial. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: Saliência-se também que será necessário alterar na própria lei o conceito de autor, haja vista que com a chegada da inteligência artificial o seu papel na criação de uma obra audiovisual é totalmente ressignificado, pois a sua função criativa é totalmente feita por uma ferramenta que cria o projeto com base no seu próprio estilo, o que por consequência barateia o custo de produção e afeta, por consequência, o emprego de muitos profissionais do mercado, haja vista a falta da necessidade de mão de obra humana (na filmagem, captação, masterização, VFX, montagem e edição). Portanto, o Direito Brasileiro precisa estar atualizado para essas mudanças que permeiam o cenário do entretenimento e deve proporcionar os limites ético-profissionais necessários para que essa transformação ocorra da melhor forma.

REFERÊNCIAS:

1. OPEN AI. **SORA**. Disponível: <https://openai.com/index/sora/>. Acesso: 31 ago. 2024.
2. PLANALTO.GOV. **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/199610.htm. Acesso: 31 ago. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

CHS-124

DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Alessandro Costa da **SILVA** (Curso de Direito, FDV)

Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Pessoa jurídica; Desconsideração da personalidade jurídica; Execução de alimentos.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho busca analisar a aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução de Alimentos. Previsto no art. 50 do Código Civil, em que caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso, o direito do civil sobre a desconsideração inversa da personalidade jurídica na execução de alimentos, emerge como um mecanismo necessário para amparar os direitos civis. O objetivo desta regra é evitar a prática de fraudes e o abuso de direito pelo mau uso da pessoa jurídica, quando os proprietários de pessoas jurídicas abusam da autonomia patrimonial que estas possuem para prejudicar terceiros, auferindo injusta vantagem. Sendo assim, a desconsideração da personalidade jurídica consiste na ideia de transferir a responsabilidade da pessoa jurídica que foi utilizada indevidamente para os seus proprietários e reparar os danos causados. Não são raras as vezes em que as pessoas utilizam a pessoa jurídica da qual são sócias para prejudicar seus familiares como, por exemplo, adquirindo seus bens particulares em nome da pessoa jurídica com o intuito de burlar a meação e a partilha destes bens ou transferindo seus bens particulares para a propriedade da pessoa jurídica com o intuito de diminuir a sua capacidade econômica e financeira para o pagamento de pensão alimentícia aos filhos. **OBJETIVOS:** Este trabalho propõe-se a realizar um estudo acerca da desconsideração da personalidade jurídica, sua forma inversa e a incidência no processo de execução de alimentos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O presente resumo, buscou-se realizar uma análise no âmbito do Código Civil, utilizando o método descritivo, com maior foco em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADOS:** O presente trabalho discorreu sobre a Desconsideração da Personalidade Jurídica como forma de reparação de Danos causados a terceiros por ação de Sociedades Empresárias enquanto entes personificados. Diante destas situações, a doutrina passou a defender a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no Direito das Famílias. Desta forma, a desconsideração da personalidade jurídica inversa é um instrumento capaz de combater a fraude e o abuso de direito dentro das relações familiares. Na desconsideração inversa da personalidade jurídica de empresa comercial, afasta-se o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, responsabilizando-se a sociedade por obrigação pessoal do sócio. Tal somente é admitido, entretanto, quando comprovado suficientemente ter havido desvio de bens, com o devedor transferindo seus bens à empresa da qual detém controle absoluto, continuando, todavia, deles a usufruir integralmente, com quanto não integrem eles o seu patrimônio particular, porquanto integrados ao patrimônio da pessoa jurídica controlada. Entretanto, para que a desconsideração da personalidade jurídica seja decretada é necessária a comprovação da existência de fraude ou do abuso de direito, além da prova material do dano, sempre observando o nexo de causalidade em relação ao agente. A desconsideração invertida é aplicada, quando constatado que o sócio utilizou a pessoa jurídica, de maneira abusiva, fraudulenta ou dissimulada, em prejuízo de terceiros. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: Constatou-se, com o presente estudo que a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica apresenta, como critérios objetivos para a sua aplicação. Sendo assim, o estudo é finalizado com a formulação da crítica no sentido da responsabilização da pessoa jurídica causadora de danos a terceiros. No Direito de Família, pode ser aplicada em qualquer meio processual admitido no ordenamento jurídico brasileiro, inclusive em processos cautelares e incidentais. Vale destacar ainda, que sempre devem ser observados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. O que devemos considerar é o objetivo que possui e se tem como tema desta pesquisa, que é demonstrar que a desconsideração da personalidade jurídica amplia consideravelmente as possibilidades do terceiro na busca de seu ressarcimento e defesa de seus direitos.

REFERÊNCIAS:

1. FÁRIA, Luciana Marques. **A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de alimentos**. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-desconsideracao-da-personalidade-juridica-nas-acoes-de-alimentos/1501055938>. Acesso: 25 out. 2024.
2. IBDIFAM, Flávio Tartuce | Data de publicação: 29/07/2020. Artigo: Da desconsideração inversa da personalidade jurídica na execução de alimentos. Disponível: <https://ibdifam.org.br/artigos/1517/Da-desconsideracao-C3%A7%C3%A3o-inversa-da-personalidade-jur-C3%ADdi-ca-na-execu-C3%A7%C3%A3o-de-alimentos#:~:text=Na%20desconsidera%C3%A7%C3%A3o%20inversa%2C%20os%20bens,pela%20pessoa%20%C3%ADsica%20do%20s%C3%B3cio>. Acesso: 25 out. 2024.
3. TJDF. **Divida alimentar: desconsideração inversa da personalidade jurídica**. Disponível: <https://www.tjdft.us.br/consultas/jurisprudencia/informativos/2016/informativo-de-jurisprudencia-n-329/divida-alimentar-2013-desconsideracao-inversa-da-personalidade-juridica>. Acesso: 25 out. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00.1 - Direito

IMPACTO DA FALTA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 1

Mariana Cândida Acacio dos REIS (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles MATTOS (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Lúdico; Educação; Aprendizagem.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Sabemos que a maioria dos professores encontram dificuldades para integrar novos métodos de ensino em sua prática pedagógica. Em alguns casos também encontram dificuldades de como utilizar brincadeiras e jogos para estimular o desenvolvimento das crianças. Dessa forma, pode-se edificar um entendimento que se este trabalho sintetiza uma pesquisa sobre o impacto da falta de jogos e brincadeiras nos primeiros anos do ensino fundamental, como uma ferramenta de aprendizado divertida. Santa Marli Pires dos Santos (1997, p. 28) faz algumas considerações importantes acerca da inserção do lúdico no ambiente de sala de aula. Aponta que uma das causas que leva essa ausência do lúdico na escola pode não ser culpa do profissional da educação e que a falta pode estar na formação do professor, pois não foi preparado para tal. É necessário que o professor passe por vivências pessoais para que possa utilizar o lúdico na sua prática pedagógica. Conforme a autora, alguns cursos de pedagogia não contemplam seus alunos com informações e vivências acerca do brincar, discutindo o desenvolvimento infantil numa perspectiva social, cultural, afetiva, criativa e histórica. É preciso que os principais conceitos sejam compreendidos durante as práticas supervisionadas, quando o conteúdo é aplicado de forma lúdica, possibilitando a vivência do futuro professor de que fazer as aulas de forma lúdica tende a ser um processo muito prazeroso. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho foi apontar a importância da ludicidade na melhoria do processo de aprendizagem das crianças e, como objetivo específico, compreender o que é ludicidade; a função necessidade e benefícios dos jogos e analisar a importância da estrutura do processo ensino-aprendizagem. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: É uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo descritivo, em que busca um estudo que irá coletar dados necessários por meio de uma prática social em sala de aula com a aplicação de questionários aos professores, observações e leituras de diversos autores. **RESULTADOS:** O educador é a peça fundamental para fazer ser desenvolvidas as novas metodologias para conduzir e mediar o processo educativo, bem como pesquisar estratégias para que desenvolva e facilite a aprendizagem, observando atentamente as questões apresentadas pela criança no momento do jogo. Segundo a professora questionada, os jogos podem contribuir positivamente para o aprendizado das crianças nos anos iniciais, pois trabalha diversas aptidões que a criança pode desenvolver, e pode influenciar no processo de ensino aprendizagem da criança principalmente no ambiente escolar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O lúdico é essencial para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos na infância, pois contribui para o desenvolvimento pessoal e social da criança de forma significativa e divertida. A educação lúdica contribui e influencia na formação das crianças, garantindo um crescimento saudável, além de agregar valores continuamente, interagindo e investindo na produção de conhecimento com seriedade. Sua prática exige participação honesta, criativa, livre e crítica, promove a interação social e mantém um firme compromisso com a transformação. O brincar é como uma ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem, fundamentado em referenciais teóricos e na legislação brasileira que entende o jogo como um momento característico da criança e, por isso, é fundamental estimular brincadeiras e brincadeiras para que ocorram as etapas de construção do conhecimento. Enfim, as atividades lúdicas desempenham um papel importante na aprendizagem pois através da prática a criança busca conhecer seu corpo, seu ambiente, seus pares e tem a percepção de si mesma como sujeito de direito na construção de sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

1. FRIEDMANN, Adriana. **Jogos tradicionais**. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcalcgclcfndmkaj/http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_07_p054-061_c.pdf>. Acesso: 15 set. 2025.
2. KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997.
3. SOUZA, Maria do Rosário Silva de. **A importância do lúdico no desenvolvimento da criança**. Campinas-SP: Unicamp, 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

COMUNICAÇÃO DENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVAS PERSPECTIVAS

José Francisco dos Santos JÚNIOR (Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas BARBIERI (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Comunicação; Influência; Relações internacionais.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Ao pensar sobre métodos de análise das sociedades, a maioria das pessoas – dentro e fora do campo acadêmico – interligam às disciplinas sociologia, filosofia e história como possíveis meios para se alcançar os resultados desejados pela pesquisa. Para aqueles que pesquisam para um determinado projeto acadêmico ou para instituições de mapeamento público como o IBGE, por exemplo, é entendível que essa correlação é devida, primeiro, por se tratar de um senso comum usual, tendo conexão com os ensinamentos fundamental e médio da educação básica curricular brasileira; segundo, por haver um distanciamento e desconhecimento direto com as demais áreas que buscam examinar civilizações como a ciência política, as relações públicas e as relações internacionais. As grandes Guerras Mundiais do século XX foram fundamentais para que a humanidade pudesse compreender quais eram as capacidades de criação e destruição em momentos diferentes e/ou ao mesmo tempo se assim fosse desejado perante a guerra e a paz. Observado os fins desses conflitos e os novos que surgiriam como a Guerra Fria (1947-1991), por exemplo, houve a necessidade de estudos voltados para as relações entre os países e entre suas populações que fornecessem uma metodologia capaz de iniciar uma compreensão acerca dessas inter-relações. Baseando-se na filosofia clássica e moderna, a disciplina de Relações Internacionais trouxe para o ambiente universitário questões e reflexões com o objetivo de auxiliar os governos em suas gestões que visavam o desenvolvimento amplo estatal e populacional. As transformações sociais ao passar do tempo trouxeram complexidades que obrigaram a RI a se adequar para que continuasse acompanhar as novas realidades pós-modernas, como os atuais movimentos sociais, conflitos internos e fronteirizos dos Estados, e até reivindicações das religiões não pertencentes à matriz Católica Romana etc. Mudanças que impulsionaram os estudos da RI a incluir novas correntes e perspectivas dentro de seu campo. **OBJETIVOS:** Explorar como a disciplina de RI se constitui como matéria no campo da comunicação e como objeto para se entender a política.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: De maneira qualitativa foi realizado uma pesquisa online com as palavras-chave “relações internacionais América Latina”, “relações América Latina” no *Scielo* e como complemento teórico a leitura da obra “Introdução às RI: teorias e abordagens” (Jackson; Sorensen, 2018). Considerando a quantidade de resultados fornecidos no mecanismo de busca citado, a escolha dos artigos teve como base de identificação as palavras “teoria”, “relações”, “Gramsci” e “América Latina”. **RESULTADOS:** A crítica mais importante a RI é a propósito de suas abordagens tenderem – e ainda tendem – a se fundamentar nas perspectivas europeia e norte-americana, trazendo consigo vieses que soam colonialistas e narcisistas perante as demais. As análises e diálogos encontrados nas bibliografias das RI contribuíram para que possuísse uma universalização acadêmica que reforçaram conceitos europeus e estadunidenses, excluindo paralelamente e diretamente diversas concepções divergentes que no momento político e intelectual recente se explicitam urgentes para uma nova compreensão não só para com essas conjunturas excluídas, mas também para a própria visão europeia-ianque. Nos últimos anos, observa-se um aumento massivo de artigos, boletins, livros e debates que veem tentando dar alternativas para as questões modernas que se tornaram ainda mais complexas com o ciberespaço, os conflitos armamentistas regionais, e a polarização internacional. O positivismo dessas mudanças de abordagens é o fornecimento de diversas correntes de análise que possibilitam aos experientes e aos novos estudiosos(as) da comunicação e da política a ampliarem a interpretação geopolítica passada e atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As RI que fora firmada a entender o passado e presente dos países e suas conexões por meio de tratados bilaterais diretos por órgãos como a OMC, ONU, FMI, BC e outros, agora estendesse e procura entender como os indivíduos também somam-se as complexidades que influenciam o poder do Estado, impactam a geopolítica e reconfiguram toda a lógica da política e das comunicações. É necessário frisar que para muitas culturas e indivíduos, ponderar sobre política é algo ignorado e desejável de ser evitado por se evidenciar como assunto complexo, burocrático, enganoso e corrupto, ainda mais se estas passaram por conflitos civis, golpes de Estado e/ou vivem dentro de regimes ditatoriais. Justamente pelas ocorrências de tais eventos e experiências, as RI como disciplina tem sido ampliada na tentativa de entender o passado, o presente e talvez, prever ou evitar determinadas possibilidades futuras.

REFERÊNCIAS:

1. JACKSON, Robert; SORESENSEN Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
2. TUSSIE, Diana; RAMOS, Leonardo. How does Gramsci travel in Latin America? Before and After Critical International Relations **Contexto Internacional**, v. 44, pp. 1-21, 2022. Disponível: <SciELO - Brasil - How Does Gramsci Travel in Latin America? Before and After Critical International Relations Theory How Does Gramsci Travel in Latin America? Before and After Critical International Relations Theory>. Acesso: 23 abr. 2024.
3. VIDAL, Camila. Hegemony, consensus building, and pedagogical colonisation: new ways of external interference? **Contexto Internacional**, v. 45, pp. 1-23, 2023. Disponível: <SciELO - Brasil - Hegemony, consensus building, and pedagogical colonisation: new ways of external interference? Hegemony, consensus building, and pedagogical colonisation: new ways of external interference?>. Acesso: 23 abr. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-127

TEORIA DO AGENDAMENTO: MANIPULAÇÃO DA MÍDIA X AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO

Mariana Vitória Quintão **CALAZANS**
(Curso Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chaves: Agenda-setting; Mídia; Influência.

Agência de fomento:

RESUMO

INTRODUÇÃO: A teoria da agenda-setting descreve o importante papel da mídia em determinar quais questões estão no centro da atenção e ação do público, mas às vezes é controversa. O princípio básico da teoria em sua forma moderna, entretanto, foi criado por Bernard Cohen, em 1963: "Na maior parte do tempo, a imprensa pode não ter êxito em dizer aos leitores como pensar, mas é espantosamente exitosa em dizer aos leitores sobre o que pensar." É o que vem acontecendo hoje em dia seja nos noticiários, nas lojas ou em outras repartições, eles buscam vender os seus produtos atingindo o lado emocional da clientela.

OBJETIVO: Avaliar a percepção da teoria do agendamento e as questões da manipulação da mídia e ausência de questionamentos e os efeitos provocados pela mídia. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Considerar os estudos com enfoque naqueles que envolvem a agenda-setting, uma hipótese que trata dos efeitos da mídia e propõe a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística. Tal agenda foi desenvolvida por McCombs e Shaw na década de 1970. Com os avanços do agenda-setting, o modelo não é capaz, por si só, de analisar os processos que envolvem as relações entre a busca por informações e a capacidade da agenda pública, política e midiática serem inspirados e influenciarem-se respectivamente. Shaw e McComb constataram que o principal efeito da imprensa é pautar os assuntos da esfera pública, dizendo às pessoas não "como pensar", mas "em que pensar". A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de notícia, visando obter informações adequadas e confiáveis, de qualidade e em tempo hábil que sejam realmente úteis para as tomadas de decisão em suas matérias. De acordo com Miguel (2004), a formação da agenda pública ou agenda-setting é uma das funções mais importantes desempenhadas pela imprensa. A teoria apresenta a relação entre a intensidade de cobertura de um fato pela mídia e a importância desse fato para o público, esclarecendo que esta correspondência ocorre repetidamente porque a imprensa seleciona os fatos que serão noticiados, isto é, aqueles assuntos que mais lhe interessa fazendo uma seleção para verificar o que deve noticiar, ou seja, atuam como gatekeepers (porteiros) da informação. As teorias da comunicação continuam em desenvolvimento, pois o papel da mídia muda de acordo com sua evolução tecnológica, o que muda também sua abrangência e função social, ou seja, os estudos comunicacionais estão diretamente atrelados ao progresso das tecnologias dos meios de comunicação. **CONCLUSÃO:** A teoria do agendamento nos diz, que as notícias pautam nosso dia a dia, nossas conversas e isso acontece com o poder da mídia em selecionar o mais importante e nos fazer enxergar, que aquilo é sim o mais importante. Às vezes o poder do convencimento da mídia parece manipulação, mas não é, a mídia simplesmente expõe as notícias que julgam importante e o público, tradicionalmente, acredita sem duvidar e repassa aquele assunto para frente, sem questionar.

REFERÊNCIAS:

1. McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009. O agendamento de atributos e o enquadramento, p. 135-152.
2. McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A função do agendamento dos media**, 1972 In: TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da **teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000
3. McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A função do agendamento dos media. Public Opinion Quarterly**, v. 36, 1977.
4. MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e opinião pública. In: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Ed. Unesp, p. 331-341, 2004.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-128

PERCEPÇÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE E INSIGHTS ESTRATÉGICOS NA MANUTENÇÃO DO CERCIMENTO DO e-COMMERCE NO BRASIL EMERGENTE DO CENÁRIO DE PANDEMIA DE COVID-19: VAREJO E ALIMENTOS

Joice Kamila Cândido **JERÔNIMO**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Tendências de consumo; Crescimento do e-commerce; Comportamento do consumidor.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, o e-commerce no Brasil tem experimentado um crescimento impressionante, impulsionado pela adoção massiva de tecnologias digitais e pela mudança nos comportamentos de compra dos consumidores. Embora as expectativas para o e-commerce no Brasil em 2022-2026 sejam muito animadoras, é preciso incluir nessa equação o aumento exponencial de novas lojas online. Segundo dados da Visa Consulting & Analytics, cerca de 70 mil empresas entraram para o e-commerce desde o início da pandemia, em 2020, e esse número não para de crescer. Em 2022, a Abcomm registrou a abertura de 36 mil lojas virtuais no Brasil, chegando à marca de 565.300 sites de comércio eletrônico registrados no país, um crescimento de 6,82% em relação a 2021. O varejo online tem se destacado pela conveniência e variedade de produtos oferecidos, além disso, o e-commerce de alimentos surgiu como uma solução prática e eficiente para aquisição de mantimentos, especialmente durante os períodos de restrições e distanciamento social. Um relatório produzido pela Nielsen|Ebit apontou crescimento de 2% para o e-commerce no Brasil em 2022, sendo que os melhores meses foram janeiro, fevereiro e maio. Os segmentos de mercado digital que mais cresceram em 2022 foram aqueles com menor ticket médio, ou seja, que oferecem produtos mais baratos, com destaque para o setor de alimentos e bebidas que apresentou um crescimento de pedidos de 82,8%. **OBJETIVO:** Percepção sobre a sustentabilidade e insights estratégicos na manutenção do crescimento do e-commerce no Brasil emergente do cenário de pandemia de COVID-19: Varejo e Alimentos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trabalho de cunho qualitativo, em que a métrica de estudo e observação dos dados se orientou por meio de revisão de literatura e a análise de relatórios de mercado, artigos acadêmicos, e estudos de caso sobre o e-commerce no Brasil. As principais fontes incluem: relatórios de consultorias relevantes e empresas de pesquisa de mercado, como Ebit/Nielsen, IDC Brasil e Euromonitor International, que fornecem dados estatísticos sobre o desempenho dos setores de e-commerce. **RESULTADOS:** Os resultados deste estudo destacam que os setores de varejo, e alimentos no e-commerce brasileiro estão em constante evolução, enfrentando desafios significativos, mas também aproveitando oportunidades emergentes. Segundo dados do Relatório Setores do e-Commerce da Conversion, o tráfego do e-commerce caiu 12,3% no primeiro trimestre de 2024, somando 2,34 bilhões de visitas únicas, um número 1,2% menor do que o de fevereiro de 2023, quando os acessos também haviam caído após o desempenho positivo de janeiro, evidenciaram que compreender as tendências de consumo, superar os desafios logísticos e aproveitar as oportunidades tecnológicas são fundamentais para o crescimento sustentável e a competitividade no mercado digital brasileiro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este estudo proporcionou uma percepção sobre a sustentabilidade e insights estratégicos na manutenção do crescimento do e-commerce no Brasil emergente do cenário de pandemia de COVID-19 nos nichos de varejo e alimentos no contexto do e-commerce brasileiro, revelando insights cruciais para compreender as dinâmicas e desafios enfrentados por esses mercados digitais. Em 2024, o varejo físico voltou a ganhar força, promovendo um novo desafio para as lojas virtuais. Segundo dados do Relatório Setores do e-Commerce da Conversion, o tráfego do e-commerce caiu 12,3% no primeiro trimestre de 2024, somando 2,34 bilhões de visitas únicas, um número 1,2% menor do que o de fevereiro de 2023, quando os acessos também haviam caído após o desempenho positivo de janeiro.

REFERÊNCIAS:

1. SILVA, A. **e-Commerce no Brasil: panorama atual e perspectivas futuras**. São Paulo: XPTO, 2020.
2. SANTOS, B. (2021). O mercado de moda no e-commerce brasileiro: uma análise dos últimos cinco anos. *Revista de Comércio Eletrônico*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-62, 2021.
3. NEIVA, Anna Carolina. **e-Commerce no Brasil: dados de um mercado em expansão**. Disponível: <<https://edrone.me/pt/blog/dados-ecommerce-brasil>>. Publicado: 16 maio 2024. Atualizado: 22 jul. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-9 - Ciências Sociais Aplicadas

CHS-129

CARTOLA FC: MUITO MAIS QUE UM JOGO

Samuel Brangioni **FIGUEIREDO**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)
Lays Pereira **FONSECA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Futebol; Jogo; Cartola FC.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O futebol é uma paixão nacional no Brasil e tem um lugar especial no coração dos brasileiros. Com o advento da tecnologia e da internet, novas formas de interação com o esporte surgiram, sendo uma delas o Cartola FC. O Cartola FC é um jogo de *fantasy football* criado pelo Grupo Globo que permite aos usuários montarem seus próprios times de futebol utilizando jogadores reais do Campeonato Brasileiro. Desde seu lançamento em 2005, o Cartola FC se consolidou como um dos jogos de *fantasy football* mais populares do país, permitindo aos fãs de futebol um nível de engajamento sem precedentes. Neste contexto, este presente trabalho se propõe a explorar como o Cartola FC influenciou a cultura esportiva brasileira e quais são as principais estratégias adotadas pelos jogadores para se destacarem no jogo. **OBJETIVOS:** O principal objetivo deste artigo é analisar a influência do Cartola FC na cultura esportiva do Brasil. Além disso, buscamos identificar as estratégias mais eficazes utilizadas pelos jogadores para obter sucesso no jogo. Pretendemos também avaliar o impacto do Cartola FC na forma como os fãs de futebol consomem e interagem com o Campeonato Brasileiro, bem como investigar os aspectos sociais e econômicos associados ao jogo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para alcançar os objetivos propostos, adotamos uma abordagem metodológica mista. Primeiramente, realizamos entrevistas semiestruturadas com jogadores de diferentes níveis de experiência no Cartola FC, desde iniciantes até veteranos. Essas entrevistas nos permitiram coletar dados qualitativos sobre as motivações, estratégias e percepções dos participantes. Em paralelo, analisamos dados quantitativos de desempenho dos jogadores no Cartola FC ao longo das últimas temporadas. Essa análise incluiu métricas como pontuação média, variabilidade de desempenho e correlação entre investimento financeiro e sucesso no jogo. **RESULTADOS:** Os resultados indicam que o Cartola FC exerce uma influência significativa na cultura esportiva brasileira, criando uma dimensão de engajamento para os fãs de futebol. As entrevistas revelaram que muitos jogadores dedicam várias horas por semana ao planejamento e à gestão de seus times, utilizando uma combinação de análises estatísticas e intuição para tomar decisões. A análise quantitativa mostrou que há uma correlação positiva entre o tempo dedicado ao jogo e o sucesso no Cartola FC, embora o investimento financeiro não seja necessariamente um fator determinante. Além disso, observamos que o Cartola FC promove interações sociais entre os jogadores, muitas vezes resultando em competições amigáveis e discussões acaloradas sobre futebol. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em conclusão, o Cartola FC não é apenas um jogo, mas um fenômeno cultural que reflete a paixão dos brasileiros pelo futebol. Ele oferece uma plataforma para que os fãs se envolvam de maneira mais profunda com o Campeonato Brasileiro, combinando elementos de competição, estratégia e interação social. As estratégias bem-sucedidas no Cartola FC envolvem uma mistura de análise estatística e conhecimento do futebol, mas o fator mais importante parece ser o tempo e o esforço dedicados ao jogo. Futuras pesquisas poderiam explorar em maior profundidade as implicações sociais e econômicas do Cartola FC, bem como seu potencial educativo.

REFERÊNCIAS:

1. GLOBO ESPORTE. (2021). *Cartola FC: O fenômeno do fantasy football no Brasil*.
2. ALMEIDA, J. R. Estratégias de sucesso no Cartola FC. *Revista Brasileira de Futebol e Cultura*, v. 15, n. 2, p. 45-58, 2020.
3. SANTOS, L. M.; PEREIRA, M. T. Impacto do Cartola FC na cultura esportiva brasileira. *Jornal de Estudos Esportivos*, v. 22, n. 3, p. 123-137, 2019.
4. CARTOLA FC. (2022). *Regras e estratégias*. Disponível: <<https://ge.globo.com/cartola/tutoriais/noticia/2022/03/11/cartola-2022-veja-tutorial-com-todos-os-passos-para-quem-vai-iniciar-no-game.ghtml>>. Acesso: 15 dez. 2023.
5. SILVA, A. R.; COSTA, F. S. (2021). A gamificação e o futebol: um estudo sobre o Cartola FC. *Revista de Tecnologia e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 89-104, 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 9.00.00.00-5 - Outros

CHS-130

ANÁLISE SOBRE OS CONFLITOS DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Ana Larissa Silva **VIEIRA** (Curso de Direito, Universidade FUMEC-BH)
Carolina Almeida de Paula **FREITAS**
(Orientadora, Curso de Direito da Universidade FUMEC-BH)

Palavras-chave: Função social; Socioambiental; Empresa.

Agência de fomento: Universidade FUMEC

RESUMO

INTRODUÇÃO: Expresso indiretamente no Art. 170, inciso III da CRFB/88, no qual cita a função social da propriedade, o princípio da função social da empresa tem esta marcação como um de seus principais fundamentos constitucionais, na qual traz que o entendimento desse princípio é um arcabouço de funções e direitos que a empresa tem, bem como a obrigação de criar com liberdade para estipular seus interesses e o dever de seguir de acordo com este artigo as obrigações de preservação do meio ambiente atendendo também a coletividade e demais normas. Nesse sentido, o presente resumo discorre sobre os impactos da função social de empresas de mineração sobre o âmbito socioambiental da região que ela opera suas atividades econômicas. **OBJETIVO:** O objetivo desse resumo é analisar os conflitos da função social de empresas de mineração e seus impactos socioambientais, ferindo o inciso VI do Art. 170 da CRFB/88. Discutir a função social da propriedade e consequentemente a função social da empresa e frisar como esses princípios atingem o meio socioambiental da região na qual se realiza suas atividades. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de uma metodologia dedutiva, com base em bibliografias, bem como a análise dos textos legais, pesquisas de jurisprudência de acórdãos no site do STJ e TJMG sobre o tema. **RESULTADOS:** A garantia constitucional no Art. 170, inciso III da CRFB/88, permite que empresas tenham a liberdade de ampliar e modificar seus interesses e objetivos, entretanto, neste mesmo artigo, o inciso VI impõe sobre a defesa do meio ambiente com um tratamento diferenciado para empresas que impactam e contaminam o mesmo no ato da sua função. Essa contradição torna questionável até que ponto as sociedades empresariais têm liberdade para atingirem a sua função social sem prejudicar o meio ambiente a as questões sociais que o englobam. As mineradoras são um grande exemplo, pois determinam suas funções sociais em intensas explorações, o que leva ao descuido de observar os grandes impactos socioambientais que suas atividades econômicas causam na região que ela opera. Essas empresas contam com o apoio do Estado, principalmente pela sua função social, pois "garantem" capital para o país. Um grande exemplo é a recém descoberta de lítio no Vale do Jequitinhonha, a região que é conhecida mundialmente pela extrema pobreza, hoje abriga um dos maiores investimentos econômicos do país, a líder da região, a canadense Sigma Lithium que recentemente, por meio do decreto nº 11.120/2022 assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, se instalou em Araçuaí e Itinga, cidades localizadas no ponto central do vale, para extrair lítio, com a proposta de garantir empregos, levando os lucros para fora da região e consumindo em média 42mil litros de água por hora, em uma região que sofre anualmente pela escassez hídrica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em discussão a jurisprudência de acórdãos sobre o princípio da função social da empresa e os impactos socioambientais é importante levar em consideração que a interpretação desta temática teve um grande avanço em favor ao meio ambiente e aos grupos que são afetados, com mais respeito e uma interpretação sistemática na lei, principalmente no Art. 225 da CRFB/88. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que empresas que operam em áreas de risco ambiental devem arcar com os custos de prevenção e reparos de danos ambientais, independentemente da existência de culpa ou dolo. O Tribunal também entendeu que a função social da empresa inclui o respeito ao meio ambiente e a promoção da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

1. **SER Tão Velho Cerrado.** Direção: André D'Elia. Produção: André D'Elia, Henrique Grisse. Roteiro: André D'Elia, Júlia Saleh. Gravação de Documentário. Brasil: [s. n.], 2018. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=5BZoEvBvXpc>. Acesso em: 23 abr. 2023.
2. DECRETO DE BOLSONARO PROMOVE ABERTURA PARA EXPLORAÇÃO DO LÍTIO E PERMITE QUE MULTINACIONAIS explorem regiões já empobrecidas pelos processos históricos de mineração, COMO O VALE DO JEQUITINHONHA, EM MINAS GERAIS. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/decreto-de-bolsonaro-promove-abertura-para-diagnostico-do-setor-mineral-de-minas-gerais>.
3. **DIAGNÓSTICO DO SETOR MINERAL DE MINAS GERAIS.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Governo de Minas Gerias, 2022. Diagnóstico. Disponível: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/11205/130fd1ad1f9cc74be83c7c6c829c53b9.pdf

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-131

ANAIIS DO ENIC FDV: OITO ANOS DE PUBLICAÇÃO ININTERRUPTA

Niquele Bianca Cesário **MIRANDA**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Roberto Santos **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Iniciação científica; Pesquisa, Trabalho de curso, Interdisciplinaridade.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Até 2016, a Faculdade de Viçosa promovia, anualmente, Semanas Acadêmicas e Mostras de Trabalhos Acadêmicos, eventos de sucesso, com ampla participação de alunos, docentes, funcionários e público externo, em geral. Em 2017, com a promoção de adequações didático-pedagógicas de seus cursos de graduação, a FDV introduziu nas matrizes curriculares dos mesmos as unidades de ensino de "Trabalho Interdisciplinar Supervisionado", denominadas TIS, baseadas em praticamente todos os períodos dos cursos, visando o estímulo de atividades interdisciplinares de pesquisa e extensão. Com a implantação dos TIS, foi organizado, ainda em 2017, uma mostra científico-cultural, o Encontro de Iniciação Científica FDV 2017 - ENIC FDV 2017 -, que naquele ano, possibilitou a produção de 110 (cento e dez) trabalhos, os quais foram publicados nos Anais do Encontro de Iniciação Científica da Faculdade de Viçosa - ENIC FDV 2017 -, uma publicação com características de periódico, registrada na Biblioteca Nacional sob o número ISSN 2527-1520.

OBJETIVOS: Promover o registro da sistemática publicação dos Anais do ENIC FDV por oito anos consecutivos, cuja oitava edição coincide com as comemorações dos 23 (vinte e três anos) anos da Faculdade de Viçosa.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Promoveu-se o levantamento dos quantitativos de trabalhos aceitos e publicados nos Anais dos ENICs FDV 2017-2024, os quais estão disponibilizados para consulta pública no portal da Faculdade de Viçosa, no endereço <www.fdvvmg.edu.br>.

RESULTADOS: Nas 8 (oito) edições do ENIC FDV, os trabalhos foram agrupados em três grandes áreas: CBS: Ciências Biológicas e da Saúde; CET: Ciências Exatas e da Terra; e CHS: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No Quadro abaixo, são apresentados os números de trabalhos publicados por área e por ano. Pode-se observar que de 2017 a 2019, o número de trabalhos duplicou, passando de 110 para 221 no período, com o evento ocorrendo de forma presencial para apresentação e avaliação dos trabalhos aceitos para publicação. Em 2020 a 2022, em função da pandemia da Covid-19, os números de trabalhos caíram para 166, 150 e 131, respectivamente, e os eventos ocorreram de forma remota em 2020 e 2021, e de forma híbrida em 2022 e 2023. O ENIC FDV também recebe produções de outras IES e o número de instituições que participaram nas sete edições do evento está indicado no Quadro abaixo, observando-se que o número delas praticamente acompanhou a flutuação do número de trabalhos publicados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A marca de 1.326 (mil, trezentos e vinte e seis) trabalhos apresentados nas oito edições do ENIC FDV 2017 a 2024, uma média de 165,6 trabalhos por ano, com todos eles publicados no periódico Anais do ENIC FDV, com International Standard Serial Number ISSN 2527-1520, é motivo de orgulho para a FDV e uma possibilidade de significativo enriquecimento dos currículos dos alunos, docentes e demais colaboradores da publicação.

QUADRO. Números de trabalhos apresentados e de IES participantes do ENIC FDV 2017-2024.

| ANO | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|----------------------------|--------|------|------|------|------|------|------|------|
| Áreas do conhecimento | CBS* | 19 | 31 | 44 | 13 | 17 | 7 | 15 |
| | CET** | 39 | 51 | 44 | 26 | 25 | 21 | 23 |
| | CHS*** | 52 | 116 | 133 | 127 | 108 | 103 | 152 |
| Nº de trabalhos publicados | 110 | 198 | 221 | 166 | 150 | 131 | 190 | 160 |
| Nº de IES participantes | 12 | 20 | 23 | 11 | 10 | 9 | 11 | 14 |

* Área de Ciências Biológicas e da Saúde; ** Área de Ciências Exatas e da Terra; e *** Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

REFERÊNCIAS:

1. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2017 - Viçosa-MG. 26 e 27 out. 2017. *Anais...* Janeiro de 2018. ISSN-2527-1520.
2. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2018 - Viçosa-MG. 18 a 20 out. 2018. *Anais...* Janeiro de 2019. ISSN-2527-1520.
3. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2019 - Viçosa-MG. 24 a 26 out. 2019. *Anais...* Janeiro de 2020. ISSN-2527-1520.
4. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2020 - Viçosa-MG. 12 a 14 out. 2020. *Anais...* Janeiro de 2021. ISSN 2527-1520.
5. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2021 - Viçosa-MG. 21 a 23 out. 2021. *Anais...* Janeiro de 2022. ISSN 2527-1520.
6. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2022 - Viçosa-MG. 27 a 29 out. 2022. *Anais...* Janeiro de 2023. ISSN 2527-1520.
7. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2023 - Viçosa-MG. 9 a 11 nov. 2023. *Anais...* Janeiro de 2024. ISSN 2527-1520.
8. ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2024 - Viçosa-MG. 7 a 9 nov. 2024. *Anais...* Janeiro de 2025. ISSN 2527-1520.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.03.01-3 Política Educacional

CHS-132

ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO APÓS PANDEMIA DE COVID-19, DA EMPRESA DO RAMO DE VESTUÁRIO "LOJA DA LEDIR" DA CIDADE VIÇOSA-MG

Emely Santos **MACEDO** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Balanço financeiro; Pandemia; Empresa de vestuário.

Agência de fomento: FDV

INTRODUÇÃO: O Balanço Financeiro é a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento, ele serve como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa. As demonstrações contábeis são relevantes para fornecer informações úteis aos usuários em suas tomadas de decisões, quanto ao fornecimento de recursos à entidade. Em sua elaboração deve ser considerada a relevância e representação fidedigna, isto é, gerar informações que influenciem os usuários e ao mesmo tempo represente com fidedignidade o que se propõe representar. Posteriormente a elaboração das demonstrações contábeis, é preciso a análise delas, com a finalidade de fornecer aos usuários informações para tomadas de decisões. Além disso, destaca-se que a contabilidade após 2007 tem enfrentado constantes mudanças, com vista a adequação das normas brasileiras aos padrões internacionais. Dessa forma, tanto as técnicas de elaboração quanto de análise devem ser adequadas a fim de capacitar os profissionais a atenderem as expectativas dos usuários. **OBJETIVO:** Analisar o balanço Financeiro após pandemia de COVID-19, ano de referência 2022, da empresa do ramo de vestuário "Loja da Ledit" da cidade Viçosa-MG, percebendo o balanço financeiro no primeiro cenário pós-pandemia que servirá como base de análise situacional do resultado do ano corrente atual.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: O presente trabalho de iniciação científica seguiu a metodologia de estudo de caso dentro da empresa, analisou-se balanço com base nas demonstrações contábeis, os quais ofereceram o embasamento para saber a situação da empresa e evidenciar possíveis tendências e clareza ao empresário sobre a situação de sua empresa, trazendo uma análise do Balanço Financeiro no ano de 2022, período de retorno das atividades presenciais, depois do lockdown imposto em função da pandemia de COVID-19. **RESULTADOS:** de acordo com análise do balanço patrimonial o ativo circulante se encontra em 95.350,82D, estoque 54.786,22, bancos conta movimento 37.689,28 e caixa 2.875,32. O passivo circulante se encontra em 28.715,52. O patrimônio líquido apresentado é de 66.635,30. O lucro acumulado no período foi de 66.635,30. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com análise do balanço patrimonial o ativo circulante se encontra em 95.350,82D, sendo inserido nesse valor; estoque 54.786,22, bancos conta movimento 37.689,28 e caixa 2.875,32. O ativo circulante são as contas de maior liquidez, podendo ser convertidas em dinheiro com maior facilidade. O passivo circulante se encontra em 28.715,52, que são as obrigações financeiras que foram cumpridas pela empresa durante o ano de exercício. O patrimônio líquido apresentado é de 66.635,30, somando o valor do patrimônio líquido ao passivo circulante é possível saber o valor do ativo circulante. Contando que o capital social da empresa é 10.000, o lucro acumulado no período foi de 66.635,30. Faz-se importante analisar estes valores para saber a posição financeira da empresa e evidenciar possíveis tendências. A empresa apresentada obteve lucros no período. Portanto esta análise servirá como base de análise situacional do resultado do ano corrente, indicando uma situação do presente momento desde o período pós-pandemia, que foi o retorno das atividades presenciais, se este lucro se manteve e evolução ou se foi um cenário pontual pós lockdown.

REFERÊNCIAS:

1. SANTOS, G. C.; SANTOS, D. L. de J. S. dos. Resenha do livro: Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. Assaf Neto, A. (2020). (12a ed). São Paulo, SP: Editora Atlas, 339 páginas, ISBN: 978-85-97-02484-5.
2. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 12, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2176-9036.2020v12n2ID21347. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/21347>. Acesso: 12 set.. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.00.00-6 - Administração



ÍNDICE

PALAVRAS-CHAVE



ÍNDICE DE PALAVRAS-CHAVE

A

Abandono afetivo: **CHS-040**
 Ação direta de inconstitucionalidade: **CHS-021**
 Adoção: **CHS-095, CHS-097**
 Adultos: **CBS-005**
 Agenda-setting: **CHS-127**
 Agente público: **CHS-120**
 Alfabetização: **CHS-038**
 Alimentos: **CBS-004**
 Alunos com deficiência: **CHS-010**
 Ambiente: **CHS-050**
 Análise de custos: **CHS-014, CHS-073**
 Análise de dados: **CET-021**
 Análise SWOT: **CBS-001, CHS-060**
 Anexação da Crimeia: **CHS-042**
Animus domini: **CHS-029**
 Ansiedade: **CHS-046**
 API: **CET-004**
 Aprendizado de máquina: **CET-019**
 Aprendizado: **CHS-006**
 Aprendizagem significativa: **CHS-096**
 Aprendizagem: **CHS-003, CHS-046, CHS-085**
 Aprendizagem: **CHS-125**
 Arbitragem: **CHS-043**
 Arquitetura de computadores: **CET-015**
 Arquitetura hostil: **CHS-090**
 Atividades físicas: **CHS-066**
 Autismo: **CHS-012**
 Autistas: **CHS-035**
 Automação de dados: **CET-006**
 Automação: **CET-016, CET-017**

B

Bacteriófagos: **CBS-004**
 Balanço financeiro: **CHS-132**
 Banco de dados: **CET-006**
 Barraginhas: **CET-012, CET-013**
 Baú de história: **CHS-096**
 Bem de família: **CHS-078**
 Bem essencial: **CHS-078**
 Benefícios: **CET-023**
Big data: **CET-021**
 Blockchain: **CET-011**
 Brincadeira: **CHS-006, CHS-094**

C

Características do TEA: **CHS-019**
 Cartola FC: **CHS-129**

Casamento: **CHS-091**
 Cibernética: **CET-020**
 Cidadania: **CHS-084**
 Cidadãos: **CHS-089**
 Ciência da computação: **CET-019**
 CISC: **CET-015**
 Classe hospitalar: **CHS-008**
 Clubes de tiro: **CHS-092**
 Código Civil Brasileiro: **CHS-063**
 Código Civil: **CHS-045, CHS-052**
 Código de Defesa do Consumidor: **CHS-044, CHS-047**
 Código de Processo Civil: **CHS-045**
 Combate: **CHS-039**
 Comportamento do consumidor: **CHS-109, CHS-116, CHS-128**
 Computação em nuvem: **CET-023**
 Comunicação em moda: **CHS-110**
 Comunicação externa: **CHS-016**
 Comunicação interna: **CHS-016**
 Comunicação: **CHS-033, CHS-126**
 Conduta: **CHS-079**
 Conflito internacional: **CHS-036, CHS-055**
 Confusão patrimonial: **CHS-009**
 Conselhos municipais de políticas públicas: **CHS-074**
 Conservação dos biomas: **CET-010**
 Constituição de 1988: **CHS-035**
 Constituição Federal: **CHS-053, CHS-063**
 Consultoria: **CHS-065**
 Consumidor: **CHS-119**
 Consumo: **CHS-116**
 Contrato: **CHS-031**
 Contratos online: **CHS-059**
 Controle de concorrência: **CET-014**
 Coordenação motora: **CHS-037, CHS-071**
 Corrente marxista: **CHS-017**
 Crescimento do *e-commerce*: **CHS-128**
 Criação de valor: **CHS-020**
 Criança: **CHS-011, CHS-046, CHS-048**
 Criatividade: **CHS-071, CHS-109**
 Cultura: **CHS-003**
 Curiosidade: **CHS-037**
 Cursos de medicina: **CBS-003**

D

Dano moral: **CHS-040**
 Decisões judiciais: **CHS-056**
 Desafios: **CHS-028**
 Descentralização: **CET-011**
 Desconsideração da personalidade jurídica: **CHS-009, CHS-119, CHS-124**
 Desconsideração: **CHS-047, CHS-049**

Descriminalização da droga: **CHS-113**
 Desempenho: **CHS-037, CHS-058**
 Desenvolvimento da criança: **CHS-082**
 Desenvolvimento infantil: **CHS-007, CHS-030, CHS-094**
 Desenvolvimento: **CHS-005, CHS-012, CHS-057, CHS-068**
 Desfralde: **CHS-011**
 Desinfecção: **CET-018**
 Diálogo: **CHS-077**
 Dificuldades: **CHS-085**
 Dignidade da pessoa humana: **CHS-021, CHS-122**
 Dignidade humana: **CHS-093**
 Dinâmica familiar: **CHS-095**
 Diploma digital: **CET-003, CET-005**
 Direito à vida: **CHS-081, CHS-122**
 Direito administrativo: **CHS-023**
 Direito ambiental: **CHS-023**
 Direito ao próprio corpo: **CHS-122**
 Direito brasileiro: **CHS-056, CHS-123**
 Direito civil: **CHS-009, CHS-031, CHS-040, CHS-086**
 Direito do consumidor: **CHS-059, CHS-112**
 Direito internacional: **CHS-036, CHS-042, CHS-055**
 Direito municipal: **CHS-087, CHS-088**
 Direito penal: **CHS-051**
 Direitos civis: **CHS-090**
 Direitos da criança: **CHS-097**
 Direitos da personalidade: **CHS-122**
 Direitos fundamentais: **CHS-093**
 Direitos humanos: **CHS-002, CHS-035, CHS-090**
 Divórcio: **CHS-091**
 Doenças respiratórias: **CBS-001**

E

Economia brasileira: **CHS-072**
 Economia: **CET-011**
 Educação básica: **CHS-032**
 Educação domiciliar: **CHS-027**
 Educação hospitalar: **CHS-008**
 Educação inclusiva: **CHS-004, CHS-083**
 Educação sexual nas escolas: **CHS-013**
 Educação sexual: **CHS-013**
 Educação: **CHS-027, CHS-050; CHS-069, CHS-075, CHS-094, CHS-121, CHS-125**
 Efetividade: **CHS-018**
 Eficácia e/ou ineficácia: **CHS-080**
 Eficiência: **CET-016**
 Efluentes: **CET-018**
 Eleições livres e justas: **CHS-041**
 Embrião: **CHS-063**
 Empoderamento: **CHS-111**
 Empresa de vestuário: **CHS-132**
 Empresa hoteleira: **CHS-020**
 Empresa: **CHS-130**
 Ensino de história: **CHS-096**
 Ensino domiciliar: **CHS-121**
 Ensino fundamental: **CHS-015**
 Ensino híbrido: **CHS-028**
 Ensino: **CHS-050, CHS-069, CHS-085**
 Enurese: **CHS-011**
 Erosão do solo: **CET-012, CET-013**
 Escola inclusiva: **CHS-010**
 Escola: **CHS-022, CHS-032, CHS-038, CHS-069**
 Escolarização: **CHS-010**

Escolas: **CHS-013, CHS-030**
 Escravidão: **CHS-076**
 Espaços públicos: **CHS-090**
 Esporte de quadras: **CHS-066**
 Estatística multivariada: **CET-001**
 Estatuto da Criança e do Adolescente Ilustrado: **CHS-084**
 Estatuto da Criança e do Adolescente: **CHS-084**
 Estatuto do desarmamento: **CHS-092**
 Estratégia publicitária: **CHS-108**
 Estratégias: **CHS-061**
 Estrutura organizacional: **CHS-064**
 ETE: **CET-018**
 Evolução da taxa de juros no Brasil: **CHS-072**
 Execução de alimentos: **CHS-124**
 Exploração: **CHS-001**

F

Fagos: **CBS-004**
 Falsa consciência: **CHS-017**
 Família: **CHS-010, CHS-022, CHS-097**
 Felicidade: **CHS-093**
 Fermentados: **CBS-004**
 Fernando de Noronha: **CHS-089**
 Ferramenta: **CBS-001**
 Filhos: **CHS-091, CHS-095**
 Formação acadêmica: **CHS-026**
 Fortalecimento muscular: **CBS-005**
 Fotografia de moda: **CHS-111**
 Função social: **CHS-130**
 Futebol: **CHS-129**

G

Gerenciamento: **CET-008**
 Gestão esportiva: **CHS-066**
 Graduação: **CHS-028**
 Guarda: **CHS-091**

H

Habilidades: **CHS-057**
 História: **CHS-096**
 Hype: **CHS-115**

I

IA: **CET-019, CET-022**
 Identidade visual: **CHS-108**
 Ideologia e direito: **CHS-017**
 Igualdade: **CHS-021**
 Imaginação: **CHS-037, CHS-071**
 Impenhorabilidade: **CHS-078**
 Implantação: **CHS-068**
 Improbidade administrativa: **CHS-120**
 Incêndios florestais: **CHS-034**
 Inclusão: **CHS-012, CHS-038, CHS-083**
 Indenização: **CHS-040**
 Ineficácia e/ou eficácia: **CHS-080**
 Infecção fágica: **CBS-004**
 Infiltração de água: **CET-012, CET-013**
 Influência: **CHS-126, CHS-127**

Influenciadores digitais: **CHS-052**
 Iniciação científica: **CHS-131**
 Inovação :**CET-007**
Insights: **CHS-114**
 Insignificância: **CHS-079**
 Instagram: **CHS-107**
 Instituições participativas: **CHS-118**
 Inteligência artificial: **CET-008, CET-010, CET-022, CHS-123**
 Inteligência emocional: **CHS-026**
 Interdisciplinaridade: **CHS-131**
 Internet das coisas :**CET-007**
 Interpretação de normas jurídicas: **CHS-086**
 Inversa: **CHS-045**
 IoT: **CET-007, CET-020**

J

Joaquim Pedro de Andrade: **CHS-070**
 Jogos: **CHS-052, CHS-129**
 Jurisprudência: **CHS-093**
 Justiça restaurativa: **CHS-077**

K

Karl Marx: **CHS-017**

L

Lar: **CHS-027**
 Laticínios: **CBS-004**
 Legislação brasileira: **CHS-097**
 Legislação: **CHS-039**
 Lei 14.230/2021: **CHS-120**
 Lei Áurea: **CHS-076**
 Lei Complementar nº 141: **CHS-117**
 Lei Maria da Penha: **CHS-002, CHS-080**
 Lei orgânica de Viçosa-MG: **CHS-024**
 Lei orgânica de Vilhena-RO: **CHS-024**
 Leitura: **CHS-069**
 LGBTQIA+: **CHS-115**
 Liberdade de associação: **CHS-087, CHS-088**
 Liberdade de expressão: **CHS-053**
 Liberdade religiosa: **CHS-025, CHS-081**
 Liberdade: **CHS-001**
 Licenciamento ambiental: **CHS-023**
 Liderança: **CHS-033**
 Limites: **CHS-053**
 Literatura: **CHS-082**
Locks otimistas: **CET-014**
Locks pessimistas: **CET-014**
 Ludicidade: **CHS-006**
 Lúdico: **CHS-015, CHS-057, CHS-125**

M

Macunaíma: **CHS-070**
 Mapeamento de processos: **CHS-005**
 Mário de Andrade: **CHS-070**
 Marketing digital: **CHS-107**
 Matemática: **CHS-015**
 Maternidade: **CHS-095**
 Mediação: **CHS-043, CHS-091**

Medidas protetivas: **CHS-018, CHS-080**
 Melhoria: **CHS-005**
 Mentoria: **CHS-065**
 Mercado fitness: **CET-009**
 Merenda: **CHS-030**
 Metodologias ativas: **CHS-085**
 Microbiologia de alimentos: **CBS-004**
 Microrganismos: **CET-018**
 Mídia: **CHS-127**
 Mídias sociais: **CHS-110**
 Mitigação de enchentes: **CET-012, CET-013**
 Moda masculina: **CHS-110**
 Modernismo: **CHS-070**
 Modismo: **CHS-066**
 Monitoramento: **CET-001**
 Movimento antropofágico: **CHS-070**
 Mulher: **CHS-002**
 Mulheres: **CHS-079**
 Música: **CHS-032**

N

Namoro: **CHS-031**
 Neuromarketing: **CHS-116**

O

Organização da Sociedade Civil: **CHS-086, CHS-087, CHS-088**
 Organização, sistemas e métodos: **CHS-064**
 Organograma: **CHS-068**
 Ortografia: **CHS-067**
 Ortotanásia: **CHS-122**
 OSC: **CHS-086**

P

Paleta de cores: **CHS-108**
 Pandemia: **CHS-132**
 Participação popular: **CHS-024, CHS-118**
 PCD: **CHS-004**
 Pedagogia: **CHS-008**
 Pequenas empresas: **CET-023**
 Perda de uma chance: **CHS-056**
Personal trainer: **CET-009**
 Personalidade jurídica: **CHS-045, CHS-047, CHS-049**
 Pesquisa: **CHS-131**
 Pessoa jurídica: **CHS-124**
 Pessoas com deficiência: **CHS-004**
 Petróleo: **CET-002**
 Planejamento estratégico: **CHS-060**
 Plano de marketing: **CHS-061**
 Poliarquia: **CHS-041**
 Políticas públicas: **CHS-002, CHS-074, CHS-118**
 Prática pedagógica: **CHS-007**
 Práticas educativas: **CBS-002**
 Preconceito: **CHS-048**
 Princípio de insignificância: **CHS-051**
 Processo de aprendizagem: **CHS-067**
 Processos: **CHS-005**
 Produção de queijo familiar: **CHS-073**
 Produção leiteira familiar: **CHS-062**
 Produtividade: **CHS-058**
 Professor: **CHS-075**

Programa mais médicos: **CBS-003**
 Proibição: **CHS-089**
 Proteção ao consumidor: **CHS-059**
 Proteção: **CHS-078**
 Psicomotricidade: **CHS-007**
 Publicidade: **CHS-109**
 Python: **CET-004, CET-006**

Q

Queimadas: **CHS-034**

R

Racismo: **CHS-048**
 RE nº 888815: **CHS-121**
 Recarga de aquíferos: **CET-012, CET-013**
 Receitas e despesa: : **CHS-117**
 Recursos hídricos: **CET-001**
 Rede de mercados: **CHS-014**
 Redes sociais: **CHS-114**
 Redução de custos: **CHS-054**
 Regulamentação: **CHS-123**
 Reincidência no crime: **CHS-051**
 Relação de consumo: **CHS-112**
 Relação médico-paciente: **CHS-044**
 Relações internacionais: **CHS-126**
 Representatividade: **CHS-111**
 Resolução de conflitos: **CHS-033, CHS-077**
 Responsabilidade civil: **CHS-044, CHS-056**
 Responsabilidade internacional: **CHS-036**
 Resultados: **CHS-065**
 RISC: **CET-015**
 Riscos: **CET-023**
 Robert Dahl: **CHS-041**
 Robótica: **CET-010**
 Rússia-Ucrânia: **CHS-036, CHS-042, CHS-055**

S

Sala de aula: **CHS-019, CHS-035, CHS-067**
 Saneamento básico: **CBS-002**
 Saúde pública: **CHS-113**
 Script Python: **CET-003, CET-005**
 Segurança :**CET-007, CET-011, CET-020**
 Sequestrante: **CET-002**
 SIOPS: **CHS-117**
 Sistema prisional: **CHS-075**
 Sistemas de banco de dados: **CET-014**
 Sistemas de computadores: **CET-020**
 Sistemas de informação: **CET-008**
 Socialização: **CHS-012**
 Sociedade: **CHS-003, CHS-050**
 Socioambiental: **CHS-130**
 Software: **CET-009**
 Solução de conflitos: **CHS-043**
 SQL Server: **CET-004**
 STF: **CHS-113**
 Subfunção: **CHS-117**
 Sucessão: **CHS-029**
 Sufrágio universal: **CHS-041**

Sulfeto de hidrogênio: **CET-002**
 Supremo Tribunal Federal: **CHS-021**
 Sustentabilidade: **CET-016, CET-017**

T

Tatuagens: **CHS-114**
 TEA: **CHS-012, CHS-019**
 Tecnologia da informação: **CET-009**
 Tecnologias sociais: **CET-010**
 Tendências de consumo: **CHS-128**
 Teoria menor: **CHS-047, CHS-049, CHS-119**
 Terceirização do serviço público: **CHS-054**
 Terceirização: **CHS-039, CHS-054**
 Terrorismo climático: **CHS-034**
 Testemunhas de Jeová: **CHS-025**
 Tiro esportivo: **CHS-092**
 Tomada de decisão: **CHS-033**
 Tomada de decisões: **CET-021**
 Trabalho análogo a escravo: **CHS-039**
 Trabalho de curso: **CHS-131**
 Trabalho: **CHS-076**
 Transfusões de sangue: **CHS-025, CHS-081**
 Transtorno do espectro autista: **CHS-083**
 Treinamento de força: **CBS-005**
 Treinamento pessoal: **CHS-058**
 Turing: **CET-022**
 Turismo: **CHS-089**

U

Uberização: **CHS-001**
 Ucrânia-Rússia: **CHS-055**
 Usucapião: **CHS-029**

V

Vagas de medicina: **CBS-003**
 Validação: **CET-005**
 Viabilidade econômica: **CHS-062**
 Vício oculto do produto: **CHS-112**
 Vínculo afetivo: **CHS-095**
 Violência contra a mulher: **CHS-002**
 Violência doméstica: **CHS-002, CHS-018, Violência doméstica**
 Violência: **CHS-022**
 Vítima: **CHS-077**
 Vulnerabilidade :**CET-007**

X

XML: **CET-003, CET-004**

Y

Z

Zona da Mata Mineira: **CHS-014**



ÍNDICE

AUTORES



FACULDADE DE VIÇOSA - FDV
ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2024
“Biomassas do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais”
 7 a 9 de novembro de 2024
 Evento integrante da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações



ÍNDICE DE AUTORES

A

Adelaine Aparecida da **SILVA** - CHS-046, CHS-048
 Adriane Gouveia **COLATINO** - CHS-101
 Alan de Freitas **BARBIERI** - CHS-004, CHS-006, CHS-008, CHS-010, CHS-033, CHS-058, CHS-107, CHS-108, CHS-109, CHS-110, CHS-111, CHS-114, CHS-115, CHS-116, CHS-117, CHS-126, CHS-127, CHS-128, CHS-129, CHS-132
 Alessandro Costa da **SILVA** - CHS-112, CHS-113, CHS-124
 Alex Idelfonso **SOUZA** - CHS-045, CHS-047, CHS-049, CHS-051
 Aline Santana de **OLIVEIRA** - CET-002
 Allan Kardec Carlos **DIAS** - CBS-002, CBS-004, CHS-074
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** - CHS-024, CHS-036, CHS-042, CHS-055, CHS-041, - CHS-118
 Ana Larissa Silva **VIEIRA** - CHS-130
 Ana Luiza Romão **LOPES** - CHS-014
 Anna Carolina Rodrigues **COSTA** - CHS-077, CHS-078, CHS-079
 Anna Carollyne M. **BRUNHARA** - CHS-115
 Aparecida de Fátima Martins da **SILVA** - CHS-082
 Arthur Castro de Souza **RODRIGUES** - CBS-003, CET-012, CET-013, CHS-065, CHS-066, CHS-092
 Arthur Gomides **GODOY** - CET-014, CET-015
 Arthur Machado Schittini **RUBIM** - CET-003, CET-005
 Augusto Gouveia **COLATINO** - CHS-076

B

Bárbara **CRUZ** - CHS-011, CHS-013
 Bernardo Rezende **LOPES** - CHS-123

C

Carla Cristina da **SILVA** - CBS-001, CHS-005, CHS-014, CHS-016, CHS-060, CHS-061, CHS-062, CHS-068, CHS-072, CHS-073, CHS-100, CHS-117
 Carmem Inêz de **OLIVEIRA** - CHS-023, CHS-046, CHS-048
 Carolina Almeida de Paula **FREITAS** - CHS-130
 Carolina Caldeira **VALENTE** - CHS-103, CHS-105

D

Daniela de Cássia **TEIXEIRA** - CHS-118
 Davidson Rezende **VIANA** - CET-009
 Dayane Rousis de Souza **MARCELINO** - CHS-085
 Débora de Cássia Venâncio **CEZAR** - CHS-030, CHS-032
 Denise Maria **PINTO** - CHS-019, CHS-038

E

Emely Santos **MACEDO** - CHS-132
 Eric Mansur Botelho **FREITAS** - CET-008, CHS-023
 Erik Eduardo Augusta da **SILVA** - CHS-072, CHS-100

F

Felipe Batista da **SILVA** - CET-006, CET-007
 Felipe do Carmo **CAMPOS** - CET-016, CET-017
 Filipe Silva de **CASTRO** - CET-004

G

Gabriel Abatti da Silva **COSTA** - CHS-023, CHS-024, CHS-025
 Gabriel dos Santos **VIANA** - CHS-110, CHS-111
 Gisele Maria Fernandes Chamhum **SALOMÃO** - CHS-015
 Glauciele Macedo **OLIVEIRA** - CBS-001
 Gustavo Valente da **SILVA** - CHS-016, CHS-020, CHS-033

H

Heleno do Nascimento **SANTOS** - CET-019, CET-020
 Hellen Glenda Mendes **MARTINS** - CHS-003
 Hiago de Oliveira **FIGUEIREDO** - CHS-107
 Higor Silva **NASCIBEM** - CHS-114

I

Igor Brunelle da **SILVA** - CHS-062, CHS-073
 Isabela **DUARTE** - CHS-108

J

Janderson Jose Rodrigues da **SILVA** - CHS-017, CHS-018, CHS-029, CHS-034
 Jaqueline Lopes **VILELA** - CHS-019
 João Victor Ribeiro **SANTOS** - CET-017
 Joice Kamila Cândido **JERÔNIMO** - CHS-128
 José Francisco dos **SANTOS JÚNIOR** - CHS-126
 Juliana Soares Pio **PAIVA** - CHS-028
 Júlio Felipe Gonçalves **COUTO** - CBS-005

K

Karina Gonçalves de **ASSIS** - CHS-038
 Karine Brandão **FERREIRA** - CHS-009, CHS-021, CHS-031, CHS-040

L

Larissa Gabrieli dos **SANTOS** - CHS-026
 Larissa Paiva **PINHEIRO** - CHS-089, CHS-090
 Lays Pereira **FONSECA** - CHS-129
 Lília Aparecida de **SALLES** - CHS-098
 Lorena do Carmo de **SOUZA** - CHS-075
 Luan Almeida **BARBOSA**: CET-019, CET-020
 Lucas do Carmo de **PAULA** - CHS-001, CHS-039, CHS-054, CHS-041
 Luís Gustavo **VIANA**: CHS-119, CHS-120, CHS-121, CHS-122
 Luís Henrique Costa **PINTO** - CHS-086, CHS-087, CHS-088
 Luiz Felipe Rodrigues **COSTA** - CHS-116

M

Maiara Couto **BARRETO** - CHS-110, CHS-116
 Mara Lopes **FIALHO** - CHS-035, CHS-044
 Marcel Dias **NACIF** - CHS-036, CHS-042, CHS-055
 Márcio Balduino **SARAIVA** - CET-008, CET-014, CET-015, CHS-062, CET-019, CET-020, CET-021, CET-022,
 Marcos Túlio Santos **SILVA** - CHS-043, CHS-056, CHS-059, CHS-063
 Margareth Machado **DUARTE** - CET-003, CET-004, CET-005, CET-006, CET-007, CET-010, CET-011
 Maria Alice Caetano **FIALHO** - CHS-091, CHS-093, CHS-095, CHS-097
 Maria Aparecida de Castro Monteiro **SANT'ANNA** - CHS-021
 Maria Eduarda de Lima **ALVES** - CHS-109
 Maria Eduarda Floresta Silva **VICENTE** - CHS-012, CHS-057
 Maria Luisa Fagundes **PAIVA** - CHS-058, CHS-064
 Mariana Cândida Acacio dos **REIS** - CHS-007, CHS-125
 Mariana Vitória Quintão **CALAZANS** - CHS-127
 Marina Aparecida Mafra **ALVES** - CHS-005, CHS-061
 Mario Fernando **RODRIGUES JUNIOR** - CBS-003, CET-012, CET-013, CHS-065, CHS-066, CHS-092
 Mateus de Freitas **SILVA** - CET-001
 Melquiades Barbosa de **OLIVEIRA**: CET-021, CET-022
 Michel Lopes **DUARTE** - CET-016; CET-018, CET-021, CET-022
 Moisés Albuquerque da Costa **FREITAS**: CHS-101

N

Natália Eduarda Rosa **MURTINHO** - CHS-052, CHS-053
 Niquele Bianca Cesário **MIRANDA** - CHS-070; CHS-131

O

P

Paulo Lima **VERARDO** - CBS-001, CHS-005, CHS-020, CHS-060, CHS-064, CHS-068
 Pedro Mendes **DIAS** - CBS-002, CBS-004, CHS-074
 Pedro Zavagli - **SUAREZ** - CBS-005
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** - CHS-001, CHS-002, CHS-009, CHS-017, CHS-018, CHS-023, CHS-025, CHS-026, CHS-028, CHS-029, CHS-031, CHS-034, CHS-035, CHS-039, CHS-040, CHS-043, CHS-044, CHS-045, CHS-047, CHS-049, CHS-051, CHS-054, CHS-056, CHS-059,

CHS-063, CHS-076, CHS-077, CHS-078, CHS-079, CHS-080, CHS-086, CHS-087, CHS-088, CHS-089, CHS-090, CHS-091, CHS-093, CHS-095, CHS-097, CHS-081, CHS-099, CHS-102, CHS-104, CHS-106, CHS-112, CHS-113, CHS-119, CHS-120, CHS-121, CHS-122, CHS-123, CHS-124

Q

R

Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** - CHS-003, CHS-004, CHS-006, CHS-007, CHS-008, CHS-010, CHS-011, CHS-012, CHS-013, CHS-016, CHS-019, CHS-023, CHS-027, CHS-030, CHS-032, CHS-037, CHS-038, CHS-046, CHS-048, CHS-050, CHS-057, CHS-067, CHS-069, CHS-071, CHS-075, CHS-082, CHS-083, CHS-084, CHS-085, CHS-094, CHS-096, CHS-098, CHS-125
 Raphael Campos **CUSATI** - CET-001, CET-002
 Raquel Maria **QUEIROZ** - CHS-067
 Regiliane Maria Inácia **COELHO** - CHS-083, CHS-084
 Renato Salles **MATTOS** - CHS-007, CHS-011, CHS-012, CHS-013, CHS-027, CHS-030, CHS-032, CHS-037, CHS-050, CHS-057, CHS-069, CHS-075, CHS-082, CHS-083, CHS-085, CHS-094, CHS-096, CHS-098, CHS-125
 Rita de Cassia Monteiro de Castro **FINAMORE** - CHS-015
 Roberto Santos **BARBIÉRI** - CBS-002, CHS-070, CHS-074, CHS-103, CHS-105, CHS-131
 Rúbia Sabrine Lopes **MOREIRA** - CHS-080, CHS-081

S

Samuel Brangioni **FIGUEIREDO** - CHS-129
 Sara **FIALHO** - CHS-045, CHS-047, CHS-049, CHS-051, CHS-052, CHS-053
 Stefania Andrade **ANTUNES** - CET-002

T

Tayná de Moura Silva de **PAULA** - CHS-022, CHS-027
 Taynara Aparecida **GOMES** - CHS-117
 Thays Silva **PIMENTEL** - CHS-094, CHS-096

U

Uarley Miranda **MAGALHÃES** - CET-010, CET-011
 Uly Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** - CHS-004, CHS-006, CHS-008, CHS-010

V

Valéria Aroeira **BRAGA** - CHS-103, CHS-105
 Valéria Gomes **SILVA** - CHS-002, CHS-099, CHS-102, CHS-104
 Victor Antonio de Souza **COSTA** - CET-009
 Vinícius Aparecido **LUCAS** - CHS-106
 Vitória Aparecida Teixeira do **CARMO** - CHS-037, CHS-071
 Vitória Caroline de **SOUZA** - CHS-050, CHS-069
 Vitória Larissa da Conceição **SILVA** - CHS-060, CHS-068

X

Wagner Cardoso **CALDEIRA - CET-018**
Wilza Nara Teixeira **CARNEIRO - CHS-104**

Y**Z**

W



CURSOS:
ADMINISTRAÇÃO
DIREITO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
PEDAGOGIA
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Rua Gomes Barbosa, 870, Centro - Viçosa - MG
www.fdvmg.edu.br